UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
Instituto de Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural

Tese

Modulações no tempo e no espaço:

ascensão, declínio e patrimônio. Rua Riachuelo, Rio Grande, RS

Eliza Furlong Antochevis

Pelotas, 2024

Eliza Furlong Antochevis

Modulações no tempo e no espaço:

ascensão, declínio e patrimônio. Rua Riachuelo, Rio Grande, RS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Memória Social e Patrimônio Cultural.

Orientadora: Prof.ª Dr.ª Maria Letícia Mazzucchi Ferreira

Pelotas, 2024

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação da Publicação

A632m Antochevis, Eliza Furlong

Modulações no tempo e no espaço [recurso eletrônico] : ascensão, declínio e patrimônio. rua Riachuelo, Rio Grande, RS / Eliza Furlong Antochevis ; Maria Leticia Mazzucchi Ferreira, orientadora. — Pelotas, 2024.
300 f. : il.

Tese (Doutorado) — Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2024.

1. Patrimônio cultural urbano. 2. Memória. 3. Esquecimento. 4. Paisagem. 5. Rio Grande. I. Ferreira, Maria Leticia Mazzucchi, orient. II. Título.

CDD 363.69

Elaborada por Leda Cristina Peres Lopes CRB: 10/2064

Eliza Furlong Antochevis

Modulações do tempo:

ascensão, declínio e patrimônio. Rua Riachuelo, Rio Grande, RS

Tese aprovada, como requisito parcial, para a obtenção do grau de Doutor em Memória Social e Patrimônio Cultural, do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 31 de julho de 2024.

Banca examinadora:

_____
Profa. Dra. Maria Leticia Mazzucchi Ferreira (orientadora)
Universidade Federal de Pelotas

_____
Profa. Dra. Olivia Silva Nery
Universidade Federal de Pelotas

_____
Prof. Dr. Sidney Gonçalves Vieira
Universidade Federal de Pelotas

_____
Profa. Dra. Ana Lúcia Costa de Oliveira
Universidade Federal de Pelotas

_____
Profa. Dra. Vivian da Silva Paulitsch
Universidade Federal do Rio Grande

Dedico este trabalho a todos aqueles que acreditam no imenso potencial da “Noiva do Mar”, “Capital Nacional das Águas”

Agradecimentos

Ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP/UFPel), por tudo o que representa e realiza pela UFPel e por Pelotas, e por ter me acolhido como aluna em março de 2020, quando o planeta entrava na perturbadora pandemia do COVID-19.

À Professora Maria Leticia, por ter aceitado orientar uma tese sobre uma rua então esquecida, naquele final de 2019. Por ter ensinado conteúdos tão ricos com os quais eu mantive a minha mente ocupada desde aquele início de 2020, quando não sabíamos o que iria acontecer em meio à pandemia. Por ter me ensinado a olhar os diferentes tempos das vidas, não só das edificações. Pelas orientações, correções e por todas as contribuições que estão nesta tese, do título à conclusão.

Às Coordenadoras do PPGMP Juliane e Daniele, por terem me auxiliado em diversas e importantes questões ao longo do curso, com consideração.

Às Professoras Daniele, Olivia e Vivian, que participaram da Banca do Exame de Qualificação, em 2022, pelas críticas construtivas, incentivos e orientações para que eu seguisse pelo mesmo caminho.

Aos demais Professores do PPGMP, pela acolhida e por todo o conteúdo que foi ministrado com competência e entusiasmo.

Ao Professor Sidney, por ter lido o meu esboço de Projeto de Tese, naqueles meados de 2019, fazendo observações e me incentivando a participar da seleção.

Às Professoras Luciana e Olivia, líderes, respectivamente, do Projeto de Ensino “Webinário Patrimônio em Pauta” e do Projeto de Extensão “O PPGMP nas Redes Sociais”, por terem aceitado a minha participação enquanto colaboradora nos projetos, e por terem compartilhado vivências e aprendizados.

Aos Secretários do PPGMP, Gisele e Bruno, pelos atendimentos e esclarecimento de dúvidas sempre com apreço.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pela importante bolsa de estudos recebida durante o curso.

Aos colegas que se tornaram amigos Amanda, Carolina, Giane, Laiana, Mariana e Wagner, por terem dividido alegrias e preocupações, sendo companhias com quem criei memórias tão agradáveis durante o curso.

Às amigas Amanda, Carolina e Luciana, que se tornaram ainda mais próximas, pela companhia em momentos alegres e pelos incentivos em momentos difíceis.

Ao administrador da Biblioteca Rio-Grandense, Marco Antônio, pelo auxílio sempre competente durante as minhas pesquisas naquela instituição.

Ao “guardião” da Biblioteca Rio-Grandense, Ronaldo, pelas dicas sobre as edições dos jornais antigos que citavam o meu objeto de pesquisa, e pelas respostas aos meus questionamentos sobre fatos ocorridos naquele lugar.

Aos entusiastas e “guardiões” da Biblioteca Rio-Grandense, Daniel e Hostílio, pelos passeios guiados nesse lugar especial e por, junto com Ronaldo e Marco Antônio, terem tornado as minhas tardes de pesquisas ao mesmo tempo alegres e produtivas.

Aos meus entrevistados, Aluysio, Luiz Alfredo, Maria Amélia, Maria Helena, Matildes, Newton, Suraia e Vidalberto, por terem me recebido em suas casas, em modo presencial ou *online*, dividindo as suas preciosas memórias de infância, juventude e vida adulta.

Aos colecionadores de cartões-postais que se tornaram amigos, Fabiano e João, por terem permitido que eu utilizasse os seus postais digitalizados nesta tese.

À amiga Liane que, juntamente com Fabiano e João, foram parceiros na exposição “Os antigos cartões-postais e a imagem da cidade do Rio Grande. Parte I – Rua Riachuelo e Porto Velho”, ajudando a divulgar esta pesquisa, enquanto ainda estava em elaboração.

À administradora Alice e ao guia de visitação Alexandre, do Museu da Cidade do Rio Grande, por terem me auxiliado, respectivamente, na pesquisa histórica e na visita guiada ao museu, com muito apreço.

À historiadora Gianne, diretora da Fototeca Municipal Ricardo Giovannini, por atender com consideração, e mais de uma vez, à minha solicitação de pesquisa.

Aos funcionários do Arquivo Público e Histórico do Rio Grande pelo atendimento durante a minha consulta ao acervo.

À bibliotecária Gladis, responsável pelo acervo da Biblioteca do Porto do Rio Grande, pelo auxílio atencioso durante a minha pesquisa naquela instituição.

Aos funcionários do IPHAE e do IPHAN, pelos documentos enviados com prontidão em modo *online*, respondendo as minhas solicitações.

À Marcia, funcionária do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul e ao Fábio, funcionário da Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul, pela assistência durante a minha pesquisa breve, mas importante, naqueles lugares.

À Ellen, arquiteta da Prefeitura Municipal do Rio Grande, por ter respondido aos meus muitos questionamentos sobre a preservação do patrimônio cultural rio-grandino com clareza e consideração.

Ao arquiteto Marcio, por ter sugerido importantes nomes para as entrevistas e por ter possibilitado o acesso ao projeto de Revitalização do Porto Histórico, que auxiliou na elaboração das fachadas dos armazéns apresentadas nesta tese.

Ao arquiteto William, por ter permitido o estudo do projeto de Restauro da Câmara de Comércio do Rio Grande.

Às funcionárias da Receita Federal do Rio Grande, Taís e Christine, pela visita técnica ao edifício da antiga Alfândega e por terem possibilitado a minha consulta aos desenhos técnicos do edifício.

Aos acadêmicos de arquitetura e urbanismo João Pedro e Lineker e à arquiteta Fernanda pela parceria, em diferentes momentos, na elaboração dos desenhos técnicos que acompanham esta tese.

À Roberta, minha ex-aluna do IFRS, pela conferência de alguns dados na Biblioteca Rio-Grandense, quando eu não pude estar presente.

Às líderes Fabiane e Luciana, respectivamente Coordenadora do Curso Tecnólogo em Construção de Edifícios (IFRS Campus Rio Grande) e Diretora da Escola Municipal de Ensino Profissional Dr. Antenor Gonçalves Pereira (Geteco Técnico Bagé), por terem compreendido a minha impossibilidade de abraçar algumas atividades durante o meu trabalho nessas instituições, ao longo da metade final do doutorado.

À Psicóloga Leticia, ao Neurologista Paulo e ao Otorrinolaringologista Charles, por terem cuidado da minha saúde mental e física, permitindo assim que esta tese chegasse à sua conclusão neste ano.

À Mia e ao Matias, minha família felina, pelo amor e pela companhia no último ano de desenvolvimento desta pesquisa e, principalmente, pelos feriados e finais de semana nos quais fomos apenas nós três.

À minha amorosa mãe, Fátima, uma mulher de múltiplos talentos, por ter sido uma grande incentivadora dos meus estudos e da minha independência. E por ter me

auxiliado com a atividade de “investigadora” rio-grandina, fornecendo dicas sobre como encontrar pessoas que teriam dados sobre o meu objeto de pesquisa.

Ao meu estimado pai, José Paulo, por ter permitido que eu continuasse os meus estudos, incentivando assim a minha autonomia. Pelas conversas nas quais sempre contava sobre as suas visitas aos navios do porto da cidade e por ter me explicado a logística das suas atividades enquanto agente de navegação.

Às minhas queridas irmãs, Ana e Alice, por serem exemplos de profissionais dedicadas, respectivamente, psicóloga e fonoaudióloga. E por terem, junto com o meu amoroso sobrinho Ricardo, cuidado dos meus pais em muitos momentos nos quais eu não pude estar presente.

Ao Rio Grande do Sul, que há de se reerguer após as enchentes de maio de 2024, por ter me dado tudo – família, amigos, moradia, instituições públicas de ensino, empregos, tratamentos de saúde, museus, bibliotecas, paisagens, inspirações e o meu objeto de pesquisa.

Aos Seres de Luz que eu não enxergo, mas que eu sei que me escutam e me protegem todos os dias da minha vida.

Das igrejas
Das terreiras
E dos cabarés
já serviu de lar
Aos nobres deste mundo
E de Ancoradouro aos pobres
Não faz distinção de casta, cor ou credo
É um farol de luz ao cego
Porto de qualquer navio
Rio Grande do mar bravio
Teus braços vão abraçar
Portugueses, africanos
E quem mais chegar
(Machado; Vianna, 2020)

A herança do passado é uma substância viva, ainda que sulcada de cicatrizes
(Fabris, 2014)

Resumo

ANTOCHEVIS, Eliza Furlong. **Modulações no tempo e no espaço**: ascensão, declínio e patrimônio. Rua Riachuelo, Rio Grande, RS. Orientadora: Maria Leticia Mazzucchi Ferreira. 2024. 300 f. Tese (Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2024.

O tema desta tese foi o patrimônio cultural urbano, e o objeto de pesquisa foi a Rua Riachuelo, situada na cidade do Rio Grande (RS), às margens do Estuário da Laguna dos Patos. Objetivou-se analisar os três tempos dessa paisagem costeira: apogeu, declínio e patrimônio. Foram analisados o sentido tangível, considerando a rua, o cais, e o exterior das edificações; e o intangível, avaliando desde as percepções dos viajante estrangeiros até as memórias daqueles que nela viveram. As técnicas de pesquisa envolveram coleta documental, revisão bibliográfica, entrevistas e levantamento físico-fotográfico. O primeiro capítulo tratou do desenvolvimento e do apogeu da rua, a partir dos anos 1820, apresentando a criação da cidade, a concepção da rua por aterros, a construção do primeiro cais de pedra e do edifício da antiga Alfândega, e a presença e consolidação das casas comerciais que vendiam por atacado. O segundo capítulo mostrou as transformações e o esquecimento para com a rua, entre 1915 e 1986, tratando da estagnação, com a criação do Porto Novo, analisando as descaracterizações visíveis em alguns pontos a partir dos anos 1940, momento do crescimento do transporte rodoviário no estado. Foram apresentados relatos de antigos moradores e trabalhadores da rua, que mostraram as suas memórias com relação ao lugar. Da mesma forma, foram avaliados um tombamento federal e dois restauros, considerados exceções em meio aquele tempo. O terceiro capítulo tratou da memória e do patrimônio, entre 1987 e meados de 2023. Foram apresentadas as vindas de três museus para a rua, e foi relatado o retorno da Festa do Mar, que elegeu a Rua Riachuelo como palco. Foi apresentado o Concurso de Arquitetura para a Revitalização do Porto Velho, suas motivações e resultados. Foram expostas as legislações criadas para a proteção do patrimônio cultural imóvel da rua, assim como alguns importantes restauros e a descoberta do primeiro cais de pedra, que foi tema da Semana do Patrimônio rio-grandina, em 2023. O quarto capítulo analisou visualmente os três tempos, apresentando os desenhos das elevações dos quarteirões. Observou-se que a rua perdeu muitos de seus sobrados e casas térreas, mas ainda apresenta importantes remanescentes que carregam a sua história e as suas memórias. Concluindo, pode-se afirmar que há vontade de memória com relação a algumas porções da rua, mas não do seu todo, e que a divulgação da biografia desse palimpsesto e o incentivo a ações de preservação poderão auxiliar na transformação da rua em um lugar de memória por inteiro.

Palavras-chave: Patrimônio cultural urbano. Memória. Esquecimento. Paisagem. Rio Grande.

Abstract

ANTOCHEVIS, Eliza Furlong. **Modulations in time and space**: rise, decline and heritage. Riachuelo Street, Rio Grande, RS. Advisor: Maria Leticia Mazzucchi Ferreira. 2024. 300 f. Thesis (Doctorate in Social Memory and Cultural Heritage) – Institute of Human Sciences, Federal University of Pelotas, Pelotas, 2024.

The subject of this thesis was urban cultural heritage, and its object of research was Riachuelo Street, located in the city of Rio Grande (RS), on the margins of the Laguna dos Patos Estuary. The goal was to analyze the three times of this coastal landscape: heyday, decline and heritage. The tangible sense was analyzed, considering the street, the pier, and the exterior of the buildings; and the intangible, evaluating everything from the perceptions of foreign travelers to the memories of those who lived there. The research techniques involved document collection, a literature review, interviews and a physical-photographic survey. The first chapter deals with the development and heyday of the street, from the 1820s onwards, presenting the creation of the city, the design of the street by embankments, the construction of the first stone pier and the old Alfândega building, and the presence and consolidation of the commercial houses that sold wholesale. The second chapter shows the transformations and forgetfulness of the street between 1915 and 1986, dealing with stagnation with the creation of Porto Novo, and analyzing the loss of character visible at some points from the 1940s onwards, when road transport in the state had its development. Reports from former residents and workers on the street were presented, showing their memories of the place. The same way, a designated federal and two restorations, considered exceptions in that time, were also evaluated. The third chapter dealt with memory and heritage between 1987 and the middle of 2023. The arrival of three museums on the street was presented, and the return of the Festa do Mar, which chose Riachuelo Street as its stage, was reported. The Architectural Competition for the Revitalization of Porto Velho, its motivations and results were presented. The legislation created to protect the street's immovable cultural heritage was exposed, as well as some important restorations and the discovery of the first stone pier, which was the theme of Rio Grande's Heritage Week in 2023. The fourth chapter visually analyzed the three eras, presenting the elevation drawings of the blocks. It was observed that the street has lost many of its townhouse and single storey houses, but still has important remnants that carry its history and memories. In conclusion, it can be said that there is a desire for memory in relation to some parts of the street, but not all of it, and that publicizing the biography of this palimpsest and encouraging preservation actions could help transform the street into a place of memory in its entirety.

Keywords: Urban cultural heritage. Memory. Forgetfulness. Landscape. Rio Grande.

Lista de Figuras

Figura 1 - Mapa da Divisão Municipal do RS – 2013 e Mapa do Perímetro Urbano da cidade do Rio Grande. Acréscimos da autora. Destaque para a área correspondente aos quarteirões da Rua Riachuelo 24

Figura 2 - Mapa da Rua Riachuelo com a numeração dos quarteirões e dos armazéns do Porto Velho. Acréscimos da autora 25

Figura 3 - “Planta do Rio Grande de S. Pedro desde a Intrada da Barra athe a Ponta da Mendanha feita na dita Parage em 1776 pelo Marechal de Campo J. Funck”. Primeira das quatro divisões da planta. Destaque da autora: área urbanizada da vila 46

Figura 4 - Recorte da “Planta do Rio Grande de S. Pedro desde a Intrada da Barra athe a Ponta da Mendanha feita na dita Parage em 1776 pelo Marechal de Campo J. Funck” 46

Figura 5 - “Planta da Villa do Rio Grande de S. Pedro do Sul”, levantada e desenhada pelo Sargento-Mor do Real Corpo de Engenheiros João Vieira de Carvalho, em 1816. Marcação da autora, conforme legenda existente: 1 - Igreja Matriz; 3 - Capela de N. S. do Carmo; 7 - Alfândega; 16 - Trapiche da Alfândega; 17 - Trapiche do José Carlos; 18 - Trapiche do Joaquim Mez 51

Figura 6 - Esboço “*S.t Pierre du Sud* (Rio Grande)”, por Jean Baptiste Debret, entre 1824 e 1827 55

Figura 7 - Aquarela “*São Pedro do Sul*” por Jean Baptiste Debret, em 1827.....55

Figura 8 - Planta da Villa de Rio Grande de São Pedro do Sul, 1829. Adaptada de uma planta levantada pelo Piloto de Medições Manoel Gonçalves dos Santos.....59

Figura 9: Aquarela “Esboço de uma vista do Porto do Rio Grande do Sul”, por Wendroth, 1851. Acréscimo da autora com mapa da Rua Riachuelo atualmente 66

Figura 10 - Gravura do segundo edifício da Alfândega da cidade do Rio Grande, em 1858 68

Figura 11 - Desenho “*Ponto de desembarque de S. M. I*”, 1865.....73

Figura 12 – Fotografia do desembarque de D. Pedro II no Cais do Carmo, novembro de 1865 74

Figura 13 – Fotografia do desembarque de D. Pedro II na Rua Riachuelo, novembro de 1865 75

Figura 14 - Fotografia da Rua Riachuelo nas proximidades da Rua Ewbank, entre 1860 e 1870 76

Figura 15 - *The Quay of Boa Vista, at San Pedro de Rio Grande do Sul, a seaport of Brazil* 79

Figura 16 – Fotografia da Rua Riachuelo nas proximidades com a Rua Fernando D. da Silva, anterior ao ano de 1877.....82

Figura 17 - a) Montagem de fotografias da Rua Riachuelo, em toda a sua extensão, aproximadamente entre 1865 e 1874; b) Recorte da montagem, mostrando a Rua Riachuelo entre as ruas Fernando Duprat da Silva e Benjamin Constant.....83

Figura 18 - a) Recorte da extremidade leste da montagem de fotografias da Rua Riachuelo, b) Recorte da extremidade oeste da montagem de fotografias da Rua Riachuelo 85

Figura 19 - Secção transversal do cais de pedra, pelo eng. Ewbank da Câmara, 1867 87

Figura 20 - Projeto da “Nova Alfândega do Rio Grande”, assinado pelo engenheiro Francisco Nunes de Miranda, em 09 de fevereiro de 1875. Mostra as fachadas com títulos “Frente da Rua Pedro II”, “Frente da Rua Ewbank”, “Frente do Caes” 90

Figura 21 - Recorte de uma montagem fotográfica, mostrando o Anfiteatro Albano Pereira, entre a Câmara do Comércio e o Mercado Público Municipal, 1876-1884 ..93

Figura 22 – Fotografia do cais da cidade do Rio Grande, fotógrafo John King 94

Figura 23 – Fotografia do terceiro edifício da Alfândega, fotógrafo John King 94

Figura 24 - Mercado Público Municipal, em 1889 96

Figura 25 - Primeira sede da Câmara do Comércio, em 1889 96

Figura 26 - Edifício da Alfândega do Rio Grande e proximidades, em 1889 97

Figura 27 - Rua Riachuelo a partir de Q4, com cais de pedra, em 1889.....97

Figura 28 - Lampiões da cidade do Rio Grande, mapa de autoria de Paulo Jaeger, 1892 98

Figura 29 – Fotografia do cais da Rua Riachuelo, durante intervalo das celebrações relativas à visita da Canhoneira Pátria, 1905-1906 100

Figura 30 - Rua Riachuelo nas proximidades com a Travessa do Afonso durante as celebrações relativas à visita da Canhoneira Pátria 100

Figura 31 - Rua Riachuelo nas proximidades com a Travessa do Afonso durante as celebrações relativas à visita da Canhoneira Pátria 101

Figura 32 - Empresa Campos Assumpção, Rua Riachuelo, n° 54, em 1908 104

Figura 33 - Empresa José da Silva Fresteiro & C., Rua Riachuelo, n° 68/70, em 1908 104

Figura 34 - Fábrica de Fumos e Cigarros Alliança 105

Figura 35 - Rua Riachuelo nas proximidades com a Rua Benjamin Constant. Primeira década do século XX 106

Figura 36 - Rua Riachuelo, mostrando o Q6, entre a Travessa do Afonso e a Rua Fernando Duprat da Silva. Primeira década do século XX 107

Figura 37 - Cartão-postal com paisagem da Rua Riachuelo em parte da superfície, 1903 109

Figura 38 - Cartão-postal da Rua Riachuelo em sua esquina com a Rua 16 de Julho 110

Figura 39 – Cartão-postal da Rua Riachuelo, a partir do Q8, 1907.....111

Figura 40 – Cartão-postal da Rua Riachuelo na esquina com a Rua Cel. Sampaio, cerca de 1905.....111

Figura 41 - Cartão-postal da Rua Riachuelo, a partir do estuário, cerca de 1905...112

Figura 42 – Cartão-postal da Rua Riachuelo, mostrando parte de Q4 e Q3 (Alfândega), cerca de 1908.....112

Figura 43 – Fotografia da Empresa Joaquim Martins Garcia no Q4, entre as ruas Ewbank e Benjamin Constant, em 1916. Acréscimo da autora com mapa da Rua Riachuelo atualmente.....117

Figura 44 – Fotografia da casa Abel Asti & Cia., na Rua Riachuelo, entre Rua Benjamin Constant e Travessa do Afonso, 1916 118

Figura 45 - Fotografia com vista para o estuário a partir da casa Abel Asti & Cia..118

Figura 46 - Fotografia da casa Rache, Leite & Cia, na Rua Riachuelo (Q7), em 1916 119

Figura 47 - Casa Raffaele Marsiglia & Filho (sobrado) e demais propriedades de Raffaele Marsiglia, na Rua Riachuelo, entre as ruas Almirante Barroso e Coronel Sampaio 120

Figura 48 – Fotografia da Rua Riachuelo durante as obras de remodelação do Porto Velho 125

Figura 49 – Fotografia do novo cais de pedra da Rua Riachuelo, 1922.....127

Figura 50 - Fotografia Rua Riachuelo, durante ampliação do cais, entre 1919 e 1925. 128

Figura 51 – Fotografia da Rua Riachuelo durante a elevação do cais, entre 1919 e 1925. 128

Figura 52 – Cartão-postal da Rua Riachuelo durante a construção do Armazém A2, no Porto Velho, 1925.....129

Figura 53 - Fotografia da nova sede da empresa Abel Asti & Cia. na Rua Riachuelo esquina com a Travessa do Afonso, 1925 132

Figura 54 - Fotografia dos armazéns da firma Abel Asti & Cia., com fachada na Travessa do Afonso 132

Figura 55 – Fotografia da sede da empresa Wilson, Sons & Co. LTD., na esquina da Rua Riachuelo com a Travessa do Afonso. 134

Figura 56 - Cartão-postal com imagem dos arredores da Praça Xavier Ferreira, entre 1934 e 1939 136

Figura 57 – Fotografia da esquina leste da Rua Riachuelo com a Rua Benjamin Constant, 1940.....138

Figura 58 – Fotografia da esquina oeste da Rua Riachuelo com a Rua Benjamin Constant, 1940 138

Figura 59 – Fotografia da Rua Riachuelo nas proximidades com a Travessa do Afonso, durante a enchente de 1941 140

Figura 60 - Rua Riachuelo entre as ruas Fernando Duprat da Silva e Coronel Sampaio, durante a enchente de 1941 142

Figura 61 - Segunda sede da Câmara de Comércio da cidade do Rio Grande, 1942 143

Figura 62 - Cartão-postal com vista aérea da nova sede da Câmara do Comércio, entre 1942 e 1947 144

Figura 63 - Rua Riachuelo próxima à esquina com a Rua Benjamin Constant (Q5), fotógrafo Rubens, 1946 147

Figura 64 - Rua Riachuelo, entre a Rua Benjamin Constant e a Travessa do Afonso (Q4), fotógrafo Rubens, 1946 147

Figura 65 – Cartão-postal da Rua Riachuelo em 1951, entre as ruas Fernando Duprat da Silva e Coronel Sampaio 148

Figura 66 - Cartão-postal com fotografia aérea da extremidade oeste da Rua Riachuelo, entre 1947 e 1959 156

Figura 67 - Cartão-postal com fotografia aérea da extremidade oeste da Rua Riachuelo, 1959 157

Figura 68 – Cartão-postal mostrando a torre da Alfândega e o primeiro quarteirão à leste (Q4), na Rua Riachuelo, primeira metade anos 1970 167

Figura 69 - Rua Riachuelo, entre a Rua Fernando Duprat da Silva e a Travessa do Afonso, 1971 168

Figura 70: Fotografia da Rua Riachuelo durante a 3ª Festa do Mar, em 1992, com o Armazém 4 ao centro (acima da imagem), em frente ao Q6 186

Figura 71 – Fotografia da Rua Riachuelo durante a 3ª Festa do Mar, próxima à Travessa do Afonso (Q6/Q5) 188

Figura 72 – Fotografia da Rua Riachuelo durante a 3ª Festa do Mar, próxima à Rua Fernando D. da Silva (Q7/Q6) 188

Figura 73 - Fotografia da Rua Riachuelo entre Q4 e Q7, durante a 4ª Festa do Mar, em 1993 190

Figura 74 – Fotografia da Rua Riachuelo em frente ao Q7, durante a 4ª Festa do Mar, em1993 190

Figura 75 - Sobrado da Rua Riachuelo XX, na esquina com a Rua Fernando Duprat da Silva em estado de ruína, no início dos anos 1990 191

Figura 76 - Cartão-postal coleção Festa do Mar mostrando a Rua Riachuelo durante uma das festas dos anos 1990 192

Figura 77 - Cartão-postal coleção Festa do Mar mostrando a Rua Riachuelo a partir do estuário, anos 1990 192

Figura 79 - Mapa da cidade do Rio Grande. Edição da autora. Entorno dos bens tombados conforme IPHAN (1992) (o polígono fecha-se ao sul da Av. Silva Paes). Entorno dos bens tombados conforme IPHAE (1997) 193

Figura 79 - Fotografia da Rua Riachuelo com o sobrado do Q8 em 1997 199

Figura 80 - Fotografia da Rua Riachuelo com sobrados do Q7 em 1997 199

Figura 81 - Fotografia da Rua Riachuelo esquina com a Travessa do Afonso em 1997 200

Figura 82 - Fotografia do Mercado Público Municipal em 1997 200

Figura 83 - Proposta vencedora do Concurso Público de Arquitetura para o Porto Velho do Rio Grande, 1997. Macadar, Pernau & Proto Arquitetura 201

Figura 84 – Recorte da proposta vencedora do Concurso Público de Arquitetura para o Porto Velho do Rio Grande, 1997. Macadar, Pernau & Proto Arquitetura 202

Figura 85 - Câmara de Comércio da cidade do Rio Grande entre 2006 e 2010, após restauro 208

Figura 86 - Mapa da cidade do Rio Grande. Edição da autora. Entorno dos bens tombados conforme IPHAN (1992) e IPHAE (1997). Bens inventariados na Rua Riachuelo: Porto Velho (A1 até A5 mais cais); Mercado Municipal (todo **Q1**); Câmara de Comércio (todo **Q2**); Antiga Alfândega (todo **Q3**). n° 299 (**Q4**); n°227 e n°201 (**Q5**); n°197 e n° 183/185, e n°10 da Rua F. Duprat da Silva (**Q6**); nº 123 e nº 109/111 (**Q7**); nº 21 e n° 1/R. Almirante Barroso nº 2 (**Q8**). 209

Figura 87 – Fotografia do conjunto de apartamento da Rua Riachuelo esquina com a Rua Ewbank (Q4), 2003 210

Figura 88 – Fotografia do sobrado nº 227 da Rua Riachuelo (Q5), 2003 210

Figura 89 – Fotografia do sobrado (e ampliação) localizados na Rua Fernando Duprat da Silva nº 10 (Q6), 2003 211

Figura 90 – Fotografia Rua Almirante Barroso nº 2 e Rua Riachuelo nº 1 (Q8), 2003 213

Figura 92 - Fotografia do Mercado Público Municipal restaurado, em 2015. Fachada oeste, voltada para o antigo Largo Barbosa Coelho 216

Figura 92 - Fotografia da entrada do MCRG durante a 1ª Noite do Centro Histórico, 2016 219

Figura 93 - Fotografia da Banda dos Fuzileiros Navais durante a 1ª Noite do Centro Histórico, 2016 219

Figura 94 - Fotografia do Acervo Histórico do Porto do Rio Grande durante a 1ª Noite do Centro Histórico, 2016 220

Figura 95 - Fotografia do Museu Náutico durante a 1ª Noite do Centro Histórico, 2016 220

Figura 96 - Recorte da Implantação Geral do Projeto de Revitalização do Porto Histórico do Rio Grande, mostrando o Setor Central, 2015. Legenda, conforme projeto: 2- Hidroviária Estação Mercado, 3- Banca do Peixe, 4- Largo Banca do Peixe, 5- Carga e descarga/ Estacionamento, 6- Largo do Mercado, 7- Quiosques do Mercado, 8- Palco e mirante, 9- Passarela e ancoradouro 222

Figura 97 - Recorte da Implantação Geral do Projeto de Revitalização do Porto Histórico do Rio Grande, mostrando o Setor Leste, 2015 222

Figura 98 - Projeto de Revitalização do Porto Histórico, com cais em primeiro plano, seguido do anfiteatro (entre A3 e A4), em frente à Travessa do Afonso 224

Figura 99 - Projeto de Revitalização do Porto Histórico, com a Rua Riachuelo em primeiro plano, mostrando também a Praça das Velas à esquerda e o Armazém A5 à direita 224

Figura 100 - Mercado Público Municipal (Q1) e Câmara de Comércio (Q2) ao fundo, março de 2023 228

Figura 101 – Fotografia da antiga Alfândega do Rio Grande (Q3), fevereiro de 2023 229

Figura 102 - Fotografia da Rua Riachuelo, parte do Q4 e Armazéns A1 e A2, 2023 230

Figura 103 - Fotografia da Rua Riachuelo, Q5 e Armazém A3, 2023 231

Figura 104 - Fotografia da Rua Riachuelo, parte do Q6 e Armazém A4, 2023 232

Figura 105 - Fotografia da Rua Riachuelo, parte do Q7, 2023.....233

Figura 106 - Rua Riachuelo, parte de Q8, 2023.....234

Figura 107 – Exposição “Os antigos cartões-postais e a imagem da cidade do Rio Grande. Parte I – Rua Riachuelo e Porto Velho”, na Biblioteca Rio-Grandense, abril de 2023 236

Figura 108 - Material de divulgação da exposição “Arqueologia e História do Cais do Porto Velho do Rio Grande, RS”, maio de 2023.....237

Figura 109 - Material de divulgação da Noite do Centro Histórico, 2023 239

Figura 111 - Material de divulgação da Semana do Patrimônio em Rio Grande, 2023 240

Figura 111 - Fotografia (à esquerda) e representação da fachada (à direita) do n° 267/269 da Rua Riachuelo (Q4), no terceiro tempo 250

Figura 112 - Fotografia com a fachada do n° 267/269 em perspectiva (à esquerda) no primeiro tempo e com elementos do térreo retificados através do *software* ASRix 2.0 (à direita) 251

Figura 113 – Parte da elevação humanizada da Rua Riachuelo - Q3. De cima para baixo: primeiro tempo, segundo tempo e terceiro tempo 254

Figura 114 – Parte da elevação humanizada da Rua Riachuelo – Q4. De cima para baixo: primeiro tempo, segundo tempo e terceiro tempo 256

Figura 115 – Parte da elevação humanizada da Rua Riachuelo – Armazém A1. De cima para baixo: segundo tempo e terceiro tempo.....258

Figura 116 – Parte da elevação humanizada da Rua Riachuelo – Q5. De cima para baixo: primeiro tempo, segundo tempo e terceiro tempo 260

Figura 117 – Parte da elevação humanizada da Rua Riachuelo – Q6. De cima para baixo: primeiro tempo, segundo tempo e terceiro tempo 262

Figura 118 – Parte da elevação humanizada da Rua Riachuelo - Armazém A4. De cima para baixo: segundo tempo e terceiro tempo.....263

Figura 119 - Silhueta da elevação da Rua Riachuelo do Q3 ao Q6, da direita para a esquerda. De cima para baixo: primeiro tempo, segundo tempo e terceiro tempo .264

Lista de Siglas

DEPRC	Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais
DPHAN	Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
FURG	Fundação Universidade do Rio Grande
IPHAE	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PMRG	Prefeitura Municipal do Rio Grande
PPGMP	Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural.
PROGRAU	Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo
PROPUR	Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional
SICG	Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SUPRG	Superintendência do Porto do Rio Grande
UFPel	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Sumário

Introdução **21**

1 A Rua Riachuelo em seu primeiro tempo: desenvolvimento e apogeu (década de 1820-1914) **39**

1.1 Antecedentes: as margens do estuário antes da Rua Riachuelo **39**

1.1.1 O princípio: a conquista do extremo Sul 39

1.1.2 As origens da Povoação e o Núcleo do Porto 41

1.1.3 A criação da Alfândega e a chegada dos viajantes 48

1.2 Avançando sobre o estuário surge a Rua Nova das Flores **54**

1.2.1 Uma aquarela de uma nova paisagem 54

1.2.2 A ampliação a oeste e os usos complementares 61

1.2.3 Cais da Rua do Carmo e os primeiros registros fotográficos 69

1.3 O apogeu: o novo cais, a nova Alfândega e as casas comerciais **86**

1.3.1 O cais de pedra e a terceira Alfândega 86

1.3.2 A variedade de usos e a apropriação do espaço 92

1.3.3 A passagem entre os séculos e o desenvolvimento das casas comerciais 98

1.3.4 Os cartões-postais, a memória e a identidade 108

2 A Rua Riachuelo em seu segundo tempo: transformação e esquecimento (1915-1986) **113**

2.1 Os dois portos e um início de estagnação **113**

2.1.1 Porto Novo *x* Porto Velho e um registro das casas comerciais 113

2.1.2 Os clubes noturnos e um novo limite na paisagem 121

2.1.3 A nova esquina com a Travessa do Afonso e uma primeira memória de infância 130

2.2 Os contrastes dos anos 1940 e 1950: entre o conservado e o arruinado **137**

2.2.1 As diferentes esquinas e uma nova Câmara de Comércio 137

2.2.2 As mudanças nos meios de transporte e as novas demolições 145

2.2.3 As memórias de infâncias dos anos 1950 e a reinauguração de um Mercado Público Municipal 150

2.3 O esquecimento e a violência em primeiro plano **157**

2.3.1 A festividade, a criminalidade e a solicitação de um tombamento 157

2.3.2 A ausência de segurança, um último relato de infância e novas demolições 164

2.3.3 Uma campanha contra os prostíbulos e dois restauros 169

3 A Rua Riachuelo em seu terceiro tempo: memória e patrimônio (1987-2023) **176**
3.1 A recuperação das memórias e da identidade portuária..... **176**
3.1.1 A chegada de dois museus e a criação de três legislações..... 176
3.1.2 O retorno da Festa do Mar na Rua Riachuelo 182
3.1.3 Novos cartões-postais e duas poligonais de proteção ao patrimônio 191
3.2 A proposta de revitalização e três restauros..... **195**
3.2.1 Um concurso público para uma revitalização..... 195
3.2.2 Um novo museu, um restauro e a criação de um inventário 204
3.2.3 O encerramento de uma festa, dois restauros e um novo evento..... 214
3.3 A atualização de uma revitalização próxima ao bicentenário da rua **221**
3.3.1 Um novo projeto e um evento propulsor 221
3.3.2 O panorama da preservação em meio ao início das obras de revitalização 226
3.3.3 A descoberta do antigo cais e os eventos exaltando a Rua Riachuelo..... 235
4 Análise comparativa visual dos três tempos **242**
4.1 O desenho técnico e suas múltiplas aplicações..... **242**
4.1.1 O desenho técnico e a educação patrimonial 242
4.1.2 O desenho técnico como registro do patrimônio cultural 244
4.2 As escolhas e os métodos para a representação da Rua Riachuelo **247**
4.2.1 As escolhas para a realização das elevações 247
4.2.2 Os métodos de trabalho empregados..... 249
4.3 A Rua Riachuelo – um palimpsesto **253**
4.3.1 As camadas do tempo do Q3 253
4.3.2 As camadas do tempo do Q4 255
4.3.3 As camadas do tempo do Q5 258
4.3.4 As camadas do tempo do Q6 261
4.3.5 A silhueta da Rua Riachuelo ao longo dos anos..... 263
Considerações finais..... **266**
Referências **271**
Apêndices **284**

Introdução

Uma rua é uma pequena porção da cidade, é uma amostra do conjunto de vidas e edificações que compõe o núcleo urbano. A Rua Riachuelo, localizada na cidade do Rio Grande, no Rio Grande do Sul, às margens do Estuário da Laguna dos Patos, passou por diferentes períodos, ou tempos, desde a sua criação nos anos 1820 até os dias atuais. Esta tese procurou responder à forma como ocorreram essas mudanças, bem como às suas razões e às suas datações.

As ruas acolhem atividades como comércios, sociabilidades e manifestações, e são caracterizadas pelas fachadas frontais das edificações que as delimitam. As ruas são categorizadas como espaços públicos, como as praças e os largos. Enquanto uma porção da cidade, podem ser analisadas, sobretudo, sob um ponto de vista técnico, por seus aspectos tangíveis, e, sob um ponto de vista social, por seus aspectos intangíveis.

Com relação ao aspecto técnico, o desenho desses elementos sempre foi de extrema relevância para o planejamento de uma cidade. Para o desenvolvimento dos traçados dos primeiros núcleos urbanos coloniais da América, os desenhistas, muitas vezes engenheiros militares, consideravam diversos elementos. Conforme Oliveira (2012), entre eles estavam a largura das ruas, o tamanho e a forma da praça principal, a orientação das muralhas, a localização dos edifícios públicos e a divisão das quadras em lotes.

Sobre os aspectos subjetivos e sociais, é importante destacar que o espaço por onde se transita, a partir do qual se observam as fachadas das edificações, pouco a pouco passa a fazer parte da memória do observador, seja ele um nativo ou não. Segundo Jodelet (2010, p. 81), “o espaço urbano é um lugar antropológico que se distingue por três traços comuns: é identitário, relacional e histórico”. Desse modo, compreende-se que o estudo de uma rua é uma das formas de se entender uma sociedade, pois ela é uma base para a criação da identidade local, um lugar que possibilita relações sociais e uma sobreposição de características de diferentes períodos históricos.

Alguns dados analisados inicialmente permitiram inferir que foram três os tempos pelos quais a Rua Riachuelo, situada em frente ao Porto Velho do Rio Grande, passou. O primeiro tempo foi classificado como da ascensão, com a criação do antigo porto e a construção de seus sobrados, somados à grande circulação de pessoas que

moravam ou tinham negócios na rua. O segundo tempo foi caracterizado como o declínio, com a estagnação após a criação do novo porto, o esquecimento da rua por uma parte da população e a descaracterização em alguns de seus setores. O terceiro foi classificado como o tempo do patrimônio, com o despertar de um reconhecimento do potencial da rua, com os anseios por um processo de revitalização e o incentivo a algumas ações de preservação.

Esta pesquisa desenvolveu-se dentro da temática do espaço público urbano como patrimônio cultural, ou seja, tratou da relação entre a Rua Riachuelo, a memória e o esquecimento. A questão principal foi analisar as especificidades dessa rua costeira, que abrigou atividades portuárias e comerciais desde a primeira metade do século XIX. Ela capta a atenção dos visitantes e dos habitantes da cidade a partir da terra e da água, mostrando características de seus diferentes tempos.

Essa sobreposição de elementos, vista como um reflexo da identidade local, vai ao encontro da analogia feita por Santos (2006) entre palimpsestos e paisagens. Segundo o autor, a paisagem e o espaço são sempre uma espécie de palimpsesto, com acumulações e substituições (Santos, 2006). A rua pode ser analisada, então, a partir da ideia de um palimpsesto no qual camadas de tempo se sobrepõem, ora deixando perceber os traços do passado, ora criando uma opacidade quase total aos mesmos.

Conforme Santos (2006, p. 66), a paisagem pode ser definida como “um conjunto de formas que, em um dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”. A paisagem é formada por porções materiais de diversos tempos que se acumulam e relaciona-se com os diferentes sentidos memoriais que segue ativando nos sujeitos.

Com relação a esses sentidos, é importante abordar o conceito de memória. Na perspectiva da sociologia da memória, inaugurada por Halbwachs (1990), a memória do indivíduo não está totalmente isolada de influências externas, logo, é da interação entre indivíduo e meio social que se constrói a lembrança. Para representar o passado, a memória individual precisa se apoiar nas memórias de um grupo através dos marcos sociais da memória. Esses pontos são fixados pela sociedade, são memórias estáveis e dominantes, de acordo com cada época (Colacrai, 2010).

Acerca de lugares e memórias, Halbwachs (1990, p. 131) afirma que “é como se [os objetos] fossem uma sociedade silenciosa e imóvel, estranha à nossa agitação e às nossas mudanças de humor, que nos dá uma sensação de ordem e de quietude”.

Em meio a isso, é compreensível que a permanência de um objeto possível de ser contemplado, seja ele um elemento decorativo, um mobiliário ou uma edificação, auxilie no sentido de pertencimento do indivíduo.

Do mesmo modo, Ricoeur (2007) afirma que o conceito de memória dos lugares baseia-se em questões essenciais, como o deslocar-se e o morar, funcionando esses lugares como *reminders*, indícios de recordação, um auxílio à luta contra o esquecimento. O conceito de esquecimento é então relacionado à memória e à identidade, como aquilo que surge quando estas falham (Ricoeur, 2007).

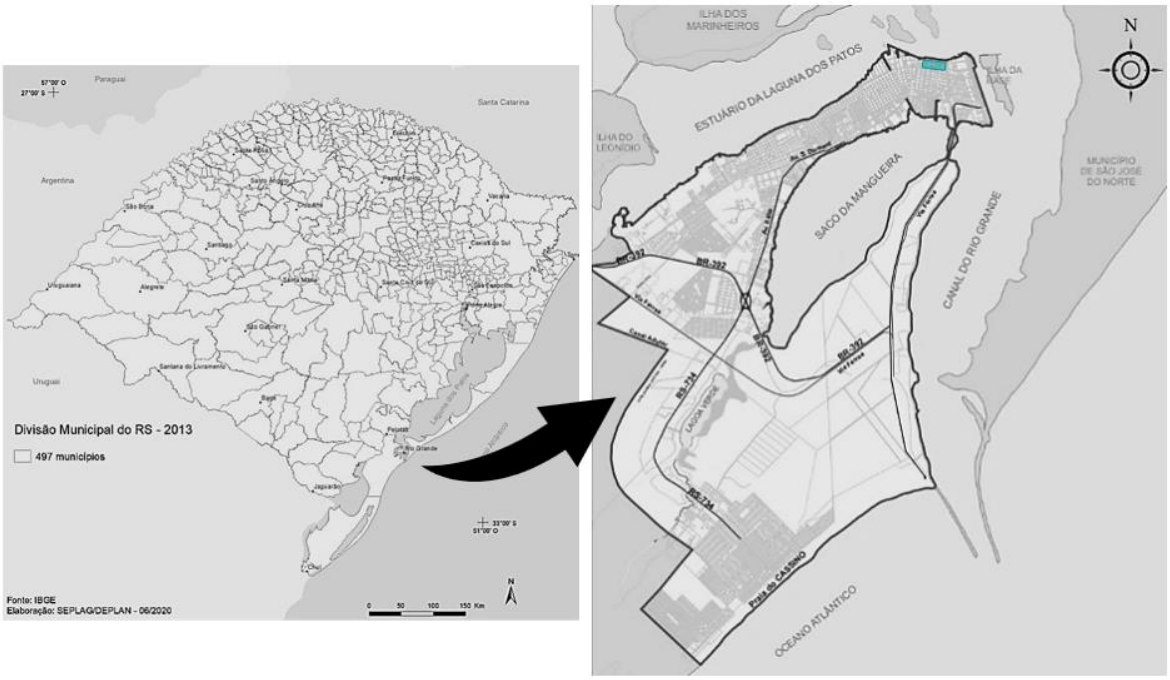
A partir dessa discussão sobre os conceitos de rua, paisagem, memória e esquecimento, pretende-se destacar que a paisagem da rua, seus edifícios e acontecimentos se conectam com o espaço da lembrança, da recordação individual. Mais do que isso, também se atrelam àquela lembrança que é evocada pelos grupos que compartilham o espaço de diferentes formas. Logo, a paisagem urbana é um suporte da memória e da identidade, que nela encontra ressonância.

Buscando facilitar a compreensão deste texto, apresentam-se os aspectos geográficos da cidade do Rio Grande, localizada ao sul do Rio Grande do Sul. O seu sítio inicial foi a península limitada ao norte e a leste pelo Estuário da Laguna dos Patos e, ao sul, pela lagoa rasa denominada Saco da Mangueira. A direção predominante do pontal lagunar é nordeste, movendo-se, em sua área final, para leste (Copstein, 1982). A Rua Riachuelo está situada a norte-nordeste da península, às margens do estuário (Figura 1).

Rio Grande foi fundada em 1737, como Presídio e Povoação do Rio Grande de São Pedro. Sua função inicial estava ligada a questões militares, como o avanço e a defesa do território português na região platina. Nos primeiros anos da povoação, foram criados dois núcleos populacionais: o Núcleo do Porto e o Núcleo do Estreito (Queiroz, 1987). Na segunda metade do século XVIII, a então Vila do Rio Grande transformou-se em uma área de crescimento rápido. Esse desenvolvimento estava ligado, principalmente, à exportação do charque, que ocorria pelo porto local (Queiroz, 1987).

O Núcleo do Porto desenvolveu-se às margens do Estuário da Laguna dos Patos, estabelecendo-se como a principal e mais movimentada área da cidade. Na década de 1820, foram realizadas dragagens na barra (canal de acesso ao porto) e criados aterros que deram origem à Rua Nova das Flores, posteriormente chamada Rua da Boa Vista e, mais adiante, Rua Riachuelo.

Figura 1 - Mapa da Divisão Municipal do RS – 2013 e Mapa do Perímetro Urbano da cidade do Rio Grande. Acréscimos da autora. Destaque para a área correspondente aos quarteirões da Rua Riachuelo

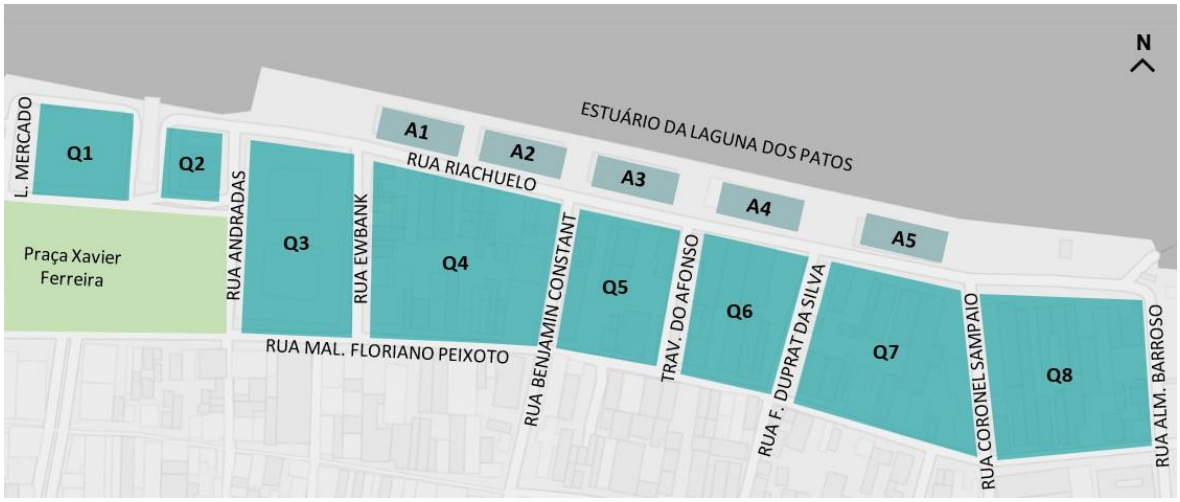


Fonte: SEPLAG/RS (2021, p. 16) e PMRG (2008, Apêndice - Mapa 02).

Nesta tese, a rua foi considerada em sua extensão em frente ao Porto Velho e em seu trecho adjacente ao Mercado Público Municipal e à Câmara do Comércio, ou seja, entre a Rua Almirante Barroso e a face oeste do Mercado (Figura 2). Os elementos da rua foram considerados por seus aspectos físicos e pelos acontecimentos que receberam. Esses elementos são: pista para trânsito de veículos, faixas de estacionamento de veículos, infraestrutura (cais, postes de iluminação, trilhos para bondes), calçadas e fachadas públicas das edificações que delimitam a rua.

Para uma melhor compreensão durante a leitura desta tese, os quarteirões ao sul da Rua Riachuelo foram numerados de 1 a 8, no sentido oeste-leste, e mencionados no texto de Q1 a Q8. A numeração não seguiu a ordem cronológica dos blocos, mas sim o sentido usual de leitura esquerda-direita. No lado norte, os armazéns do Porto Velho seguiram a numeração criada pela instituição, de A1 a A5, no sentido oeste-leste. Visando também uma melhor compreensão sobre as mudanças ocorridas nas nomenclaturas das ruas e da Praça Xavier Ferreira, foi criada uma tabela com as alterações observadas durante a realização desta tese. Esta tabela compõem o “Apêndice A - Tabela com os nomes das ruas e da praça próximas à Rua Riachuelo”.

Figura 2 - Mapa da Rua Riachuelo com a numeração dos quarteirões e dos armazéns do Porto Velho. Acréscimos da autora



Fonte: Google Maps (2022).

Acerca dos quarteirões no sentido sul, foram consideradas por esta pesquisa as fachadas frontais e os usos dos lotes que possuem frente para a Rua Riachuelo, ou lateral, no caso dos lotes de esquina. Dessa forma, a tese mencionou as atuais ruas Andradas, Ewbank, Benjamin Constant, Travessa do Afonso, Fernando Duprat da Silva, Coronel Sampaio e Almirante Barroso, assim como seus antigos nomes. Em algumas partes do texto, Q1, Q2 e Q3 tiveram mais de uma face analisadas por abrigarem, cada um, um único edifício, respectivamente: o Mercado Público Municipal, a Câmara de Comércio e o edifício da antiga Alfândega (atualmente Receita Federal e Museu da Cidade do Rio Grande).

A Rua Riachuelo foi analisada como parte do Centro Histórico da cidade, diretamente ligada à formação do seu sítio inicial. Essa porção, embora com alterações, ainda apresenta características herdadas de seu período mais próspero, permitindo o estudo entre o passado e o presente, que podem explicar como se construíram as camadas desse palimpsesto e as suas relações com a memória e o esquecimento. Dessa forma, esta tese teve como objetivo geral analisar os fatores que contribuíram para que a rua passasse pelos três diferentes períodos, assim como a datação correta dessas etapas.

Os objetivos específicos foram: caracterizar a Rua Riachuelo no período do apogeu, suas memórias e a criação da identidade portuária (décadas de 1820-1914); analisar quando teve início e como se desenvolveu o processo de declínio, que se fez acompanhar de estagnação e esquecimento (1915-1986); explicar quando se originou e como segue se desenvolvendo o processo de patrimonialização que busca o resgate

das antigas memórias (1987-2023); analisar de forma comparativa a rua nos três tempos, com relação à memória, ao esquecimento e à identidade como processos ligados a ela; analisar de forma comparativa a rua, com relação às transformações da sua paisagem, a partir do desenho de seus conjuntos de fachadas (elevações) nesses tempos, com base nos dados coletados.

É importante destacar que não houve a intenção de analisar esses desenhos dentro da área da morfologia urbana, ou seja, do estudo da forma da cidade. Como será explicado ao longo desta tese, as mudanças na paisagem foram analisadas enquanto reflexos da memória e do esquecimento relacionados à Rua Riachuelo, indo assim ao encontro da sua temática e da sua linha de pesquisa.

O trabalho de análise desses tempos também se assemelhou a uma parte das etapas de preservação do patrimônio cultural, principalmente se for observado o "Projeto de Intervenção em Espaços Públicos Urbanos", conforme o Manual de Elaboração de Projetos do IPHAN (Brasil, 2005, p. 6). O Projeto de Intervenção envolve as etapas de identificação e conhecimento do objeto de intervenção, diagnóstico e proposta de intervenção.

A diferença principal foi que, para esta tese, foram considerados aspectos materiais e imateriais, técnicos e sociais, analisados com a profundidade necessária para a compreensão do lugar como um todo, tendo em conta os recortes físico e espacial, que podem ser considerados amplos. Além disso, não se buscou um projeto de intervenção, mas a análise daqueles já existentes enquanto ações de preservação que simbolizam um resgate da história e das memórias da rua.

Os dados dos três tempos também responderam a outros questionamentos iniciais, de forma indireta, e ao longo do texto, sobre patrimônio, memória e esquecimento:

- Primeiro Tempo: caracterização (externa) dos objetos que compuseram a rua em seu estado íntegro, seus usos, seus acontecimentos, as vidas que criaram e deixaram as primeiras memórias para seus descendentes;
- Segundo Tempo: diagnóstico da nova situação. O que causou o problema estagnação-esquecimento-descaracterização? Em qual profundidade ocorreu? Poderia ter sido evitado por ações de preservação? Houve um descaso com o patrimônio e/ou foi consequência natural do desenvolvimento de um novo porto e de novos meios de transportes?

- Terceiro Tempo: as ações, as intervenções e o panorama atual. Como a criação de museus e a revitalização de um porto (incluindo a Rua Riachuelo) poderão reaver as memórias coletivas e a identidade desse lugar em sua totalidade? Estamos caminhando para uma volta à contemplação da rua por terra e por água?

Por ser uma fração do núcleo inicial de formação da cidade do Rio Grande, estando inserida em seu Centro Histórico, a Rua Riachuelo foi parte do objeto de pesquisa de outros autores. Maria Luiza Bertulini Queiroz (1987) escreveu *A Vila do Rio Grande de São Pedro 1737-1822* que, embora tenha o seu recorte temporal finalizado um pouco antes do início do recorte desta tese, apresentou dados sobre a criação da rua e um embasamento importante sobre as origens da cidade.

Francisco das Neves Alves (2008) tratou da história e das memórias do Porto Velho, do Porto Novo e do Super Porto da cidade em seu livro *Porto e barra do Rio Grande: História, memória e cultura portuária*. Para esta tese, o livro trouxe importantes dados sobre o antigo porto nos períodos de apogeu e declínio da rua. A obra *Memórias do Cais: o Porto Velho do Rio Grande*, de Luiz Henrique Torres (2009), também mostrou dados sobre o Porto Velho no período de apogeu da área.

Rodrigo de Oliveira Torres (2010), em sua dissertação *E a modernidade veio a bordo: arqueologia histórica do espaço marítimo oitocentista na cidade do Rio Grande/RS*, pelo Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP) da Universidade Federal de Pelotas (UFPel), tratou da evolução urbana da antiga região portuária em seu primeiro tempo. Trouxe informações importantes sobre as áreas aterradas, entre outras.

Ana Lúcia Costa de Oliveira (2012) escreveu sua tese pelo Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional (PROPUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), *O portal meridional do Brasil: Rio Grande, São José do Norte e Pelotas no período colonial 1737-1822*, caracterizando as influências do desenho urbano do núcleo inicial da cidade. Gladis Rejane Moran Ferreira (2016) escreveu sua dissertação *Cem anos do Porto do Rio Grande? Memória e esquecimento de um Porto Velho e de uma "Barra Diabólica"*, pelo PPGMP/UFPel, na qual mostrou fatos sobre os objetos de estudo citados em seu título, antes da abertura do Porto Novo, em 1915.

Dois trabalhos acadêmicos enfatizaram o projeto de revitalização existente para o Porto Velho, analisando, também, as áreas próximas por ele contempladas. Foram

eles: *Os portos que habitam o lugar: percepção e revitalização do "Porto Velho" do Rio Grande*, dissertação de Márcio Dias da Silveira (2014), pelo PPGMP/UFPel; e a tese *Do cais à cidade e da cidade ao cais: o protagonismo do Porto Velho no processo de desenvolvimento socioespacial da cidade do Rio Grande/RS*, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia /UFRGS, de Perla Duarte do Couto (2019).

Mesmo assim, compreende-se que não existem pesquisas específicas sobre o desenvolvimento da Rua Riachuelo, suas memórias e história. Tampouco existem estudos aprofundados sobre o outro lado da rua em frente ao antigo porto: os sobrados e as casas térreas que inicialmente abrigaram casas comerciais e posteriormente agências de navegação, casas noturnas e prostíbulos. Também não foram tratados em conjunto o antigo edifício da Alfândega e outras duas construções: os edifícios da Câmara de Comércio e do Mercado Público Municipal. Preencher essa lacuna foi um dos propósitos fundamentais desta tese.

Com relação ao quadro teórico-conceitual, esta pesquisa se apoiou em conceitos que foram citados ao longo do texto, auxiliando na categorização e análise da rua, em seus diferentes trechos e momentos. Esses conceitos foram divididos em três eixos: cidade; memória social e identidade; e patrimonialização e políticas públicas.

Acerca do eixo "Cidade", foram abordados alguns tipos de ruas, conforme sua função e localização, através das considerações feitas por Marx (1980). De acordo com o autor, as ruas situadas às margens das águas em cidades do Brasil no período colonial, por exemplo, foram criadas com objetivos específicos, como de defesa do lugar (Marx, 1980).

O conceito de fachadas frontais, que seriam as fachadas públicas voltadas para o espaço da rua, foi utilizado pelo seu significado para a história da arquitetura e para as memórias da rua. Segundo Santos (2002, p. 36-37), "são espaços topológicos onde entram em relação elementos funcionais e ornamentais", concretizam aspirações de seus proprietários e, quando analisadas em conjunto, refletem a mentalidade de uma sociedade em determinado tempo e espaço.

Foram considerados os conceitos citados anteriormente, como: paisagem e palimpsesto, de acordo com Santos (2006). Foram utilizadas também as definições de espaço, como sendo a paisagem (as formas que a compõem) somada às vidas nela existentes; e a noção de lugar, como sendo parte do espaço que permanece único, mostrando as suas singularidades, mesmo após receber influências da esfera

mundial (Santos, 2006). Essas singularidades podem estar justamente ligadas à valorização de seu passado.

Sobre o conceito de paisagem, Ingold (1993) também apresentou considerações importantes quanto à sua temporalidade. Segundo o autor, a paisagem é constituída “como um registro duradouro – um testemunho – das vidas e obras de gerações passadas que habitaram dentro dela e, ao fazê-lo, deixaram lá algo de si mesmas” (Ingold, 1993, p. 152).

Acerca da paisagem urbana, foram observadas algumas considerações de Cullen. Segundo o autor, uma cidade pode impactar visualmente seus habitantes e visitantes, invocando as suas “reminiscências e experiencias, com todo o seu corolário de emoções” (Cullen, 2018, p. 10). Foi observado o seu estudo sobre as linhas de força das cidades, quando a função do lugar é facilmente reconhecível ao observá-lo (Cullen, 2018, p. 113).

Algumas de suas definições auxiliaram na análise da paisagem da rua, como a apropriação do espaço, ou seja, a utilização do espaço público pela população não apenas como passagem (Cullen, 2018, p. 23). Além desta, contribuíram as definições de silhueta, a forma delicada criada pelo homem que se entrelaça suavemente à paisagem do céu (Cullen, 2018, p. 42); e a imediatez, a vontade que surge em uma pessoa de estar próxima à água, por avistá-la diretamente (2028, p. 63).

Da mesma forma, foram considerados alguns conceitos apontados por Lynch (1989) como influenciadores da forma da cidade, tendo em vista as percepções do observador com relação a esse lugar. Tais conceitos foram: vias, “canais ao longo dos quais o observador se move”; e limites, “as fronteiras entre duas partes”, como cursos d’água e muros (Lynch, 1989, p. 58). Além desses, também existem os marcos, ou pontos marcantes, que são “referências” para o observador, visualizados pelo exterior (Lynch, 1989, p. 59).

Em relação ao eixo “Memória social e identidade”, foram abordados conceitos como o de memória coletiva, segundo Halbwachs (1990), e identidade e lugar identitário, conforme Jodelet (2010), citados anteriormente. É importante destacar que, em muitos momentos, os conceitos de paisagem, lugar e palimpsesto também caminharam por esse eixo, estando extremamente ligados às constatações sobre a memória coletiva e a identidade da rua analisada.

Do mesmo modo, foram abordados os conceitos desenvolvidos por Riegl, principalmente os valores de memória relacionados ao culto dos monumentos. Nos

diferentes tempos da rua, foi observado como alguns desses valores foram atribuídos à mesma. Um exemplo foram os cartões-postais, criados com paisagens da rua, relacionados ao valor de comemoração que “pretende nada menos do que a imortalidade, o presente eterno, a essência incessante” (Riegl, 2014, p. 63).

No decorrer da tese, foi analisado se a Rua Riachuelo poderia ser considerada um lugar de memória, conforme o conceito de Nora. Sobre a construção de um lugar de memória, o autor afirma que, “inicialmente, é preciso ter vontade de memória” (Nora, 1993, p. 22). Isso significa que é necessário buscar pelos grupos que têm memória coletiva a respeito de um lugar, enfatizar essas lembranças e tecer a identidade local. Nora (1993) afirmou, ainda, que tais lugares devem possuir materialidade, pois a memória social pode ser apreendida pelos sentidos; funcionalidade, porque tem a função de alicerçar memórias coletivas; e simbolismo, onde a memória coletiva se expressa.

O terceiro eixo, “Patrimonialização e políticas públicas”, apresentou os conceitos de bem cultural e bem patrimonial, com base na obra de Maria Cecília Londres Fonseca (2009). A autora conceituou bens culturais como aqueles que possuem principalmente valor simbólico, pois retratam uma cultura. Já os bens patrimoniais contam com a intermediação do Estado, através de agentes autorizados e práticas regulamentadas, priorizando-se os valores histórico, estético e etnográfico (Fonseca, 2009). Dessa forma, utilizou-se neste trabalho o termo “patrimonialização” para fazer referência à ação de proteger um bem através de instrumentos legais.

Com relação aos instrumentos de preservação ao patrimônio cultural, foram observadas as definições que fazem parte do conjunto estabelecido pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que conta também com o inventário, o tombamento, a vigilância, a desapropriação e o registro. A mesma lei estabeleceu outras formas de acautelamento para a proteção do patrimônio cultural brasileiro, como incentivos fiscais, orçamento participativo e educação patrimonial (Brasil, 1988).

Sobre patrimônio cultural material, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional trouxe importantes considerações. Informou que os bens protegidos dessa natureza podem ser “imóveis como cidades históricas, sítios arqueológicos e paisagísticos e bens individuais; ou móveis, como coleções arqueológicas, acervos museológicos, documentais”, entre outros[1].

[1] Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276. Acesso em: 15 jun. 2024.

O conceito de revitalização foi analisado enquanto um processo utilizado pelo campo do urbanismo, que visa corrigir problemas encontrados em áreas de alguma forma abandonadas ou subutilizadas pela população. Buscar a funcionalidade dessas áreas urbanas, que ainda apresentam valores específicos para a população, como estético e histórico, é um ponto importante para esse tipo de processo de planejamento (Sotratti, 2015).

Com relação à metodologia, esta tese seguiu o critério qualitativo, não desprezando o uso pontual de procedimentos estatísticos, que atuaram como suportes. As técnicas de pesquisa envolveram atividades diversas, que se adaptaram aos acervos de dados de cada um dos três tempos. A Rua Riachuelo foi analisada nos sentidos tangível e intangível.

Foi realizada pesquisa bibliográfica a partir de livros que contam a história do estado e da cidade, a história da arquitetura no Brasil e discorrem sobre memória, esquecimento e patrimônio cultural, entre outros. Também foi realizada pesquisa em guias e almanaques comerciais publicados entre os anos 1900 e 1940, que possibilitaram o levantamento dos usos existentes em cada período, mostrando quantos estabelecimentos comerciais e de serviços havia para uma determinada quantidade de lotes da rua.

Quanto à pesquisa documental, foram estudados os projetos para o primeiro cais de pedra do Porto Velho, entre o final dos anos 1860 e o início dos anos 1870, assim como o projeto para a sua revitalização, nos anos 2020. Da mesma forma, foram pesquisadas legislações sobre as mudanças no Porto Velho no século XX e sobre a preservação do patrimônio, tanto municipais como federais.

Foram analisadas diversas edições de jornais locais, entre as décadas de 1830 e 2020, incluindo anúncios, notícias, reportagens e colunas opinativas. As colunas e as reportagens eram apresentadas como uma reprodução dos anseios vividos pela comunidade, embora se saiba que os jornais não atendiam a uma total parcialidade. Foram pesquisadas edições com datas próximas a alguns fatos importantes ocorridos na rua, como visitas de autoridades e inauguração de edifícios, assim como edições de décadas sobre as quais havia poucos dados após as pesquisas bibliográfica e documental.

Da mesma forma, foram pesquisados documentos cartográficos que auxiliaram na compreensão do desenvolvimento da rua. Buscou-se estudar diversos documentos iconográficos, como gravuras e aquarelas, fotografias e cartões-postais. Esses

documentos auxiliaram na caracterização da rua em diferentes momentos, possibilitando a datação de numerosas mudanças. Em alguns momentos, os dados da iconografia foram cruzados com aqueles dos documentos, permitindo algumas confirmações.

A iconografia também foi extremamente relevante para a análise dos aspectos visuais exteriores da arquitetura dos sobrados e das casas térreas, dos edifícios institucionais e dos armazéns do Porto Velho (fachadas públicas voltadas para a rua em questão). Foram identificadas as linguagens formais ou correntes arquitetônicas (luso-brasileira, neoclássica, eclética etc.) e as características tipológicas (construção térrea, sobrado etc.). Observou-se as expansões do cais ao longo do tempo e alguns melhoramentos da infraestrutura urbana, como a iluminação (dos lampiões aos postes elétricos) e o transporte (das carroças até os automóveis).

Visando ir além do aspecto físico, para analisar sua parte intangível e observá-la em um sentido antropológico, foram consideradas as memórias daqueles que, de alguma forma, tiveram vivências na rua. Essas memórias estão ligadas à identidade do lugar e ao sentimento de pertencimento do indivíduo. Os relatos das memórias auxiliaram não só na compreensão dos diferentes tempos, mas também no que motivou as transformações verificadas.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas[2] entre o segundo semestre de 2020 e o primeiro semestre de 2023, totalizando oito entrevistas, três presenciais, três por chamada de vídeo pelo aplicativo *WhatsApp*, uma por *e-mail* e uma por telefone. Os entrevistados foram contatados a partir de indicações por seu vínculo com a rua, como, por exemplo, quando as empresas de suas famílias eram denominadas por seus sobrenomes. Eles têm hoje entre 68 e 86[3] e apresentaram relatos das décadas de 1930, 1950, 1960, 1970, 1980 e 1990.

Considerando que já não estão presentes entre nós aqueles que poderiam lembrar com precisão de cenas da rua antes de 1915, no primeiro tempo, foram analisados relatos de viajantes estrangeiros que visitaram Rio Grande e a Rua Riachuelo. As memórias desses estrangeiros datam do século XIX, muitas delas bastante detalhadas.

---

[2] O roteiro contendo as perguntas feitas aos entrevistados, que compuseram as entrevistas semiestruturadas, assim como o modelo do Termo de Cessão Gratuita de Direitos de Depoimento Oral são apresentados, respectivamente, no Apêndice A e no Apêndice B.

[3] A senhora Maria Helena Estima Marasciulo, entrevistada em 2020, faleceu no dia 20 de abril de 2024 com 96 anos.

Visando uma comparação imagética da rua em seus diferentes tempos, a tese apresentou em sua parte final as fachadas frontais dos lotes do Q3 ao Q6 e dos armazéns do Porto Velho em seus três diferentes tempos, através do *software* AutoCAD. Os conjuntos de fachadas de cada quarteirão (elevações) tornaram mais claras as camadas desse palimpsesto, os seus elementos originários do século XIX ainda existentes, assim como as lacunas geradas pelas demolições de antigos exemplares.

Para a elaboração dos desenhos técnicos, foram realizados levantamentos físicos de Q4, Q5 e Q6, buscando-se as dimensões de suas fachadas frontais. Sobre o Q3 e os armazéns do Porto Velho, as dimensões foram obtidas através de mapas da Prefeitura Municipal do Rio Grande, do Google Maps e Google Street View, e de desenhos técnicos e modelagens 3D disponibilizados pela Receita Federal do Rio Grande e pelo escritório Lontra Arquitetura e Urbanismo.

Do mesmo modo, foram realizados levantamentos fotográficos obtendo-se vistas gerais da rua e registros individuais das fachadas dos lotes do Q1 ao Q8, assim como do Porto Velho. O levantamento fotográfico e a análise das fotografias já existentes, permitiu a descrição dos estados de conservação e preservação dos bens edificados, conforme aspectos visuais de suas fachadas públicas.

Buscando um embasamento para essa descrição, foi constatado que o IPHAN, ao propor fichas de inventário para compor o Sistema Integrado de Conhecimento e Gestão (SICG), considerou que o estado de preservação de um bem pode ser: íntegro, pouco alterado, muito alterado ou descaracterizado. O estado de conservação pode ser: bom, precário, em arruinamento ou arruinado (Neutzling, 2018).

Com relação à estrutura, a tese *Modulações no tempo e no espaço: ascensão, declínio e patrimônio. Rua Riachuelo, Rio Grande, RS* foi dividida em quatro capítulos. O primeiro capítulo, denominado “A Rua Riachuelo em seu primeiro tempo: desenvolvimento e apogeu (década de 1820-1914)”, abordou os antecedentes da rua, com a criação da cidade do Rio Grande, enquanto povoação, em 1737; o surgimento da nova rua margeando o estuário, suas primeiras décadas já com caráter portuário e comercial; e as transformações ocorridas, como a construção do primeiro cais de pedra nos anos 1870.

O segundo capítulo foi denominado “A Rua Riachuelo em seu segundo tempo: transformação e esquecimento (1915-1986)”. Nele, foi apresentado inicialmente o momento de estagnação do lugar, a partir da criação do Porto Novo na cidade. Depois,

foram analisadas as transformações e as descaracterizações, visíveis em alguns pontos a partir dos anos 1940, assim como a fragilidade da identidade portuária. Por último, foram avaliadas as primeiras reações ao esquecimento, como restauros, consideradas exceções em meio ao abandono e à falta de segurança no lugar.

O terceiro capítulo, “A Rua Riachuelo em seu terceiro tempo: patrimonialização e memorialização (1987-2023)”, tratou das primeiras ações pelo patrimônio e pela memória, como legislações em defesa do patrimônio cultural material e a chegada de museus na rua. Em um segundo momento, abordou o concurso e o projeto de revitalização do Porto Velho. Posteriormente, tratou do panorama da paisagem da rua até o início de 2023, mostrando os usos e os estados de preservação e conservação.

O quarto capítulo, “Análise comparativa visual dos três tempos”, apresentou inicialmente as múltiplas possibilidades do desenho técnico, como a sua utilização na educação patrimonial e como registro de bens culturais imóveis. Em seguida, tratou das decisões de trabalho e dos métodos escolhidos para a execução das fachadas técnicas e humanizadas do Q3 ao Q6, em seus três tempos. Por último, apresentou as fachadas humanizadas comentadas, mostrando as edificações, figuras humanas, automóveis etc., e possibilitando a comparação visual dos três tempos da Rua Riachuelo.

As motivações pessoais para a realização de uma pesquisa sobre Rio Grande, minha cidade natal, tiveram início enquanto eu cursava a graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Pelotas. Tanto o patrimônio cultural material quanto a paisagem natural, envolvendo o Estuário da Laguna dos Patos, já eram considerados especiais por mim fazia algum tempo. Por vezes, questionava-me a razão pela qual o patrimônio cultural rio-grandino não era tão valorizado e preservado como o de outras cidades, como Pelotas, cidade na qual residi por alguns anos.

Durante a graduação, de abordagem generalista, algumas áreas de estudos foram apresentadas. As disciplinas Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, Estética e História das Artes, e Projeto VIII – Técnicas Retrospectivas, foram algumas das que mais me interessaram. No ano de 2007, realizei estágio no escritório da arquiteta Helenice Macedo do Couto, participando de atividades relativas a construções históricas em Piratini. Foi o meu primeiro contato com a atividade da preservação, envolvendo levantamento físico-fotográfico e desenho arquitetônico.

Para o Trabalho Final de Graduação, realizado no segundo semestre de 2009 (com colação de grau em fevereiro de 2010), foi escolhido um amplo terreno às

margens do Estuário da Laguna dos Patos, ao lado dos trapiches do Rio Grande Yacht Club. O terreno despertou a minha atenção por permitir a visualização da paisagem, que envolvia o estuário e as ilhas próximas. No terreno não existiam edificações, impossibilitando pensar em um restauro ou em uma revitalização, sendo então projetado um clube de remo com linhas contemporâneas.

Após algumas experiências profissionais iniciais, trabalhei na Prefeitura Municipal do Rio Grande, na Secretaria de Coordenação e Planejamento, local onde tive contato com diversas atividades. Entre elas, estava a análise de projetos de intervenções em edificações, sendo a que mais me interessou. No entanto, percebi o grande problema existente pela ausência de uma legislação municipal adequada para a proteção desse patrimônio cultural, o que gerou uma sensação de frustração.

Motivada por essas questões, participei em 2013 da seleção para o Mestrado em Arquitetura e Urbanismo, também da UFPel, com um projeto que visava comparar a legislação municipal rio-grandina para a defesa desse patrimônio com legislações de outros municípios para o mesmo fim. Após o início dos estudos, com orientação da Prof.ª Dr.ª Ester Gutierrez, entendemos juntas que seria mais importante dissertar sobre a formação do Centro Histórico da cidade, ou seja, tratar da história da cidade e, assim, criar um material que pudesse embasar futuras ações de preservação.

O recorte físico envolveu a área do Centro Histórico, e o recorte temporal teve início com a construção da Catedral de São Pedro, em 1755, e fim com a edificação da segunda sede da Câmara de Comércio, em 1941. Foi criado um conjunto de categorias de análise, após o estudo daquelas utilizadas pela história da cidade e pela morfologia urbana (estudo da forma). As categorias utilizadas foram: sítio, traçado urbano, espaços públicos, quarteirão, lote e edifício. Após análise dos dados iniciais, foram identificados diferentes períodos para a formação daquele lugar, chamados de período inicial, período de desenvolvimento e período de melhorias e modernização. Em 2015, defendi a dissertação intitulada *Da Catedral à Câmara do Comércio: o Centro Histórico do Rio Grande (1755-1941)*.

Outra experiência que me trouxe aprendizados sobre patrimônio cultural material foi a participação como membro do Conselho Municipal de Patrimônio Histórico da Cidade do Rio Grande, enquanto suplente do arquiteto Oscar Décio Carneiro[4], representante do Instituto de Arquitetos do Brasil – Núcleo Cidade do Rio

[4] *In memoriam*. O arquiteto foi pioneiro na criação de roteiros da história da Praça Xavier Ferreira e da arquitetura da Avenida Rio Grande, no balneário Cassino, conduzindo diversos grupos em passeios

Grande. A participação ocorreu entre janeiro de 2014 e julho de 2018, período no qual estive presente na maioria das reuniões, pesquisando em legislações municipais sobre patrimônio cultural e auxiliando na elaboração textual de denúncias de danos e negligências ao patrimônio rio-grandino.

Entre 2015 e 2016, trabalhei no escritório da arquiteta Simone Neutzling, então na minha segunda experiência profissional na área do patrimônio cultural fora da pesquisa acadêmica. Nessa atividade, participei do processo de Inventário Municipal de São Leopoldo e do Projeto de Restauro do Museu de Artes do Rio Grande do Sul (MARGS), em Porto Alegre. Foi uma experiência que trouxe crescimento, mostrando a prática da preservação patrimonial.

Entre meados de 2017 e meados de 2019, trabalhei como professora substituta na Universidade Federal do Rio Grande, nos cursos de graduação de Engenharia Civil e Engenharia Civil Empresarial, ministrando as disciplinas Expressão Gráfica II e Desenho Arquitetônico. Percebi uma necessidade em conversar com os alunos sobre arquitetura e urbanismo, abordando, sempre que possível, questões relacionadas à preservação.

Durante os anos de 2018 e 2019, trabalhei como professora assistente no curso de graduação de Arquitetura e Urbanismo das Faculdades João Paulo II, em Pelotas. Foram ministradas as disciplinas Estética e História das Artes, e Teoria e História da Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo I e II. Além do conteúdo definido pelo plano de ensino, busquei explicar aos alunos que o estudo da história da arquitetura e da cidade reforça os laços da memória e incentiva iniciativas preservacionistas.

No ano de 2018, comecei a pensar no retorno para a pós-graduação, no curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP) da UFPel. Desde o início, a intenção era trabalhar com a história de uma das três principais ruas do Centro Histórico do Rio Grande: Rua Riachuelo, pelos poucos antigos sobrados remanescentes, pelo Porto Velho e pela vista para o estuário; Rua Marechal Floriano Peixoto, pelas antigas e suntuosas sedes dos bancos, pelos comércios e alguns conjuntos de casas antigas; e Rua General Bacelar, pelos teatros e cafeterias em antigas construções, nas últimas décadas cobertas por inúmeros aparatos publicitários.

---

por esses lugares. Foi o criador do Prêmio Memória da Arquitetura, realizado pelo IAB – Núcleo Cidade do Rio Grande, e escreveu diversos artigos que visavam a educação patrimonial publicados no jornal *Agora*. Oscar Décio Carneiro faleceu em 14 de março de 2023.

Apesar das histórias encantadoras ouvidas sobre as outras duas ruas, a Rua Riachuelo foi a escolhida. A característica peculiar de estar na frente de um antigo porto me fazia pensar em quantos visitantes ela havia recebido em seus quase 200 anos de história. A noção de que Rio Grande recebia navios de diversas nacionalidades surgiu já na minha infância, quando o meu pai, agente de navegação, contava histórias sobre os navios que havia visitado no Porto Novo, principalmente nos anos 1970 e 1980: espanhóis, italianos, ucranianos, gregos etc.

Escolhido o objeto de pesquisa e visando retomar a escrita em assuntos ligados ao patrimônio cultural, participei do IV Colóquio em Memória e Patrimônio, do PPGMP. O trabalho apresentado foi “A rua, a memória e a preservação”, que tratava da Rua Riachuelo, em Rio Grande; e da Rua da Aurora, no Recife. Posteriormente, em 2020, o trabalho foi publicado como um capítulo do livro organizado pelo PPGMP, *Memória & Patrimônio: preservação, políticas e acesso*.

Em seguida, comecei a desenvolver o projeto de tese para o processo de seleção do PPGMP do ano de 2019, que ganhou o título: “Formação e revitalização de uma rua histórica e costeira: Rua Riachuelo – Rio Grande/RS”. O trabalho foi aprovado pela banca e a Prof.ª Dr.ª Maria Leticia Mazzucchi Ferreira foi designada para ser a minha orientadora. No primeiro ano do curso, em 2020, em meio às incertezas da pandemia causada pelo COVID-19, foi um “alimento para a alma” reescrever o projeto sobre a rua, acolhendo as sugestões da Prof.ª Leticia e tratando então não só da sua história, por si só especial, mas também das suas memórias.

Com relação às justificativas para esta tese, a análise dos tempos da Rua Riachuelo visa, inicialmente, a valorização do local pela população e pelo poder público. A elaboração de uma “biografia” da rua permitirá recompor temporalidades e espaços através dos remanescentes dessa via histórica, fornecendo dados para que o poder público possa desenvolver instrumentos, como tombamentos e inventários, próprios para a Rua Riachuelo, buscando incentivar os proprietários a contratarem serviços de conservação e restauração.

Dentro do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural, a tese insere-se na linha de pesquisa “Memória e Identidade Social”, pois aponta a Rua Riachuelo como um palimpsesto, relacionando as camadas da sua paisagem com questões relativas à memória coletiva, ao esquecimento e à identidade. Os aspectos físicos das edificações são relacionados às vidas que nelas habitaram

ou trabalharam, mostrando que alguns apogeus e declínios foram sofridos tanto pelos habitantes quanto por essas construções.

Em outras palavras, o trabalho analisou a rua como lugar físico e espaço antropológico, começando pelo seu nascimento e terminando praticamente duzentos anos depois, às vésperas da execução do seu projeto de revitalização, ou seja, do seu renascimento. Essa é uma prova de que mudanças podem ocorrer e, quem sabe, essa transformação da Rua Riachuelo e do Porto Velho possa se estender positivamente até os antigos sobrados e casas térreas do outro lado da rua.

1 A Rua Riachuelo em seu primeiro tempo: desenvolvimento e apogeu (década de 1820-1914)

1.1 Antecedentes: as margens do estuário antes da Rua Riachuelo

1.1.1 O princípio: a conquista do extremo Sul

A cidade do Rio Grande estava localizada entre o território português na América do Sul e a região platina, controlada por espanhóis no interior do continente. Era considerada estratégica por representar uma possibilidade de acesso às áreas mineradoras andinas e pela grande quantidade de mercadorias comercializadas com essa região que passavam pelo Rio da Prata (Arruda; Piletti, 2002). Portugal tinha a intenção de quebrar esse privilégio espanhol, recebendo a prata da região e oferecendo, em troca, artigos coloniais e produtos oriundos da Inglaterra (Pesavento, 1997).

Em 1680, na margem norte do Rio da Prata, os portugueses fundaram Colônia do Sacramento, território além de seus limites, conforme o Tratado de Tordesilhas[5]. Após perceberem a ameaça, os espanhóis ocuparam o lugar e, nos anos seguintes, o mesmo mudou de domínio algumas vezes (Arruda; Piletti, 2002). Esse foi o primeiro motivo pelo qual a região do Rio Grande tornou-se relevante. O segundo, um pouco menos conhecido ainda atualmente, envolveu a descoberta de metais preciosos no sudeste do Brasil.

Em fins do século XVII, os portugueses encontraram ouro e diamantes na região do atual estado de Minas Gerais. Era necessário suprir as necessidades de abastecimento da população local, que crescia rapidamente. Ao atual Rio Grande do Sul, chamado Rio Grande de São Pedro, começaram a chegar paulistas e lagunenses, objetivando conduzir o gado selvagem até a zona mineradora para o consumo, e as mulas para o transporte (Pesavento, 1997).

As atividades com o gado haviam sido iniciadas em 1682, quando os jesuítas espanhóis retornaram ao atual Rio Grande do Sul, em uma segunda etapa colonizadora, após atividades realizadas na primeira metade do mesmo século. Nas Missões Jesuíticas, aldeamentos com grandes estâncias, eles criaram gado e

[5] Assinado em 1494, o Tratado de Tordesilhas definiu que o limite para a ocupação portuguesa estaria a leste de uma linha imaginária que passava pelo estado de Santa Catarina, mais precisamente pela cidade de Laguna (Arruda; Piletti, 2002).

produziram erva-mate (Pesavento, 1997). Foram, então, fundados os chamados Sete Povos: São Nicolau (1620), São Miguel (1632), São Borja (1682), São Luís (1687), São Lourenço (1690), São João Batista (1697) e Santo Ângelo (1707) (Rhoden, 2013).

Tendo em vista essas questões, os lugares existentes entre Colônia do Sacramento e Laguna, limite do território português, passaram a receber a atenção de autoridades. Em 1704, o Capitão Francisco Ribeiro informou o caminho para se chegar à região platina e aconselhou a criação de povoações em Maldonado e Rio Grande, essa última já conhecida por alguns tropeiros e autoridades (Queiroz, 1987). Essas povoações deveriam presidir a região, ou seja, guiar e proteger suas atividades através de fortificações e guardas militares.

Em 1706, os castelhanos iniciaram um período de ocupação de Colônia do Sacramento, que terminou em 1715 com a assinatura do Tratado de Utrecht, devolvendo o território a Portugal (Pesavento, 1997). Como consequência, em 1726, os espanhóis fundaram Montevidéu, estabelecendo-a na mesma margem de Colônia do Sacramento (Arruda; Piletti, 2002).

A tensão ao longo dos anos era permanente na região platina, entre as duas coroas e os indígenas. A Espanha sentia-se prejudicada pelo grande contrabando de produtos pelos portugueses e os povos indígenas das missões não encaravam bem a concorrência portuguesa na exploração do gado selvagem (Possamai; Santos, 2012). Em 1735, ocorreu o auge do conflito, com os espanhóis iniciando o sítio à Sacramento, que duraria dois anos, e completando as ações que previam o controle do comércio da região (Pesavento, 1997).

Como resultado das ações espanholas, os portugueses começaram a colocar em prática o seu plano para Rio Grande. Como Governador-Geral Interino do Rio de Janeiro, substituindo Gomes Freire de Andrade, o Brigadeiro José da Silva Paes[6] tinha como objetivos fundar uma fortificação no Rio Grande de São Pedro, expulsar os espanhóis de Montevidéu e terminar com o bloqueio à Colônia (Rhoden, 2013).

O plano foi adquirindo cada vez mais importância, tendo como desígnio geral liberar a navegação no Rio da Prata. Em janeiro de 1736, o Conselho Ultramarino aprovou as sugestões de Silva Paes e defendeu, junto à Coroa, a concepção da

[6] Engenheiro militar português enviado pela Coroa lusa à sua colônia na América com o título de Brigadeiro, em 1735. Foi Governador-Geral Interino em algumas ocasiões, comandou a execução do Forte Jesus-Maria-José em Rio Grande e de alguns fortes no Rio de Janeiro e em Santa Catarina (Weimer, 2006).

fortificação e povoação da parte sul do canal do Rio Grande (Queiroz, 1987). Assim, saiu de Lisboa, em março de 1736, uma pequena esquadra, comandada pelo Coronel Luiz de Abreu Prego, que incorporou novos integrantes no Rio de Janeiro e partiu em junho para o Rio da Prata (Possamai; Santos, 2012). As operações por terra e as tropas de desembarque foram lideradas pelo Brigadeiro Silva Paes e, do Rio de Janeiro, o Governador-Geral Gomes Freire de Andrade coordenou toda a intervenção (Queiroz, 1987).

Apesar da superioridade da frota lusa, houve fracasso em muitas de suas investidas. Nas proximidades de Montevidéu, os portugueses perceberam a grande resistência das fortificações, enquanto intensas tempestades colocavam a frota em perigo (Queiroz, 1987). Dessa forma, seguiram para a localidade de Maldonado, a fim de ocupá-la e de lá edificar uma fortificação. No entanto, a falta de água e madeira frustrou os planos e os reforços que chegaram não foram suficientes para findar o cerco à Colônia (Possamai; Santos, 2012). Restava a tentativa de cumprir o último objetivo de Silva Paes: criar uma fortificação em Rio Grande.

1.1.2 As origens da Povoação e o Núcleo do Porto

Em 19 de fevereiro de 1737, ocorreu a fundação do Presídio e Povoação do Rio Grande de São Pedro[7]. O Brigadeiro José da Silva Paes chegou ao Rio Grande acompanhado de um destacamento militar a bordo de uma pequena esquadra com embarcações de pouco calado, adequadas para as características do canal de entrada (Torres, 2010). Conforme Queiroz (1987, p. 47), nenhum povoamento existia quando Silva Paes chegou e “lançou os fundamentos da cidade militar”.

Segundo Torres (2010, p. 27), a localização da povoação cumpria o ideal de “manter uma possessão lusa contígua à Banda Oriental do Rio Uruguai, oferecendo retaguarda às ações da Coroa Portuguesa no Rio da Prata”. Para Rhoden (2013), apesar das complexidades da barra, era o melhor local do ponto de vista estratégico, pois facilitava a defesa da entrada do estuário e de todo o sistema que conduzia ao interior do território gaúcho através das águas.

[7] Queiroz (1987, p. 49) informa a existência em documentações de algumas nomenclaturas para Rio Grande, sendo também utilizadas: “Porto do Rio Grande de São Pedro”, “Estreito do Rio Grande de São Pedro”, “Rio de São Pedro”, “Comandância Militar do Rio Grande de São Pedro”.

Em um primeiro momento, as fortificações criadas no Rio Grande compreenderam o Forte Jesus-Maria-José, na área nordeste da península, nas margens do estuário; e o Forte do Estreito, no interior da península, em uma região com pouca largura. Ao redor de cada um dos fortes surgiu um núcleo populacional. O Núcleo do Porto, junto ao Forte Jesus-Maria-José, era menor e mais simples, e nele estava localizada a fiscalização da atividade comercial (Queiroz, 1987). A localização exata do antigo forte varia conforme alguns pesquisadores[8], mas todos o situam nas proximidades da Praça Sete de Setembro, antiga Praça do Poço. Conforme Copstein (1982), o forte estava localizado entre as atuais ruas Fernando Duprat da Silva[9], Francisco Marques, República do Líbano e General Bacelar.

Posteriormente, os dois núcleos se expandiram com a chegada dos primeiros imigrantes. Conforme Copstein (1982), esses eram oriundos das cidades de Colônia do Sacramento e Laguna e dos atuais estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Segundo o autor, os primeiros dois anos da povoação apresentaram um crescimento populacional significativo, sendo a sociedade “composta por militares, artesãos, negociantes, índios e escravos”, havendo 12 comerciantes em 1738 (Copstein, 1982, p. 55-56). Nesse ano de 1738, a Coroa criou a Comandância Militar do Rio Grande de São Pedro, fixando sua sede em Santa Catarina e mantendo-a subordinada ao Rio de Janeiro (Pesavento, 1997).

Por volta de 1747, o avanço das areias sobre o Núcleo do Estreito trazia tamanha dificuldade que a população já o havia praticamente abandonado. Cinco anos depois, o núcleo, que era inicialmente mais populoso e abrigava as atividades administrativas, foi oficialmente transferido para junto ao do Porto, local de origem dessas atividades (Queiroz, 1987).

Em 1747, também ocorreu a elevação da povoação à condição de vila, através da Carta Régia de fundação, de 17 de julho daquele ano. Na carta, D. João V, atendendo ao Governador do Rio de Janeiro e ao Conselho Ultramarino, fornecia instruções a respeito da criação da Vila do Rio Grande de São Pedro[10]. No documento,

[8] TORRES, Luiz Henrique. Forte Jesus-Maria-José: fontes historiográficas. *Biblos* - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, v. 16, p. 191-200, 2004.
[9] A Rua Andrade Neves, citada por Copstein (1982), sofreu uma redução. Seu trecho entre a Rua República do Líbano e a Rua Riachuelo passou a compor a Rua Fernando Duprat da Silva.
[10] Apesar desse fato, a instalação da Câmara em Rio Grande, exigência para a elevação da povoação à condição de vila, só ocorreu quatro anos depois (Queiroz, 1987).

havia referências à Carta Régia de criação da Vila de Aracaty, no atual estado do Ceará, de 11 de abril de 1747.

As recomendações presentes nas cartas foram as primeiras, em nível oficial, a trazerem regramentos para a nova vila, não em função de seu caráter militar, mas sim de núcleo urbano para o qual se esperava um crescimento nos anos seguintes. Conforme a Carta de Aracaty, após a escolha do sítio, deveria ser mantida "a ideia que aponta de estender uma face da vila ao longo do rio", sendo demarcado o lugar para uma praça que teria aos seus lados os edifícios públicos (Arquivo Histórico Ultramarino *apud* Oliveira, 2012, p. 341-342).

Nas primeiras décadas da vila, é possível inferir que a mudança da população do Núcleo do Estreito para o do Porto, somada às recomendações da Carta Régia, tenha feito com que novas construções fossem dispostas próximas ao Forte Jesus-Maria-José em ruas extensas, paralelas ao estuário. Naquele momento, o panorama era de uma população que buscava resistir às dificuldades do sítio, como as areias transportadas pelos fortes ventos, enquanto poucos recursos chegavam.

Em meio a essa tentativa de crescimento da região, em 1750 teve início a Guerra Guaranítica. Com a assinatura do Tratado de Madri[11], foram acordadas novas fronteiras portuguesas e espanholas na América do Sul. Os guaranis recusaram-se a abandonar suas terras, agora portuguesas, nos Sete Povos das Missões, o que contribuiu para o início de um conflito violento, que seria finalizado apenas em 1756 (Pesavento, 1997).

A Vila do Rio Grande, que já sofria com carência de recursos, passou a ser negligenciada pela Capitania do Rio de Janeiro. Em 1755, faltavam recursos para resolver alguns dos problemas mais urgentes, como a inexistência de uma cadeia. Também não havia verbas para a construção de uma sede da Câmara que apresentasse maior qualidade do que as precárias casas de aluguel existentes na vila (Queiroz, 1987).

No mesmo ano, ocorreu um incêndio que arruinou a Capela do Rosário[12], então Matriz da Vila do Rio Grande, localizada nas proximidades do Forte Jesus-Maria-José. Conforme Torres (2006), em janeiro daquele ano ocorreu o incidente e, em novembro,

[11] Assinado em 1750, o Tratado de Madri estabeleceu que a posse das terras caberia a quem as estivesse ocupando, e Portugal renunciaria à Colônia do Sacramento em troca dos Sete Povos das Missões (Arruda; Piletti, 2002).

[12] Estava localizada, mais precisamente, na Rua Dr. Napoleão Laureano nas proximidades da Rua Luiz Loréa (Torres, 2006).

estava edificada uma nova igreja, então Matriz de São Pedro. Como o antigo templo estava afastado da maioria das habitações da vila e as outras igrejas estavam em mau estado de conservação ou também distantes, a nova Matriz[13] foi edificada em outro terreno, a leste da anterior e do Forte (Torres, 2006).

Conforme alguns autores, como Torres (2006) e Oliveira (2012), o caminho entre o Forte Jesus-Maria-José e a nova Matriz originou a Rua Direita da cidade, atual Rua General Bacelar[14]. A denominação “Rua Direita” esteve presente no Brasil colonial desde a criação de seus primeiros núcleos, graças à influência das cidades portuguesas. De acordo com Marx (1980, p. 44-45), essas ruas eram “rotas seguras”, “direitas entre uma coisa e outra referência importante” das povoações e cidades, sendo um desses pontos quase sempre um templo religioso.

Enquanto Rio Grande desenvolvia-se a passos largos, novos conflitos ocorreram pela posse da região platina. O Tratado de Madri (1750), que havia estabelecido que Portugal entregaria Sacramento à Espanha, em troca das Missões, ainda não estava efetivado quando, em 1756, as duas nações entraram em conflito com a Guerra dos Sete Anos (Pesavento, 1997). A anulação oficial do Tratado de Madri com o Tratado de El Pardo, em 1761, e a assinatura de paz na Europa com o Tratado de Paris, em 1763, não trouxeram um período de conciliação à América (Queiroz, 1987).

Como Portugal não tinha a real intenção de entregar Colônia do Sacramento, a Espanha elaborou um plano de expansão que visava passar para seu domínio os territórios portugueses ao sul, desde Rio Grande até Santa Catarina (Queiroz, 1987). Diante da possibilidade de perder a Vila do Rio Grande de São Pedro e todo o seu território ao sul, o Governador do Rio de Janeiro, Gomes Freire de Andrade, articulou algumas medidas. Sendo o local contornado pela água e os fortes estando em precárias condições, Gomes Freire projetou a linha de defesa na Angustura de Castilhos (atual Uruguai), entre o Canal do Rio Grande e o Rio da Prata (Queiroz, 1987).

Os planos de defesa falharam, os militares retiraram-se para Rio Grande e o Governador da Vila, Elói Madureira, partiu para Viamão sem providenciar uma prévia

[13] Atualmente Catedral de São Pedro, preservada e tombada pelo IPHAN na década de 1930. Informações disponíveis em: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126. Acesso em: 15 jun. 2024.
[14] A Rua General Bacelar é a segunda paralela ao sul da Rua Riachuelo e será muitas vezes mencionada neste trabalho, assim como a Rua Marechal Floriano Peixoto, primeira paralela ao sul.

e organizada evacuação dos habitantes (Queiroz, 1987). Em abril de 1763, o Governador de Buenos Aires, D. Pedro de Cevallos, após conquistar Sacramento, invadiu Rio Grande (Pesavento, 1997). A linha de defesa passou a ser a margem norte do canal, atual cidade de São José do Norte. A sede do governo português e a Câmara da Vila do Rio Grande de São Pedro foram transferidas para a Capela de Viamão, sendo que a Câmara manteria sua denominação até a transferência da capital para Porto dos Casais, em 1773 (Queiroz, 1987).

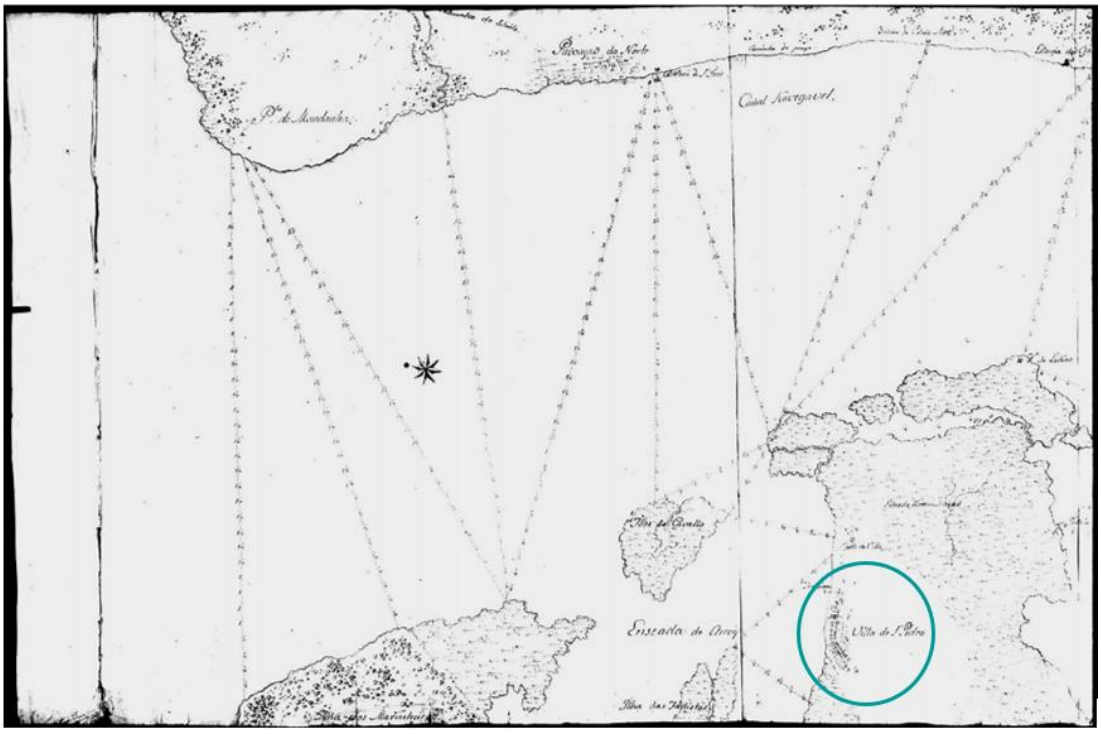
Treze anos depois, em abril de 1776, o Rio Grande de São Pedro foi reconquistado pelos portugueses. Segundo Torres, “mais de 4.000 homens, partindo de São José do Norte, neutralizaram baterias situadas ao longo do sul do canal e desembarcaram no Rio Grande, gerando a evasão de mais de 1.200 militares espanhóis” (Torres, 2008). Os portugueses encontraram o local deserto, com muitas das já precárias habitações arruinadas pelas areias. As exceções eram a Matriz de São Pedro, a Casa do Governador e o Hospital (Queiroz, 1987).

Nas ocasiões da perda e recuperação do território rio-grandino, alguns mapas foram desenvolvidos por autoridades militares. No ano da reconquista, foi realizado um mapa da região representando a “Villa de S. Pedro” após a retomada pelos portugueses (Figura 3). A planta acompanha um manuscrito, ambos desenvolvidos pelo Marechal de Campo Jacques Funck[15], que tinha por objetivo retratar as condições do canal e suas partes navegáveis, além da situação de todos os fortes, redutos e baterias existentes (Funck, 1776). No desenho, a região foi registrada com o Norte rotacionado a quase 90° à esquerda.

Um recorte ampliado da planta (Figura 4) mostrou maiores detalhes. Havia um trapiche voltado para o estuário, próximo ao centro da faixa de terra com a qual fazia margem. Algumas edificações foram registradas, mas se percebe a formação de apenas um quarteirão, ao centro. Na parte superior da imagem, a nordeste, estava o Forte Jesus-Maria-José, denominado Forte da Villa. Havia uma rua paralela ao estuário com edificações em seus dois lados, seguindo até a fortificação. Essa disposição foi analisada por Oliveira (2012), que também ressaltou a continuidade da rua como Estrada de Comunicação, em direção ao Forte da Mangueira.

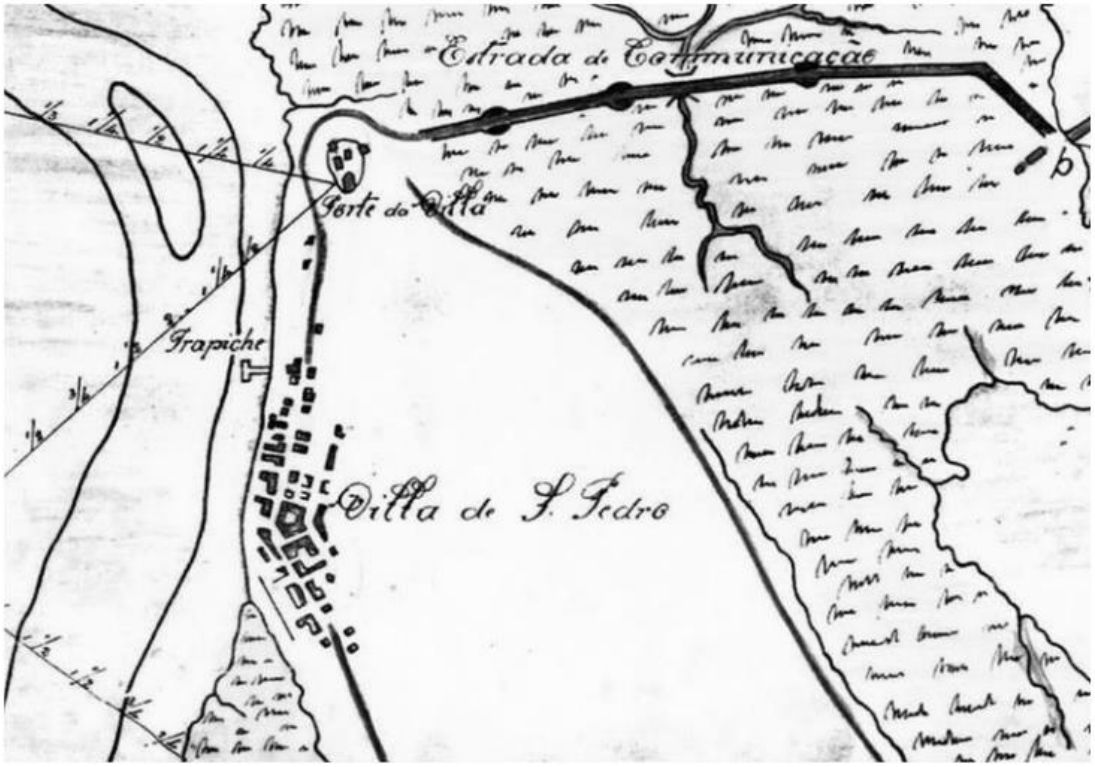
[15] Conhecido em território português como Jacques Funck ou Diogo Jacques Funck, o engenheiro militar sueco Jakob Funck começou a trabalhar para Portugal em 1767, na Capitania do Rio de Janeiro. Também demonstrou habilidades como cartógrafo e arquiteto em territórios da região sul da colônia (Weimer, 2006).

Figura 3 - “Planta do Rio Grande de S. Pedro desde a Intrada da Barra athe a Ponta da Mendanha feita na dita Parage em 1776 pelo Marechal de Campo J. Funck”. Primeira das quatro divisões da planta. Destaque da autora: área urbanizada da vila



Fonte: Biblioteca Nacional Digital.

Figura 4 - Recorte da “Planta do Rio Grande de S. Pedro desde a Intrada da Barra athe a Ponta da Mendanha feita na dita Parage em 1776 pelo Marechal de Campo J. Funck”



Fonte: Acervo da Prefeitura Municipal do Rio Grande. Cópia da planta original (imagem digital em melhor resolução).

Essa era uma representação da Rua Direita, que seguiu as recomendações da Carta Régia de fundação da vila, estendendo-se paralelamente à água, originando a atual Rua General Bacelar. Ao sul dela havia outra rua, de menor comprimento, com edificações em seus dois lados. Ao norte, às margens do estuário, não é clara a existência de uma rua enquanto um caminho e um espaço público, mas sim como uma faixa de terra.

Conforme Barreto (1976), a Rua da Praia, atual Rua Marechal Floriano Peixoto, teria sido criada em fins do século XVIII. Como o nome sugere, ela estaria nas margens do estuário, paralela à Rua Direita, onde no ano de 1776 havia a faixa de terra. Segundo Copstein (1982, p. 53-60), Rio Grande “avançara sobre as águas a Rua da Praia”, utilizando como aterros, de modo geral, areia das dunas, material de dragagens do canal e cinzas de lixo.

Esse era o panorama do centro urbano da vila, após o período de treze anos de ocupação espanhola, caracterizado por abandono e estagnação. Semelhante era a situação das outras regiões da Capitania do Rio Grande de São Pedro, que havia sido criada em 1760, desvinculada de Santa Catarina e subordinada àquela do Rio de Janeiro (Pesavento, 1997). Nas últimas duas décadas desse século, entretanto, teve início uma fase de desenvolvimento econômico, em grande parte pelo funcionamento das charqueadas na região. Conforme Queiroz:

> [...] a era da charqueada surpreende a Vila do Rio Grande completamente arruinada, com suas casas de madeira e palha em processo de decomposição, após os treze anos de abandono [...]. A reocupação do território atrelou novamente a Vila e sua Freguesia ao processo de desenvolvimento do “continente” [...]. É pelas terras da Freguesia que se estendem, um após outro, os estabelecimentos das charqueadas. O comércio interno da capitania se processa, principalmente, pela via fluvial, através de iates que descem ou sobem do Porto do Rio Grande pela Lagoa dos Patos até o canal de São Gonçalo [...] (Queiroz, 1987, p. 151).

Conforme Gutierrez (2011, p. 59-61), a instalação da Povoação do Rio Grande ocorreu próxima à criação dos “primeiros estabelecimentos destinados, quase que exclusivamente, à salga de carnes”, sendo o núcleo saladeiril sulino implantado a partir de 1780. Foram dois os principais motivos para o desenvolvimento da produção do charque. O primeiro teve relação com as secas que prejudicaram a produção em áreas no norte e no nordeste entre 1774 e 1777. O segundo foi o aumento da necessidade de gêneros alimentícios em áreas no centro e no norte do país, pelo crescimento da população (Queiroz, 1987).

Em sua entrada no século XIX, a Vila do Rio Grande de São Pedro atravessava o período de desenvolvimento econômico iniciado aproximadamente duas décadas antes. Nesse momento, a função militar estava, aos poucos, cedendo espaço para a função comercial. As atividades portuárias, ligadas a esse comércio, trouxeram mudanças para a cidade, não só no aspecto econômico, mas também no desenho urbano, com novos aterros que possibilitaram novas ruas.

1.1.3 A criação da Alfândega e a chegada dos viajantes

Com o crescimento das atividades portuárias e comerciais, surgiu a necessidade da criação de uma Alfândega na vila. A repartição foi criada pela Carta Régia de 15 de julho de 1804 e instalada em outubro do mesmo ano, com um significativo papel na exportação do couro, sobre o qual incidiam tributos, como o Quinto Régio e o Dízimo dos Couros (Brasil, 2012).

O primeiro edifício para as atividades alfandegárias estava localizado na Rua Marechal Floriano Peixoto, nas proximidades com a Rua Andradas. Segundo Torres (2004), o terreno apresentava medidas de 106 palmos[16] de largura em frente à atual Praça Xavier Ferreira, e 73 palmos pela Rua Andradas. Ou seja, situava-se na diagonal do lote onde seria construído o terceiro edifício, preservado ainda hoje. No início do século XIX, a Rua Marechal Floriano Peixoto, então Rua da Praia, ainda era a que estava mais próxima ao estuário e às atividades portuárias. A nova construção distava 28 braças do trapiche, onde eram desembarcadas as mercadorias (Torres, 2004).

Para além dos limites da vila, ocorreram mudanças políticas e administrativas que nela reverberaram. Em 1807, a Capitania do Rio Grande de São Pedro foi promovida à Capitania-Geral, independente daquela do Rio de Janeiro e subordinada diretamente ao Vice-Rei do Brasil (Pesavento, 1997). Ocorria um aumento da importância da região, por seu crescimento econômico e sua posição estratégica.

Um ano depois, logo após a chegada da corte portuguesa em sua colônia na América, foi assinada por D. João VI a carta de Abertura dos Portos às Nações Amigas. Tal feito possibilitou a entrada e a saída de embarcações transportando mercadorias vindas de países distintos daqueles sob o domínio da Coroa Portuguesa

[16] Segundo Mendes, Veríssimo e Bittar (2001), um palmo representa entre 22 e 24 centímetros, uma braça equivale a 91 centímetros e um pé representa 30,5 centímetros.

e com os quais eram mantidas relações de paz ou de produções coloniais (Brasil, 2012).

Na Vila do Rio Grande de São Pedro, os acontecimentos ainda não eram informados em jornais locais ou registrados em fotografias. Dados relevantes, que antes estavam presentes em documentos de autoridades militares, passaram a constar também em relatos de viajantes estrangeiros. Os relatos de comerciantes, botânicos e artistas foram muito relevantes para auxiliar na compreensão do panorama da vila.

Atraído pela possibilidade de comércio na região, o inglês John Luccock[17] passou dois meses no estado do Rio Grande do Sul, parte desse tempo em Rio Grande, durante o ano de 1809. O viajante afirmou que a partir da barra era possível observar de longe “a pequenina e linda cidadezinha branca de São Pedro do Sul”, assim como a quantidade de navios ancorados, que mostrava “sinais de comércio que animaram nossos espíritos” (Luccock, 1942, p. 115).

Luccock relatou que o navio foi levado para o seu ancoradouro na aldeia de São Pedro do Norte, e que, independentemente disso, São Pedro do Sul mantinha a sua importância pela proximidade ao oceano. Aqui, observa-se a dependência existente em relação ao porto de São José do Norte, na margem leste do estuário. Entretanto, era no Rio Grande, na margem sul, que os navios precisavam entregar seus documentos, onde os principais negociantes residiam ou mantinham seus agentes estabelecidos e onde se podia alugar botes no embarcadouro junto ao cais público (Luccock, 1942, p. 116-118).

O viajante também trouxe algumas informações sobre duas ruas da vila. A principal fileira de casas, “bonita e graciosa”, ficava na direção leste-oeste, com janelas através das quais se observava uma ilha extensa, e atrás dessa rua havia outra com pequenas cabanas de barro e palha, habitações das classes menos favorecidas (Luccock, 1942, p. 117). Com relação aos mapas observados e considerando o crescimento da vila na região próxima ao porto desde o ano de 1776, infere-se que a fileira graciosa era a Rua da Praia, com edificações em seu lado sul.

Luccock apresentou relatos sobre alguns edifícios públicos, considerando-os muito simples e, no geral, em não muito boas condições de conservação. Sobre o primeiro edifício da Alfândega, construído em 1804, ele afirmou:

---

[17] Comerciante inglês, do ramo dos tecidos de lã, cutelaria e ferragens, embarcou para o Brasil em 1808. No Rio Grande, teve como correspondente a firma Lewis Parry & Cia. (Alves; Torres, 1995).

> É uma construção de cantaria, com paredes de cerca de dez pés de alto, coberto de um telhado muito íngreme que lhe dá o aspecto de uma velha cocheira inglesa. Dentro, duas áreas quadradas e separadas por grades contêm, cada qual, uma mesa e alguns tamboretes, para os trâmites do ofício. [...] Em frente dele e rente d'água, há um pequeno barracão de telhas, erguido sobre esteios com um soalho de pranchas e munido de um guindaste, constituindo o único trapiche público e lugar único em que todas as mercadorias têm que ser desembarcadas (Luccock, 1942, p. 118).

Sobre o caráter da vila como um todo, Queiroz (1987, p. 157) informou que "a histórica função militar da Vila do Rio Grande era então substituída pela função comercial, no início do século XIX". Essa mudança, no entanto, foi gradual pois, conforme Alves e Torres (1995), o papel militar do Rio Grande, definido em seus primórdios, ainda era um fator fundamental na primeira década do mesmo século.

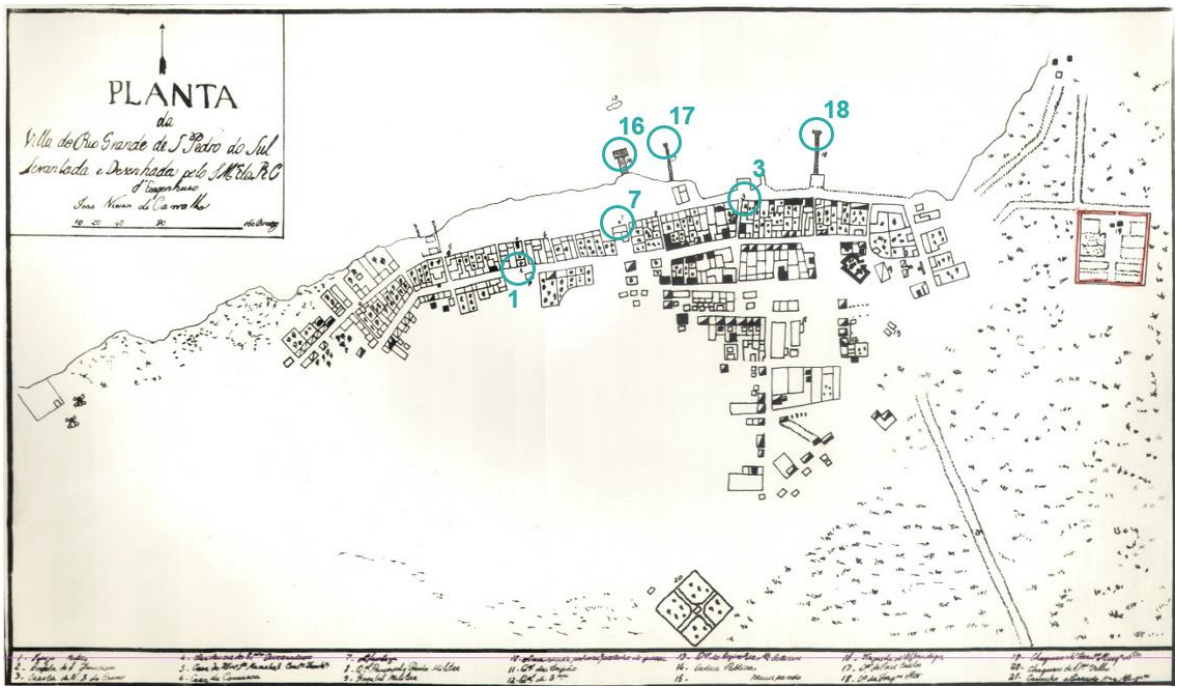
Luccock relatou que na vila havia cautela e disciplina, com "os homens de armas devidamente apetrechados para o serviço", postados na Casa do Governador, no cais e em todos os edifícios públicos, sendo a vila "uma guarnição" (1942, p. 119-121). Com relação à sua atividade, o viajante elogiou o comércio do lugar, afirmando que se achava em progresso, pela chegada dos produtos ingleses com menor preço, e pelo aumento da população (Luccock, 1942). No entanto, ao longo do seu texto, Luccock afirmou a necessidade de viagens a outras localidades para a venda de seus produtos, que não estavam sendo comprados pelos habitantes ou visitantes do Rio Grande.

No final da década, a Capitania do Rio Grande de São Pedro havia conquistado considerável crescimento econômico e populacional. No entanto, existiam problemas causados pela concentração da administração civil e judiciária em Porto Alegre, que sediava a única Câmara existente. Dessa forma, em 1809, ocorreu a divisão da Capitania nos municípios de Porto Alegre, Rio Pardo, Santo Antônio da Patrulha e Rio Grande (Queiroz, 1987).

No ano de 1816, foi realizado um registro da área urbana pelo Sargento-Mor do Real Corpo de Engenheiros João Vieira de Carvalho[18], resultando na "Planta da Villa do Rio Grande de S. Pedro do Sul" (Figura 5). O autor trouxe uma importante contribuição ao representar os quarteirões da vila e seus lotes. É possível observar que a Rua General Bacelar contava com construções nos seus dois lados, embora a face voltada para o norte apresentasse mais quarteirões completos, com lotes em suas quatro faces.

[18] Segundo Weimer (2006), o engenheiro português que viria a ser Barão, Conde e Marquês de Lajes, em 1817 ainda residia em Rio Grande, tendo sido promovido a Tenente-Coronel.

Figura 5 - “Planta da Villa do Rio Grande de S. Pedro do Sul”, levantada e desenhada pelo Sargento-Mor do Real Corpo de Engenheiros João Vieira de Carvalho, em 1816. Marcação da autora, conforme legenda existente: 1 – “Igreja Matriz”; 3 – “Capela de N. S. do Carmo”; 7 – “Alfândega”; 16 – “Trapiche da Alfândega”; 17 – “Trapiche do José Carlos”; 18 – “Trapiche do Joaquim Mez”



Fonte: Liber Studium - Laboratório de Arqueologia do Capitalismo - FURG. Arquivo Digital.

Embora o mapa analisado anteriormente, de 1776 (Figura 4), não fosse tão preciso em relação aos lotes e aos quarteirões, é possível inferir que foram executados aterros, conforme citado por Barreto (1976), pois a distância da Rua General Bacelar até a margem do estuário tornou-se maior. Não só próxima à Praça Xavier Ferreira, mas também a leste, permitindo a criação de quarteirões com profundidade considerável, com lotes também voltados para a Rua Marechal Floriano Peixoto.

Esse é outro dado que confirma a hipótese de a “fileira de casas bonita e graciosa” relatada por Luccock sete anos antes, com vista para o estuário, ser a Rua Marechal Floriano Peixoto. Considerando o crescimento representado pela planta de 1816 e sabendo-se que, apesar do desenvolvimento econômico, as construções dependiam de materiais vindos de outras localidades, é possível que a atual Rua da Praia já apresentasse uma formação semelhante em 1809.

O mapa também traz informações importantes ao apresentar uma legenda com a localização de algumas construções, como a Matriz de São Pedro, a Capela de Nossa Senhora do Carmo, a Alfândega e seu trapiche e os trapiches de José Carlos e de Joaquim Mez, entre outros.

Em 1820, outro viajante esteve na Vila do Rio Grande de São Pedro, realizando importantes relatos. Auguste François César de Saint-Hilaire[19], naturalista francês, chegou ao Brasil em 1816, realizando, posteriormente, uma expedição botânica ao Rio Grande do Sul (Alves; Torres, 1995).

Segundo Saint-Hilaire, as areias haviam coberto ruas inteiras da vila a oeste, fazendo com que ela se estendesse para leste, ganhando a área através de aterros provenientes de areia e entulhos (Saint-Hilaire, 1987). Essa informação vai ao encontro do fato exposto anteriormente, sobre a Matriz de São Pedro ter sido construída próxima ao casario, inicialmente a oeste, no século XVIII. O mapa de 1816 também mostrou o deslocamento ocorrido para leste.

Sobre o traçado urbano, o naturalista informou que Rio Grande apresentava então seis ruas paralelas ao estuário, cortadas por outras mais estreitas, os becos. Havia muitas casas bonitas e assobradadas, a rua mais extensa era a Rua da Praia, às margens da água, e as demais, paralelas a ela, decresciam de tamanho (Saint-Hilaire, 1987).

Saint-Hilaire revelou a existência de um cais, na extremidade da praça, que contava com um galpão de “dezesseis passos de comprimento por vinte de largura, coberto de telhas, sustentado por barrotes de madeira muito fracos”. Utilizando um guindaste, descarregavam-se as mercadorias no depósito, que era acessado por uma ponte de madeira com “setenta pés de comprimento entre pilares e guarnecida de um peitoril dotado de bancos” (Saint-Hilaire, 1987, p. 105-106). Com relação às atividades portuárias, Saint-Hilaire informou ainda:

> O progresso desta cidade é devido unicamente ao fato de ali estar situada a alfândega, e de ser ponto obrigatório para transportar todas as mercadorias destinadas ao norte. Prive-se dessa proteção oficial, inteiramente contrária à ordem natural das coisas, e ela entrará em decadência (Saint-Hilaire, 1987, p. 106).

Nesse relato, o naturalista evidenciou a importância das atividades alfandegárias para a própria existência da vila. Conforme a identidade militar se dissipava, a importância do sítio rio-grandino era questionada. Muitos seriam os esforços realizados nos anos seguintes para viabilizar melhores condições ao porto e à barra, ao mesmo tempo em que o comércio continuava a se desenvolver.

---

[19] Saint-Hilaire, um autodidata com interesse científico, chegou ao Brasil integrando a delegação do Duque de Luxemburgo, Embaixador da França no Rio de Janeiro (Alves; Torres, 1995).

Em 1822, o charqueador Antonio José Gonçalves Chaves[20] escreveu informações importantes sobre Rio Grande, que seriam publicadas como parte de seus apontamentos de caráter político e econômico no ano seguinte. Sobre os edifícios, informou incialmente que havia três templos religiosos, a “respeitável” Igreja Matriz de São Pedro, a Igreja dos Terceiros de São Francisco com “acanhada” capela e a “lindíssima” Igreja dos Terceiros do Carmo (Chaves, 1922, p. 140-141). É interessante observar a menção à Igreja do Carmo[21], também citada no mapa de 1816, na parte leste da localidade, e que será mencionada muitas vezes nesta tese, por sua proximidade com a área portuária.

Assim como os viajantes, Chaves também fez comentários sobre alguns edifícios públicos e seu estado de conservação. Segundo ele:

> Ha huma Casa em ruinas a que intitulão Palacio, apenas serve para a Administração do Correio. Hum Trapixe construido em madeira que, relativamente fallando, he a unica obra da Fazenda Nacional que mereça ser mencionada. Quanto ao mais: Corpo da Guarda, Armazens, Casa da polvora, Hospital Militar, Alfandega &c. São obras de auzentes, e tudo junto não val a pena de se botar abaixo (Chaves, 1922, p. 141).

O charqueador também trouxe a informação da existência de 346 residências, 24 lojas de fazendas, 15 armazéns a atacado, três boticas, dois ferreiros, dois tanoeiros, dois ourives, duas lojas de louças, dois latoeiros e um caldeireiro (Chaves, 1922). Essa informação mostra o caráter comercial da vila, com estabelecimentos dedicados a vendas que representavam mais de dez por cento do número de habitações. Chaves também informou que não foi só o número de residências que havia aumentado, mas também a quantidade de prédios (não residenciais), em “valor e magnificência” (Chaves, 1922, p. 142).

Assim como Saint-Hilaire, Chaves comentou sobre a difícil situação das areias que avançavam sobre certos pontos da localidade. Afirmou que na Rua da Praia e na Rua Direita, a oeste, vinte e sete propriedades haviam sido submersas pelas areias entre 1811 e 1816 (Chaves, 1922). Essas foram as únicas ruas citadas pelo charqueador em sua obra.

---

[20] Português que chegou ao Rio Grande do Sul em 1805, estabelecendo uma importante charqueada às margens do Arroio Pelotas e atuando como vereador da Câmara Municipal de Pelotas. HAFKEMEYER, João Batista (prospecto). In: CHAVES, Antônio José Gonçalves. *Memorias economo-politicas sobre a administração pública do Brasil*. Porto Alegre: IHGRGS, 1922.

[21] Conforme Cesar (2016, p. 119), o templo teve suas obras iniciadas em 1800, “mas só recebeu a benção eclesiástica em 1809”.

1.2 Avançando sobre o estuário surge a Rua Nova das Flores

1.2.1 Uma aquarela de uma nova paisagem

Segundo Torres (2009, p. 25), em janeiro de 1822 a Câmara Municipal, através de uma correspondência, solicitou “a abertura e alinhamento de uma nova rua junto ao Canal”. Essa foi a informação mais antiga encontrada referente à intenção de se criar um novo logradouro, que se tornaria a Rua Riachuelo. Fontoura (1985, p. 64) informou que a rua havia sido “ganha ao mar, por ocasião da demolição do forte, com aterro proveniente das areias das trincheiras, e que eram arrastadas em couros bovinos”. O material proveniente do Forte Jesus-Maria-José teria sido despejado no local em 1826 (Torres, 2009).

Com relação aos anos 1820, foram analisadas duas obras com autoria do artista francês Jean Baptiste Debret[22], consideradas as mais antigas a retratar a região portuária do Rio Grande. Sobre o artista, Bandeira e Lago (2013) trouxeram a informação de que a sua única longa viagem, para além dos limites do Rio de Janeiro, teria ocorrido em 1827, com destino a São Paulo e aos estados ao Sul[23]. No entanto, os mesmos autores mostram uma aquarela e um esboço do artista assinados e datados de 1823 e 1825, retratando diferentes cenas do estado do Rio Grande do Sul (Bandeira; Lago, 2013).

Entre diversas localidades, a paisagem da cidade do Rio Grande foi registrada por Debret em pontos como a entrada do canal da barra e a área às margens do estuário. Essa última região foi retratada em um esboço de desenho (Figura 6) e em uma aquarela finalizada (Figura 7), ambos mostrando a então chamada Rua Nova das Flores. O esboço foi realizado aproximadamente entre 1824 e 1827, com o título *S.t Pierre du Sud (Rio Grande)* escrito em sua parte superior. A aquarela finalizada foi datada de 1827, com o título *São Pedro do Sul*.

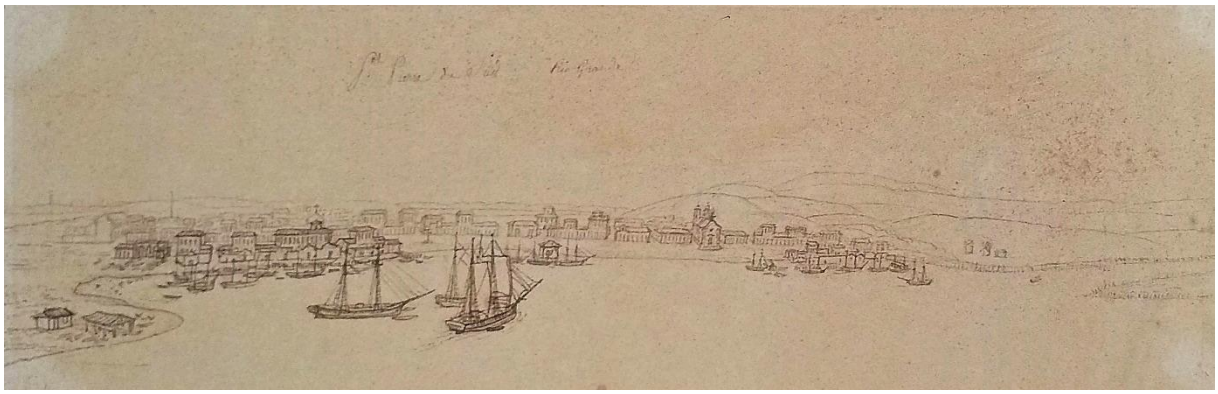
A referida aquarela mostra em primeiro plano o estuário. A Rua Nova das Flores está representada à esquerda, ao lado de um espaço vazio. Esse espaço, ao longo

[22] Debret chegou ao Brasil em 1816, acompanhado de outros membros da Colônia *Lebreton* que deram origem à Missão Artística Francesa. Contratado inicialmente como “professor de pintura histórica”, permaneceu no país até 1831, tendo produzido centenas de obras que retrataram a vida nas cidades coloniais brasileiras (Bandeira; Lago, 2013, p. 62-63).

[23] Esta tese não teve a intenção de aprofundar a discussão sobre Debret ter realmente visitado a cidade do Rio Grande e região na década de 1820 ou se os desenhos seriam oriundos de registros e lembranças de terceiros.

dos anos seguintes, constituiria a parte oeste do quarteirão entre as ruas Benjamin Constant e Ewbank (Q4), o quarteirão entre as ruas Ewbank e Andradas (Q3)[24] e a Praça Xavier Ferreira. Atrás do espaço vazio estão algumas construções, sendo uma delas um templo religioso (por sua tipologia), à direita da imagem, muito provavelmente a Igreja da Ordem Terceira de São Francisco[25]. Atrás da igreja, outro templo apresenta duas torres, sendo a Catedral de São Pedro.

Figura 6 - Esboço *S.t Pierre du Sud (Rio Grande)*, por Jean Baptiste Debret, entre 1824 e 1827



Fonte: Bandeira e Lago (2013, p. 456).

Figura 7 - Aquarela *São Pedro do Sul* por Jean Baptiste Debret, em 1827



Fonte: Bandeira e Lago (2013, p. 296).

No centro da imagem há um trapiche com uma pequena área coberta. Atrás dele, passando a futura praça, é possível avistar uma construção térrea, porém, com altura maior do que aquelas próximas, com duas portas. Há uma possibilidade de que essa seja uma representação do primeiro edifício da Alfândega da cidade, indo ao

[24] Para uma melhor compreensão dos quarteirões pode-se consultar a Figura 2, na página 25.
[25] O templo foi edificado em 1814 (Anjos, 2012).

encontro do relato de Luccock e do mapa de 1816. A construção só viria a ser demolida em 1859, por estar em estado precário de conservação (Torres, 2004).

Com relação à Rua Nova das Flores, foram retratadas, a partir da esquerda, algumas edificações térreas e um pequeno quarteirão, que se infere ser parte do atual entre as ruas Coronel Sampaio e Fernando Duprat da Silva (Q7). O beco observado à sua direita seria o futuro Beco do Joaquim Mez, mesmo nome do trapiche existente nas proximidades, registrado na planta de 1816.

À direita desse beco, pela proporção do desenho, estaria um quarteirão de maior comprimento, entre as ruas Fernando Duprat da Silva e Benjamin Constant. Ainda não existia a Travessa do Afonso, então esse quarteirão possivelmente corresponderia aos atuais Q6 e Q5. A hipótese da localização da Rua Benjamin Constant, antigo Beco do Carmo, surgiu pela existência no desenho de uma edificação acrescida de uma cruz. À direita do Beco do Carmo estava representado um pequeno quarteirão, que não chegava até a atual Rua Ewbank, sendo parte do Q4.

A edificação com a cruz seria a primeira Igreja de Nossa Senhora do Carmo, construída em 1809, na atual Rua Marechal Floriano Peixoto, na esquina com o beco homônimo ao templo (Cesar, 2016), que também estava presente na planta de 1816 e no relato de Gonçalves Chaves de 1822. É importante considerar que o desenho também mostrou um sobrado em frente à igreja, que estaria do outro lado da rua e, na frente desse, uma pequena construção voltada para a Rua Nova das Flores. Naquele momento, não seria possível visualizar a Igreja Nossa Senhora do Carmo pelas águas.

Um ponto deve ser destacado sobre as edificações que aparecem voltadas para o estuário e que comporiam essas quadras. Debret foi bastante minucioso em sua obra, retratando fielmente as edificações com relação ao número de aberturas e à forma de suas coberturas, por exemplo. Essa fidelidade pode ser observada quando são feitas comparações entre a aquarela, os relatos dos viajantes e os mapas. Dessa forma, as construções da Rua Nova das Flores, voltadas para o estuário, seriam muito provavelmente como Debret as desenhou, com apenas uma ou nenhuma abertura.

Isso significa que poderiam ser anexos (com usos de serviços) das construções dos lotes voltados para a Rua Marechal Floriano Peixoto ou, conforme Copstein (1982), as casas baixas da nova rua, sem a fisionomia que caracterizaria o seu progresso na segunda metade do século XIX. Posteriormente à finalização dos primeiros aterros desse início da década de 1820, novos aterros permitiram uma maior

profundidade dos quarteirões, assim como novos lotes e o deslocamento do espaço da rua para o norte, com a construção dos sobrados e casas térreas que viriam a caracterizar a paisagem da rua.

É importante destacar, também, que existe uma aquarela não finalizada, considerada um primeiro esboço ou primeiro teste desta apresentada nesta tese. É uma imagem colorida, porém com pouca nitidez. Segundo Barreto (1976, p. 400), que analisou e apresentou uma cópia dela, a obra mostrava o porto da cidade, com a "recém-criada Rua Nova das Flores em primeiro plano". Essa aquarela, que também está presente enquanto cópia na Biblioteca Rio-Grandense, pertencia à Fundação Raymundo de Castro Maya, na década de 1940. Ela não foi listada na obra de Bandeira e Lago.

Na primeira metade do século XIX, outro viajante estrangeiro fez um relato da vila. Nicolau Dreys, comerciante francês, permaneceu alguns anos, entre 1817 e 1827, no Rio Grande do Sul, e uma parte desse tempo no Rio Grande. Sua obra, com descrições dos lugares por onde viajou e residiu, foi publicada em 1839. Os seus relatos não foram divididos por datas, como o diário de Saint-Hilaire, mas o fato de Dreys ter permanecido em Rio Grande entre 1825 e 1827[26], aproximadamente, e a comparação com relatos (anteriores e posteriores) de outros viajantes, permitiu inferir que seus dados sobre o lugar seriam referentes ao final da década de 1820.

O depoimento de Dreys é muito relevante, pois ele testemunhou as primeiras transições da área portuária e comercial do Rio Grande, às margens do estuário. Segundo o comerciante:

> Há poucos annos que a cidade de S. Pedro do Sul participava do ridículo que se nota n'huma grande parte das villas marítimas do Brazil; apresentava ao viajante a parte trazeira de seus edifícios; nenhuma idea favorável podia nascer do primeiro aspecto [...]. A Camara Municipal do Rio Grande foi huma das primeiras a reconhecer o erro de nossos antepassados: determinou a formação de cáes sobre a face da cidade que está fronteira ao mar, e suas ordens foram executadas com muito trabalho, porém, com summa boa vontade dos habitantes. Os cáes se conquistárão sobre o mar por meio de atterrados dispendiosos, de modo que hoje a cidade está ornada do lado do porto de huma zona de cáes largos, regulares, a que podem encostar as embarcações para largar ou receber a carga, e bordados de armazéns e casas, cuja frente advoga, aos olhos do estrangeiro, a causa do bom-senso e da civilização progressiva dos habitantes. (Dreys, 1839, p. 112-113).

[26] O viajante chegou ao Brasil em 1817, trabalhando no comércio do Rio de Janeiro. No final do mesmo ano, estabeleceu-se como comerciante em Porto Alegre, até 1825. Após, "seguiu para o Rio Grande em 20 de setembro de 1825", viajando para Santa Catarina em 1827, e para Iguape (SP) em 1829, onde morou até 1837. FLORES, Moacyr. Introdução. *In*: DREYS, Nicolau. *Notícia descritiva da Província do Rio Grande de São Pedro do Sul*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990, p. 9.

Nesse relato, Dreys mostrou um avanço com relação à aquarela de Debret, cujo esboço havia sido feito em algum momento entre 1824 e 1827. Os armazéns e casas em frente ao estuário, que mostravam ao visitante um lugar em desenvolvimento, muito provavelmente não eram as construções retratadas por Debret.

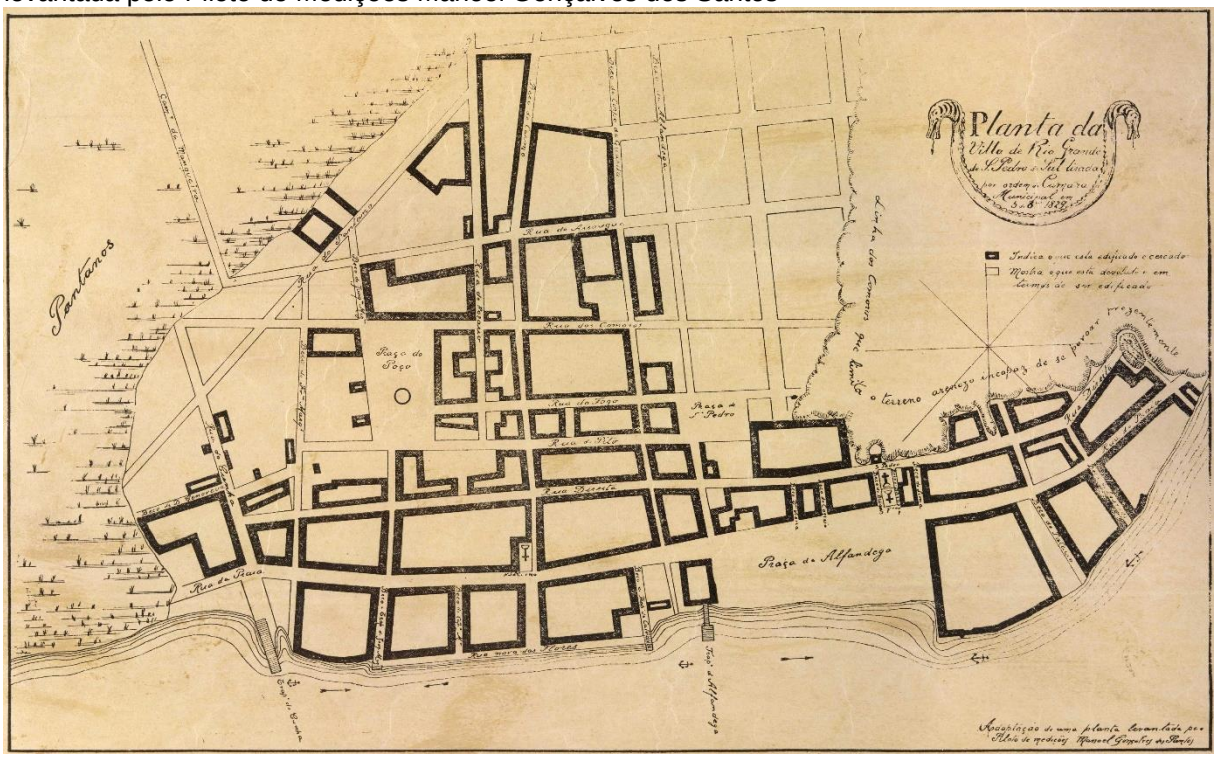
Entretanto, independentemente do grau de simplicidade dessas construções, o fato é que a Rua Nova das Flores foi a responsável por uma grande mudança na paisagem da região central do Rio Grande: às margens do estuário, passou a dar as boas-vindas àqueles que se aproximavam pelas águas. Não era mais o aspecto militar de defesa que se apresentava na paisagem, marcando as memórias dos visitantes; mas uma nova identidade, ligada ao comércio, que buscava ser receptiva.

Na sequência de seu relato, Dreys (1839) afirmou que o porto de São Pedro não recebia tantos estragos pelos ventos do sul, sendo assim mais seguro do que o de São José do Norte, onde as maiores embarcações ancoravam. Apesar das questões relacionadas aos ventos, o fato de os navios pararem na margem leste do estuário mostrou que as condições do porto rio-grandino ainda não eram as ideais.

Dreys (1839, p. 113-114) continuou afirmando que o porto era uma criação recente e que os negociantes locais haviam mandado trazer uma máquina que desentulhava os canais “que circulam entre os bancos de areia”, criando um caminho mais fácil para as embarcações. Se considerarmos que os problemas existentes no Rio Grande com relação às atividades portuárias envolviam o percurso dos navios desde a barra (entrada a partir do oceano) até o embarcadouro propriamente dito, percebemos que melhorias podem ter ocorrido em algumas áreas, mas não foram suficientes para a independência do porto rio-grandino, na margem sul do estuário.

No final dessa década, foi realizado um mapa com o título “Planta da Villa do Rio Grande de São Pedro do Sul”, por ordem da Câmara Municipal, em cinco de agosto de 1829 (Figura 8). Conforme consta na imagem, o documento foi adaptado de uma planta levantada pelo Piloto de Medições Manoel Gonçalves dos Santos. A mesma mostra em traço espesso o que estava “edificado e cercado”, e em traço fino o que estava “devoluto e em termos de ser edificado”. Foram registradas no documento duas características do sítio que sempre representaram um desafio para os habitantes: os pântanos e as dunas.

Figura 8 – “Planta da Villa de Rio Grande de São Pedro do Sul”, 1829. Adaptada de uma planta levantada pelo Piloto de Medições Manoel Gonçalves dos Santos



Fonte: Biblioteca Nacional Digital. Cartografia.

O mapa, desenhado com rotação de 180°, foi o primeiro registro cartográfico encontrado até a conclusão desta tese que mostrou a Rua Nova das Flores. Enquanto espaço público, a rua apresentava-se com três quarteirões de comprimento, entre o Beco do Joaquim Mez e o Beco da Catraia[27] (ambos com trapiches). Esses eram; Q4, entre o Beco da Catraia e o Beco do Carmo (atuais ruas Ewbank e Benjamin Constant); Q5, entre o Beco do Carmo e o Beco do Capitão M. (atuais Rua Benjamin Constant e Travessa do Afonso); e Q6, entre o Beco do Capitão M. e o Beco do Joaquim Mez (atuais Travessa do Afonso e Rua F. Duprat da Silva). Esses quarteirões foram os mesmos representados, em sua forma inicial, por Debret.

O primeiro quarteirão à esquerda da imagem estava inteiramente edificado. Junto com a área praticamente triangular ao seu lado, viria a formar o Q7, atualmente entre as ruas Fernando Duprat da Silva e Coronel Sampaio. Em frente a esse quarteirão não havia o espaço demarcado da Rua Nova das Flores, ou seja, a faixa para o trânsito dos veículos (naquele momento de tração animal) e pessoas. Mais à esquerda, apenas uma ponta do futuro Q8, último quarteirão, estava aterrada.

[27] Catraias eram embarcações de menor calado, mas que conseguiam trazer um volume razoável de mercadorias (Alves; Torres, 2020).

À direita dos três quarteirões da rua, havia outros dois parcialmente edificados. Um deles teve, em algum momento, a sua área dividida entre cada um dos dois ao seu lado, criando a atual Rua Ewbank, desencontrada do restante do traçado perpendicular ao estuário. O último quarteirão à direita, que daria origem ao Q3, mostrava um espaço edificado onde situava-se o Trapiche da Alfândega. Como o segundo edifício da Alfândega viria a ser construído nessa área apenas na primeira metade dos anos 1830, é possível que essa construção fosse uma versão ampliada do barracão de telhas descrito por Luccock em 1809 e do galpão coberto de telhas apontado por Saint-Hilaire em 1820.

Segundo Torres, que comparou as plantas de 1816 e 1829 através de recursos da cartografia digital, "o cais foi construído com uma extensão aproximada de 300 metros" entre dois trapiches e "a linha de costa avançou cerca de 90 metros a partir da Rua da Praia" em direção ao estuário" (2010, p. 44). As extremidades leste e oeste da área portuária também passaram por ampliações. Foram realizados aterros na parte leste da orla, onde aparece o Trapiche do Cunha, e na extremidade oeste, "restando um trecho de 250 metros de frente à Rua da Praia até o trapiche da Alfândega, ora denominado como Praça da Alfândega" (Torres, 2010, p. 44).

Em janeiro de 1832, foi inaugurado o primeiro jornal rio-grandino, chamado *O Noticiador: jornal político, literário e mercantil*[28]. Em outubro, trouxe uma importante descrição sobre a vila, que viria a se tornar cidade três anos depois. Havia nela uma casa própria da Câmara Municipal, um Hospital de Caridade, uma Igreja Matriz, um teatro, alguns sobrados em construção, uma máquina de vapor para abrir o canal da barra e ruas principais iluminadas com grandes lampiões (*O Noticiador*, 8 out. 1832). O jornal não fez menção à Rua Nova das Flores, mas descreveu o estado da área portuária de desembarque:

> Este pequeno, porem verídico esboço statistico, prova suficientemente, que os cidadãoes desta Villa, pelos seus esforções, e patriotismo avanção na carreira da civilização, das artes e das luzes. Porem, o nosso coração se angustia quando temos de confessar que um trapixe nacional, que aqui temos, e para o qual paga cada embarcação seis mil reis por viagem, está de todo arruinado, e nos admira como n'elle, com todo risco, ainda se faz desembarque (*O Noticiador*, 8 out. 1832).

[28] Segundo Torres (2012, p. 13), o jornalismo de *O Noticiador* era "partidário e parcial, transitando entre o confronto entre liberais e conservadores, valorizando a denúncia e a difusão de ideais a respeito da melhor forma de organização do Estado Brasileiro em formação".

1.2.2 A ampliação a oeste e os usos complementares

No início da década de 1830, começaram a ser delineados os contornos do quarteirão da Rua Riachuelo entre as ruas Ewbank e Andradas (Q3), com a decisão da construção do segundo edifício da Alfândega. Segundo Torres (2004), é de 1817 um ofício do juiz da Alfândega de Porto Alegre, José Feliciano Pinheiro, solicitando a edificação de uma nova Alfândega na vila, após ter constatado o mau estado de conservação da existente. No entanto, a solicitação não foi respondida de imediato.

O novo edifício foi construído em uma esquina na diagonal do anterior, com fachada principal voltada para a Praça Xavier Ferreira, então Praça da Alfândega, e inaugurado entre 1832 e 1833 (Torres, 2004). As laterais do edifício estavam voltadas para as ruas Marechal Floriano Peixoto e Riachuelo e, nesta última, havia um trapiche para a descarga de mercadorias (Museu da Cidade do Rio Grande, 1986). Outros dados sobre o edifício seriam informados nas décadas seguintes, após ampliações, junto com registros iconográficos.

Um relato sobre a vila em 1834, incluindo o edifício da Alfândega, foi realizado pelo francês Louis-Fréderic Arsène Isabelle[29]. O viajante tinha ambições, principalmente enquanto naturalista, de descrever as paisagens observadas na região. No entanto, seu relato permitiu a análise do Rio Grande de maneira mais ampla. Segundo ele:

> Foi assim que uma sociedade de acionistas, dirigida pela casa *Carrol Forbes & Cia.*, encarregou-se de fazer abrir, por meio de caríssimas máquinas a vapor, um canal que permite aos navios de duzentas toneladas e mais atracarem para carregar e descarregar. Antes da conclusão desses trabalhos, terminados em 1833, não sem grandes prejuízos por parte da sociedade, os navios paravam todos em São José, e os armadores e consignatários tinham de suportar fretes maiores de transbordo e de transporte. Uma alfândega espaçosa foi construída; alguns cais foram feitos; um teatro acaba de ser terminado e uma câmara municipal está em construção. Tudo isso à custa dos negociantes da cidade (Isabelle, 2006, p. 257).

Isabelle trouxe, assim, a informação de que a prosperidade na vila estava ligada aos feitos de seus comerciantes, que se uniam e investiam grandes somas de dinheiro em melhorias de caráter público. A notícia de que o ano de 1833 marcou o fim de um trabalho de dragagens no canal mostra que Rio Grande deixou de ser dependente do porto de São José do Norte. No entanto, apesar de a alfândega principal localizar-se

[29] Visitou o Rio Grande do Sul entre 1833 e 1834, tinha experiência no comércio e ambicionava o estabelecimento de uma empresa colonizadora, que não se realizou (Alves; Torres, 1995).

em São Pedro, havia uma administração subordinada em São José, na qual os navios poderiam estabelecer-se, se assim achassem mais proveitoso (Isabelle, 2006).

A partir dessa data, navios maiores poderiam ancorar em frente à Rua Nova das Flores, com toda a sua tripulação. Esse fato pode ter auxiliado no desenvolvimento da rua através de seus comércios e serviços, para além do comércio de importados por atacado, que será visto em suas décadas seguintes. Apesar de não terem sido verificados nos jornais anúncios correspondentes, é possível que tenham surgido bares, restaurantes, clubes noturnos etc.

Esses estabelecimentos viriam a atender a população flutuante das embarcações e aquela local, vinculada às atividades portuárias. Segundo Torres (2010, p. 75), nesse lugar, "tripulantes estrangeiros e nacionais, marinheiros, assalariados livres, pobres, negros libertos ou cativos, que compunham a força de trabalho característica do circuito mercantil atlântico, conviviam e compartilhavam espaços de trabalho e sociabilidade".

Isabelle (2006) também informou que existiam três ruas principais na direção leste-oeste, compridas, com calçadas e não pavimentadas, assim como edifícios públicos e privados de vanguarda, e ricos sobrados de três pavimentos com balcões de ferro. A riqueza dos comerciantes, refletida em suas moradias, é observada por Isabelle em vários momentos de sua narrativa e, segundo ele, mostrava que o lugar era muito positivo para os negócios.

Em 1835, Rio Grande foi elevada à categoria de cidade[30], com importante participação de Francisco Xavier Ferreira, um dos redatores do jornal *O Noticiador* e, naquele momento, também deputado provincial (Cesar, 2016). Naquele ano, tinha início o decênio da Revolução Farroupilha[31], caracterizado pela "desorganização política, administrativa, social, econômica e cultural da Provincia" (Rhoden, 2013, p. 62).

Apesar do grande empenho dos negociantes e proprietários de embarcações do Rio Grande na década anterior, novas dragagens na barra se faziam necessárias em 1845, conforme o Relatório da Câmara da cidade (Câmara Municipal do Rio Grande, 1845). No documento, também foi incluído um orçamento para despesas com

[30] Os núcleos urbanos, geralmente, começavam como povoações, evoluindo, conforme o crescimento populacional, para a categoria de freguesia (paróquia, envolvendo jurisdição espiritual), vila e depois cidade (Oliveira, 2012).
[31] Segundo Cesar (2016), Rio Grande manteve-se legalista durante o conflito.

uma nova estacada para o depósito de areias entre o Mercado Público Municipal e a Alfândega (Câmara Municipal do Rio Grande, 1845). Através desses aterros, pretendia-se solucionar os problemas tanto das áreas alagadiças quanto do excesso de areias, que ainda dificultavam a locomoção pela cidade.

Em relatório referente à 1846 e 1847, o Inspetor da Alfândega apresentou dados sobre obras que ainda eram necessárias para a sede da repartição. Informou que o trapiche anexo contava com dois guindastes de ferro e que ainda era necessário executar o muro em frente à praça, além de três armazéns para a conclusão do edifício, que deveria ficar fechado, em seu lado voltado para o estuário, por um portão (Torres, 2004).

O mercado citado no documento da Câmara foi o primeiro existente na área portuária. Estava situado na parte central do atual Mercado Público Municipal, ou seja, no interior do Q1. Em 1847, a edificação ainda não estava completamente finalizada, necessitando, entre outros, de calçadas que facilitassem o seu trânsito, embora algumas lojas já estivessem sendo alugadas (Câmara Municipal do Rio Grande, 1847). No ano seguinte, havia a necessidade da criação de uma doca no lado oeste do mercado, para abrigar as canoas de pesca (Câmara Municipal do Rio Grande, 1848).

Entre os terrenos do primeiro Mercado Público Municipal e da segunda sede da Alfândega, surgiu uma primeira edificação, com entrada voltada para a praça, em 1848. Essa era a primeira sede própria da Praça do Comércio, futura Câmara de Comércio. A instituição fora fundada em setembro de 1844, com reuniões que haviam acontecido inicialmente nas residências de seus associados (Cesar, 2016) e no primeiro edifício da Alfândega, mediante pagamento de aluguel, a partir de janeiro de 1845 (Torres, 2004).

Essas três últimas construções citadas tiveram origem nos três quarteirões da Rua Nova das Flores, a partir da direção oeste. Conforme o mapa de 1829, existia uma parte do Q3 abrigando o galpão da Alfândega, junto ao trapiche. Entre 1832 e 1833, havia surgido o segundo edifício da Alfândega naquele terreno, agora com maior profundidade. Através dos aterros realizados, foram delimitados, também ao norte da praça, o Q1, com o Mercado Público Municipal, e o Q2, com a Praça do Comércio.

Essas três edificações, que foram registradas em imagens das décadas seguintes, ainda não contavam com as dimensões dos prédios que as sucederam.

Também não possuíam entrada principal voltada para a Rua Nova das Flores. Contudo, não eram menos importantes para a história e para as memórias dessa rua. O Mercado, enquanto ponto de encontro de consumidores e pescadores, e a Praça do Comércio, enquanto local de reuniões dos comerciantes (essenciais ao desenvolvimento do lugar), promoveriam uma grande circulação de vidas, em meio às atividades portuárias realizadas por brasileiros e estrangeiros a leste.

No Relatório da Câmara Municipal de 1847, foi verificada, pela primeira vez, a nova nomenclatura para a rua, que passava a chamar-se Rua da Boa Vista. O documento informava que havia sido construído um trapiche nessa rua, em frente à Igreja do Carmo, com autorização e empréstimo da Assembleia Provincial (Câmara Municipal do Rio Grande, 1847).

Conforme o mapa de 1829, a Igreja do Carmo estava localizava na Rua Marechal Floriano Peixoto, com entrada principal na esquina com a então Rua do Carmo, atual Rua Benjamin Constant. Quando foram criados os quarteirões da Rua da Boa Vista, foi disponibilizada uma maior largura para esse novo trecho da Rua do Carmo entre eles, o que permitia que a igreja fosse avistada a partir do cais, até surgir a necessidade de alargamento do restante da rua, que fez com que o templo fosse demolido no início do século XX.

Sobre as edificações particulares que teriam sido construídas na década de 1840, há informações de pelo menos duas. Elas localizavam-se entre as ruas Fernando Duprat da Silva e Coronel Sampaio, no Q7. O sobrado de nº 123 foi edificado em 1847, e o sobrado da esquina, de nº 141/145, em 1845. As datas foram constatadas a partir da análise de ornamentos[32] aplicados em suas fachadas. No caso do sobrado de nº 123, com a fachada frontal ainda existente, o detalhe pode ser observado *in loco*. Com relação ao nº 141/145, já demolido, foram analisadas fotografias.

Próximo à segunda metade do século XIX, a Rua da Boa Vista passou a receber um novo uso, o estúdio fotográfico. Em 1848, o norte-americano Charles de Forest Fredricks[33], que viria a se tornar o retratista mais famoso de seu país, foi o

[32] Conforme será visto neste trabalho, algumas hipóteses para datas de construção de imóveis a partir de ornatos nas fachadas foram confirmadas posteriormente por outros documentos, o que torna essas evidências plausíveis.

[33] ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2024. Disponível em: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa21621/charles-de-forest-fredricks. Acesso em: 15 jun. 2024.

pioneiro a divulgar a nova atividade no Rio Grande. Ele utilizava a técnica do daguerreótipo[34], apenas nove anos após o reconhecimento oficial da técnica na França (Cesar, 2016). O jornal *Diário do Rio Grande*[35], existente desde o mesmo ano, publicou um anúncio de Fredricks. Era comunicado que o estúdio se localizava na Rua da Boa Vista n° 32 e a comunidade era convidada a encomendar o seu retrato, pois o fotógrafo precisaria se retirar brevemente da cidade (*Diário do Rio Grande*, 24 dez. 1848).

Conforme Lenzi e Menestrino (2011), após permanecer no Rio Grande de dezembro de 1848 a janeiro de 1849, Fredricks retornou mais duas vezes nesse último ano: em junho, acompanhado do fotógrafo Saturnino Masoni, e em dezembro. Segundo as autoras, em dezembro de 1849, o fotógrafo Francisco Meeks abriu a Galeria Nacional de New-York o Nec Plus Ultra, no Beco do Afonso, oferecendo "retratos de daguerreótipo perfeitos" (Lenzi; Menestrino, 2011, p. 171). Esse segundo estúdio estava nas proximidades da Rua da Boa Vista, pois o beco possuía (e ainda possui) a extensão de apenas um quarteirão.

Segundo César (2016), entre 1848 e 1900 estiveram na cidade mais de trinta profissionais desse ramo, trabalhando com diferentes processos artísticos e fotográficos, como retratos pintados a óleo, retratos sobre vidro, papel e porcelana, fotos coloridas, com brilho e marmorizadas. Posteriormente, outros dois fotógrafos mantiveram seus estúdios na Rua da Boa Vista: o italiano Luiz Terragno, em 1850; e o francês Amadeo Gras, em 1851, ambos no mesmo nº 32, assim como Fredricks (Lenzi; Menestrino, 2011).

No início da década de 1850, outro estrangeiro, o alemão Hermann Rudolf Wendroth, esteve no Brasil, deixando registros em forma de aquarelas dos locais que visitou. Atuando como militar em defesa do Brasil, esteve em Rio Grande aproximadamente no segundo semestre de 1851, lançando posteriormente um livro com suas aquarelas (Alves; Torres, 2020).

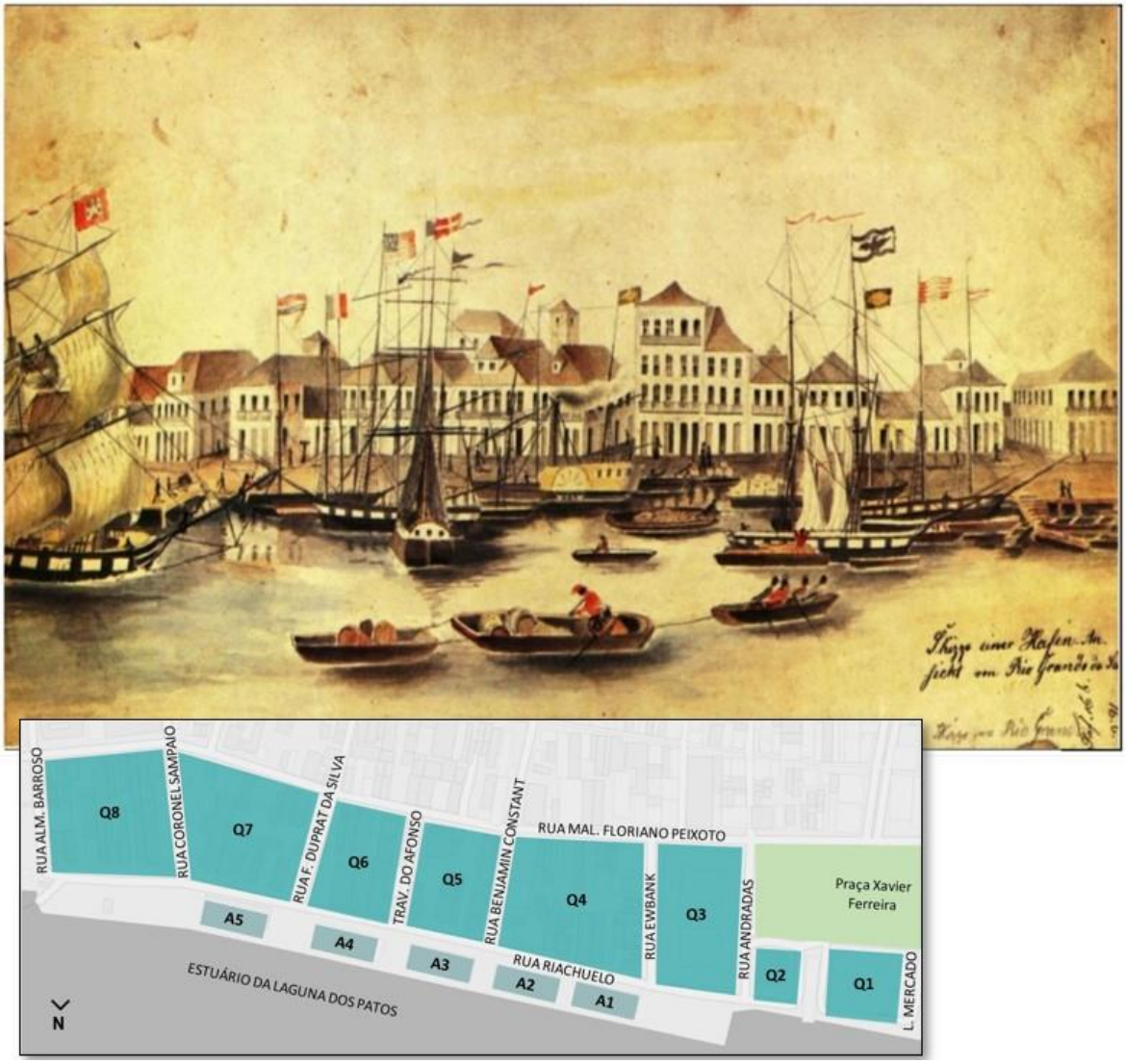
Com relação a Rio Grande, Wendroth desenhou uma aquarela retratando a Rua da Boa Vista (Figura 9), sendo este o mais antigo documento iconográfico

[34] Técnica na qual utiliza-se "uma chapa metálica prateada, semelhante a um espelho e que tem a propriedade de conservar em sua superfície, após determinadas operações físico-químicas, a imagem de um objeto ou paisagem" (Lenzi; Menestrino, 2011, p. 167).

[35] Segundo Torres (2012, p. 19), o jornal "defendeu ideias conservadoras desde sua criação até 1877, e atuou em prol do Partido Liberal entre 1878 e 1889, quando, com o advento da República, começou a desencadear-se o processo que levaria ao encerramento de sua publicação" em 1910.

encontrado até o momento a registrar esse lugar com minuciosidade. Segundo Alves e Torres, Wendroth “quase sempre buscou reproduzir detalhadamente os elementos materiais que compunham os cenários que ele vislumbrou: casas, embarcações, ruas, carroças, vestimentas, objetos pessoas e cotidianos da população urbana ou rural” (Alves; Torres, 2020, p. 134).

Figura 9: Aquarela “Esboço de uma vista do Porto do Rio Grande do Sul”, por Wendroth, 1851. Acréscimo da autora com mapa da Rua Riachuelo atualmente



Fonte: Alves; Torres, 2020, p. 177.

A obra de Wendroth mostra, ao fundo, os sobrados e casas térreas da rua, com elevações (conjunto de desenhos de fachadas) de dois quarteirões completos e das esquinas de outros dois. Tendo como base alguns dados de documentos que serão apresentados na sequência, o único sobrado de quatro pavimentos da rua localizava-se na esquina com a Travessa do Afonso.

A partir dessa observação, foi criada a hipótese de que a rua representada no centro da imagem é a Travessa, tendo ao seu lado esquerdo (na imagem) o Q6, limitado pela Rua Fernando Duprat da Silva. Ao seu lado direito estava o Q5, finalizado com a Rua Benjamin Constant, naquele momento Beco do Carmo. Foram então comparadas as construções, com relação ao número de pavimentos, número de aberturas por pavimento e proporções entre as fachadas.

Como resultado, constatou-se que a grande maioria das características condiz com a iconografia das décadas seguintes e do início do século XX. Uma exceção é a construção térrea de Q5 mais próxima à Rua Benjamin Constant, que ganhou um segundo pavimento ainda durante a existência do cais de madeira (antes da década de 1870).

A outra exceção é o conjunto de duas unidades do Q6, antes da esquina com a Rua Fernando Duprat da Silva, que mostra uma construção alaranjada de dois pavimentos ao lado de uma branca térrea. As duas não contam com telhados. Uma hipótese é que esses dois imóveis estivessem em construção, ou passando por uma ampliação, pois também se tornariam sobrados (com três e dois pavimentos) ainda no período do cais de madeira.

Pode-se dizer também que esse é o documento iconográfico mais antigo encontrado a retratar com detalhes o movimento do trabalho no cais e nas embarcações. Há trabalhadores em frente às portas de alguns sobrados, carregando ou descarregando mercadorias no cais, conduzindo embarcações, entre outras atividades. Também pode-se observar dois trapiches, como prolongamentos do cais, próximos às duas ruas das extremidades da aquarela, e que também estavam presentes no mapa de 1829. Próximo ao Beco do Carmo havia uma escadaria junto ao trapiche.

Com relação às cores das construções na aquarela, branco e alguns amarelos claros, é possível perceber uma semelhança com a descrição de Luccock em 1809, sobre a pequenina cidade branca de São Pedro do Sul. Também pode-se observar que as cores vão ao encontro daquelas utilizadas por Debret em sua aquarela da década de 1820.

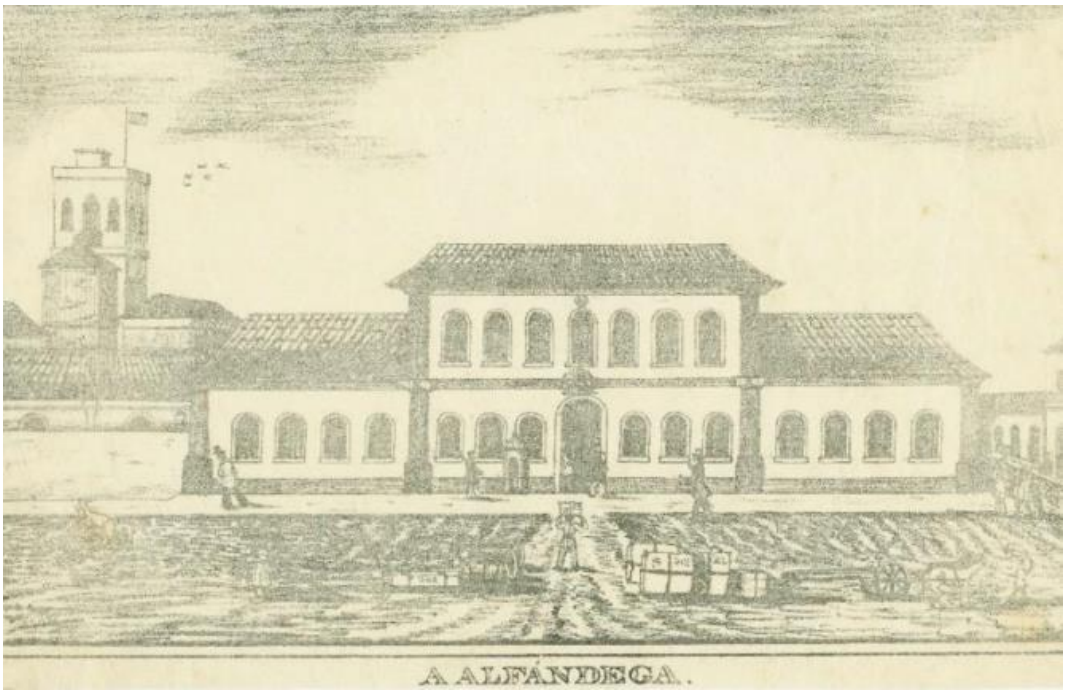
Ainda nos anos 1850, a Câmara Municipal fazia reclamações sobre duas questões relacionadas à Rua da Boa Vista. A primeira era o cais de madeira, cuja estacada necessitava de constante manutenção para conter o material dos aterros, sem que esse chegasse ao estuário. Para isso, considerava-se necessária a

construção de um cais de pedra no litoral, cuja primeira proposta já havia sido solicitada, visando proteger o embarcadouro (Câmara Municipal do Rio Grande, 1853).

A outra questão dizia respeito ao Mercado Público Municipal, que se tornava pequeno, não atendendo às necessidades da atividade, conforme a população da cidade aumentava. Dessa forma, seria necessária a construção de um novo edifício, “com o asseio que exige a civilização de uma das principais cidades da província” (Câmara Municipal do Rio Grande, 1853).

Próximo ao Mercado, o segundo edifício da Alfândega foi registrado em uma gravura (Figura 10) aproximadamente 25 anos após o início de sua construção. A imagem mostrou, em primeiro plano, um espaço público (Praça Xavier Ferreira). Em sua frente, foi registrada a construção, com o corpo central em dois pavimentos (marcando a entrada) somado a dois volumes térreos e um muro em sua continuação até a Rua Riachuelo. Apresentava características da arquitetura luso-brasileira, como o telhado com beiral e as aberturas com vãos retangulares arrematados por vergas em arcos abatidos[36] (Mendes; Veríssimo; Bittar, 2011a).

Figura 10 - Gravura do segundo edifício da Alfândega da cidade do Rio Grande, em 1858



Fonte: Museu Cidade do Rio Grande – Coleção Histórica.

[36] Uma fotografia presente na Biblioteca Rio-Grandense mostra o edifício com maiores detalhes, apesar de não possibilitar a análise do seu entorno. Através dela, foi possível constatar as vergas em arcos abatidos.

Ao fundo da imagem, à esquerda, é possível visualizar uma torre (mirante) em um edifício localizado na Rua Riachuelo. Muito comuns no período, as torres serviam para acompanhar a movimentação dos navios no porto, pelas casas importadoras e exportadoras (Copstein, 1982). A mesma torre com dois pavimentos, três aberturas para leste e oeste e duas aberturas para norte (Rua Riachuelo) e sul, será vista em diversas fotografias da rua, durante o restante do século XIX e até a década de 1970.

No início dos anos 1860, o Mercado Público Municipal ganhava novos contornos, segundo a necessidade que havia sido relatada de um maior espaço para uma população que crescia. Sua ampliação criava quartos (lojas) ao redor do antigo edifício. Conforme o projeto, avançaria “52 palmos para cada lado, e outros tantos para o fundo”, ficando com “44 quartos, cada um de 18 palmos de frente e de fundo” (Câmara Municipal do Rio Grande, 1861). Em 1863, a face oeste apresentava portão de acesso e seus nove quartos finalizados; e a face norte, voltada para a Rua Riachuelo, mostrava também seu portão e nove quartos acabados, correspondentes, porém, à metade de sua fachada (Câmara Municipal do Rio Grande, 1863).

1.2.3 Cais da Rua do Carmo e os primeiros registros fotográficos

No início da década de 1860, a Rua da Boa Vista estava passando por algumas mudanças e começava a mostrar seu espaço mais organizado. Isso ocorreu após novas regras terem sido expedidas pela Câmara, solicitando a redução do acúmulo de elementos, como sacos e madeiras, que bloqueavam o trânsito público (Câmara Municipal do Rio Grande, 1861).

Também se faziam necessárias alterações no cais. Em 1861, foi enviado um documento para a presidência da Província, com o título “Orçamento da despesa provável a fazer-se com a construção de um cais de pedra no lugar do trapiche da Rua do Carmo na cidade do Rio Grande na Rua da Boa Vista”. Assinado por Nabôr Delfim Pereira, informava valores para os materiais, entre eles pedras, areia, cal e tijolos (Pereira, 1861).

Delfim Pereira também foi mencionado no relatório do órgão rio-grandino do mesmo ano. Enquanto capitão, havia sido encarregado de serviços de engenharia e agrimensura, como o alinhamento correto dos novos prédios que surgiam, conforme planta da época (Câmara Municipal do Rio Grande, 1861). No ano de 1862, o órgão recebeu uma quantia da Província para a construção do cais de desembarque na Rua

da Boa Vista, em frente à Rua do Carmo, que deveria começar em breve (Câmara Municipal do Rio Grande, 1862).

A solicitação para uma nova estrutura acontecia quinze anos após a indicação da construção de um trapiche no mesmo local (Câmara Municipal do Rio Grande, 1847) e onze anos depois do mesmo ser retratado por Wendroth. Apesar de já terem ocorrido solicitações para a construção de um novo cais em toda a extensão da rua e da existência de um trapiche público para as atividades alfandegárias, constata-se a importância conferida a esse ponto da rua. Essa relevância aferida pela Câmara e pela comunidade à Rua ou Beco do Carmo, que conduzia à Igreja homônima, mostrava uma preocupação em receber bem os seus visitantes, entre eles autoridades, que poderiam ser conduzidos ao templo após chegar à cidade através da água.

No ano de 1865, D. Pedro II esteve no Rio Grande duas vezes, nos meses de julho e novembro, por necessidades referentes à Guerra do Paraguai, acompanhado de comitivas com autoridades e membros da família real. As visitas foram comentadas nos jornais locais e preocupações com a infraestrutura da cidade foram relatadas. Desenhos e fotografias também registraram esses momentos.

A visita de julho de 1865, que conforme matéria jornalística não era esperada, teve início com o desembarque do Imperador e alguns membros de sua comitiva no cais[37] e posterior condução dos mesmos até a Igreja do Carmo (*Diário do Rio Grande*, 16 jul. 1865). No percurso do cais até o templo, “nas ruas e das casas”, as pessoas “erguiam unânimes o hino suavíssimo da adesão merecida pelo Rei popular”, informava o periódico[38]. Dois dias depois, Dom Pedro II deixou Rio Grande, quando “os navios surtos no porto embandeiraram-se todos, e o povo em massa conservou-se na Rua da Boa Vista até que o Santa Maria levantou o ferro e seguiu viagem” (*Diário do Rio Grande,* 19 jul. 1865).

Apesar dos relatos da Câmara, alguns anos antes, sobre uma maior organização na Rua da Boa Vista, os jornais discutiam problemas daquele espaço. A cidade não contava com um cais em boas condições para receber os visitantes e os trapiches, que mais pareciam pontes de desembarque, não estavam bem

[37] Quando da visita do Conde d’Eu, genro de Dom Pedro II e que se encontraria com este e sua comitiva, o jornal usou o termo “trapiche do Carmo” (*Diário do Rio Grande*, 6 ago. 1865).
[38] O jornal *Diário do Rio Grande* lançou uma edição especial no dia 16 de julho de 1865, às 21 horas, relatando a chegada do Imperador e sua comitiva na manhã do mesmo dia.

conservados, apesar de servirem à importante atividade do comércio (*Diário do Rio Grande*, 13 ago. 1865). Asseguraram, ainda, sobre a rua:

> A escada que (na semana passada) se mandou colocar aos lados do trapiche do Carmo está muito íngreme e mal-acabada quanto a mão de obra. Si, em vez disso, a nossa câmara mandasse demolir esse trapiche, e em seu lugar construir um cais de pedra com escadaria, rampa, paredões etc., daria um avantajado passo para o engrandecimento do lugar e não se exporia a vexames [...]. Vejamos agora a estacada da Rua da Boa Vista. O seu estado é lastimoso o quanto pode ser: mourões e taboas cahem de podres, e muitos lugares há em que já é praia-mar. A continuar assim, em breve tempo a Rua da Boa Vista será uma escarpada encosta! Ocorre uma grave circunstancia para mais ligeira ruina: os lanchões, hiates, e outras embarcações, passam cabos á estacada, e amarrados aí permanecem quer o mar bravio ou bonança. Ora, de qualquer sorte, sempre o movimento dos navios impelle os cabos a desmoronar onde estão atados. [...]. A immundicie principia na rua da Boa Vista, o mais comercial e importante, e vai finda na rua do Bom-fim! (*Diário do Rio Grande*, 13 ago. 1865).

Aproximadamente dois meses depois, em 14 de outubro, foi apresentado à população o programa para os festejos relativos ao retorno do Imperador e dos príncipes, “seus augustos genros”, criado por uma comissão nomeada pela Câmara Municipal. Segundo o programa, o Cais Municipal, em frente à antiga Rua do Carmo, naquele momento Rua 16 de Julho, era o destinado para o desembarque. O cais seria reconstruído e preparado “com decência e gosto”, com varandas nas quais estariam meninas com cestas de flores, lançando-as à frente do cortejo (*Diário do Rio Grande*, 18 out. 1865).

Aqui, pode-se conferir a mudança na nomenclatura de algumas ruas, que ocorreu em homenagem ao Imperador e à família real, bem como a datas específicas relacionadas à Guerra do Paraguai. A Rua do Carmo tornou-se Rua 16 de Julho, a Rua da Praia passou a chamar-se Rua D. Pedro II, a Rua Direita transformou-se em Rua dos Príncipes e a Rua da Boa Vista tornou-se a Rua Riachuelo. Nesse período, entre as duas visitas do Imperador em 1865, os jornais ainda traziam as nomenclaturas atuais e antigas.

No dia 1º de novembro do mesmo ano de 1865, D. Pedro II retornou ao Rio Grande em outra comitiva, dessa vez anunciada. O jornal *Diário do Rio Grande* informou, em sua coluna *O Diário*:

> Presurosa affluia ante-hontem pelas 9 horas da manhan a população da cidade do Rio Grande para a Rua da Boa Vista, logo que se anunciou o vapor que conduzia Sua Magestade o Imperador. Eram os habitantes que, cheios de gratidão, iam prestar homenagem ao excelso Sr. D. Pedro II em seu regresso da campanha, coberto de glorias. [...] Ás 10 horas desembarcou Sua majestade o imperador no trapiche do Carmo, adrede preparado, trajando

> uniforme de marechal do exército, acompanhado de seu augusto genro o Sr. príncipe duque de Saxe, ministro da guerra Ferraz, marquez de Caxias, tenente-general Cabral e mais pessoas da sua comitiva. [...] Cem inocentes meninas, symbolisando a pureza, espargiam com suas delicadas mãozinhas, flores sobre os reaes hospedes. Vivas sem cessar, centenares de girandolas, milhares de foguetes de todo os pontos da cidade, musicas, salvas, as ruas embandeiradas e alcatifadas de folhas aromáticas, as casas decoradas e as janelas replectas de bello sexo. [...] Debaixo do palio, cujas varas eram sustentadas pelos vereadores, seguiu sua Magestade, sua Alteza, e mais comitiva pela Rua Dezesseis de Julho e entrou na igreja do Carmo, aonde fez oração e ouviu missa (*Diário do Rio Grande*, 2/3 nov. 1865).

Na mesma edição do jornal, outra coluna, chamada *Rio Grande*, apresentou informações sobre o evento, com enfoque na decoração das ruas, usando a nova nomenclatura. As ruas Riachuelo, 16 de Julho e Pedro II estavam embandeiradas de ambos os lados e em toda a sua extensão, e na Rua 16 de Julho havia um arco de folhas verdes e flores. Os edifícios dos logradouros estavam enfeitados com bandeiras, flores, folhas verdes e colchas de damasco (*Diário do Rio Grande*, 2/3 nov. 1865). À noite, os destaques para as principais ruas continuavam. Muitas delas, "principalmente Pedro II e Riachuelo, cheias de madamismo e povo, era lindíssimo, notando-se que grande parte das casas estrangeiras distinguiam-se pelo capricho de suas iluminações" (*Diário do Rio Grande*, 2/3 nov. 1865).

Com relação ao trapiche e ao cais de desembarque da Rua 16 de Julho, e acerca da Rua Riachuelo em um aspecto mais amplo, algumas imagens do período são importantes para caracterizar a sua paisagem. A primeira delas é um desenho do cais de desembarque (Figura 11), que contém a legenda "Ponto de desembarque de S. M. I.", abaixo e ao centro. À esquerda e à direita existem outras descrições, tendo sido possível identificar a última como *Lieu de débarquement*[39].

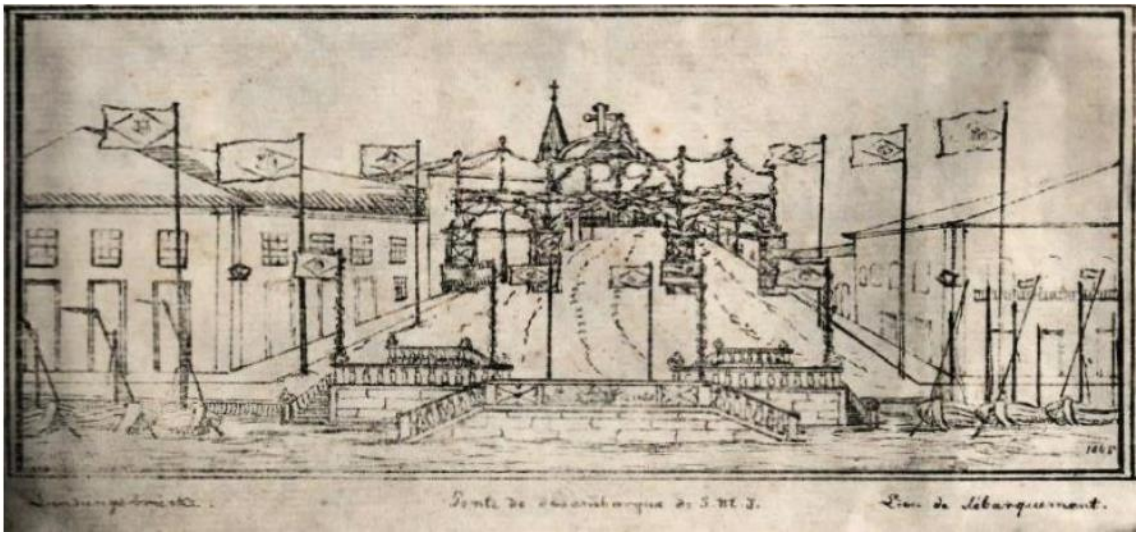
Segundo Torres (2009), tratava-se de um artigo semelhante a um cartão-postal. Como o postal só foi instituído no Brasil Imperial em 1880[40], é possível que este tenha sido um desenho distribuído ou comercializado como recordação do importante dia no qual houve a chegada de autoridades no Rio Grande. Outra hipótese é que se trate de um desenho técnico em perspectiva visando auxiliar a organização dos preparativos para o evento.

---

[39] Local de desembarque, tradução livre da autora.

[40] Alguns estudos sobre cartões-postais foram feitos na década de 1860, nos Estados Unidos e na Confederação Alemã do Norte, embora a data oficial da criação do cartão-postal seja 1º de outubro de 1869, quando surgiu o primeiro *Correspondenz-Karte* no Império Austro-Húngaro, ainda sem mostrar imagens (Daltozo, 2006).

Figura 11 - Desenho “Ponto de desembarque de S. M. I”, 1865



Fonte: Biblioteca Rio-Grandense.

Pode-se constatar que o desenho mostrou um novo cais de desembarque construído com alvenaria de pedras, apresentando escadarias e guarda-corpos, conforme sugerido pelo jornal em agosto. Elementos decorativos, como os arcos feitos com folhas na Rua 16 de Julho e as bandeiras hasteadas, também vão ao encontro das descrições do periódico de novembro sobre aquele acontecimento.

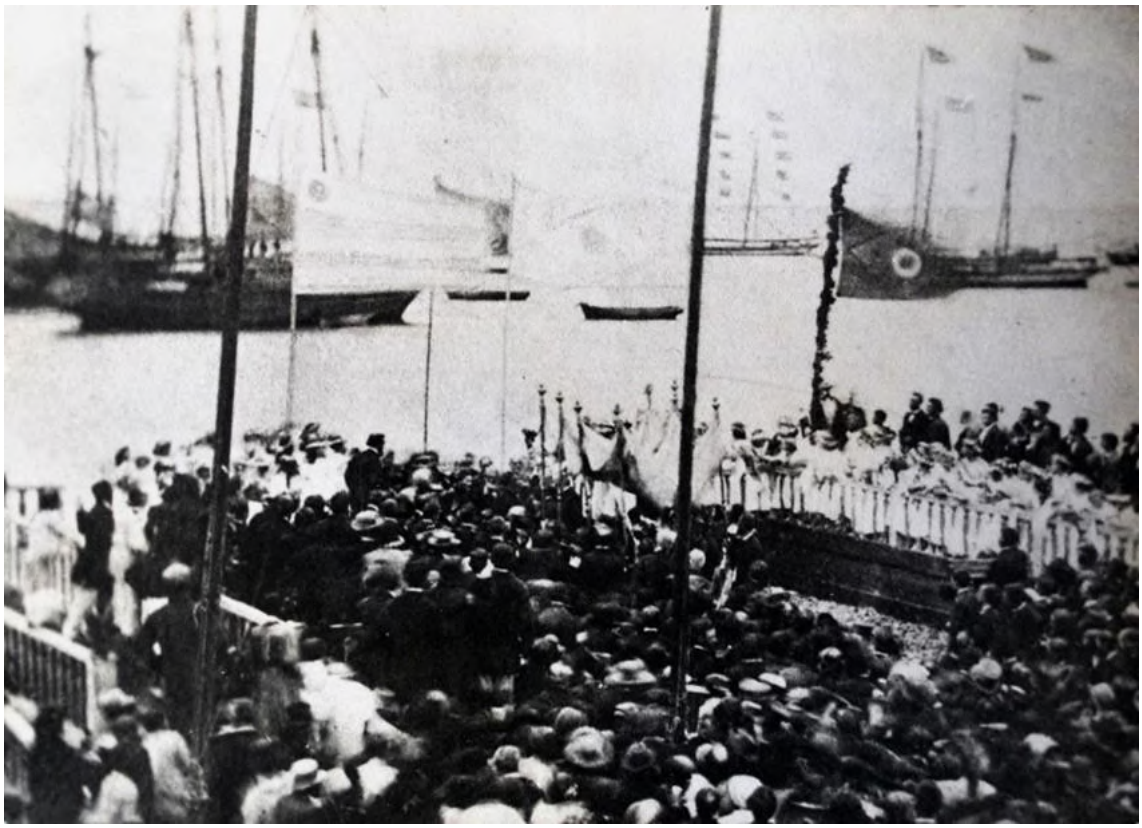
Também é possível notar que as construções das esquinas são semelhantes àquelas desenhadas por Wendroth quatorze anos antes, em 1851. Aparecem dois sobrados de dois pavimentos, o da esquerda com janelas no primeiro pavimento após o térreo, e o da direita com portas-janelas acrescidas de balcões.

Posteriormente, foram analisadas duas fotografias da chegada de D. Pedro II e sua comitiva em novembro de 1865. A primeira faz parte do acervo da Biblioteca Rio-Grandense e apresenta a descrição “Desembarque de D. Pedro II, 1865” (Figura 12). A imagem revela muitas das informações trazidas pelo jornal e descritas anteriormente.

Há um grande público na Rua Riachuelo, com destaque para um grupo de meninas vestindo roupas claras, à direita da imagem, atrás de um guarda-corpo com balaustrada. Do outro lado desta, em um nível mais baixo, surge uma cobertura móvel sustentada por varas, um pálio, embaixo do qual estaria o Imperador. À esquerda da imagem há outra balaustrada. Bandeiras estão hasteadas, com destaque para aquela do Brasil Imperial, com haste ornamentada por vegetação, como se pode ver no desenho mostrado anteriormente. Comparando-se o desenho com essa fotografia, é

possível que o restante do cais registrado no primeiro estivesse de fato construído, porém ocluso pelo grande público.

Figura 12 – Fotografia do desembarque de D. Pedro II no Cais do Carmo, novembro de 1865

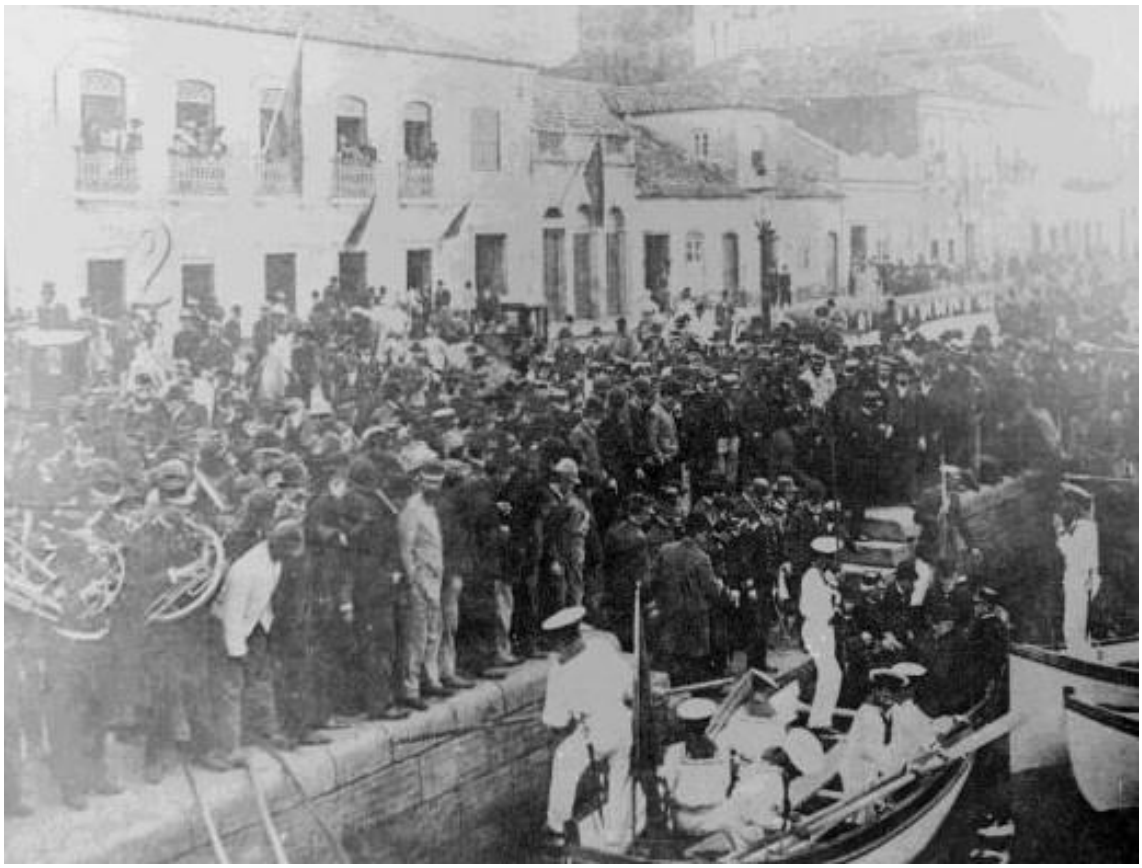


Fonte: Biblioteca Rio-Grandense.

A próxima fotografia (Figura 13) também faz parte do acervo da Biblioteca Rio-Grandense, e foi intitulada por Torres (2009, p. 22) como a “Chegada de D. Pedro II ao Cais da Boa Vista, 1865”. Assim como a imagem anterior, mostra a espera da população por terra e por água, a decoração das ruas e demais arranjos, possibilitados pelo fato de a viagem de novembro ter sido anunciada antecipadamente.

Foi registrado um trecho da face do Q4 voltada para a Rua Riachuelo, com o sobrado que faz esquina com a Rua 16 de Julho à esquerda da imagem. Em primeiro plano, vê-se o trecho do cais de pedra, evidenciando, mais do que na imagem anterior, que essa importante mudança havia acontecido. A parte que avançava sobre o estuário, conforme o desenho visto anteriormente, estaria então à direita da imagem, e essa seria uma escadaria de acesso a ela.

Figura 13 – Fotografia do desembarque de D. Pedro II na Rua Riachuelo, novembro de 1865



Fonte: Biblioteca Rio-Grandense.

Logo após o grande público que aguardava no cais, notam-se as edificações embandeiradas. À esquerda está o sobrado de dois pavimentos, com telhado e beiral[41] e aberturas em verga reta no térreo, e em arco abatido no primeiro pavimento. Algumas edificações térreas situam-se no centro da imagem e uma delas, ou parte de uma, parece apresentar um segundo pavimento, como uma espécie de camarinha ampliada, formando um sobrado de comprimento (frente) estreito. À direita aparecem alguns sobrados e uma torre, com pouca definição.

Com relação às imagens e aos relatos dos jornais, pode-se perceber a importância dada à visita do Imperador e como o fato foi um dos responsáveis, se não o maior deles, pela mudança de um trapiche de madeira em mau estado de conservação para um cais de pedra com escadarias, o chamado cais da Rua do Carmo. A Rua Riachuelo era então a entrada da cidade, por onde passavam pessoas e mercadorias, sendo a sua imagem nos eventos festivos muito relevante. O próprio desenho do ponto de desembarque era, possivelmente, distribuído ou comercializado

[41] “Parte do telhado formada por uma ou mais fiadas de telhas que faz saliência sobre o prumo da parede externa de uma construção” (Corona; Lemos, 1972, p. 75).

para manter vivas as memórias desse importante momento, no qual a Rua Riachuelo foi valorizada e ornamentada como o portal de entrada da cidade.

Sobre a próxima imagem (Figura 14), também do acervo da BRG, não há um consenso sobre a sua data. O seu verso traz a inscrição “Regata de 1870” e alguns autores já a apresentaram como sendo de 1865. Considera-se que as duas datas sejam possíveis, pois o terceiro edifício da Alfândega ainda não havia sido construído (duas fachadas foram finalizadas em 1877, e outras duas em 1879), podendo um dos telhados à direita da imagem representar a segunda sede da instituição.

Figura 14 - Fotografia da Rua Riachuelo nas proximidades da Rua Ewbank, entre 1860 e 1870



Fonte: Biblioteca Rio-Grandense.

A figura mostra a face do Q4, em seu trecho mais próximo à Rua Ewbank. É possível avistar sobrados de dois pavimentos com beiral e, em meio a eles, um

exemplar de três pavimentos, que já apresentava platibanda[42] e aberturas com arcos plenos, elementos da corrente eclética. Esse exemplar, que viria a abrigar a casa comercial Martins Garcia no início do século XX, aparece em diversas imagens da Rua Riachuelo, tendo a sua torre-mirante (canto superior esquerdo da imagem) sido retratada na gravura apresentada como Figura 11. Por seu destaque entre os prédios contíguos, em altura e comprimento da fachada, esse foi um importante marco da paisagem da rua durante muitas décadas.

Essas foram as primeiras fotografias[43] a mostrar trechos de um quarteirão, ou seja, conjuntos de edificações voltadas para a Rua Riachuelo. Elas permitiram inferir algumas características a respeito da arquitetura. O crescimento das atividades portuárias e comerciais influenciou a construção principalmente de sobrados amplos, onde poderiam ser depositados os produtos que chegavam à cidade, visto que o porto não contava com armazéns. Os traços da arquitetura luso-brasileira eram aqueles que haviam sido observados na gravura do segundo edifício da Alfândega, como telhados com beiral e aberturas com vergas retas ou em arcos abatidos (Mendes; Veríssimo; Bittar, 2011).

Conforme Rhoden (2013, p. 130), a denominação “luso-brasileira” pode ser analisada enquanto um conjunto de influências “populares, vernaculares, e de origem ibérica” somadas às contribuições “ameríndias, africanas, orientais”, que lhe deram um caráter multifacetado, e tal definição é utilizada nesta tese. Apesar da cidade ter se mostrado conectada às informações e novidades que surgiam na Europa, a falta de materiais tradicionais e de mão de obra especializada para a construção civil contribuíram para gerar essas especificidades.

Outro fator que merece ser comentado é a existência das Posturas Municipais da cidade do Rio Grande. Esses documentos visavam o regramento da disposição das ruas, da construção das novas edificações e até mesmo das boas maneiras dos cidadãos, entre outros, quando na área urbana.

---

[42] “Moldura de pouca espessura e continua que contorna uma construção formando a proteção ou a camuflagem do telhado, contornando as calhas” (Corona; Lemos, 1972, p. 378). “Mureta construída na parte mais alta das paredes externas, por vezes servindo de base para a fixação de estátuas, pinhas, ânforas, balaustradas e outros elementos decorativos, protegendo os telhados e evitando que a água da chuva escorra junto à construção. Tornou-se usual no Brasil a partir do início do século XIX, por influência da arquitetura Neoclássica, sendo largamente empregada no ecletismo” (Santos, 2020, p. 271).

[43] Existem fotografias que são consideradas como imagens da Rua Riachuelo, porém sem nenhum ponto de referência que possa ser verificado. Em alguns casos, podem retratar outras ruas que pareciam mais amplas pelo espaço das praças ou futuras edificações dos lotes não estarem definidos.

Segundo Rhoden (2013), as primeiras posturas do Rio Grande datam de 1752, mas foram extraviadas; enquanto as segundas posturas, elaboradas em 1811, fizeram poucas referências às novas construções. As terceiras Posturas Municipais, criadas em 1829, trouxeram regras com relação às alturas das novas construções, mas foi o quarto regramento, datado de 1837, que visou de forma mais efetiva a “elegância das edificações” (Rhoden, 2013, p. 65), como pode ser observado:

> Eram estabelecidas desde as alturas dos pés-direitos (18 palmos para os prédios térreos e mais ou menos 18 palmos por pavimento, para os sobrados), até as alturas de portas e janelas, obrigatoriedade de uso de cimalhas nas fachadas, obrigatoriedade de construir no alinhamento e sem recuos laterais e a obrigatoriedade de caiar as fachadas, pelo menos três vezes ao ano” (Rhoden, 2013, p. 65).

É importante destacar a necessidade da construção das novas edificações no alinhamento predial, ou seja, no limite do lote privado com a calçada pública, e sem recuos laterais. Esse regramento caracterizou a paisagem da Rua Riachuelo por muitas décadas, criando uma atmosfera de conjunto, como pôde ser observado na aquarela de Wendroth dos anos 1850. E foram esses atributos, justamente os ligados ao lote, que não sofreram modificações com a entrada do ecletismo, a então mais recente corrente da arquitetura que buscava anunciar novos tempos e mesclar estilos do passado sem discriminações.

Conforme Reis Filho (2011), a segunda metade do século XIX no Brasil foi caracterizada pelo fim do trabalho escravo, pelo começo da imigração e da instalação de ferrovias e indústrias. Somado ao fato de Rio Grande ter um porto, através do qual chegavam diretamente novos trabalhadores e materiais de construção, a cidade apresentou mudanças em sua paisagem, mesmo que às vezes sutis, através de suas construções. Os agentes sociais dessas transformações, membros das camadas sociais urbanas em ascensão, atuariam sob a influência do positivismo e do ecletismo arquitetônico (Reis Filho, 2011).

Dessa forma, já eram retratadas em imagens da década de 1860 algumas edificações com novos elementos em suas fachadas, como platibandas, balcões com gradis corridos em ferro e ornatos de catálogo. As platibandas, por exemplo, foram utilizadas como coroamento das fachadas frontais de muitas construções, abdicando da solução dos beirais devido à influência dos edifícios nobres e oficiais (Mendes, Veríssimo, Bittar, 2011b).

Também foram identificados alguns sobrados com aberturas arrematadas por vergas em arco pleno. Estas podem ter sofrido uma modificação ou podem ser um indício de que realmente os sobrados e casas térreas foram edificados em um momento posterior àqueles com arcos abatidos.

Outro trecho da Rua Riachuelo também mostrou as arquiteturas luso-brasileira e eclética, assim como alguns elementos importantes para caracterizar o lugar nesse início de segunda metade do século XIX. Mais especificamente três quarteirões a leste, a rua foi representada por uma gravura reproduzida em jornais do exterior.

A primeira reprodução localizada por esta tese foi realizada pelo jornal inglês *The Illustrated London News*, na edição de 19 de agosto de 1865[44]. O título era *The Quay of Boa Vista, at San Pedro de Rio Grande do Sul, a seaport of Brazil* (Figura 15). Na página seguinte, a reportagem “The Town and Port of Rio Grande do Sul” trazia dados sobre a geografia da cidade e um pouco mais.

Figura 15 – *The Quay of Boa Vista, at San Pedro de Rio Grande do Sul, a seaport of Brazil*



Fonte: *The Illustrated London News*, 19 ago. 1865, p. 160

Informava que as ruas estavam sujas e não eram pavimentadas, que a areia quente e ardente estava por toda parte, e o primeiro sentimento de um estranho ao chegar naquele lugar era o de deixá-lo na primeira oportunidade possível (*The*

[44] Disponível em: https://archive.org/details/illustratedlondov47lond/page/149/mode/1up?view=theater. Acesso em: 15 abr. 2024.

Illustrated London News, 19 ago. 1865, p. 161). A informação sobre as ruas vai ao encontro do que o próprio jornal da cidade do Rio Grande comentava no mesmo mês. O relato sobre as areias movidas pelos ventos é semelhante aos de alguns viajantes das duas primeiras décadas do século XIX.

O periódico londrino continuava, com a visão crítica sobre a cidade e algumas informações sobre o desenho:

> O cais principal - a Rua da Boa Vista - da qual gravamos uma vista a partir de um esboço do Sr. David Powell, corre ao longo da lagoa interior, mas apenas pequenas embarcações podem passar ao lado. Aqui estão as casas dos principais comerciantes, sendo que em primeiro plano estão as que pertencem ao Sr. *J. Proudfoot and Sons*, a primeira casa inglesa da cidade. Este local adquiriu um interesse especial por conta da guerra entre o Brasil e o Paraguai, que ameaça trazer uma força invasora de paraguaios para a província. A capital da província é Porto Alegre, situada na parte mais alta da lagoa e a comunicação com ela é feita por pequenos navios a vapor, que realizam a viagem em cerca de dois dias[45] (*The Illustrated London News*, 19 ago. 1865, p. 161).

A gravura registrou a Rua Riachuelo a partir de um ponto próximo à sua esquina com a Rua Fernando Duprat da Silva, mostrando um visual de três de seus quarteirões antes da Alfândega (com a hipótese de que a construção que avança sobre o cais, ao fundo, fazia parte da estrutura de seu trapiche). À esquerda, na imagem, estava o Q7. Na sua esquina, o sobrado de dois pavimentos acrescido de balcões com gradis em ferro e camarinha[46] abrigaria clubes e casas noturnas a partir dos anos 1910.

Na esquina seguinte, à direita na imagem, estão um sobrado de dois pavimentos, seguido por um exemplar de três e outro de dois pavimentos. Estes dois últimos eram aqueles registrados por Wendroth de uma forma um pouco diferente, o que levou à hipótese de que estariam em construção nos anos 1850. Os dois aparecem, agora, finalizados e ornados com platibandas. O exemplar de três pavimentos ainda conta com aberturas de arco pleno e uma açoteia[47], única verificada na rua ao longo deste trabalho.

Em frente às construções, o cais de madeira e as estacadas, muito comentados em documentos anteriores, são mostrados pela primeira vez de forma nítida. A presença de trabalhadores conduzindo carroças e movimentando produtos também

---

[45] Tradução livre da autora.
[46] "Pequeno aposento superior, acima do último pavimento normal", ligado diretamente à cobertura, constituindo "um minúsculo andar e geralmente servindo de dormitório" (Corona; Lemos, 1972, p. 100).
[47] "Cobertura ladrilhada, terraço em cima das construções. Também chamada soteia" (Corona; Lemos, 1972, p. 17).

foi registrada. Infere-se aqui a necessidade que havia de uma melhor infraestrutura em um lugar repleto de atividades de comércio e serviços, além daquelas portuárias.

Voltando à reportagem que acompanhou a gravura no jornal, outras informações devem ser comentadas. O texto informa que o esboço seria de um senhor chamado David Powell, nome que não foi encontrado nas pesquisas referentes a esse período em livros, jornais ou relatórios. Com relação ao nome J. Proudfoot, que seria o proprietário das construções em primeiro plano (acredita-se que à esquerda da imagem), não ocorre o mesmo.

Segundo Cesar (2016), a firma inglesa Proudfoot Meira e Moffat havia assinado como sócia na ata de fundação da Praça do Comércio nos anos 1840. Ainda segundo o autor, John Proudfoot, entre outros empreendimentos, construiu uma fábrica de tijolos de areia, e sua casa comercial estava situada na Rua Pedro II (CESAR, 2016). Conforme Barreto (1976), John Proudfoot era um escocês que veio para Rio Grande alguns anos após 1835, estabelecendo-se com a sociedade Proudfoot, Usc & Moffat, retirando-se em 1855 para a Inglaterra, mas mantendo na cidade alguns negócios pelo menos até 1870.

Segundo um dos jornais locais, no mesmo ano de 1865 houve um roubo no armazém do "Sr. João Proud-Foot"[48], que estava "repleto de fazendas de valor". Os ladrões arrombaram uma das portas do armazém "na frente que fica à rua da Boa Vista" (*Diário do Rio Grande*, 2 jul. 1865). Por especificar qual a frente, ou fachada, é possível que o armazém estivesse localizado em uma esquina, que poderia ser um dos dois sobrados de dois pavimentos registrados na gravura (os primeiros da imagem a partir da esquerda).

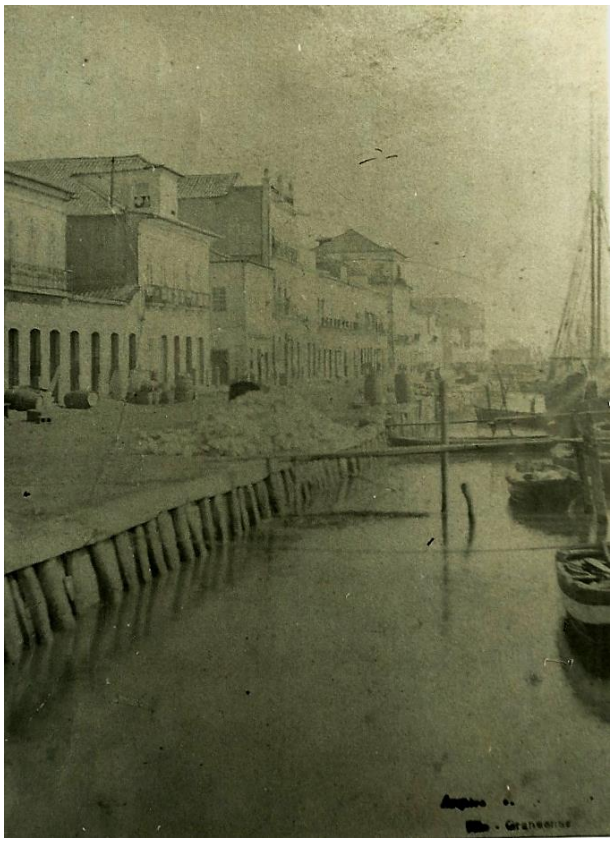
Abeillard Barreto trouxe outras informações sobre a mesma gravura. Informou que "em um jornal de Paris, que acreditamos possa ser *Le Fígaro*, em número que presumimos ser do mês de dezembro de 1865, apareceu uma gravura sobre o título *Le quai de Belle-Vue, á San-Pedro de Rio Grande (Brésil)*[49] ocupando toda uma página" (Barreto, 1979, p. 1132). O autor afirmou que a autoria seria de Francis Richard, nome que, assim como David Powell, não foi encontrado em outros documentos durante a elaboração desta tese. Um fato interessante é que o jornal francês, quatro meses depois da edição inglesa, teria trazido a mesma reportagem,

[48] Apesar da diferença na escrita do sobrenome, acredita-se tratar do mesmo Sr. John Proudfoot, pela localização dos armazéns.
[49] O Cais da Bela Vista, em São Pedro do Rio Grande (Brasil), tradução livre da autora.

que foi reproduzida por Barreto. A gravura, com cópia anexada ao seu livro, mostra a mesma paisagem, porém colorida, e o título em francês no centro, abaixo.

Também foi encontrada uma fotografia, na Biblioteca Rio-Grandense, que merece ser mencionada. A imagem (Figura 16) mostra a Rua Riachuelo praticamente a partir do mesmo ponto em que foi retratada na gravura. As edificações apresentam as mesmas características, assim como as estacadas de madeira e os barris e materiais ao longo do cais. Não estão presentes os trabalhadores e a grande maioria das embarcações, mas pode-se ter um vislumbre da rua, também antes da década de 1870, pelo registro fotográfico.

Figura 16 – Fotografia da Rua Riachuelo nas proximidades com a Rua Fernando D. da Silva, anterior ao ano de 1877



Fonte: Biblioteca Rio-Grandense.

Ainda sobre o importante ano de 1865, conforme anúncios e notícias do jornal *Diário do Rio Grande*, foram encontrados alguns diferentes usos na Rua Riachuelo. No entanto, os dados coletados até o momento para esse período não permitiram um cruzamento de informações que possibilitasse situar os lotes antigos nos lotes e quarteirões atuais. Constatou-se que a numeração contava com pares e ímpares para o mesmo lado da rua.

Foi verificada a presença de armazéns que vendiam tecidos, gêneros de “molhados” e pasta de algodão, entre outros; além de postos de venda de passagens para as viagens nas embarcações[50]. Havia uma filial do London & Brazilian Bank e uma associação recreativa, a Sociedade Euterpina[51]. Com relação à navegação, em 1865, os “Avizos Marítimos” do jornal *Diário do Rio Grande* indicavam que vapores partiriam para Pelotas e Rio de Janeiro e mais informações poderiam ser obtidas na Rua da Boa Vista, n° 25. A escuna dinamarquesa Anneberg seguiria diretamente para Hamburgo e os detalhes poderiam ser tratados na Rua da Boa Vista, n° 27 (*Diário do Rio Grande*, 12 e 14/15 jul. 1865).

Como última e uma das mais importantes imagens da Rua Riachuelo antes do melhoramento do cais de pedra, é apresentada uma montagem manual de fotografias, assemelhando-se a uma panorâmica (Figura 17). A imagem não contém data nem autor, mas não é difícil imaginar as possibilidades de sua criação, visto que fotógrafos estrangeiros conceituados anunciavam seus serviços não só em endereços da cidade, mas na própria rua desde 1848.

Figura 17 - a) Montagem de fotografias da Rua Riachuelo, em toda a sua extensão, aproximadamente entre 1865 e 1874; b) Recorte da montagem, mostrando a Rua Riachuelo entre as ruas Fernando Duprat da Silva e Benjamin Constant



Fonte: Biblioteca Rio-Grandense.

As fotografias que compuseram a panorâmica foram feitas a partir da água, mostrando praticamente toda a Rua Riachuelo (Figura 17a). É possível observar, em primeiro plano, um considerável número de embarcações no estuário. Logo atrás está

[50] Conforme jornal *Diário do Rio Grande*, edições de 02 de julho, 12 de julho, 14/15 de julho, 02 de agosto, 08 de agosto, 11 de agosto, 25 de agosto, 29 de agosto, 04/05 de setembro, 13 de setembro, 16 de setembro, 25 de outubro e 29 de outubro de 1865.
[51] Associação recreativa fundada em 1857, na Rua Riachuelo (Bittencourt, 2001).

o cais de estacadas, que pode ser observado nos espaços entre as embarcações. Ao fundo estão os inúmeros sobrados e algumas casas térreas, construídos nos alinhamentos dos lotes.

Sobre esta imagem, pode-se dizer que demonstra a primeira camada do palimpsesto da Rua Riachuelo, uma silhueta formada por conjuntos de sobrados (ao centro) e que vai ganhando casas térreas nas suas extremidades. Na paisagem, estão refletidos os interesses portuários e comerciais, o que Gordon Cullen (2018) chama de linha de força, quando a visão do lugar expressa a atividade nele existente.

No recorte da montagem (Figura 17b), aparece a Travessa do Afonso ao centro, e o Q6 à esquerda. Esse quarteirão é representado por uma quase totalidade de sobrados de dois pavimentos. O único exemplar de três pavimentos é o que ainda não havia sido registrado na aquarela de Wendroth de 1851, e já aparecia com açoteia na gravura de David Powell ou Francis Richard, divulgada em 1865. O sobrado com camarinha anuncia a atividade que nele se desenvolvia, em pintura na parede do térreo: *ship stores*, lojas que vendiam equipamentos para as embarcações ou materiais para os seus consertos. Ao seu lado, há um sobrado com água-furtada[52] e, logo após, a estreita travessa.

À direita, no recorte (Figura 17b), temos Q5, apresentando na esquina um sobrado de quatro pavimentos, o único observado na rua. Ao seu lado, há um sobrado de três pavimentos e um pouco adiante uma casa térrea. Todos os outros exemplares contam com dois pavimentos. O sobrado mais alto evidencia a elegante linha do caimento dos telhados, usada na maioria das construções da rua, o galbo de contrafeito[53].

Saindo dessa imagem central, temos as duas extremidades da rua registradas na fotografia, porém sem uma boa definição. À esquerda da imagem ou a leste da rua (Figura 18a) visualizamos o Q7, mostrando alguns sobrados de dois pavimentos e uma maior quantidade de casas térreas. O sobrado da esquina, com camarinha, é aquele que aparece na gravura de Powell ou Richard, e poderia ser propriedade de John Proudfoot.

---

[52] “Recorte de seção da água do telhado para instalação de volume edificado, provido de janela para a iluminação e ventilação do sótão, diferindo-se da camarinha por possuir cobertura de uma única água com inclinação inferior à do telhado principal” (Santos, 2020, p. 268).

[53] “Perfil resultante da introdução do contrafeito, o qual consiste em uma peça de madeira, componente da estrutura da cobertura e característica das construções tradicionais portuguesas, cuja finalidade é suavizar o ângulo formado pelos caibros dos telhados” (Santos, 2020, p. 270).

À direita da imagem ou a oeste da rua (Figura 18b) tem-se Q4, com seus sobrados de dois pavimentos, algumas casas térreas, e um exemplar de três pavimentos com maior testada (frente) do que os outros da rua com a mesma altura. À esquerda observam-se balaustradas e escadarias, que seriam o Cais do Carmo, ainda que não em muito boa definição.

Figura 18 - a) Recorte da extremidade leste da montagem de fotografias da Rua Riachuelo, b) Recorte da extremidade oeste da montagem de fotografias da Rua Riachuelo



Fonte: Biblioteca Rio-Grandense.

Considerando que antes do Cais do Carmo, construído em pedra em 1865, os jornais falavam em um trapiche no local, o recorte temporal possível para a montagem começaria no mesmo ano. Terminaria em 1874, pois em dezembro desse ano teve início a construção do cais de pedra a partir da Rua do Arsenal, atual Rua Ewbank, não aparecendo o mesmo cais na montagem.

Essa montagem de fotografias surgiu unindo dados mostrados anteriormente, em aquarelas, gravuras e fotografias, e trouxe novas informações. Seu estudo foi relevante por mostrar a quase totalidade da rua, e por confirmar a veracidade dos documentos iconográficos anteriores.

1.3 O apogeu: o novo cais, a nova Alfândega e as casas comerciais

1.3.1 O cais de pedra e a terceira Alfândega

O "Projecto do Cáes de Rio Grande" foi elaborado pelo engenheiro José Ewbank da Câmara, em 1867. Ewbank viria a dar nome à pouco extensa rua entre o Q3 e o Q4, então Rua do Arsenal. O projeto foi apresentado em sua totalidade, incluindo textos com justificativas da obra, pareceres de autoridades, tabelas de materiais e orçamentos e desenhos técnicos do cais em alvenaria de pedra, em 1869 (São Pedro do Sul, 1869). O plano havia sido solicitado pelo Presidente da Província de São Pedro do Sul, Antônio da Costa Pinto e Silva. Segundo texto do relatório, nos anos anteriores, além das solicitações que haviam sido realizadas acerca da obra, estudos foram feitos pelos engenheiros Antônio Eleutério de Camargo e Francisco Nunes de Miranda, com relação ao levantamento do local e das condições geográficas.

Anexada ao relatório, estava uma edição do *Jornal do Comércio* que, em sua seção Parte Oficial, com a matéria “Caes do Rio Grande”, informava que o porto comercial da cidade era seguramente um dos mais importantes do Império, em uma das cidades que mais contribuíam para os rendimentos do Estado (*Jornal do Comércio*, 26 mai. 1867). A obra do cais serviria não só para proteger as operações portuárias, mas para garantir “salubridade e aformoseamento” à área. As obras consistiam em:

> construção de *batardeau ensecadeira*[54]*;* esgoto das águas para edificar-se em terreno secco; preparação do solo artificial para servir de base ao muro de caes; trabalhos de alvenaria; revestimento de cantaria para as faces superior e externa do muro; aterro em todo o desenvolvimento da obra; calçamento pelo sistema Mac-Adam[55]; estabelecimento do trilho que terá por desenvolvimento a extensão comprehendida da rua do Barroso até a da Alfândega; collocação dos arganéus[56] no número e extensões designadas na planta; collocação dos lampiões no número de lugares indicados, e guindastes; estabelecendo do trilho de ferro da rua do Barroso até alfândega (*Jornal do Comércio*, 26 mai. 1867, p. 1).

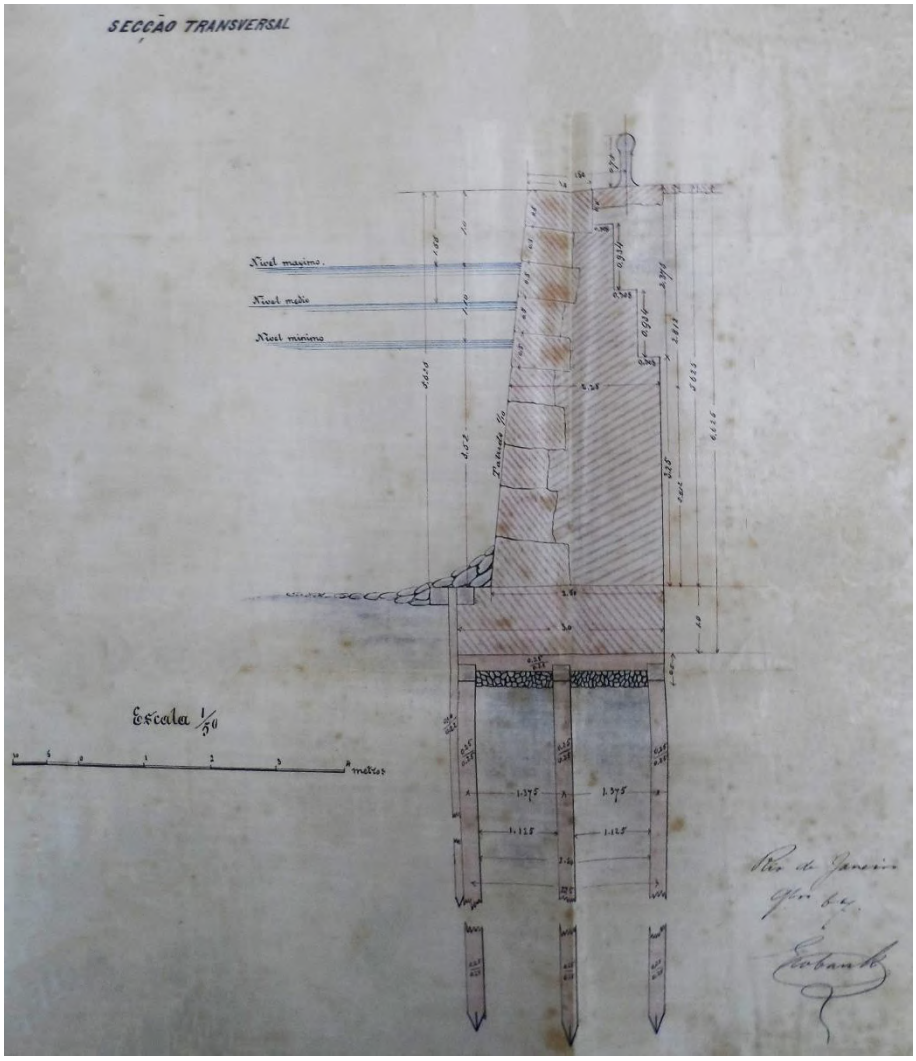
[54] Anteparo provisório estabelecido em um curso d’água para manter seco um ponto onde se pretende edificar. Informação disponível em: https://dicionario.priberam.org/ensecadeira. Acesso em: 15 mai. 2024.

[55] Sistema de pavimento ou calçamento de ruas ou estradas por meio de brita e saibro. Utiliza-se também o termo “macadame”. Informação disponível em: https://dicionario.priberam.org/macadame. Acesso em: 15 mai. 2024.

[56] Argola circular ou triangular fixada em um suporte na qual se engatam amarras. Informação disponível em: https://dicionario.priberam.org/argan%C3%A9u. Acesso em: 15 mai. 2024.

Também fizeram parte do relatório alguns desenhos técnicos, como uma secção transversal do cais (Figura 19), mostrando sua estrutura, desde as estacas até o talude formado pelas pedras. Estaria o cais um metro mais alto do que o nível máximo das águas e dois metros e dez centímetros acima do nível mínimo (São Pedro do Sul, 1869).

Figura 19 - Secção transversal do cais de pedra, pelo eng. Ewbank da Câmara, 1867



Fonte: São Pedro do Sul, 1869.

Como pode ser averiguado na notícia, o melhoramento com relação ao outro lado da Rua Riachuelo, em frente aos sobrados e casas térreas, não traria benefícios apenas para a atividade portuária. A partir da Rua Almirante Barroso até a frente da Alfândega, ou seja, na extensão de seis quarteirões, a Rua Riachuelo ganharia uma nova infraestrutura para se adequar à sua relevância em relação à Província.

Em 1871, a Câmara Municipal informava a conclusão da primeira seção do cais de pedra em frente à Alfândega. Embora houvesse a previsão da continuação da obra, existia a necessidade de uma nova estacada de madeira, ou outro material, na Rua Riachuelo nas proximidades com as ruas do Arsenal, 16 de Julho, Beco do Afonso, Andrade Neves e Almirante Barroso (Câmara Municipal do Rio Grande, 1871).

Em 1872, foi finalizada a segunda seção do Cais da Alfândega. A cerimônia de inauguração foi realizada no dia 28 de abril, um domingo, começando às 11 horas, com a presença de autoridades e uma banda de música, e se estendendo até a noite, com o cais iluminado e a população podendo por ele circular (*Diário do Rio Grande*, 29/30 abr. 1872).

O cais construído contava com uma pequena largura em frente ao edifício, e suas laterais seriam usualmente bloqueadas. Não era um local para trânsito livre de pessoas e de veículos de tração animal. A obra foi considerada bonita e sólida e, durante a festa, o engenheiro Ewbank da Câmara foi elogiado pelo seu trabalho, tanto pelas autoridades como pela população (*Diário do Rio Grande*, 29/30 abr. 1872).

No ano de 1873, foi autorizada pelo Presidente da Província a contratação do restante da obra até a Rua Almirante Barroso (Câmara Municipal do Rio Grande, 1873). Conforme Alves (2008), em maio de 1873 foi publicado um edital pela Repartição de Obras Públicas Provinciais, que informou que em três meses seriam recebidas propostas para a construção de um cais de pedra na Rua Riachuelo. Junto ao edital, foi divulgado um memorial explicativo sobre o projeto do cais, que, segundo o engenheiro Ewbank, apresentava alterações com relação ao seu projeto inicial (Alves, 2008).

Ainda no ano de 1873, era o setor a oeste da Alfândega, com aproximadamente 100 metros de comprimento, que precisava ter as suas estacadas reformadas, visto, inclusive, que a área não havia sido incluída no projeto para o cais de pedra (Câmara Municipal do Rio Grande, 1873). O setor oeste, no comprimento citado, compreendia os fundos da Câmara do Comércio e parte do Mercado Público Municipal.

Em dezembro de 1874, foi anunciado o início da continuação da construção do cais de pedra, após contrato assinado com o engenheiro Francisco Nunes de Miranda, autor da proposta vencedora (Alves, 2008). Em 1876, a construção do cais estava em andamento por ordem e conta do Governo Provincial. O cais, cuja borda distaria 22 metros do alinhamento das casas e se estenderia da Rua Ewbank até a Rua Almirante Barroso, receberia um guindaste a vapor e uma linha férrea para comunicação do

litoral com a Alfândega (*Diário do Rio Grande*, 28 mai. 1876). Foi informado que o engenheiro Lopo Gonçalves Bastos Neto, encarregado da conservação dos portos rio-grandenses, apresentaria, por ordem do Governo Imperial, um projeto definitivo para a conclusão do cais (*Diário do Rio Grande*, 28 mai. 1876).

No ano de 1877, a construção do cais, sob a direção do engenheiro Francisco Nunes de Miranda, estava finalizada no trecho entre a Rua Ewbank e as proximidades com a Rua Andrade Neves[57] (Câmara Municipal do Rio Grande, 1877). Também estava concluída uma escadaria de pedra na altura da Rua 16 de Julho. A continuação do cais de pedra até a Rua Almirante Barroso foi finalizada em 1878 (Pimentel, 1944).

No início da década de 1870, alguns fatores acerca do crescimento das atividades alfandegárias levaram à necessidade de se construir um novo e maior edifício para a Alfândega. Alguns desses fatores foram a dependência da Alfândega de São José do Norte à do Rio Grande, a necessidade de inspeção dos armazéns alfandegários de terceiros e a contratação de uma draga pela Associação Comercial para receber maiores navios (Museu da Cidade do Rio Grande, 1986).

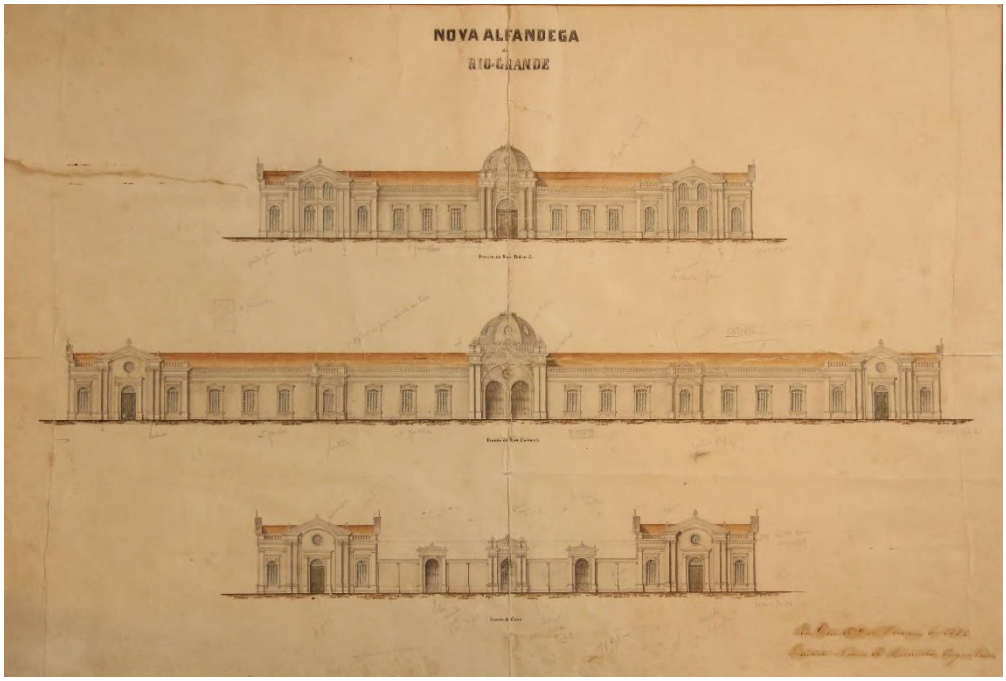
Foi emitida uma Ordem do Tesouro Nacional, pelo Visconde do Rio Branco, solicitando a construção do novo edifício[58]. A Ordem n° 145 de 1874 solicitou a execução da obra, conforme planta e orçamento anexos, organizados pelo engenheiro Francisco Nunes de Miranda (Torres, 2004b). O nome do engenheiro consta na prancha de desenhos técnicos das fachadas do edifício, em seu canto inferior direito, do ano de 1875 (Figura 20). No entanto, há indícios de que a autoria possa ser do arquiteto alemão August Landgraf, e o engenheiro Nunes Miranda teria assinado o projeto pois o arquiteto era estrangeiro e não poderia exercer a profissão naquele período[59] (Weimer, 2006).

A construção do edifício, formado por blocos de plantas retangulares que contornavam o terreno (na Rua Riachuelo apenas parcialmente) e um bloco interno que dividia o espaço descoberto em dois pátios, ocorreu em etapas. Conforme o prédio anterior era demolido, edificavam-se os corpos voltados para cada uma das

[57] Em 1876, a antiga Rua do Arsenal já havia alterado seu nome para Rua Ewbank, em homenagem ao engenheiro. A Rua Andrade Neves, em seu trecho próximo à Rua Riachuelo, recebeu posteriormente a nomenclatura atual: Rua Fernando Duprat da Silva.
[58] O edifício, inaugurado em 1879, recebeu uma placa em seu pórtico de acesso com o conteúdo: “O Visconde do Rio Branco, Ministro da Fazenda, mandou edificar esta Alfândega, 1875-1879”.
[59] Segundo Weimer (2006, p. 16), em 1858 foi aprovada uma lei que obrigou a demissão de técnicos estrangeiros a serviço das províncias, pela relação diplomática de alguns países (ou estados) com a Inglaterra, “contra a qual se voltavam os escravocratas pelas restrições ao tráfico negreiro”.

quatro ruas. O terreno estava agora mais extenso, pelos aterros realizados em direção ao estuário; e mais largo, por agregar o espaço anteriormente ocupado pelo Arsenal da Marinha (Pimentel, 1944).

Figura 20 - Projeto da “Nova Alfândega do Rio Grande”, assinado pelo engenheiro Francisco Nunes de Miranda, em 09 de fevereiro de 1875. Mostra as fachadas com títulos “Frente da Rua Pedro II”, “Frente da Rua Ewbank”, “Frente do Caes”



Fonte: Museu Cidade do Rio Grande – Coleção Histórica.

O desenho da fachada voltada para a Rua Pedro II, atualmente Rua Marechal Floriano Peixoto, apresentava em seu centro um pórtico marcando o único acesso, com colunas de mármore sob uma cúpula. Suas extremidades, levemente avançadas em relação ao restante da fachada, mostravam pilastras[60] e frontão[61].

A fachada voltada para a Rua Andradas não consta no conjunto, possivelmente pela intenção de executá-la de forma igual àquela da Rua Ewbank. Essas ruas receberiam as fachadas mais longas, mostrando um pórtico central, com duas portas e uma cúpula sobre pilastras. As extremidades receberam tratamento semelhante ao da fachada anterior, o que também apareceria na Rua Riachuelo. Essa última fachada, voltada para o cais, era a mais simplificada. Além dos blocos em suas extremidades, apresentava um muro com três portas.

[60] “Pilar de quatro faces, em geral aderente por uma delas à parede da edificação” (Corona; Lemos, 1972, p. 373).
[61] “Arremate superior, principalmente nos edifícios clássicos, que tem por função primeira vedar o espaço compreendido pelas duas águas da cobertura e pelo plano situado nos topos das paredes do pavimento da construção. Daí a decorrente forma triangular” (Corona; Lemos, 1972, p. 229).

As características da corrente neoclássica[62] são evidentes no projeto pela simetria, marcação de acessos e presença de elementos como colunas e frontões triangulares. Nesse sentido, compreende-se a existência de linhas de estudos, como a de Reis Filho (2011), que defende que, de modo geral, o neoclássico afastado dos grandes centros era uma versão mais simples, pelos materiais e mão de obra locais. Também é conhecido o pensamento de Bruand (2005, p. 34) sobre o neoclassicismo ter se adulterado após 1860, perdendo sua originalidade, através da inserção de outros “estilos históricos”, criando obras que eram um “corpo sem alma”.

Entende-se, neste trabalho, que o edifício em questão pode ser considerado como uma versão simplificada do neoclássico dos grandes centros, mas que nem por isso deve ser excluído enquanto um exemplar dessa corrente. Também se compreende, conforme Fabris (1993), que algumas críticas generalizam as obras existentes no país no final do século XIX e no início do século XX, tratando a questão da originalidade de forma breve, sem uma maior profundidade. Compreende-se que o edifício da Alfândega não apresenta justaposições de estilos suficientes para incluí-lo na corrente eclética.

Conforme o Relatório da Câmara Municipal, apresentado em janeiro de 1877, a construção da nova Alfândega mostrava finalizados os volumes nas extensões das ruas Ewbank e Riachuelo, e em fase de construção os dois restantes (Câmara Municipal do Rio Grande, 1877). O documento dizia ainda que o majestoso edifício, mandado construir pelo governo federal, era o “mais belo ornamento da cidade”. Em outubro de 1878, o jornal *Diário do Rio Grande* informou que alguns membros da redação haviam visitado o edifício, para relatar aos leitores a situação de sua construção. Segundo eles:

> A face da frente compõe-se da casa forte, destinada aos cofres da repartição, gabinete reservado do inspector, salão de expediente, e tres salas [...]. A face de leste comprehende uma pequena sala que já serve para o corpo da guarda e em toda a sua extensão ao fundo, correm dous grandes armazens [...]. A face de oeste ainda está em via de construcção por não ter sido demolida essa parte do antigo edifício. A face do fundo abrange duas salas ao serviço da guarda-moria. Do centro das três primeiras faces foram levantadas cúpulas e na do fundo ergue-se a torre de vigia [...]. Não se deu ainda começo ao pórtico da Alfândega que deverá ser todo de mármore da província, e levantado sobre quatro columnas, segundo o gosto corinthico. Será esta a parte mais importante do edificio pela sua elegancia e novidade [...]. Acha-se incumbido de assistir a toda mão de obra o hábil e inteligente architecto Sr.

[62] Corrente caracterizada por trazer construções imponentes e austeras, com repertório clássico revisitado, envolvendo harmonia e racionalidade resultantes do Iluminismo setecentista (Mendes; Veríssimo; Bittar, 2011b).

> Augusto Landgraf. A direcção de todos estes trabalhos foi confiada ao engenheiro Dr. Francisco Nunes de Miranda (*Diário do Rio Grande*, 12 out. 1878).

Nesse relato, surgiram algumas novas informações sobre a construção. Uma delas foi a respeito da face norte (face do fundo), na qual estava sendo construída uma torre que receberia uma cúpula. Essa fachada foi a que mais recebeu alterações, se comparada ao projeto datado de 1875. Além da torre, ganhou um bloco inteiro edificado e não apenas o muro apresentado nos desenhos, como poderá ser observado em fotografias das décadas seguintes. As demais fachadas receberam alterações com relação ao número de janelas dos lados de cada cúpula.

A segunda informação tratou do pórtico com colunas de mármore, que marcaria a entrada principal do edifício, pela Rua Marechal Floriano Peixoto. Essa fachada foi considerada a mais importante, mostrando que, provavelmente, a cidade não apresentava muitas construções com materiais dispendiosos ou mesmo colunas mais elaboradas. Outra informação dizia respeito à presença do arquiteto August Landgraf, então confirmada pelo jornal, como um supervisor de obras ou função semelhante, sendo a direção geral dos trabalhos realizada por Francisco Nunes de Miranda.

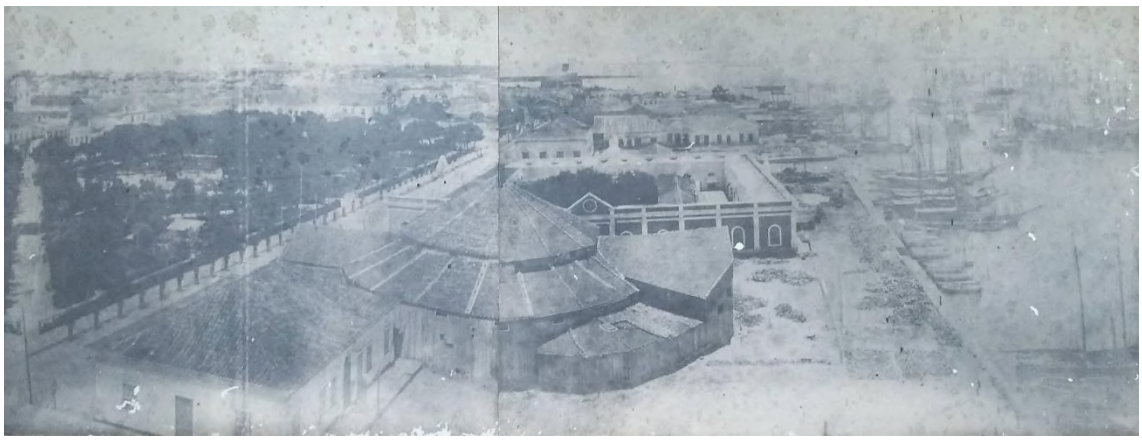
1.3.2 A variedade de usos e a apropriação do espaço

Em 1876, o terreno existente entre a Câmara do Comércio e o Mercado Público Municipal recebeu uma construção que traria para a rua um novo uso e alteraria a sua paisagem por alguns anos. A edificação de madeira abrigou o anfiteatro Albano Pereira (Figura 21), com atividades de circo e teatro. Segundo Bittencourt (2001), após funcionar por cinco anos no segmento, um temporal provocou o desabamento do teatro, que foi reconstruído, mas não voltou a atender os critérios de segurança, sendo demolido em 1884.

Uso semelhante só havia ocorrido com a Sociedade Euterpina, citada anteriormente, e com o Clube Comercial, instalado no mesmo sobrado, na década de 1860 (Bittencourt, 2001). A Sociedade Euterpina já havia desocupado o sobrado de José Joaquim Gonçalves, em uma das esquinas da Rua Riachuelo com a Rua 16 de Julho, quando ocorreu um incêndio em 1865, ficando a edificação um tanto deteriorada (*Diário do Rio Grande*, 29 ago. 1865). A parte superior do sobrado era habitada em algumas noites por “uma sociedade dramática particular que ali fazia

seus ensaios”; e no térreo estavam os armazéns de Plácido José de Oliveira Castro e José Luiz da Fonseca e Cia. (*Diário do Rio Grande*, 29 ago. 1865).

Figura 21 - Recorte de uma montagem fotográfica, mostrando o Anfiteatro Albano Pereira, entre a Câmara do Comércio e o Mercado Público Municipal, 1876-1884



Fonte: Biblioteca Rio-Grandense.

Outro uso identificado na Rua Riachuelo foi o Gabinete de Leitura. Segundo Cesar (2016), o Gabinete de Leitura da cidade do Rio Grande, após ter tido sua sede localizada em alguns endereços nas proximidades, estava ocupando dois andares do nº 71 da Rua Riachuelo no ano de 1878. Segundo o mesmo autor, em 1887 o nome dessa instituição passaria para Biblioteca Rio-Grandense.

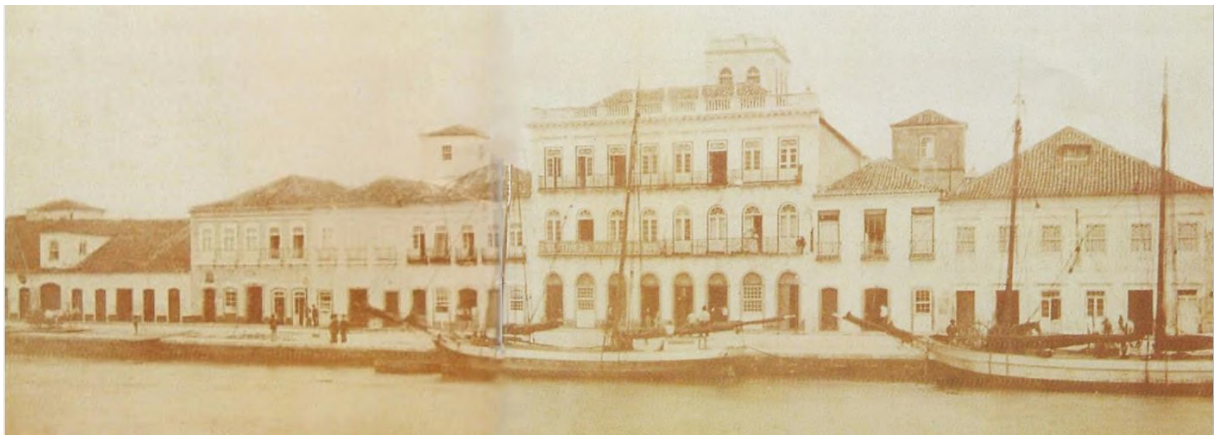
Sobre este período, foram encontradas duas imagens de autoria do fotógrafo inglês John King, que trabalhou no Brasil nas décadas de 1870 e 1880 (Fernandes Júnior; Lago, 2000). King foi um dos poucos a receber o título de Photographo da Casa Imperial[63] em maio de 1866. A primeira fotografia mostra uma tomada visual da Rua Riachuelo (Figura 22), aparecendo quase todo o Q4. É possível observar os sobrados, alguns já comentados anteriormente, justamente os que não apareciam com boa definição na montagem fotográfica anterior.

Esta foi a primeira imagem, estudada por esta tese, a mostrar o cais de pedra da década de 1870. O novo cais, mais largo e uniforme, modificou a paisagem. Podem ser observados trabalhadores nas embarcações, no cais e nas portas das construções. Ao ampliar-se a imagem, visualiza-se que o sobrado de três pavimentos apresenta em seu andar intermediário uma faixa ou placa em seu gradil corrido com

[63] ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2024. Disponível em: http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa22048/john-king. Acesso em: 15 jun. 2024.

a inscrição “Bibliotheca Rio-Grandense”. Levando em conta os dados apresentados por Cesar, essa seria uma fotografia realizada a partir de 1887.

Figura 22 – Fotografia do cais da cidade do Rio Grande, fotógrafo John King



Fonte: Fernandes Júnior; Lago, 2000, p. 112-113.

A fotografia seguinte (Figura 23) mostra o terceiro edifício da Alfândega, que havia sido concluído em 1879. É possível observar nele as características da corrente neoclássica, citadas anteriormente, assim como a torre vigia em sua fachada voltada para a Rua Riachuelo. Não é difícil entender por que o edifício foi considerado por um dos jornais locais como elegante e até mesmo o mais bonito ornamento da cidade. Os trabalhadores e as demais pessoas que frequentavam o espaço ao redor do prédio e das embarcações dão a dimensão da sua escala monumental, que passa uma imagem de austeridade. É possível observar também como as embarcações estão próximas ao edifício, pela pouca largura do cais.

Figura 23 – Fotografia do terceiro edifício da Alfândega, fotógrafo John King



Fonte: Fernandes Júnior; Lago, 2000, p. 112-113.

Nos anos 1870, a diversidade de atividades aumentava na Rua Riachuelo. Em 1879, era anunciada a venda da casa de negócios F. C. Koch & C., que ocupava o n° 13 da rua (*Diário do Rio Grande*, 25 mar. 1879). Ao seu lado, em um sobrado de n° 14, ocorriam cultos evangélicos, ministrados por Emanuel Vanorden, no turno da noite (*Diário do Rio Grande*, 19 jan. 1879).

No mesmo ano, estava localizada na rua a Companhia de Paquetes Brasileiros, que tinha embarcações que se dirigiam para Rio de Janeiro e Santa Catarina. O Paquete Nacional Canova partiria em breve para esses portos, recebendo passageiros, carga e encomendas, que poderiam seguir, em outra embarcação, para as seguintes cidades estrangeiras: Antuerpia, Liverpool, Londres e Southampton. A agência da empresa, para a compra de passagens, ficava na Rua Riachuelo, n° 86 (*Diário do Rio Grande*, 11 jan. 1879).

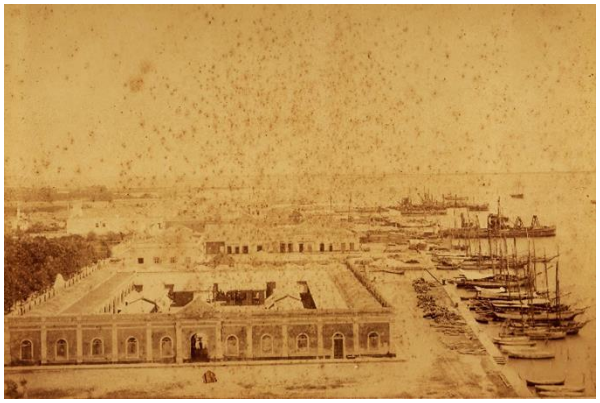
Um anúncio de jornal de 1879 citou aqueles que podem ter sido os últimos lotes edificados da rua. O anúncio informou que poderiam ser alugados três armazéns recém-construídos na Rua Riachuelo, sendo o da esquina também com frente para a praça Silveira Martins, além de outro armazém na Rua Almirante Barroso em frente à referida praça (*Diário do Rio Grande*, 3 mar. 1879). O armazém da esquina, e talvez os outros dois da Rua Riachuelo, estava localizado no trecho mais a leste da rua, no Q8, que não foi mostrado com boa nitidez na montagem apresentada anteriormente, mas era composto por casas térreas.

Dez anos depois, em 1889, a paisagem da Rua Riachuelo foi registrada em um outro conjunto de fotografias. A partir da orientação oeste, Q1 e Q2 foram mostrados, respectivamente, com o Mercado Público Municipal (Figura 24) e a Câmara do Comércio (Figura 25). Infere-se, assim, que essa parte da Rua Riachuelo, que também pode ser denominada como o entorno norte da Praça Xavier Ferreira, já estava praticamente edificada no final do século XIX. A mudança principal viria na década de 1940, com a edificação da segunda sede própria da Câmara, em um quarteirão que apresentaria maiores dimensões. As calçadas ainda ganhariam maior largura e surgiriam os postes de iluminação elétrica, conforme a evolução da infraestrutura urbana.

Com relação ao Mercado Público Municipal, é constatada a sua importância enquanto ponto comercial e pesqueiro, situado à pouca distância do estuário e das embarcações que traziam o pescado e o vendiam nas suas bancas ou nos espaços adjacentes a ele. Outra característica que o transformava em um lugar de encontro

eram os seus portões existentes nas quatro fachadas, sendo assim, acessível à população. Sua arquitetura neoclássica[64] se assemelha àquela da Alfândega, pela simetria, presença de frontões e de pilastras. Apesar de ser uma edificação sem grande altura, mostrava-se integrada a um entorno também térreo e a sua quase monumentalidade dava-se pelo extenso comprimento de suas fachadas.

Figura 24 - Mercado Público Municipal, em 1889



Fonte: Biblioteca Rio-Grandense.

Figura 25 - Primeira sede da Câmara do Comércio, em 1889



Fonte: Biblioteca Rio-Grandense.

A primeira sede própria da Câmara de Comércio estava localizada entre o Mercado Público Municipal e a Alfândega, dois exemplares neoclássicos e, assim como eles, compunha um quarteirão inteiro. Como pode ser visto em sua fachada voltada para a Rua General Osório (em frente à praça), seguia a influência luso-brasileira, apresentando telhado com beiral e aberturas com vergas retas. A exceção era a entrada principal, ao centro, com arco pleno. Na fachada voltada para a Rua Riachuelo, a entrada principal se repetia, assim como as janelas. Apesar da sua aparente simplicidade, a sua altura não se diferenciava muito da altura do Mercado Público Municipal.

O conjunto de fotografias de 1889 também registrou a Rua Riachuelo no sentido leste, mostrando Q3 e Q4 (Figura 26). Com relação ao edifício da Alfândega, analisa-se que ele se destacava de seu entorno, transformando-se em um marco, não só pelo comprimento de suas fachadas. O seu pavimento térreo, com pé-direito duplo, correspondia a dois pavimentos do edifício da futura casa Martins Garcia, o sobrado de três pavimentos com extensa testada.

[64] Conforme observação feita anteriormente sobre neoclassicismo e ecletismo para a análise do edifício da Alfândega, este edifício apresenta-se como uma versão mais simples do que aqueles dos grandes centros do país, mas não mostra uma justaposição de correntes diferentes da arquitetura.

Até então, esse era o destaque visual do lado oeste da Rua Riachuelo, mas agora parecia absorvido na paisagem repleta de sobrados. O edifício da Alfândega, visualizado a partir da Rua Riachuelo, também pode ser analisado a partir da definição de silhueta, como um contorno delicado que se enquadra na paisagem de forma sutil (Cullen, 2018). As razões para isso seriam a sua torre com cúpula e os seus frontões triangulares, resultando em uma fachada mais elaborada e leve do que aquelas apenas com platibandas retas.

A imagem seguinte (Figura 27) mostra o novo cais de pedra, com largura maior do que o antigo cais de madeira. Apesar de uma maior amplitude desse espaço público e um aspecto mais organizado, ainda existiam materiais e produtos dispostos na rua, assim como carroças que faziam o seu transporte. A rua não era apenas um ponto de passagem, uma via pela definição de Lynch (1989). Nela seguia acontecendo o próprio movimento do trabalho, que deslocava as encomendas das embarcações para os armazéns (após os processos alfandegários), encomendas que eram revendidas e distribuídas pela cidade.

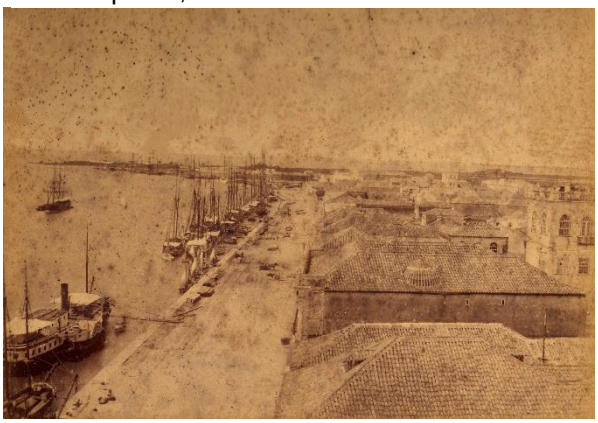
Assim, verifica-se, como no ocorrido nas imagens de 1865, outro conceito de Cullen (2018): a apropriação do espaço. Apesar de uma rua ser definida como um lugar para o trânsito de pessoas e mercadorias, e de um edifício ser conceituado como um lugar destinado às relações sociais e de trabalho, as pessoas utilizam o exterior, a rua, para outros fins, se assim for preciso, como sociais e comerciais (Cullen, 2018). Essa questão não ocorria apenas pela vontade da população, mas também pela pouca distância entre as embarcações e os armazéns que as venderiam, ou seja, pela inexistência de bloqueios entre o estuário e a rua.

Figura 26 - Edifício da Alfândega do Rio Grande e proximidades, em 1889



Fonte: Biblioteca Rio-Grandense.

Figura 27 - Rua Riachuelo a partir de Q4, com cais de pedra, em 1889

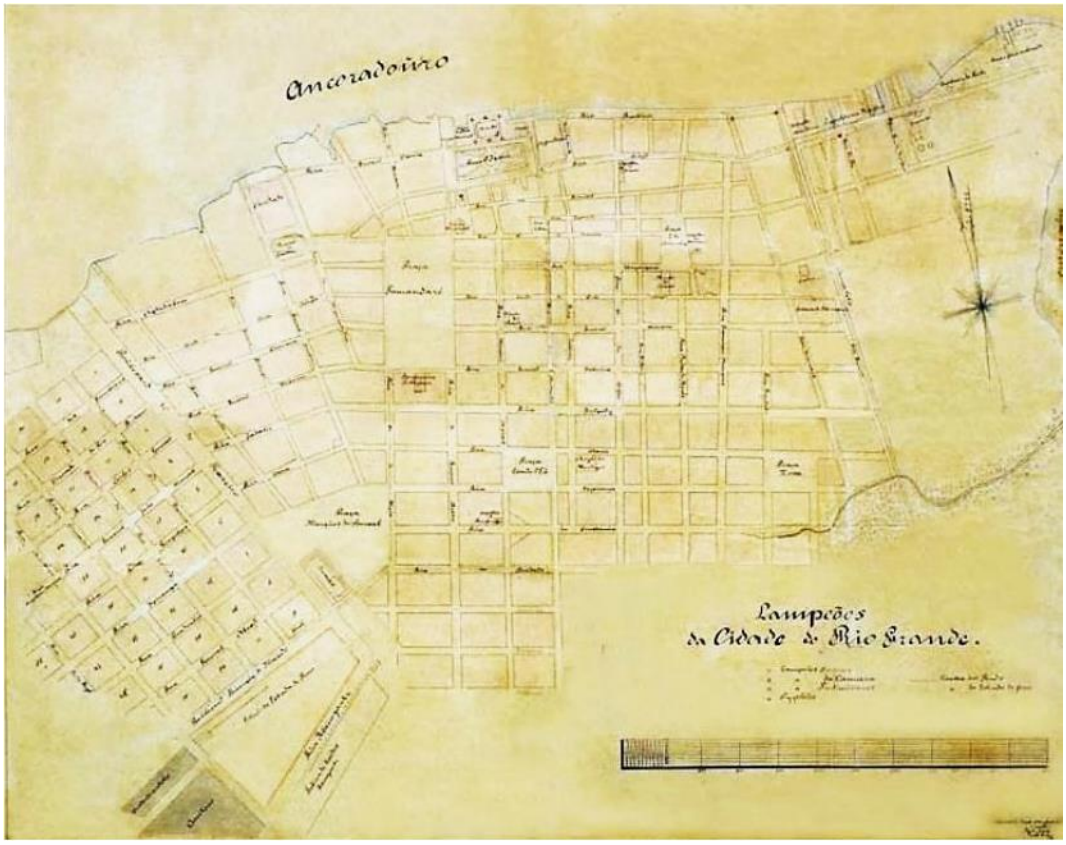


Fonte: Biblioteca Rio-Grandense.

1.3.3 A passagem entre os séculos e o desenvolvimento das casas comerciais

Acerca do desenvolvimento urbano da Rua Riachuelo nas proximidades do século XX, mais especificamente sobre os desenhos de seus quarteirões, o mapa dos “Lampiões da Cidade do Rio Grande” (Figura 28) mostrou aqueles em frente ao porto com desenho muito aproximado à sua configuração atual. Os quarteirões cujas paisagens haviam sido registradas com deformações, como Q7 e Q8, já estavam delimitados. Como informado anteriormente, faltava apenas a finalização do Q2.

Figura 28 - Lampiões da cidade do Rio Grande, mapa de autoria de Paulo Jaeger, 1892



Fonte: IHGRGS. Acervo *online*.

Com a entrada do século XX, a região portuária da cidade do Rio Grande dava seguimento ao seu momento de apogeu, no que diz respeito à ligação entre as atividades comerciais e portuárias, com intensa circulação de vidas. A necessidade de um novo estabelecimento portuário já era discutida há algumas décadas, visando uma área mais próxima ao oceano, em que houvesse maior calado para a entrada das embarcações. Enquanto a mudança não ocorria, a Rua Riachuelo continuava, em seus dois lados, como o lugar mais importante para essas atividades.

No dia 1º de janeiro de 1901, o jornal *Diário do Rio Grande* apresentava, em sua seção Avisos Marítimos, informações sobre atividades de companhias marítimas situadas na área portuária. O vapor Itapema, da Companhia Nacional de Navegação Costeira (CNNC), seguiria para os portos de Santos e do Rio de Janeiro em dois dias, recebendo cargas, encomendas e valores. A agência da CNNC estava localizada na Rua Riachuelo, nº 57. Outra empresa, a Carreira Sul do Brasil, anunciava navegação direta para a Europa, informando que sua agência estava situada na mesma rua, no nº 70 (*Diário do Rio Grande*, 1º jan. 1901).

Quatro anos depois, em 1905, o *Almanak Laemmert*, publicação anual do Rio de Janeiro, exibia descrições gerais de alguns estados do país e informações sobre estabelecimentos de suas capitais. Apesar do almanaque ainda não apresentar dados de cidades além desses territórios, Rio Grande foi mencionada por contar com filiais de duas empresas situadas em Porto Alegre: Santos Rocha & C., na Rua Riachuelo, nº 21, com ferragens, tintas e louças; e Otero, Gomes & C., na Rua Riachuelo, nº 8, com comissões e consignações (Sauer, 1905).

Em novembro de 1905, Rio Grande recebeu a visita da Canhoneira Pátria, construída em Portugal dois anos antes, que ficou atracada no porto até o início do ano de 1906. A embarcação foi erguida com financiamento da comunidade portuguesa residente no Brasil e, dois anos depois, atracou nos principais portos do país, como forma de agradecimento à comunidade portuguesa pelas contribuições realizadas (Comissão Cultural de Marinha, 2020).

Por ocasião da visita da canhoneira, uma série de fotografias foi produzida, incluindo registros das edificações da Rua Riachuelo e do cais do Porto Velho, onde a embarcação ficou atracada. O amplo cais ainda se mostrava como um lugar de apropriação, com barris, sacarias e carroças representativos das atividades realizadas, além dos próprios trabalhadores (Figura 29). A paisagem com vista para o estuário também caracterizava e diversificava o lugar que, como pôde ser observado nos anúncios de jornais, vendia passagens para as embarcações e era o ponto de embarque para os seus passageiros.

Nas proximidades com a Travessa do Afonso, ponto central do trecho da Rua Riachuelo em frente ao cais, o panorama das edificações ainda era semelhante àquele registrado no século XIX, através da aquarela de Wendroth e da montagem de fotografias que criava uma panorâmica. Os sobrados eram uma constante na paisagem em frente ao estuário e, nesse trecho central (Figura 30), o sobrado de

quatro pavimentos na esquina com a Travessa do Afonso pode ser analisado como um marco visual na paisagem.

Figura 29 – Fotografia do cais da Rua Riachuelo, durante intervalo das celebrações relativas à visita da Canhoneira Pátria, 1905-1906



Fonte: Coleção Canhoneira Pátria – Fototeca Municipal Ricardo Giovannini.

Figura 30 - Rua Riachuelo nas proximidades com a Travessa do Afonso durante as celebrações relativas à visita da Canhoneira Pátria



Fonte: Coleção Canhoneira Pátria – Fototeca Municipal Ricardo Giovannini.

Um pouco adiante, no Q7, entre as ruas Fernando Duprat da Silva e Coronel Sampaio, o cenário, até então não registrado com nitidez, era um pouco diferente daquele do bloco anterior. O número de casas térreas se assemelhava ao número de sobrados de dois pavimentos (Figura 31). O sobrado da esquina, com camarinha, estava próximo de receber clubes noturnos e mantinha-se com arquitetura íntegra.

Próximo ao centro da face do quarteirão, outro sobrado, mais estreito, estava em construção naquele momento, entre o final de 1905 e o início de 1906. Era o atual nº 109/111, um exemplar eclético com vários ornatos, sendo um deles a data da sua construção, “1906”, no centro de sua fachada. Após dois armazéns térreos a leste, estava o portão com acesso secundário ao Hotel Paris[65] (antigo Hotel Internacional), com endereço pela Rua Marechal Floriano Peixoto.

Figura 31 - Rua Riachuelo nas proximidades com a Travessa do Afonso durante as celebrações relativas à visita da Canhoneira Pátria



Fonte: Coleção Canhoneira Pátria – Fototeca Municipal Ricardo Giovannini.

Na continuação da análise do período, o ano de 1908 mostrou diversos endereços em frente ao embarcadouro ocupados por agências de transportes marítimos. Em janeiro, era anunciada na seção “Vida Social”, do jornal *Diário do Rio Grande*, a chegada da firma comercial exportadora de carvão, R. W. J. Sutherland & Comp., do País de Gales. O seu representante na cidade, Sr. Sinclair Robinson,

[65] Em 1826, foi criado o Hotel de Pariz que, em 1895, virou Hotel Paris e mudou-se para o prédio do antigo Hotel Internacional (Cesar, 2016).

acabara de estabelecer seu escritório em um sobrado à Rua Riachuelo, nº 69 (*Diário do Rio Grande*, 11 jan. 1908).

Em meio à análise dos usos da Rua Riachuelo no início do século XX, o *Guia Bemporat do Estado do Rio Grande do Sul* para 1908-09[66] trouxe uma relação importante de estabelecimentos e suas atividades. A listagem, organizada por ruas e por tipos de comércios/serviços, apresentava anúncios de página inteira, alguns deles contendo fotografias das sedes das empresas. Essas imagens, somadas à informação da numeração dos lotes, permitiu, posteriormente, a localização mais precisa de alguns estabelecimentos.

Foram listados pelo guia 22 armazéns que vendiam gêneros alimentícios (os "seccos e molhados") a atacado, sete agências marítimas (que vendiam passagens para os "vapores"), quatro agências de seguros, quatro armazéns de gêneros alimentícios a varejo, dois depósitos de materiais de construção, dois armazéns navais (com cabos e ferragens para consertos) e uma fábrica de fumos com depósito e vendas por atacado (Bemporat, 1908).

Dos oito quarteirões da Rua Riachuelo, concluiu-se neste trabalho que três já contavam com usos estabelecidos, sendo eles: Mercado Público Municipal (Q1), Câmara de Comércio (Q2) e Alfândega (Q3). Os outros cinco blocos já apresentavam, na chegada do século XX, os comprimentos atuais entre 70 e 132 metros em seus lados voltados para a mesma rua. Considerando que alguns endereços podem não ter sido listados pelo guia, infere-se que havia pelo menos 42 estabelecimentos que negociavam produtos e serviços, espalhados em cinco quarteirões não muito extensos de uma mesma rua.

Visando uma análise comparativa, é importante destacar que, atualmente, os mesmos cinco quarteirões contam com 42 lotes e 53 numerações. Assim como ocorre atualmente, um mesmo sobrado ou construção térrea poderia comportar mais de um número, recebendo atividades diferentes. Essa questão e a mudança de numeração, anteriormente com números pares e ímpares, e, atualmente, apenas com ímpares, tornou a averiguação mais complexa.

[66] Para esta pesquisa, foram analisados os exemplares bianuais de 1906-07 e 1908-09, presentes na Biblioteca Rio-Grandense, no Rio Grande. O exemplar mais recente apresenta um maior volume de dados. Os dois volumes citam a existência de uma edição para 1904-05, que não foi encontrada até a finalização desta tese.

Os 22 armazéns que vendiam “seccos e molhados” eram bastante característicos do período. Comercializavam por atacado gêneros alimentícios nacionais e importados para as vendas, armazéns que funcionavam como pequenos mercados, distribuídos em vários pontos da cidade. Cada armazém trabalhava com pouca variedade de produtos e alguns eram representantes exclusivos de uma marca. Esse era o caso da empresa Braga & Leite, no nº 28, que informava em anúncio de página inteira no guia ser a única representante do Xerez Quina Ruiz no estado (Bemporat, 1908).

A empresa Campos Assumpção era um exemplo de armazém que também trabalhava com materiais diversos, além dos gêneros alimentícios por atacado. Conforme anúncio em página do guia, estava instalada em um sobrado de dois pavimentos, situado na movimentada esquina da Rua Riachuelo (nº 54, no Q5) com a Rua Benjamin Constant. A empresa publicava anúncios nos jornais locais, informando sobre os produtos que comercializava (Figura 32). Entre os “seccos e molhados” estavam o Vinho do Porto, da antiga casa de João Eduardo dos Santos J. (*Diário do Rio Grande*, 3 jan. 1905). Entre os materiais de construção, apareciam os tijolos vindos de Porto Alegre, de “barro puro, sem areias nem umidade”, considerados de grande utilidade (*Diário do Rio Grande*, 4 jan. 1905).

A casa José da Silva Fresteiro & C. informava funcionamento nos números 68 e 70, como sucessores de empresa familiar e de Sinclair Robinson & C.; ocupava um sobrado de dois pavimentos com aberturas em arco abatido e balcões com gradil (Figura 33). Estava ao lado do exemplar de três pavimentos, futura casa Martins Garcia, no Q4. Infere-se que este sobrado era ocupado pela empresa Carreira Sul do Brasil, também no n° 70, e havia abrigado anteriormente a firma R.W.J. Sutherland & Comp., no n° 69.

A presença dos armazéns que vendiam gêneros alimentícios e bebidas a varejo sugere a existência do uso residencial na Rua Riachuelo naquele período, o que seria confirmado posteriormente. Essas vendas, que trabalhavam a varejo, em pequenas quantidades para uso doméstico, ficavam localizadas em áreas residenciais. Enquanto no térreo estavam localizados os estabelecimentos comerciais e de serviços, os demais pavimentos dos sobrados recebiam residências, muitas vezes dos proprietários. Segundo Copstein (1982), esses pavimentos superiores também eram ocupados pelos caixeiros viajantes, que então venderiam os produtos em outras localidades.

Figura 32 - Empresa Campos Assumpção, Rua Riachuelo, n° 54, em 1908



Fonte: Bemporat (1908, p. 476).

Figura 33 - Empresa José da Silva Fresteiro & C., Rua Riachuelo, n° 68/70, em 1908



Fonte: Bemporat (1908, p. 458).

Além desses usos, também foi identificada a Fábrica de Fumos e Cigarros Alliança (Figura 34). A mesma estava localizada no Q8, a leste da rua. O anúncio da fábrica, em página inteira do guia, informava que era a fabricante dos “acreditados cigarros Mensageiros, Caçadores e Havaneses” (Bemporat, 1908, p. 460). Mostrava também a existência de um depósito ao seu lado, sendo térreas as duas edificações. No depósito, era armazenada a produção em larga escala para exportação.

Com relação à tipologia das arquiteturas do lugar, as fotografias pesquisadas permitiram inferir que, nos cinco quarteirões de edifícios privados, os sobrados de dois pavimentos e as construções térreas eram os mais comuns. Nos outros três quarteirões a oeste, as tipologias continuavam as mesmas já apresentadas[67]. Nesse momento, os exemplares térreos formavam um conjunto maior próximo à Rua Coronel Sampaio. Os sobrados de dois pavimentos constituíam conjuntos de dois ou três

[67] Construção térrea com pátio interno para o Mercado Público Municipal, construção térrea para a Câmara do Comércio, construção térrea (com torre) para a Alfândega.

exemplares em vários quarteirões. Havia três sobrados de três pavimentos e um exemplar de quatro pavimentos, ou seja, a mesma situação conferida na segunda metade do século XIX.

Figura 34 - Fábrica de Fumos e Cigarros Alliança



Fonte: Bemporat (1908, p. 460).

Observou-se que as características dos exemplares privados eram das correntes luso-brasileira e eclética e que, em alguns casos, haviam sofrido intervenções para se adequar aos novos tempos. Na imagem a seguir (Figura 35), observa-se a Rua Riachuelo nas proximidades do seu cruzamento com a Rua Benjamin Constant. O trecho do Q5, em primeiro plano, mostra a empresa Abel Asti & Cia., em um sobrado com platibanda ornamentada e balcão corrido em frente às portas-janelas.

A firma era anunciada no *Guia Bemporat* como um armazém de “seccos e molhados” por atacado, situado no n° 48 da Rua Riachuelo. A família Asti ainda permaneceria algumas décadas com endereço na rua. Na esquina do mesmo trecho, volta-se a visualizar a firma Campos Assumpção, seu telhado com beiral e balcões em duas portas-janelas.

A fotografia é anterior ao ano de 1912, quando entraram em circulação os bondes elétricos, cujos trilhos ficavam próximos ao centro da rua, junto aos postes. Considerou-se que os trilhos registrados pela imagem são parte do sistema de bondes de tração animal, que circulou pelo “litoral da Rua Riachuelo” a partir da década de 1880 (Lima, 2018, p. 38).

Figura 35 - Rua Riachuelo nas proximidades com a Rua Benjamin Constant. Primeira década do século XX



Fonte: Biblioteca Rio-Grandense.

É possível observar uma parte do próximo quarteirão, Q4, com um sobrado em sua esquina, o mesmo que aparece em uma imagem da recepção a D. Pedro II em 1865. Na sua lateral, voltada para a Rua Benjamin Constant, lê-se parcialmente o nome da firma “Santos Mello & Irmão”. Ela foi anunciada no *Guia Bemporat* de 1908, com o uso de “seccos e molhados” a varejo, localizada no nº 55 da Rua Riachuelo (Bemporat, 1908, p. 471).

A última fotografia deste capítulo (Figura 36) mostra a Rua Riachuelo com o Q5 em primeiro plano, à direita; e o Q6, à esquerda. Pelas características semelhantes àquelas de outras fotografias estudadas nesta tese, infere-se que ela também seja uma imagem da primeira década do século XX. Verifica-se a face do Q5 totalmente preenchida por sobrados, incluindo o de três pavimentos com açoteia.

Figura 36 - Rua Riachuelo, mostrando o Q6, entre a Travessa do Afonso e a Rua Fernando Duprat da Silva. Primeira década do século XX



Fonte: Biblioteca Rio-Grandense.

Alguns sobrados haviam ganhado platibandas, mas os arcos com vergas retas ou em arcos abatidos, assim como o mesmo número e localização de aberturas, mostram que eram os mesmos exemplares da segunda metade do século XIX. No sobrado à direita da imagem, último antes da esquina com a Travessa do Afonso, estava o “Depósito dos Hiates Democrata e Agraciada”.

Esse início do século XX, até 1914, também foi um momento de modernizações com relação à infraestrutura urbana. Em fevereiro de 1908, a iluminação a gás começava a dar lugar à iluminação elétrica nas principais ruas e praças da cidade, em edifícios públicos e alguns particulares (*Diário do Rio Grande*, 2 fev. 1908). A cerimônia de inauguração contou com a apresentação de uma banda e atraiu muitas pessoas para as ruas. As famílias passeavam pelas ruas Marechal Floriano Peixoto e Riachuelo, agora iluminadas pelos postes (Cesar, 2016).

Após a instalação da luz elétrica na cidade, foram implantados os serviços de transporte coletivo através dos bondes elétricos, que substituíram os carros com tração animal. Após algumas experiências em 1911, as linhas do centro da cidade

foram inauguradas em janeiro de 1912, com os bondes de tração animal sendo completamente substituídos em 1922 (Cesar, 2016).

1.3.4 Os cartões-postais, a memória e a identidade

O cartão-postal foi estabelecido no Brasil em 1880, e o uso de imagens na totalidade de sua superfície teve início no final da década de 1890 (Gerodetti; Cornejo, 2004). Desde esse final de século XIX, a Rua Riachuelo apareceu em pequenos desenhos que compuseram imagens de cartões-postais, seja evidenciando o cais do porto ou as proximidades do Mercado Público Municipal.

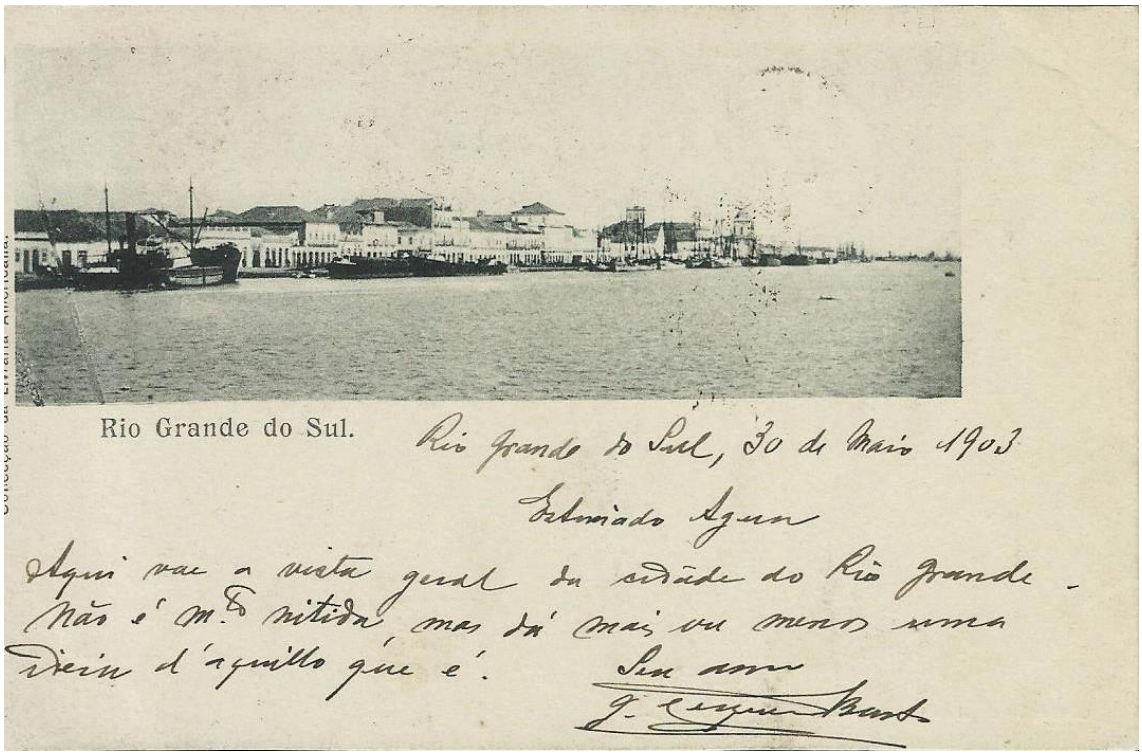
Esses postais continham, além dos desenhos, a inscrição “Lembranças de”, ou seja, eram postais do tipo “*Gruss aus*” (Gerodetti; Cornejo, 2004, p. 10). Logo após, aparecia o nome da cidade ou do estado correspondente. Segundo Torres, um desses postais, com a inscrição “Lembranças do Rio Grande do Sul”, é um dos mais antigos a circular no Brasil, com carimbo de 8 de abril de 1898 (Torres, 2013). Esse postal apresenta alguns lugares e edificações, como a Rua Pedro II, a Estação Central, o Quartel General e o Porto do Rio Grande, este último mostrando a paisagem da Rua Riachuelo repleta de embarcações.

Nos primeiros anos do século XX, imagens da rua apareceram em postais que cruzaram o mundo. Um deles mostrou o cenário da rua a partir de sua parte leste (Figura 37), sendo possível avistar, da esquerda para a direita, as edificações térreas, seguidas dos conjuntos de sobrados, com destaque para o de quatro pavimentos, que aparece com seu telhado quase ao centro da figura. Confeccionado pela Livraria Americana, apresenta, junto à imagem, espaço para mensagem, que diz: “Estimado *Agun*. Aqui vai a vista geral da cidade do Rio Grande. Não é muito nítida, mas dá mais ou menos uma ideia d’aquillo que é”. O carimbo marca a data de 8 de junho de 1903, e a cidade para onde o postal é encaminhado é Paris.

Pensados inicialmente para serem instrumentos de trocas de mensagens rápidas, os postais foram além. Transcenderam a sua função inicial, levando imagens dos mais diferentes lugares e contribuindo para a troca de informações sobre eles, em um momento em que muitos imigrantes europeus buscavam novas oportunidades de trabalho no continente americano (Torres, 2013). É importante observar que Rio Grande é apresentada, através do postal, com uma imagem da Rua Riachuelo. Essa

foi a imagem escolhida, entre outras existentes na época, para representar a cidade, mostrando a identidade vinculada à rua, ao comércio e às atividades portuárias.

Figura 37 - Cartão-postal com paisagem da Rua Riachuelo em parte da superfície, 1903



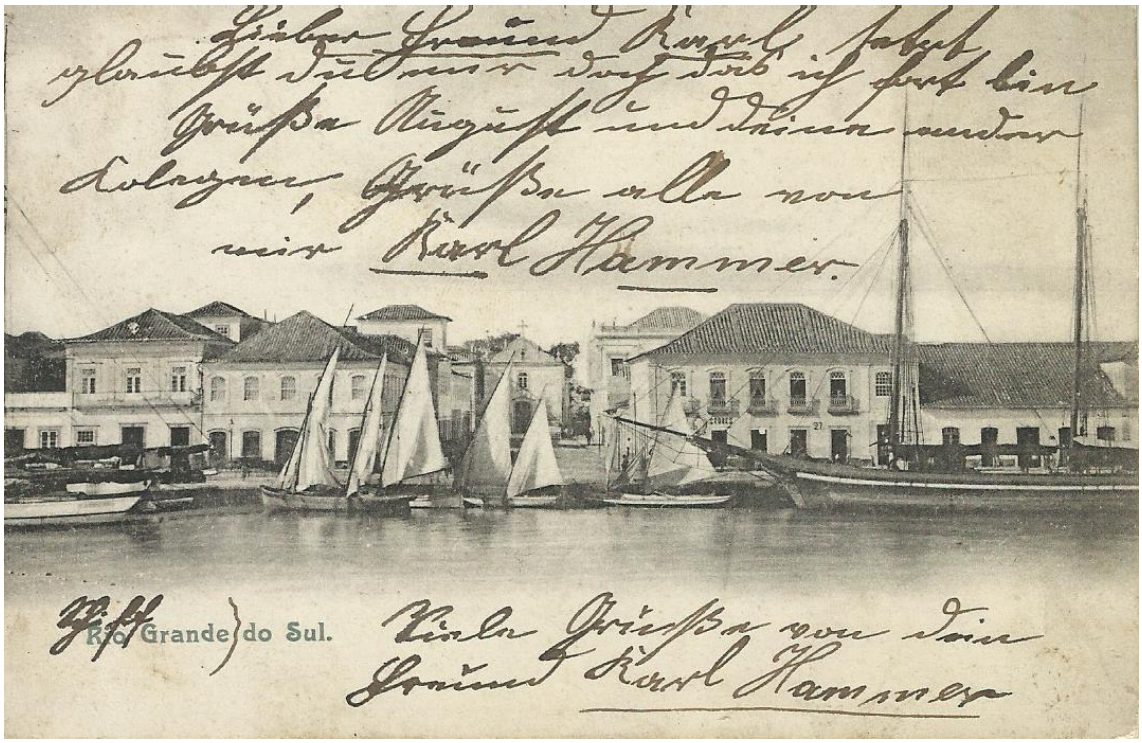
Fonte: Coleção de João Reguffe.

Nesse ponto, percebe-se que existe um valor intencional de memória, ou de rememoração, conceitos criados por Riegl, tanto por parte de quem confeccionou o postal, como por parte de quem o adquiriu para posteriormente enviá-lo. Como abaixo da imagem aparece a inscrição Rio Grande do Sul, pode-se dizer que também se pretendia, por parte da editora, apresentar o estado através da imagem. Conforme Riegl, o valor intencional de rememoração tem o objetivo de, desde a criação do item, “nunca deixar, de certa forma, que um momento faça parte do passado, permitindo que permaneça na consciência das gerações futuras, sempre presente e vivo” (Riegl, 2014, p. 63).

Outro postal levou a imagem do Rio Grande para fora do país, dessa vez para Hamburgo, Alemanha. Ele mostra a Rua Riachuelo em sua esquina com a Rua Benjamin Constant (Figura 38). Em primeiro plano, as embarcações não permitem a análise do antigo Cais do Carmo, citado anteriormente. As edificações próximas à esquina apresentam poucas diferenças com relação às imagens do mesmo trecho do

século XIX. Entre as esquinas, pode-se observar o espaço público e, ao fundo, a primeira Igreja do Carmo, com imagem apresentada pela primeira vez nesta tese.

Figura 38 - Cartão-postal da Rua Riachuelo em sua esquina com a Rua 16 de Julho



Fonte: Coleção de João Reguffe.

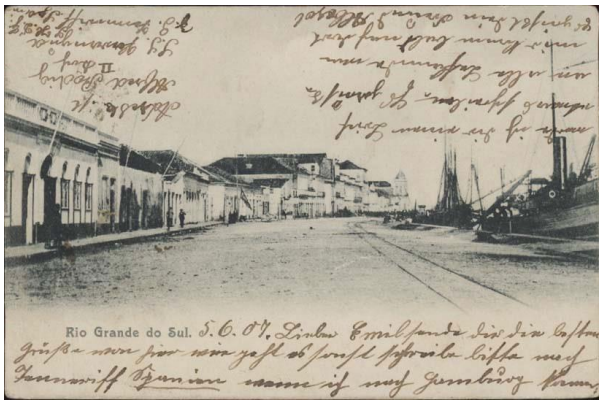
A paisagem mostra, além de todo o aspecto portuário, um trecho da Rua Benjamin Constant mais amplo, que permite a visualização daquele que era chamado de “lindíssimo” templo por Gonçalves Chaves em 1822. O postal também é apresentado com a inscrição “Rio Grande do Sul”, sendo assim uma paisagem que buscava representar o estado. Seu carimbo no verso mostra a data de 5 de maio de 1906.

Outro aspecto dos cartões-postais, assim como das fotografias, é o de tornarem-se registros, guardando informações sobre os lugares. Dessa forma, dois postais que mostraram a Rua Riachuelo em seu setor leste, pouco registrado, são extremamente relevantes. O primeiro mostra a Rua Riachuelo a partir do Q8, vendo-se metade desse quarteirão, e o Q7, com uma grande maioria de casas térreas (Figura 39). À esquerda da imagem está uma construção térrea com vergas das aberturas em

arcos plenos e platibanda com balaústres[68], semelhante àquela que recebia a Fábrica de Fumos Alliança em 1908. O cartão conta com mensagem de 5 de junho de 1907.

O segundo postal mostra a Rua Riachuelo em sua esquina com a Rua Coronel Sampaio, em uma imagem mais nítida (Figura 40). Registra uma movimentação de trabalhadores e embarcações e a inscrição “Rio Grande. Escada de desembarque”. A escada não pode ser observada, pelas embarcações à sua frente, mas esse era o local do Trapiche do Cunha, no século XIX, que pode ter contribuído para a identidade do lugar enquanto um ponto de embarque e desembarque. O cartão é de cerca de 1905.

Figura 39 – Cartão-postal da Rua Riachuelo, a partir do Q8, 1907



Fonte: Acervo Papareia.

Figura 40 – Cartão-postal da Rua Riachuelo na esquina com a Rua Cel. Sampaio, cerca de 1905



Fonte: Coleção de Fabiano Teixeira dos Santos.

Outra questão importante sobre os cartões do início dos anos 1900, que abordaram a Rua Riachuelo, foi o destaque dado ora para o casario, ora para o estuário. Nos dois casos, sempre eram vistas embarcações e alguns transeuntes ou trabalhadores. É o que mostram os dois cartões a seguir. O primeiro, de cerca de 1905, registrou uma paisagem a partir da água, com destaque para as embarcações, aparecendo os sobrados ao fundo (Figura 41). No centro, acima, trouxe a inscrição “Rio Grande – Vista do Porto”.

O segundo, de cerca de 1908, mostra metade do trecho do Q4, com a torre da Alfândega em destaque ao fundo (Figura 42). A presença do edifício da Alfândega, como um marco na paisagem, colaborou para que o setor oeste da rua fosse registrado em muitas fotografias e cartões-postais. Somado ao edifício, esse postal,

[68] Pequena coluna utilizada em platibandas e parapeitos (Santos, 2002, p. 128).

editado pela Livraria Americana, também mostrou os sobrados formando um conjunto. Acima dele está a inscrição “Rio Grande, Rua Riachuelo, Alfândega”.

Figura 41 - Cartão-postal da Rua Riachuelo, a partir do estuário, cerca de 1905



Fonte: Coleção de João Reguffe.

Figura 42 – Cartão-postal da Rua Riachuelo, mostrando parte de Q4 e Q3 (Alfândega), cerca de 1908



Fonte: Coleção de Fabiano Teixeira dos Santos.

E dessa forma, encerrava-se esse início de segunda década do século XX para a Rua Riachuelo. Antes da inauguração do Porto Novo, em 1915, que começaria a influenciar trocas de usos, a rua mostrava-se amplamente movimentada, com uma variedade de atividades de comércio e serviços, além do uso residencial. Também era profunda a conexão entre os dois lados da rua. O ambiente portuário não era contornado por nenhuma barreira, conectando a arquitetura, as vidas e o estuário e formando, assim, uma paisagem rica que era reproduzida em fotografias e cartões-postais que percorriam o mundo.

2 A Rua Riachuelo em seu segundo tempo: transformação e esquecimento (1915-1986)

2.1 Os dois portos e um início de estagnação

2.1.1 Porto Novo *x* Porto Velho e um registro das casas comerciais

Apesar das melhorias realizadas na década de 1870, o primeiro porto da cidade ainda apresentava dificuldades às embarcações, pela pouca profundidade do canal de acesso e pelo pequeno espaço para as atividades portuárias, já que o centro da cidade estava muito próximo a ele. Discussões referentes à criação de um novo porto eram feitas há algumas décadas e abrangiam as condições da barra, visando uma grande obra que resolvesse os problemas de navegabilidade[69].

O engenheiro Elmer Lawrence Corthell, que já conhecia as discussões e os projetos iniciais, buscou capital europeu e criou a Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul*,* constituída em Paris e autorizada no Brasil, em 1908. No mesmo ano, os jornais locais noticiavam o tema, tratando da chegada do corpo técnico, da necessidade de moradia para especialistas e operários e da abertura do escritório da companhia em Rio Grande (Alves, 2008).

Seriam construídos o Porto Novo e os Molhes da Barra. O antigo porto da cidade receberia melhorias, que já eram conhecidas pela população da cidade. No dia 5 de julho 1912, o jornal *O Artista*[70], anteriormente *Diário do Rio Grande*, publicou uma cópia do telegrama que havia sido enviado pela Associação Comercial da cidade para o Ministro de Viação e Obras Públicas, José Barbosa Gonçalves. Inicialmente, o documento trazia informações sobre a situação atual da Rua Riachuelo e sobre o que já era conhecido a respeito do projeto:

> Sabendo agora que no projeto segunda seção docas deste porto para serviço commercio cabotagem e interior estado, Rua Riachuelo ficará com mesma largura 24m e 64cm em média total, e que armazéns docas serão construídos na linha cáes atual, na mesma rua, fazendo-se serviço recebimento e entrega mercadorias diretamente dos ditos armazéns, de ou para vehiculos de transportes urbanos, na referida rua, o que a apropriará como que

[69] A Comissão de Melhoramento da Barra do Rio Grande do Sul foi criada em 1873, tratando do projeto e execução de dois molhes que avançariam ao oceano (Ferreira; Gastaud, 2018).

[70] "Orgam Popular Independente, provisoriamente, até que os tribunaes competentes nos restituam os direitos de propriedade do título *Diário do Rio Grande*, que nos querem usurpar por meio de um registro violento, continuaremos a editar esta folha de publicidade subordinando-a, em tudo, aos moldes do nosso antigo jornal" (*O Artista*, 11 jan. 1912).

> exclusivamente ao serviço das docas, inutilizando-a para o demais trafego cidade, para o qual já hoje é por demais estreita (*O Artista*, 5 jul. 1912, p. 1).

Observa-se que o espaço público da Rua Riachuelo, então com 24,64 metros de largura, havia sido construído na década de 1870 com uma dimensão um pouco maior do que o projeto, que informava 22 metros. Mesmo assim, o espaço era considerado estreito para os usos e a circulação naquele ano de 1912 e havia uma preocupação de que a situação piorasse após essa nova estruturação das atividades portuárias, na qual a rua receberia um novo cais e armazéns voltados para o serviço de cabotagem[71].

Ainda segundo o jornal, a Associação Comercial solicitava que a rua fosse alargada para 35 metros, permitindo o transporte de cargas e de passageiros habituais da cidade somados àqueles que viriam pelos serviços portuários. Da mesma forma, solicitava que as atividades portuárias e os novos armazéns fossem localizados em um espaço delimitado por grades ou muros. Assim, a Rua Riachuelo ficaria disponível exclusivamente para tráfego urbano, como era de interesse “do público e comércio local” (*O Artista*, 5 jul. 1912).

Em outubro de 1912, foi publicado o Decreto Federal nº 9.817, que modificou algumas questões referentes ao projeto do Porto Novo e estendeu o melhoramento ao antigo porto da cidade. O que o jornal informava três meses antes, agora transformava-se em legislação. Conforme o documento, estavam aprovados o projeto e o orçamento da Companhia Francesa (como era comumente chamada) para o aproveitamento do antigo porto em frente à cidade do Rio Grande (Brasil, 1912).

Três anos depois, no dia 1º de março de 1915, os Molhes da Barra foram oficialmente inaugurados, com a entrada do navio-escola Benjamin Constant, passando, então, a proteger a navegação no canal de acesso (Ferreira; Gastaud, 2018). Em 15 de novembro do mesmo ano, ocorreu a festividade de inauguração do Porto Novo (Alves, 2008). Sobre esses dois acontecimentos, Francisco das Neves Alves teceu o seguinte comentário:

> Obstáculos de toda ordem, ainda mais tendo em vista a magnitude das obras a serem executadas, a dependência do investimento de capitais internacionais, os diferentes e divergentes interesses em jogo e culminando com um conflito bélico de abrangência mundial, constituiriam os estertores da alcunha “Barra diabólica”. Ainda que “conquistada” pela ação da ciência e do homem, que estariam a sobrepujar as forças da natureza, a Barra não seria

[71] Navegação entre portos da mesma costa ou entre ilhas vizinhas. Oposta à navegação de longo curso. Informação disponível em: https://dicionario.priberam.org/cabotagem. Acesso em: 15 jun. 2024.

> "eliminada" como um todo em seu papel de óbice ao progresso rio-grandense, uma vez que a conservação das condições de navegabilidade permaneceria como premissa básica para o desenvolvimento das relações de intercâmbio através do litoral gaúcho. [...] A chegada do Benjamin Constant e a inauguração do Porto Novo seriam ainda mais potencializadas como datas magnas na construção de uma memória coletiva em torno do tema e alocadas como episódios de relevância crucial na elaboração de uma cultura identitárias no Rio Grande [...] (Alves, 2008, p. 416).

As inaugurações dos Molhes da Barra e do Porto Novo trouxeram mudanças para a cidade e, em especial, para o Porto Velho e a Rua Riachuelo. Tinha início o distanciamento entre o agora Porto Velho, com sua insuficiência; e o Porto Novo, com os Molhes da Barra, que permitiram "o fortalecimento do comércio local e dos investimentos vindos de empresas nacionais e estrangeiras" (Ferreira; Gastaud, 2018, p. 64).

Enquanto a população aguardava a concretização do projeto para o antigo porto, foi publicado o livro *O Rio Grande do Sul*, organizado por Monte Domecq em 1916. Em seu prólogo, afirmou que o Rio Grande do Sul, estado muitas vezes esquecido, contava agora com um novo porto, dos "mais importantes e aparelhados do continente" (Domecq, 1916, p. 1), o que garantiria a sua independência comercial, bastando para isso ser divulgado. Sobre as opções de transporte, informou que a partir de Rio Grande chegava-se a Pelotas pela estrada de ferro ou pelas embarcações das companhias de navegação, e de Pelotas a Porto Alegre apenas por essas últimas (Domecq, 1916).

Com o objetivo de apresentar a cidade do Rio Grande como um guia detalhado, a obra de Domecq tratou também da atividade do comércio. Nesse momento, eram sentidos os reflexos da Primeira Guerra Mundial[72]. A situação das sólidas casas de importação era "de espera", buscando compensar a impossibilidade de importação de produtos europeus, causada pela guerra, com negociações com os outros estados do país e com as repúblicas platinas (Domecq, 1916, p. 318).

Domecq (1916) apresentou diversas empresas localizadas em Rio Grande, dos setores de comércio e serviços, que se localizavam em grande parte nas ruas Riachuelo e Marechal Floriano Peixoto. Expôs dados de sete casas comerciais na Rua Riachuelo, a maioria delas trabalhando com importação e exportação de produtos. Eram elas: Joaquim Martins Garcia; Abel Asti & Cia.; Rache, Leite & Cia.; Cunha,

[72] A Primeira Guerra Mundial teve início em 1914 e estendeu-se por quatro anos. O conflito se generalizou, envolvendo, direta ou indiretamente, grande parte do mundo (Arruda; Piletti, 2002, p. 337).

Freitas & Cia.; José da Silva Fresteiro & Cia.; Raffaele Marsiglia & Filho; Eduardo Wigg & Cia. (Domecq, 1916).

A casa comercial Joaquim Martins Garcia estava localizada no nº 72/73, no sobrado de três pavimentos do Q4. Seu ramo era o de importação e venda de carvão, ferro em barras, ferragens, tintas, materiais para oficinas, estradas de ferro, fundições etc. (Domecq, 1916). Joaquim Martins Garcia era Cônsul dos Países Baixos, motivo pelo qual seu nome era mencionado em diversas edições do *Almanak Laemmert*, e tinha como sócio José de Carvalho Miranda, ambos rio-grandinos. Em 1912, quatro anos antes, a casa comercial já aparecia em jornais da cidade, localizada no mesmo endereço, anunciando a venda de bilhetes da Loteria da Capital Federal (*Echo do Sul*, 3 jan. 1912).

O sobrado apresentava uma das fachadas frontais de maior comprimento entre os exemplares da rua e contava com térreo ocupado pela casa comercial, com loja de vendas e depósito (Figura 43). Pela primeira vez, após ser observada em fotografias do século XIX, foi possível fazer uma descrição mais minuciosa dessa fachada. Algumas de suas características também estavam presentes nas sedes de outras casas comerciais, como: simetria; aberturas com molduras e ornatos; e bandeiras[73] das portas e portas-janelas com desenhos delicados.

Da mesma forma, é perceptível a platibanda vazada com balaústres, que já havia sido registrada em fotografias mais antigas, além das aberturas com verga em arco pleno e do balcão corrido com gradil, caracterizando-o como eclético. Acima da platibanda havia uma estatuária[74] que, embora esta imagem não mostre, pode ser observada em outras já apresentadas. Algumas pessoas estavam em frente à edificação, mostrando a grande altura de suas portas e a sua escala quase monumental. Havia na rua um veículo de tração animal, à esquerda do sobrado, e um poste de energia elétrica na calçada.

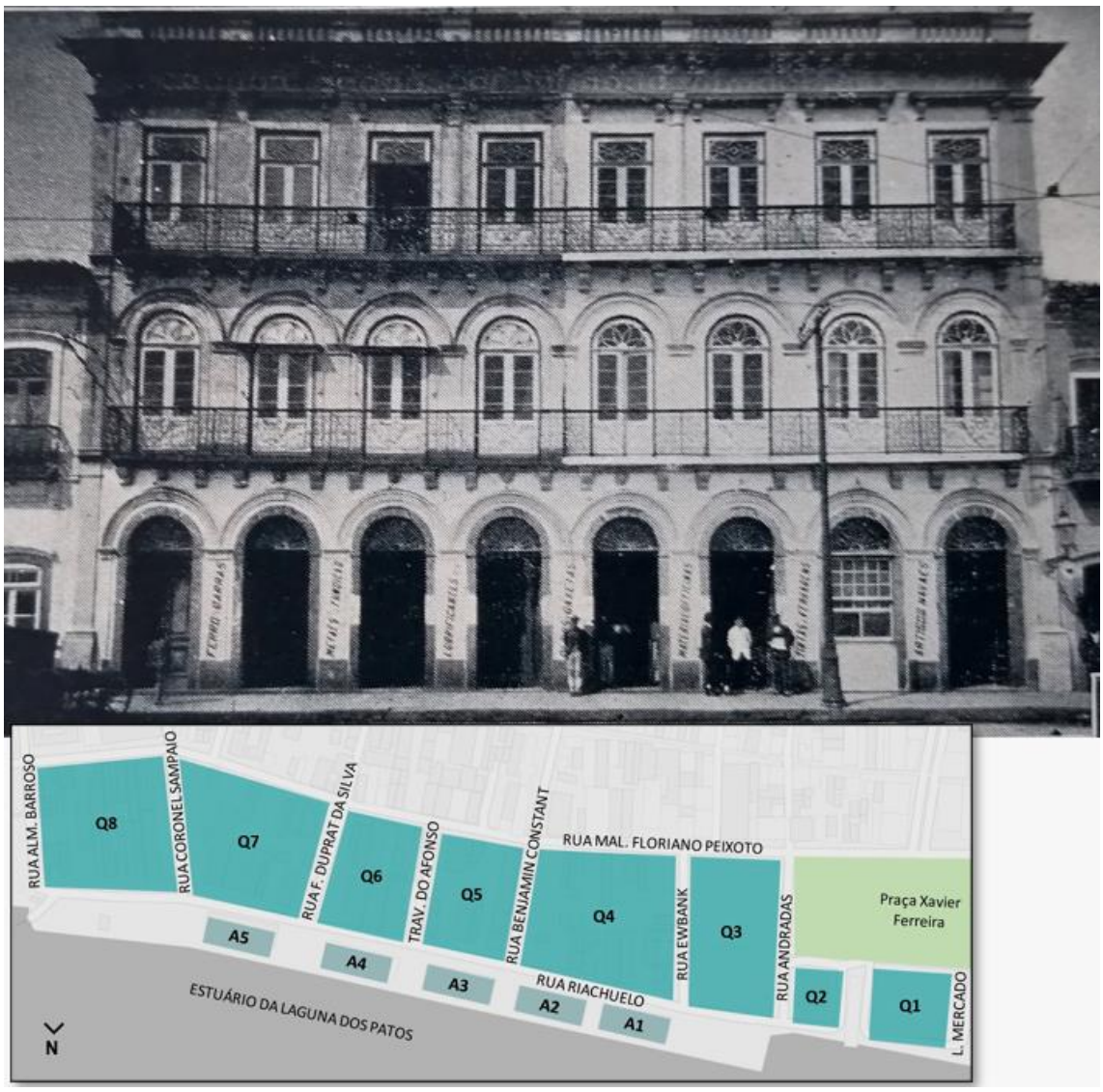
Observa-se também, a partir da imagem, a inclinação dos balcões corridos, no primeiro e segundo pavimentos, o que mostra que existiam problemas estruturais. O exemplar contava, naquele momento, com pelo menos 50 anos, a contar das

[73] “Caixilho fixo ou móvel situado na parte superior das portas ou janelas” (Corona; Lemos, 1971, p. 69).

[74] “Termo empregado para designar ordinariamente o conjunto de obras escultóricas que complementam a arquitetura”. Nem sempre se refere especificamente a estátuas, ou seja, à figura inteira de homem, mulher, animal etc. (Corona, Lemos, 1972, p. 204).

fotografias de 1865. Existe a hipótese de que o primeiro e o segundo pavimento recebessem escritórios e residências dos proprietários.

Figura 43 – Fotografia da Empresa Joaquim Martins Garcia no Q4, entre as ruas Ewbank e Benjamin Constant, em 1916. Acréscimo da autora com mapa da Rua Riachuelo atualmente



Fonte: Domecq, 1916, p. 372.

Próxima ao centro da Rua Riachuelo, em seu trecho fronteiriço à região portuária, uma empresa anteriormente mencionada aparece retratada em texto e imagens por Domecq (1916). Trata-se da casa Abel Asti & Cia., fundada pelo brasileiro Abel Asti e pelo português Antônio Alves d'Almeida. A família de Abel Asti residia no primeiro pavimento (acima do térreo) do sobrado e seria uma das que mais tempo permaneceria na rua. A firma importava produtos (secos e molhados) da Inglaterra,

França, Alemanha, Espanha, Portugal, Itália, Estados Unidos e Uruguai (Domecq, 1916).

O sobrado de dois pavimentos, localizado no Q5, entre a Rua Benjamin Constant e a Travessa do Afonso, apresentava algumas das características já descritas para a casa anterior. Os acréscimos estavam por conta do revestimento em massa no térreo, simulando pedra; dos ornatos de formas curvas com arabescos; e da estatuária de maiores dimensões e das compoteiras presentes na platibanda (Figura 44). Diferente do sobrado anterior, apresentava as suas aberturas com verga em arcos abatidos, uma característica remanescente da arquitetura luso-brasileira, neste exemplar que se tornou eclético com o passar dos anos.

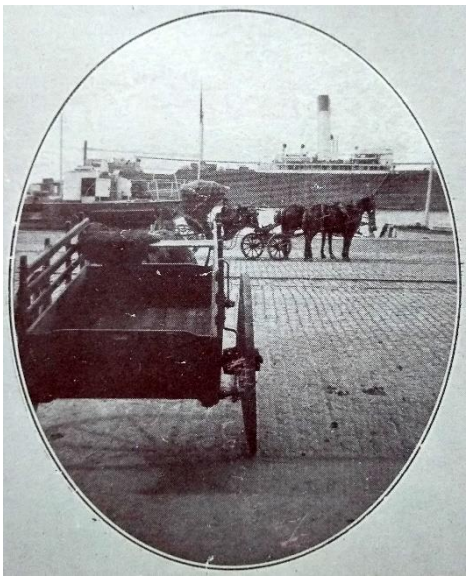
Uma imagem mostrou a paisagem que podia ser observada a partir da sede da casa comercial (Figura 45). Havia proximidade com o estuário e, por consequência, com os navios de carga do antigo porto, o que facilitava as operações comerciais. Essa localização foi considerada no texto de Domecq (1916) como um privilégio. Também pode ser compreendida a imediatez em se estar próximo ao estuário, como um convite a sua contemplação (Cullen, 2018, p. 63), por não existirem barreiras entre a rua e a água.

Figura 44 – Fotografia da casa Abel Asti & Cia., na Rua Riachuelo, entre Rua Benjamin Constant e Travessa do Afonso, 1916



Fonte: Domecq, 1916, p. 357.

Figura 45 - Fotografia com vista para o estuário a partir da casa Abel Asti & Cia.



Fonte: Domecq, 1916, p. 359.

Dois quarteirões depois, no sentido leste, estava a firma Rache, Leite & Cia., no nº 13/14 do Q7, sendo uma filial da matriz de Jaguarão. Era dirigida em Rio Grande por João Duhá, rio-grandino; e Jesus B. Vieira, pelotense. As atividades da casa comercial envolviam a exportação de cereais produzidos no estado e produtos da indústria pecuária (couros secos e salgados, charque, lã etc.) e a importação de secos e molhados (Domecq, 1916).

A sede rio-grandina da empresa, com seus escritórios e depósitos, estava localizada em uma edificação térrea, sendo uma das exceções em meio aos sobrados. Apresentava platibanda (com trechos cheios e vazados) ornamentada por compoteiras, assim como seis portas com vergas em arco pleno, sendo este um exemplar do ecletismo (Figura 46). Esse era o trecho da Rua Riachuelo que começava a apresentar mais edificações térreas do que sobrados.

Figura 46 - Fotografia da casa Rache, Leite & Cia., na Rua Riachuelo (Q7), em 1916



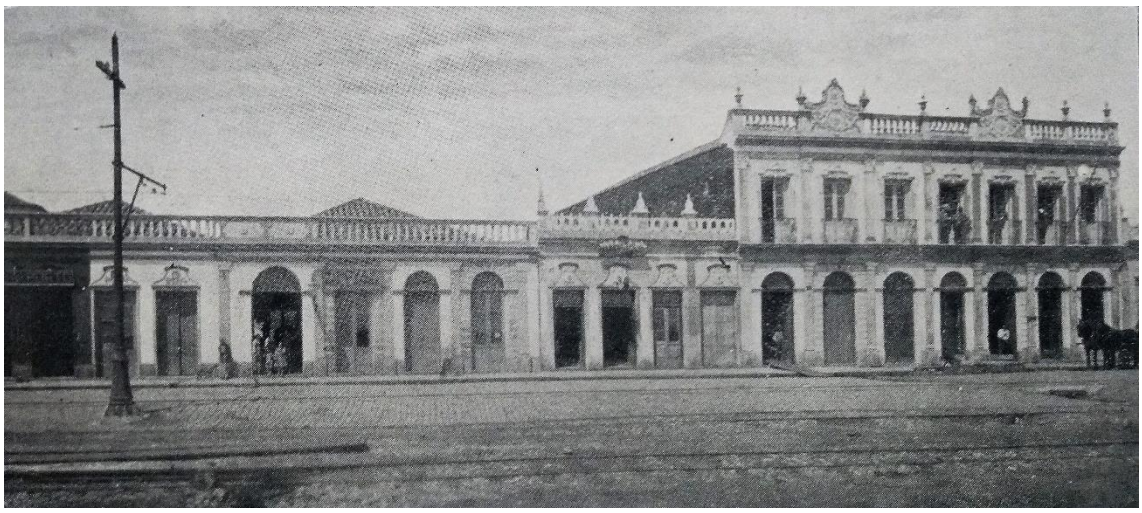
Fonte: Domecq, 1916, p. 361.

No Q8, último quarteirão da rua na direção leste, outra casa comercial era apresentada pela obra de 1916, mostrando a paisagem da rua em seu outro extremo (Figura 47), que foi documentado poucas vezes. A empresa Raffaele Marsiglia & Filho tinha como sócios Raffaele e seu filho Vicente Marsiglia, o primeiro italiano e o segundo nascido no Brasil. Seu ramo era o da importação e exportação de secos e

molhados por atacado e de produtos regionais da indústria pastoril e agricultura local (Domecq, 1916).

A empresa, com escritório e depósitos, estava instalada no nº 7 da Rua Riachuelo. Com dois pavimentos, o sobrado apresentava um ornato em sua platibanda com a inscrição “1904”[75], provável ano de sua construção, sendo assim um dos poucos construídos após o século XIX. Seu principal diferencial com relação aos outros sobrados mostrados por Domecq foi a presença de balcões com gradis curvos, além de uma assimetria criada pela presença de dois frontões de formas curvas na platibanda, o que sugere que foi construído visando duas unidades, cada uma com um acesso principal.

Figura 47 - Casa Raffaele Marsiglia & Filho (sobrado) e demais propriedades de Raffaele Marsiglia, na Rua Riachuelo, entre as ruas Almirante Barroso e Coronel Sampaio



Fonte: Domecq, 1916, p. 368.

A imagem mostrou a legenda “as propriedades do Sr. Marsiglia”, não sendo possível identificar quais das demais construções térreas pertenciam à firma. Essas edificações apresentavam publicidades em suas fachadas, em placas ou pinturas, tendo sido possível identificar os nomes “Nova Hollanda” e “Hotel do Porto” (fachada em cor mais escura). A atividade de hotel foi a primeira confirmada e, caso ainda estivesse funcionando a Fábrica de Fumos Alliança (que estaria à esquerda do hotel), esse seria o quarteirão com usos mais diversificados da Rua Riachuelo.

Da mesma forma, a imagem mostra um poste de energia que fazia parte da estrutura para funcionamento do bonde elétrico, anexo aos trilhos, localizados agora

[75] Detalhe com a inscrição averiguado em levantamento *in loco* realizado no ano de 2021. A fachada encontra-se preservada, mas descaracterizada.

próximos ao centro da rua. Diferente das fotografias apresentadas anteriormente pelo mesmo livro, esta mostrou uma área maior da rua e, pela primeira vez, pode-se perceber um certo esvaziamento, com poucos veículos (elétricos ou de tração animal) e escassos barris e sacarias, se comparada com as imagens anteriores, da primeira década do século XX.

Em 1912, quatro anos antes, era anunciado em jornal local “um excelente e novo sobrado à Rua Riachuelo nº 6, devendo os interessados buscarem informações na mesma rua, no nº 7” (*O Artista*, 16 jul. 1912, p. 3). Existe a hipótese de que o mesmo sobrado, em 1916 ocupado pela empresa Raffaele Marsiglia & Filho, tenha anteriormente recebido o nº 6/7, sendo anunciado como novo, mas já contando com oito anos desde sua construção.

As apresentações das outras quatro casas comerciais na obra de Domecq mostraram menos informações, embora as firmas fossem conceituadas na cidade. Entre as ruas Ewbank e Benjamin Constant, no Q4, estava a firma José da Silva Fresteiro & Cia.; no sobrado de nº 68/70, à esquerda da sede de Joaquim Martins Garcia, conforme também anunciado no *Guia Bemporat* de 1908, trabalhando com importação e exportação de secos e molhados e arames.

No Q5, quarteirão seguinte a leste, estava localizada a casa Cunha, Freitas & Cia., no nº 36, em um sobrado de dois pavimentos com beiral, tratando de importação e exportação de secos e molhados, à esquerda de Abel Asti & Cia. A firma Eduardo Wigg & Cia. estava em um sobrado com localização não especificada, atuando como agente de companhias de navegação (Domecq, 1916).

2.1.2 Os clubes noturnos e um novo limite na paisagem

As modernizações referentes ao antigo porto caminharam devagar nos anos seguintes à assinatura do decreto de 1912. A Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul havia investido pouco nesse porto, pois o objetivo maior fora a construção do Porto Novo e as melhorias para a barra (Ferreira; Gastaud, 2018). No entanto, conforme o decreto de 1912, haveria o aproveitamento do antigo porto pela empresa.

Nesse momento de mudanças vagarosas, a Rua Riachuelo manteve, além de algumas casas comerciais, outros usos diversos. Em 1918, o Mozart-Club, um clube noturno já existente na cidade, reabriu na Rua Benjamin Constant, nº 1, na esquina

com a Rua Riachuelo. A reinauguração contou com a orquestra da casa e com apresentações de música e dança (*Rio Grande,* 6 jun. 1918), ou seja, como um cabaré.

No ano seguinte, em 1919, era anunciado que partiria do Cais do Porto Velho, em frente ao portão próximo à Rua Benjamin Constant, o paquete Juncal, cedido pelo coronel Manoel Luiz da Silva, superintendente da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro. O objetivo era fazer viagens a São José do Norte no dia 2 de fevereiro, para apreciação da Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, naquela cidade. As saídas ocorreriam às 9h, às 12h30 e às 17h, e as passagens poderiam ser adquiridas no almoxarifado da secção de Chatas e Rebocadores do Lloyd Brasileiro, na Rua Riachuelo nº 207, antigo n° 43 (*Rio Grande*, 31 jan. 1919).

Algumas informações importantes podem ser observadas a partir desse anúncio. A primeira é que já estava construída uma seção de muro e gradil do porto, com um portão, próxima à Rua Benjamin Constant, antiga Rua do Carmo. A segunda é que havia uma nova numeração para as edificações da Rua Riachuelo que, pelo que seria observado em outros anúncios, continuava com início na Rua Almirante Barroso, mas agora trazia apenas números ímpares, como é atualmente. A mudança era provavelmente recente, pois ainda havia a necessidade de informar a antiga numeração.

Como uma edificação poderia contar com mais de um número, é provável que a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro estivesse no Q5, quase na esquina com a Travessa do Afonso, no sobrado de três pavimentos. Seguindo o mesmo raciocínio, e considerando a numeração atual, o Mozart-Club estaria situado no Q5, na esquina com o lado leste da Rua Benjamin Constant, que apresenta números ímpares.

Em fevereiro de 1919, outra festividade envolvendo passeios náuticos era anunciada. O rebocador Santos, da firma Wilson Sons & Comp., partiria do Porto Velho às 8h do dia 23, com destino à Povoação da Barra, para a Festa de Nossa Senhora da Boa Viagem. O anúncio afirmava que “para o brilhantismo da festa muito concorrerá a presença das excelentíssimas famílias da cidade” (*Rio Grande*, 21 fev. 1919).

O rebocador sairia do Porto Velho em frente à firma Santos & Mello, onde poderiam ser compradas as passagens. Seguindo a hipótese de que a referida firma era a mesma Santos, Mello & Irmão, anunciada dez anos antes no antigo nº 55

(Bemporat, 1908), sua localização seria na Rua Riachuelo na esquina com a Rua Benjamin Constant, no Q4, na esquina em frente ao Mozart-Club.

Apesar da suposição de que existiriam bares, casas noturnas e prostíbulos na Rua Riachuelo desde o século XIX, que receberiam os trabalhadores portuários e outros habitantes da cidade, a primeira averiguação de um clube noturno, conforme observado, ocorreu em 1918. O clube estava localizado justamente na esquina com a antiga Rua do Carmo, próximo à igreja homônima e à saída de embarcações para festividades religiosas.

No ano de 1919, também foram encontrados dois anúncios de venda de hotéis. A firma Soares & Comp. informava a venda do Hotel Commercial para Angelo Ammenite. O hotel estava localizado na Rua Riachuelo, nº 28 antigo (*Rio Grande*, 28 fev. 1919), nas proximidades com a Rua Fernando Duprat da Silva, no Q7 ou no Q6. Da mesma forma, João Francisco Delgado informava que havia vendido o Hotel do Porto à firma Guimarães & C. (*Rio Grande*, 26 mar. 1919). Pela fotografia na obra de Domecq de 1916, o Hotel do Porto estava situado no Q8.

Em fevereiro de 1919, outro clube noturno chegou à Rua Riachuelo, no Q7. Tratava-se do Club Centro Caçadores, inaugurado no dia 20 de fevereiro, às 22 horas, instalado em um "luxuoso" sobrado de nº 145 (*Rio Grande*, 19 fev. 1919, p. 2). O periódico local anunciava, um dia antes da inauguração:

> Destinado à reunião diária da nossa "*jeunesse dorée*" que ali encontrará, todas as noites, diversões variadas, musica esplendida e serviço de restaurante e copa de primeira ordem, atendido por pessoal habilitado. A inauguração dar-se-á com estreia, no placo do club, dos seguintes escolhidos números de cabaret: *Troupe* Violetas – com grande repertório de tercetos, duetos, canções cômicas, modinhas e fados, brasileiros e portugueses, Bella Hesperia, tonadilheira espanhola, Olga Costa, cantante e bailarina norte-americana, Renée d'Oryan e Algabana, cançonetistas internacionais. A orquestra de primeira ordem, e expressamente contratada, obedecerá a direção do competente maestro Angelo Tagnin. Dirigirá os serviços o *cabaretier* sr. Max D'Arly, das *Folies Berger*, de Paris. O prédio em que está instalado o clube foi convenientemente adaptado, preenchendo perfeitamente os fins a que se destina (*Rio Grande*, 19 fev. 1919, p. 2).

Dois dias depois, o mesmo jornal informava que a procura para presenciar a inauguração havia sido extraordinária, estando o amplo salão completamente cheio (*Rio Grande*, 21 fev. 1919). Ao que tudo indica, o elegante clube realmente era muito procurado, pois, pouco mais de três meses depois, era anunciada a ampliação das suas instalações. Em 31 de maio de 1919, a partir das 22 horas, ocorreria a inauguração dos "novos e luxuosos salões", e a entrada passaria a ser pela Rua

Andrade Neves, nº 1 antigo, nº 11 moderno (*Rio Grande*, 31 mai. 1919, p. 2). Haveria a estreia, entre outros, da cançonetista brasileira Manuelina, e do dueto de Bruno Meconi e Mimi Neva, esta última uma célebre soprano (*Rio Grande*, 31 mai. 1919).

Em 4 de outubro de 1919, os dois clubes noturnos da rua, Mozart e Centro Caçadores, uniram-se em um só, fechando as instalações do primeiro e continuando no sobrado nº 145 com todos os elementos que as duas casas apresentavam (*Rio Grande*, 4 out. 1919). Dessa forma, o encontro entre as ruas Riachuelo e Andrade Neves, na esquina do Q7, tornava-se um ponto de ampla movimentação[76], uma casa noturna requintada, que confirmaria o caráter boêmio daquele lugar.

Nesse meio tempo, ocorreram mudanças com relação ao outro lado da rua, no Porto Velho. A Primeira Guerra Mundial havia trazido problemas para a Companhia Francesa executar as obras do contrato no devido prazo, como a dificuldade de obtenção de empréstimos no exterior e a retenção de materiais em outros portos (Alves, 2008). Devido a isso, o Governo Federal precisou rescindir o contrato com a empresa.

Em 9 de julho de 1919, foi publicado o Decreto Nº 13.691, que aprovou as cláusulas para a transferência ao Estado do Rio Grande do Sul dos contratos da Companhia Francesa, relativos à barra e ao porto do Rio Grande. Segundo o documento, o Estado estava obrigado a concluir e conservar as “obras de melhoramento do antigo porto da cidade do Rio Grande do Sul”, obras essas definidas pelo Decreto Nº 9.817 de 1912 (Brasil, 1919, p. 8).

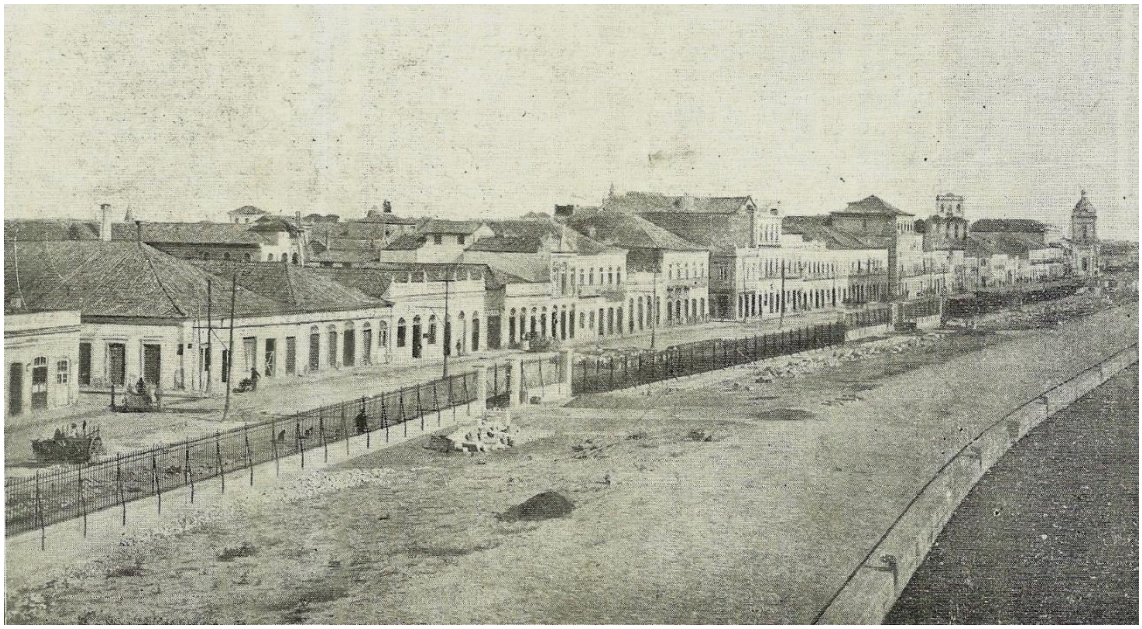
Também havia a obrigação de o Estado concluir e conservar as obras do cais, no prolongamento para oeste do cais existente, entre o edifício da Alfândega e a Rua General Neto (Brasil, 1919). Essa área compreendia a Câmara de Comércio e o Mercado Público Municipal, ou seja, Q1 e Q2. O Estado teria uso de todas as obras do porto do Rio Grande até 31 de dezembro de 1973 ou, em caso de concluídos mais 1.000 metros de cais da segunda seção do novo porto, até 31 de dezembro de 1995 (Brasil, 1919).

Com a administração e a exploração do antigo porto transmitidas para o Rio Grande do Sul, as obras que haviam tido um início vagaroso começariam a adquirir uma maior velocidade. Dez dias após a publicação do decreto, em 19 de julho de 1919, a *Revista Máscara*, semanário ilustrado, trouxe uma fotografia da Rua

[76] Segundo Cesar (2016), a casa fechou momentaneamente em 1924, voltou a funcionar dois anos depois e fechou definitivamente antes da década de 1930.

Riachuelo (Figura 48). À direita da imagem observa-se o novo cais do antigo porto, praticamente finalizado, assim como alguns trechos do muro com gradil. Essas transformações teriam ocorrido entre o segundo semestre de 1912 e o primeiro semestre de 1919.

Figura 48 – Fotografia da Rua Riachuelo durante as obras de remodelação do Porto Velho



Fonte: *Revista Máscara*, 19 de julho de 1919.

À esquerda da imagem estava retratada uma ponta da construção térrea da esquina do Q8. Logo após, estavam todos os lotes do Q7, entre as ruas Coronel Sampaio e Andrade Neves (atual Fernando Duprat da Silva). Nesse quarteirão, na construção térrea com platibanda mais alta, estava localizada em 1916 a casa comercial Rache, Leite e Cia. e, ao seu lado, o portão para o Hotel Paris. Na esquina, estava o sobrado de dois pavimentos que abrigava o Club Centro Caçador, e abrigaria também o Mozart-Club três meses depois. Eram visíveis, ao fundo, mais adiante, o sobrado de três pavimentos com açoteia, o sobrado de quatro pavimentos com o galbo de contrafeito, a torre do sobrado de três pavimentos da firma Martins Garcia e a torre da Alfândega.

Três anos depois, em 1922, a cidade do Rio Grande foi apresentada em uma publicação de Alfredo R. da Costa. Após descrever aspectos históricos e geográficos, mostrou uma lista de edifícios públicos relevantes na cidade, entre eles estavam a Alfândega e o Mercado Público Municipal, com faces voltadas para a Rua Riachuelo. Entre as entidades, deu um enfoque especial para a Câmara de Comércio,

anteriormente Associação Comercial, que continuava localizada na mesma construção (Costa, 1922).

Os esforços da entidade também foram citados, como aqueles para a melhoria do porto e desobstrução da barra (Costa, 1922). Dez anos antes, em 1912, a entidade havia solicitado a delimitação da área portuária da Rua Riachuelo, para que a mesma continuasse a receber o trânsito da cidade e para que o seu espaço fosse bem utilizado pelas casas comerciais.

Muitas casas importadoras foram listadas por Costa, incluindo algumas já mencionadas na Rua Riachuelo. Destaques foram dados para alguns comércios da cidade, entre eles dois da rua, apresentados com sua numeração antiga. A firma Campos Assumpção continuava atuando no segmento de madeiras e materiais de construção, agora com seus escritórios e depósitos situados no nº 8 da Rua Riachuelo (no Q8), em uma construção térrea (Costa, 1922).

A firma comercial Sinclair Robinson & Cia. estava com a sua matriz localizada no nº 54 da rua, na esquina com a Rua Benjamin Constant (Q5), onde anteriormente havia funcionado o Mozart-Club e, antes disso, a firma Campos Assumpção[77]. Sinclair Robinson & Cia. era uma firma comercial com armazém de artigos navais, ferragens e cutelaria, formada por Sinclair Robinson, sócio chefe; e João Nobrega Frazão e João Luiz Monteiro Junior, sócios (Costa, 1922).

Em janeiro de 1922, a firma era anunciada em jornal local como Ferragem Sinclair Robinson & C., com matriz na Rua Riachuelo, nº 243 moderno. Também foram anunciados depósitos com venda de madeiras para construção, de Antônio Mendes Filho, no nº 179 da rua. A empresa Cunha Amaral & C. estava no nº 215, sendo agentes da Transportes Marítimos do Estado, linha de vapores de cargas e passageiros vinculada ao governo português, com “magníficas acomodações e higiene rigorosa” (*Rio Grande*, 3 jan. 1922, p. 3).

Voltando à publicação de Costa, o mesmo comentou sobre o antigo cais da cidade, dizendo que este era o ponto de maior movimento comercial antes da construção do novo porto. O cais foi apresentado como parte da paisagem da cidade,

[77] Existe a hipótese de que os comércios tenham continuado no pavimento térreo do sobrado, enquanto o clube noturno mantinha suas atividades no primeiro pavimento. A firma Sinclair Robinson ainda seria anunciada no *Almanak Laemmert* de 1925, na Rua Riachuelo esquina Rua Benjamin Constant (Sauer, 1925).

no encontro com as águas. A publicação mostrou uma imagem com o título “Trecho da Rua Riachuelo e Cais da cidade do Rio Grande” (Figura 49).

A fotografia mostrou o espaço da rua, que havia sido informado como 24,64 metros, em 1912, do final da calçada até a beira do cais de pedra. O cais estava praticamente finalizado e contava com uma faixa de pavimentação que receberia os armazéns. Diferente do cais de pedra da década de 1870, que tinha menor largura em frente à Alfândega, este mostrava-se com igual largura, desde Q3 até Q8. Captada a partir da extremidade oeste do cais, a fotografia não mostrou o muro com gradil, que já havia sido registrado em alguns trechos do Q7 e do Q8, na extremidade oposta, pela *Revista Máscara* de 1919.

Figura 49 – Fotografia do novo cais de pedra da Rua Riachuelo, 1922



Fonte: Costa (1922, p. 18).

Outra fotografia (Figura 50) trouxe uma vista quase completa da Rua Riachuelo e do cais, ainda sem os armazéns. Sua data pode ser situada entre 1919 e 1925, quando os armazéns começaram a ser construídos. A imagem mostra a rua de forma mais ampla, possibilitando uma melhor compreensão dos seus setores: faixa para trânsito de automóveis e bonde elétrico, área que receberia os armazéns do porto e o novo cais de pedra. Essa imagem pode ser comparada com a Figura 27, que mostrou a rua a partir de um ângulo muito próximo, em 1889. Junto à nova imagem aparece a seguinte descrição:

> Nº 1 - Caes novo do Porto Velho do Rio Grande, ainda por apparelhar (Compagnie Française), frente norte da cidade. Vista tirada da torre da Alfândega olhando para leste, ao longo da Rua Riachuelo; estacada da Estação Marítima no fim do caes, na curva, e pilhas de lenha.

A Estação Marítima mencionada era uma estação da estrada de ferro Rio Grande – Bagé, localizada à direita do Q8, após o término da Rua Riachuelo. Na década de 1880, a área foi concedida à Southern Brasilian Railway para estender um ramal ferroviário até o local, sendo a área atravessada por trilhos onde zorras conduziam produtos até os navios atracados (Torres, 2009).

A próxima imagem (Figura 51) mostrou uma vista da rua e do novo cais, a partir de um ângulo muito semelhante ao da imagem anterior. O que mudou foi o registro das obras de elevação do novo cais, para que este ficasse mais alto em relação à Rua Riachuelo, servindo de proteção às cheias do estuário. A calçada do cais seria feita com a colocação de pedras.

Figura 50 - Fotografia Rua Riachuelo, durante ampliação do cais, entre 1919 e 1925



Fonte: Biblioteca Rio-Grandense.

Figura 51 – Fotografia da Rua Riachuelo durante a elevação do cais, entre 1919 e 1925



Fonte: Projeto Memória *in Vitro* (nº 9) – FURG.

Com o novo cais finalizado, começaram a ser construídos os cinco armazéns, que apoiariam as atividades de cabotagem. O projeto para a construção dos armazéns foi aprovado em 1925 pelo Governo Federal, sendo também previstos novos passeios (calçadas) junto à Rua Riachuelo (Alves, 2008). No mesmo ano, foram construídos os armazéns A2 e A3 e feitas as fundações para os armazéns A1, A4 e A5, finalizados no ano seguinte (Ferreira; Gastaud, 2018).

Os armazéns foram localizados da seguinte forma: A1 e A2 em frente ao Q4 (entre as ruas Ewbank e Benjamin Constant), A3 em frente ao Q5 (entre a Rua Benjamin Constant e a Travessa do Afonso), A4 em frente ao Q6 (entre a Travessa do Afonso e a Rua F. Duprat da Silva) e A5 em frente ao Q7 (entre as ruas F. Duprat da Silva e Coronel Sampaio).

Dessa forma, em meados da década de 1920, a paisagem da Rua Riachuelo era alterada pelas novas construções. A rua continuou representando um limite, segundo o conceito de Lynch (1989), em seu lado norte, mas não mais pelo estuário. Enquanto muitas ruas históricas situadas às margens das águas no Brasil receberam equipamentos de proteção como fortes e muralhas no período colonial (Marx, 1980), a Rua Riachuelo obteve um gradil e cinco armazéns, que separaram e interromperam o fluxo de seus visitantes, nas primeiras décadas do século XX.

Essa interrupção reduziu drasticamente a imediatez para a contemplação do estuário (Cullen, 2018), que agora só poderia ser observado em alguns trechos, por entre as grades. Da mesma forma, o lugar teve acentuado o princípio de linha de força (Cullen, 2018), com um porto bem delimitado, identificado com facilidade pelos armazéns característicos e demais elementos.

Essa transformação que ocorria no cais do Porto Velho, entre Q3 e Q8, era acompanhada por uma transição também no espaço público da rua. Verificava-se uma modernização, com os armazéns e os novos gradis do porto, em meio a um resquício do uso livre da rua, com barris e mercadorias. Um cartão-postal registrou essa situação em frente ao Q4, enquanto o Armazém 2 era construído (Figura 52).

Figura 52 – Cartão-postal da Rua Riachuelo durante a construção do Armazém A2, no Porto Velho, 1925



Fonte: Fototeca Municipal Ricardo Giovannini.

Na imagem, é possível visualizar o sobrado de três pavimentos e os outros exemplares de dois pavimentos em seu entorno. Conforme o *Almanak Laemmert*, em sua edição de 1925, ainda se localizavam na rua, em sua numeração antiga, algumas casas comerciais, como: Joaquim Martins Garcia, no n° 73; José da Silva Fresteiro & C., no nº 68/70; Abel Asti & C., no n° 48; Rache, Leite & C., no n° 13; Raphael Marsiglia & Filho, no n° 5; e Sinclair Robinson, na esquina com a Rua Benjamin Constant. Também informavam seu endereço na rua algumas empresas que já eram conhecidas na cidade, mas estavam anteriormente em outras ruas, como Wilson Sons & C., sem número[78]; e Bromberg & C. – Loja Naval, no n° 25 (Sauer, 1925).

Sendo assim, a imagem mostrou o sobrado de três pavimentos ainda ocupado pela empresa Joaquim Martins Garcia (que ficaria no mesmo endereço até pelo menos 1931)[79] e, à sua esquerda na imagem, o sobrado de dois pavimentos onde estava a firma José da Silva Fresteiro & C. O exemplar da esquina havia sido reconstruído, mantendo a mesma quantidade de vãos de abertura do anterior. Nesses meados de anos 1920, apresentava platibanda com pequeno frontão triangular, pilastras e balcão com gradil arredondado, podendo ser considerado um exemplar eclético com influência neoclássica.

2.1.3 A nova esquina com a Travessa do Afonso e uma primeira memória de infância

Em 1925, foi publicada a obra *Cinquantenario della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud*, *1875-1925*, trazendo informações sobre as cidades do estado e sobre os italianos e filhos de italianos que nelas atuavam com comércios, serviços e outros. Rio Grande foi apresentada como uma cidade que havia obtido grande crescimento nos dez anos anteriores. As obras do seu Porto Novo eram “uma obra-prima da engenharia que, além das imensas vantagens materiais, dava ao Rio Grande a aparência de uma cidade marítima elegante, evoluída e animada”[80] (Cichero, 1925, p. 310-311).

O Porto Velho também foi mencionado, com sua localização ao norte da cidade, paralelo à Rua Riachuelo, servindo para a navegação dentro do estado. A publicação afirmou que o desenvolvimento da cidade seria ainda mais acelerado no futuro. Traria

[78] A partir de 1930, a firma aparece no *Almanak Laemmert* na Rua Riachuelo, nº 205 (Sauer, 1930).
[79] Sauer, 1931.
[80] Tradução livre da autora.

reflexos em todas as áreas da vida social, assim como na evolução urbana e construtiva, mais adequadas ao nível de importância que a cidade deveria assumir, e também na renovação estética das suas ruas e belas praças (Cichero, 1925).

Tratando dos italianos e filhos de italianos, a obra citou algumas firmas. Eram grandes exportadoras das indústrias agrícola e pecuária as italianas Luigi Loréa e Raffaele Marsiglia & Filho. Esta última estava localizada na Rua Riachuelo, conforme observado anteriormente. As grandes importadoras citadas foram Raffaele Anselmi & C. e Abel Asti & Cia. (Cichero, 1925). A primeira estava situada, em 1919, no nº 133 da Rua Riachuelo, tratando de comissões e consignações e venda de secos e molhados a atacado (*Rio Grande*, 30 abr. 1919).

A firma Abel Asti & Cia. ganhou um destaque especial, com a apresentação de Abel Asti, nascido em Bagé e filho de italianos; e de Antônio Alves de Almeida, de origem portuguesa. Asti se destacava entre as principais figuras do alto comércio da cidade, e a firma continuava atuando no ramo de alimentos por atacado. Mantinha relações diretas com os maiores mercados da Inglaterra, França, Alemanha, Espanha, Portugal, Itália, Estados Unidos e Uruguai. Além disso, a empresa havia assumido a representação em Rio Grande da Companhia Nacional de Seguros de Vida “A Garantia da Amazônia”, com sede no Pará (Cichero, 1925).

A casa comercial estava localizada na Rua Riachuelo, “em posição muito vantajosa, adjacente ao porto de Rio Grande, de onde entram e saem todos os dias, numa rotação vertiginosa, os produtos que constituem a razão de ser e a fortuna da poderosa empresa” (Cichero, 1925, p. 323). A obra trouxe duas fotografias da nova sede da firma, agora na esquina com a Travessa do Afonso, no Q6. A fachada voltada para a Rua Riachuelo mostrava um exemplar eclético, que transmitia solidez (Figura 53). A açoteia era um diferencial, e contava com uma estrutura superior que, aparentemente, sustentava uma cobertura envidraçada (Figura 54).

Esse não era um exemplar que havia apenas recebido ornatos sobre uma fachada luso-brasileira. Tratava-se de uma nova construção com revestimento em cimento penteado, canto arredondado, balcões com parapeitos formados por balaústres de concreto, ornatos delicados acima das aberturas de vergas retas e platibanda também com balaústres.

Sobre essa construção, também cabe apresentar o relato do entrevistado Aluysio Antonio da Motta Asti[81], neto de Abel Asti. Aluysio foi contatado para esta pesquisa através da indicação de seu amigo Luiz Alfredo Sampayo, por ter residido muitos anos na Rua Riachuelo, assim como sua família. O avô de Aluysio afirmava ter contratado a construção de uma nova casa que fosse ampla e pudesse receber os depósitos da firma no térreo, e a residência da família no primeiro pavimento.

Segundo o entrevistado, a casa teria sido projetada com influências da arquitetura italiana, pois a família mantinha laços com a colônia italiana presente na região. O sobrado contava com paredes internas forradas com lambris de madeira, escada com mármore de Carrara, e claraboia e jardins internos para permitir ventilação e iluminação em todos os ambientes.

Figura 53 - Fotografia da nova sede da empresa Abel Asti & Cia. na Rua Riachuelo esquina com a Travessa do Afonso, 1925



Fonte: Cichero, 1925, p. 322.

Figura 54 - Fotografia dos armazéns da firma Abel Asti & Cia., com fachada para a Travessa do Afonso



Fonte: Cichero, 1925, p. 323.

Como esta tese considerou a hipótese de que a criação do Porto Novo em 1915 havia iniciado um período de estagnação, que ocorreria de forma lenta, foram

[81] Entrevista concedida em 5 de dezembro de 2020.

analisados dados sobre estabelecimentos de comércio e serviços na Rua Riachuelo alguns anos após aquela inauguração, entre 1935 e 1940, através do *Almanak Laemmert*. É importante considerar que alguns outros estabelecimentos poderiam existir, mas não foram incluídos nas edições do almanaque.

Foram encontrados 25 registros de numerações que abrigavam comércios e/ou serviços, podendo uma mesma edificação contar com mais de uma numeração. Entre as firmas estavam as já citadas: Fresteiro & Cia., no n° 65; Abel Asti & Cia., no n° 179; e Wilson, Sons & Co. Ltda., no n° 205[82]. Existiam cinco armazéns que comercializavam secos e molhados por atacado em 1940[83], enquanto em 1908 eram 22. Para os armazéns, ou casas comerciais, da Rua Riachuelo que trabalhavam com importação de secos e molhados, a sua localização não era mais vantajosa, pois os navios estrangeiros, que realizavam viagens de longo curso, passaram a ser atendidos pelo Porto Novo. Existe uma grande possibilidade de que essa alteração tenha ocasionado a saída de alguns comércios da rua em questão.

A partir de uma fotografia que consta em um catálogo[84] da empresa Wilson, Sons & Co. (Figura 55), foi possível localizar a sua sede na Rua Riachuelo em 1936, sendo essa a mesma que abrigou as atividades da agência até o início da década de 2020. O sobrado de dois pavimentos foi construído no Q5, na esquina com a Travessa do Afonso, substituindo o exemplar de quatro pavimentos observado em fotografias anteriores.

Pode-se inferir que a construção desse novo sobrado, realizada em algum momento entre 1925 (o sobrado anterior aparece na Figura 52, de 1925) e 1936, provavelmente já visando abrigar uma agência de navegação, representa uma valorização da Rua Riachuelo para alguns usos, que teriam ligação com atividades realizadas no Porto Velho. Esse exemplar eclético apresentava influência da corrente neoclássica, como pilastras com capitéis jônicos e frontões triangulares acima das portas. Esses elementos simbolizavam a tradição das instituições e a esquina chanfrada conferia um destaque à entrada principal.

O novo sobrado, juntamente com a nova casa Asti & Cia., transformou a esquina da Rua Riachuelo com a Travessa do Afonso. Antes ocupada por exemplares

---

[82] *Almanak Laemmert* para 1935 (Sauer, 1935).
[83] Abel Asti & Cia., Anselmi & Cia., Fresteiro & Cia., L. Dieckmann, e Lagorio & Cia. (Sauer, 1940).
[84] Informações disponíveis em: https://www.antigoporto.com.br/peca.asp?ID=7882440. Acesso em: 15 jun. 2024.

da arquitetura luso-brasileira, já visíveis na montagem panorâmica da segunda metade do século XIX com seus arcos abatidos e telhados com galbo de contrafeito; apresentava na década de 1930 dois exemplares ecléticos, com ornamentação que trazia austeridade e platibandas que cobriam os telhados.

Figura 55 – Fotografia da sede da empresa Wilson, Sons & Co. LTD., na esquina da Rua Riachuelo com a Travessa do Afonso.



Fonte: Anuário Wilson, Sons & Co. LTD., 1936.

A firma Wilson, Sons & Co. Ltd. era agente da Cia. Argentina de Navegação Mianovich Ltda. Também estavam na Rua Riachuelo as agências Cranston Woodhead & C., no nº 199, agente da Blue Star Line Ltda.; e a Cecil Wigg, no nº 239, agente da Cia. Lamport & Hotl Line Ltd. (Guia Ilustrado, 1938). Essas companhias de navegação realizavam viagens entre portos, como entre Rio Grande e Porto Alegre.

Nesse contexto, apresenta-se o relato da entrevistada Maria Helena Estima Marasciulo, nascida em 1928[85]. Maria Helena foi entrevistada junto com a sua filha, Maria Amélia Estima Marasciulo, contatada para esta pesquisa por ser a

[85] *In memoriam*. Entrevista concedida em 26 de novembro de 2020.

administradora do *blog* Papareia, espaço virtual que aborda as memórias dos rio-grandinos e do seu acervo[86].

Maria Helena tinha lembranças da Rua Riachuelo de quando era criança, a partir dos oito anos de idade, ou seja, a partir de 1936. Ela via as pessoas no cais do Porto Velho, aguardando para embarcar nos navios, sempre muito bem arrumadas, valorizando a viagem que fariam. Ela recordou de um evento em especial, do ano de 1938:

> Os navios iam e voltavam de Porto Alegre com passageiros, mas também com carga. Esses navios de passageiros eram luxuosos. As pessoas de hoje não fazem ideia do que eram aqueles navios. Eu tinha 9 para 10 anos, e a família da mamãe morava em Porto Alegre. Ela ia muito até lá visitá-los. Em uma ocasião eu fui a Porto Alegre em um navio desses, em um "Ita"[87]. Os camarotes eram a coisa mais linda, e as salas de refeições tinham portas de correr de vidro. Era tudo muito, muito bonito (Maria Helena Estima Marasciulo, 2020).

Os avós maternos de Maria Helena moravam na Rua Riachuelo na esquina com a Rua Ewbank, no Q4, no edifício de dois pavimentos que aparece na Figura 52. Segundo ela, houve um incêndio na construção anterior, e então construíram o novo exemplar. Ela tem lembranças de quando ia visitar os familiares nesse edifício. Alguns pontos chamavam a sua atenção, como os armazéns e o movimento do Porto Velho, e as famílias que moravam na parte superior dos sobrados. Conforme a entrevistada, "havia os carroções, puxados por cavalos, que levavam os produtos dos armazéns [casas comerciais] de secos e molhados para as vendas".

Sobre os usos da Rua Riachuelo, havia anúncios de pensões[88] em um guia comercial de 1938. A Pensão Dourado estava localizada no nº 257; e a Pensão Gouvêa, no nº 281. As duas estavam no Q4, a primeira no sobrado de dois pavimentos na esquina com a Rua Benjamin Constant e a segunda no sobrado de três pavimentos

---

[86] Segundo Maria Amélia, o *blog* foi criado em 2002 e conta com um acervo de mais de 85 mil itens digitalizados. Seu público migrou quase totalmente para os grupos do *Facebook* "Gostinho de Infância" e "Fatos e Coisas de Antanho do Rio Grande", nos quais as imagens compartilhadas seguem atuando como estímulos a memórias.

[87] A classe de navios a vapor "Ita" pertenceu à Companhia Nacional de Navegação Costeira. Foram peças centrais na cabotagem brasileira durante a primeira metade do século XX. Com nomes de origem tupi-guarani, todos iniciados pelas sílabas "Ita", transportavam cargas e passageiros de norte a sul do Brasil. Entre eles, destacam-se nomes como Itaberá, Itagiba, Itaguassu, Itaimbé, Itapé e Itapema. Disponível em: https://www.defesaemfoco.com.br/navios-ita-a-historia-esquecida-da-navegacao-costeira-brasileira/. Acesso em: 15 mai. 2024.

[88] O segmento "pensões" não foi registrado no *Almanak Laemmert* entre 1935 e 1940, com exceção da pensão Lampe, em 1935, no segmento de hotéis (Sauer, 1935).

daquele trecho. A Pensão Lampe localizava-se no nº 155, no Q6, no sobrado de três pavimentos (Guia Ilustrado, 1938).

É importante destacar que o mesmo guia trazia propagandas de pensões na Rua Marechal Floriano Peixoto, enquanto “familiares” ou “com cozinha de primeira ordem”. Isso levantou a hipótese de que as pensões localizadas na Rua Riachuelo seriam mais simples, para classes menos favorecidas, com os amplos pavimentos dos sobrados subdivididos em quartos e ambientes semelhantes.

A década de 1930 também trouxe transformações para a extremidade oeste da Rua Riachuelo. Em 1934, ocorreu a demolição da primeira sede própria da Câmara de Comércio, e cinco anos depois a segunda sede começaria a ser construída (Xavier; Bachettini, 2003). Nesse período, o terreno entre a Alfândega e o Mercado Público Municipal ficou vazio. A Câmara solicitou à Prefeitura Municipal a área restante para alterar as dimensões originais do terreno de 23,40 metros e 27,70 metros para 30 metros e 30,95 metros (Xavier; Bachettini, 2003).

A nova paisagem com o terreno vazio, em decorrência da demolição da antiga sede da Câmara de Comércio, foi registrada em uma fotografia aérea e reproduzida como um cartão-postal (Figura 56). Na parte esquerda da imagem, quase ao centro, observa-se o espaço vazio sem a antiga edificação, entre a ampla Praça Xavier Ferreira e o estuário.

Figura 56 - Cartão-postal com imagem dos arredores da Praça Xavier Ferreira, entre 1934 e 1939



Fonte: Coleção de João Reguffe.

Novamente, a paisagem da Rua Riachuelo, agora em sua extremidade oeste, estampava cartões-postais que poderiam percorrer o mundo. Esses artigos viriam a divulgar o patrimônio cultural material da rua, essa camada do palimpsesto, nesse caso com os edifícios da antiga Alfândega e do Mercado Público Municipal no final dos anos 1930.

2.2 Os contrastes dos anos 1940 e 1950: entre o conservado e o arruinado

2.2.1 As diferentes esquinas e uma nova Câmara de Comércio

Antes de iniciar a análise das diferentes esquinas da Rua Riachuelo nos anos 1940, quando algumas edificações começaram a sofrer avarias, cabe destacar a diferença entre alguns conceitos, como preservação e conservação. Sendo assim, a preservação se refere à permanência do bem cultural em seu estado original (íntegro), na totalidade de seus elementos ou com as modificações realizadas em outro momento histórico relevante. A conservação, por outro lado, revela o quanto cada um desses elementos originais recebeu reparos para sobreviver ao passar do tempo, desde questões estruturais até o revestimento das paredes. É possível que uma edificação esteja íntegra, mas apresente um estado de conservação precário (Oliveira; Seibt, 2005).

No início dos anos 1940, o trecho da Rua Riachuelo em frente ao Mercado Público Municipal, à nova Câmara de Comércio (em construção) e à Alfândega, de Q1 a Q3, mantinha-se vívido pela dinâmica gerada pelos usos institucionais em maior conexão com a região central da cidade. Enquanto isso, um pouco mais a leste da rua, o panorama era diferente.

O trecho da Rua Riachuelo que envolvia a esquina com a Rua Benjamin Constant apresentava edificações em mau estado de conservação. Elas estavam situadas em Q4 e Q5, um dos trechos mais antigos da rua, já existente no mapa de 1829. Do lado leste, o sobrado de dois pavimentos (Figura 57) era o mesmo que havia abrigado as empresas Campos Assumpção e Sinclair Robinson & Cia., e o Mozart-Club nas décadas anteriores. Mostrava um estado de conservação precário, considerando o seu revestimento externo e os vários vidros de portas e janelas quebrados (assim como o exemplar a seu lado). O térreo com a maioria das portas

fechadas, dificultando a passagem de pessoas e mercadorias, traz a hipótese de que o uso não era mais comercial.

Do lado oeste, um sobrado semelhante (Figura 58) havia abrigado anteriormente a Pensão Dourado (a fachada voltada para a Rua Riachuelo era aquela com balcões com gradil). Da mesma forma, apresentava um estado de conservação precário, mostrando algumas fissuras ou rachaduras e vidros quebrados. Segundo César (2016), o clube noturno Mangacha, muito conhecido na cidade, esteve localizado no sobrado da antiga Pensão Dourado por mais de um ano, enquanto as suas instalações eram reformadas na Avenida Silva Paes, saindo da Rua Riachuelo no final de 1940.

Sobre essas edificações das esquinas dos trechos mais antigos, deve-se considerar as suas amplas dimensões (comprimento e largura) como extremamente valorizadas pelos antigos usos, para exposição de mercadorias e para depósito. Enquanto exemplares originais, contariam então com mais de cem anos. Sofreram apenas algumas alterações externas, como transformações de portas em janelas e vice-versa.

Figura 57 – Fotografia da esquina leste da Rua Riachuelo com a Rua Benjamin Constant, 1940



Fonte: Biblioteca Rio Grandense.

Figura 58 – Fotografia da esquina oeste da Rua Riachuelo com a Rua Benjamin Constant, 1940



Fonte: Biblioteca Rio-Grandense.

Tanto o “tempo de existência” quanto as amplas dimensões restringiriam os usos que poderiam existir nos sobrados, nesse tempo de declínio. Dessa forma, pensões, bares, casas noturnas e prostíbulos eram usos que se adequavam aos espaços e à proximidade com a população flutuante das embarcações, que se somava à população local.

Ainda assim, é intrigante o fato de um descuido com o aspecto externo, que vai ao encontro do esquecimento, em uma área próxima ao centro comercial da cidade. Com relação ao passado, era a esquina com o antigo Beco do Carmo, em frente ao qual havia sido construído o primeiro trecho do cais de pedra. No ano de 1940, ainda estava próxima à segunda Igreja do Carmo[89], um dos mais importantes templos da cidade, edificada em 1938, a duas quadras ao sul, na esquina das ruas Benjamin Constant e General Bacelar.

Um ano depois, em 1941, Rio Grande foi atingida por uma grande enchente, o maior de todos os eventos do gênero registrados até aquele momento[90], trazendo desabrigados e imensos prejuízos. As chuvas foram excessivas na cidade, mas o principal responsável pela elevação das águas foi o somatório de precipitações ocorridas em todo o estado do Rio Grande do Sul, que escoaram pela Laguna dos Patos até chegar à orla do estuário (Torres, 2011).

A Rua Riachuelo foi uma das vias mais prejudicadas da cidade, pela sua proximidade com as águas, então elevadas, do Estuário da Laguna dos Patos. No dia 11 de maio de 1941, as águas atingiram o máximo da altura registrada, estando o trânsito interrompido nas ruas Riachuelo e Marechal Floriano Peixoto e em algumas transversais, como a Travessa do Afonso, no trecho entre as duas primeiras citadas. As enchentes ocorridas e as expectativas referentes a importações e exportações, desde o início da Segunda Guerra Mundial[91], trouxeram desafios para a cidade nesse início dos anos 1940 (Torres, 2011).

---

[89] A primeira Igreja do Carmo foi demolida em 1929, o que permitiu o alargamento dos outros trechos da Rua Benjamin Constant, pois o templo tinha frente para a Rua Marechal Floriano Peixoto, na atual faixa de circulação de automóveis da Rua Benjamin Constant (Cesar, 2016).

[90] Infelizmente, os números da enchente de maio de 1941 foram ultrapassados pela enchente de maio de 2024 com relação à altura do rio/lago Guaíba, cujas águas escoaram para a Laguna dos Patos. O número de desabrigados em todo o estado do Rio Grande do Sul chegou a seiscentos mil. Em 9 de junho de 2024 foram contabilizados 173 mortes e 38 desaparecidos. Disponível em: https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2024/06/09/enchentes-no-rs-total-de-mortos-sobe-para-173-e-de-desaparecidos-cai-para-38.ghtml. Aceso em: 15 jun. 2024.

[91] O conflito ocorreu entre 1939 e 1945, e os combates entre os Aliados (Inglaterra, França e, a partir de 1941, Estados Unidos e União Soviética) e o Eixo (Alemanha, Itália e Japão) desenvolveram-se na Europa ocidental, Europa oriental, norte da África e Pacífico (Arruda; Piletti, 2002).

Pela excepcionalidade do evento climático, diversos registros fotográficos foram feitos, permitindo uma análise de outros trechos em frente ao Porto Velho durante aquele momento desafiador. A partir do estudo dessas imagens, foi possível inferir que diferentes trechos da via apresentavam estados de conservação distintos.

Nas proximidades com a Travessa do Afonso, existia outro panorama, quase oposto ao da esquina comentada anteriormente. Os sobrados da firma Abel Asti & Cia. e da Wilson Sons & Cia. Ltd. apresentavam um bom estado de conservação em 1941. Somado a isso, os sobrados ao lado daquela firma, situados no Q6, além de apresentar um bom estado de conservação, haviam se transformado em exemplares do ecletismo.

Uma fotografia feita durante a enchente, no mês de maio de 1941, mostrou esse panorama (Figura 59). À esquerda da imagem observa-se os sobrados, sendo o primeiro uma construção provavelmente nova, pela composição de sua fachada com três vãos de aberturas próximos e um mais afastado, e pelo seu balcão em concreto. A platibanda alta era um diferencial, ornada por um frontão triangular de grandes dimensões. Pela sua localização no quarteirão, este seria o nº 179 da Rua Riachuelo.

Figura 59 – Fotografia da Rua Riachuelo nas proximidades com a Travessa do Afonso, durante a enchente de 1941



Fonte: Biblioteca Rio-Grandense.

O mesmo endereço aparece como sede da casa Abel Asti & Cia. no *Almanak Laemmert* de 1940. É possível cruzar esse dado com alguns outros encontrados em um requerimento sobre construções da década de 1930, no Arquivo Público da cidade do Rio Grande. No documento, Abel Asti informou que era proprietário de três “prédios altos” na Rua Riachuelo, entre a Travessa do Afonso e a Rua Andrade Neves (Asti, 1931). Esses prédios eram afetados pela sujeira oriunda do depósito de carvão da firma Wilson Sons & Cia., situado no mesmo trecho da rua (Asti, 1931).

Dessa forma, o trecho que desde o século XIX era composto por sete terrenos (Q6) apresentava, entre as décadas de 1930 e 1940, três sobrados da empresa Abel Asti & Cia.; um da empresa Wilson Sons & Cia.; e um da família D’Ávila Pereira, que havia tido um armazém de secos e molhados nos anos 1900. Também havia um sobrado ocupado pela Pensão Lampe (exemplar de três pavimentos), que podia ter um comércio no térreo; e o sobrado da esquina com a atual Rua Fernando Duprat da Silva, que era ocupado no térreo pelo armazém Souza, Santos & Cia. e pela companhia de seguros Alliança da Bahia. Esses dois últimos exemplares citados não foram registrados na imagem. Do outro lado da rua, estavam os armazéns do Porto Velho do A4 ao A1.

Na distância de uma quadra a leste, uma situação diferente, mas não oposta, foi identificada. Entre as ruas Fernando Duprat da Silva e Coronel Sampaio, no Q7, havia sobrados de dois pavimentos e casas térreas (Figura 60). Na esquina leste com a Rua Fernando Duprat da Silva estava localizado um sobrado com traços coloniais que havia abrigado o Club Centro Caçadores. Era o sobrado que se destacava por sua camarinha em algumas imagens do século XIX. Ao seu lado, a construção térrea mostrava uma placa escrito “Esso”, e provavelmente abrigava os escritórios da empresa.

Após a construção, estava um sobrado com balcão de ferro corrido. Ao lado desse, foi registrado o exemplar estreito, outro sobrado de dois pavimentos, de 1906, que estava em construção durante a visita da Canhoneira Pátria (Figura 31). A face do Q7 apresentava mais construções térreas do que sobrados. As edificações haviam sofrido menos descaracterizações do que o trecho estudado anteriormente, mas não estavam em estado de conservação precário, como aquelas na esquina com a Rua Benjamin Constant.

Figura 60 - Rua Riachuelo entre as ruas Fernando Duprat da Silva e Coronel Sampaio, durante a enchente de 1941



Fonte: Biblioteca Rio-Grandense.

No ano seguinte, em 26 de setembro de 1942, ocorreu a cerimônia de inauguração da nova sede da Câmara de Comércio, na data que marcava o 98º aniversário da instituição. A obra do edifício havia iniciado em maio de 1939 e terminado em dezembro 1941. O projeto era do arquiteto Saul Macchiavello, do escritório Macchiavello & Rubio; e a execução estava a cargo da construtora Azevedo Moura & Gertum Engenheiros e Arquitetos; ambos situados na capital do estado (Xavier; Bachettini, 2003).

O projeto do edifício havia sido pensado para acompanhar a arquitetura moderna do país, compreendendo as instalações da Câmara de Comércio, de apartamentos para locação e do Clube do Comércio (Xavier; Bachettini, 2003). O edifício com estrutura em concreto armado apresentou simetria, cantos curvos e uma quase ausência de ornamentos, com exceção de discretos painéis *Art Decó* em motivos florais da platibanda (Figura 61). Segundo Segawa, essa simplicidade, que destoava do "rebuscamento decorativo" daquele período, estava "muito mais para conteúdos racionalistas[92] do que preocupações de fachadas *Art Déco*" (2018, p. 65).

No dia da cerimônia de inauguração, um jornal local apresentou uma matéria sobre o evento. Comentou que a nova sede já era conhecida como "Palácio do Comércio, ornamento e orgulho da cidade" e que naquele dia ocorreria a entronização

[92] A arquitetura racionalista teve origem na Europa do pós-primeira guerra como uma das formas de se buscar uma arquitetura nova, moderna, chegando ao Brasil com o mesmo objetivo (Segawa, 2018).

da Bandeira Nacional na Sala de Honra da sede, fato este que ficaria registrado na vida social dos rio-grandinos (*O Tempo*, 26 set. 1942, p. 4).

Figura 61 - Segunda sede da Câmara de Comércio da cidade do Rio Grande, 1942



Fonte: Xavier; Bachettini, 2003, p. 29.

No mesmo jornal, havia uma solicitação dos presidentes da Sociedade União Comercial dos Varejistas, da Associação dos Empregados do Comércio e do Clube Caixeiral para que os comércios atacadista e varejista encerrassem seu expediente mais cedo, permitindo assim que os proprietários e funcionários participassem da inauguração (*O Tempo*, 26 set. 1942, p. 1).

Ainda em um momento desafiador para o país, que havia entrado naquele ano na Segunda Guerra Mundial e sofrera com ataques a navios brasileiros por submarinos alemães (Cesar, 2016), a inauguração não fazia só uma homenagem ao comércio. Além dos visitantes poderem conhecer as dependências do edifício, houve, conforme anunciado, a entronização da Bandeira do Brasil no Salão de Honra da sede, junto a discursos patrióticos (*O Tempo*, 29 set. 1942, p. 1).

Dessa forma, percebe-se que a Câmara de Comércio, por seu edifício e cerimônia de inauguração, trouxe um simbolismo importante para a população rio-grandina que pode ter ficado gravado em muitas memórias. Também trouxe um simbolismo para a paisagem da cidade e para a Rua Riachuelo, que ganhava um novo marco, moderno e racionalista, observado por terra e por água.

Essa paisagem também foi registrada em uma fotografia aérea reproduzida em mais um cartão-postal que mostrava a rua em seu setor oeste e a Praça Xavier Ferreira (Figura 62). A imagem registrou, a partir da esquerda, a nova sede da Câmara de Comércio, uma pequena construção com linhas curvas que abrigou um posto de gasolina e o Mercado Público Municipal.

A imagem mostrou que o Mercado ainda apresentava a sua estrutura original, sendo uma construção térrea com espaçoso pátio interno, antes das ampliações que começariam em 1947. O cartão-postal pode ser comparado ao anterior (Figura 56) e aos próximos que serão apresentados para uma compreensão não só da Rua Riachuelo, mas da área central da cidade em um momento no qual sobrados antigos eram demolidos para a construção dos primeiros edifícios.

Figura 62 - Cartão-postal com vista aérea da nova sede da Câmara do Comércio, entre 1942 e 1947



Fonte: Coleção de João Reguffe.

2.2.2 As mudanças nos meios de transporte e as novas demolições

Na década de 1940, no estado do Rio Grande do Sul, ocorreram algumas transformações com relação aos meios de transporte. Um exemplo foi a melhoria das condições das rodovias para o tráfego dos automóveis e caminhões, pelo surgimento dos ônibus e pela implementação do transporte aéreo. Devido a isso, o transporte de cargas e passageiros em navios, a partir do Porto Velho do Rio Grande, começou a ter a sua importância reduzida. O transporte de cargas já contava com a concorrência das ferrovias desde o século XIX.

Segundo Fortunato Pimentel, em sua obra *Aspectos gerais do Município do Rio Grande*, havia diferentes possibilidades para o transporte entre Rio Grande e outras cidades, como a capital Porto Alegre, em 1944. A primeira delas era viajar diretamente por transporte lacustre através dos vapores da Companhia Nacional de Navegação Costeira, do Lloyd Brasileiro e de outras pequenas companhias (Pimentel, 1944). A segunda era viajar sem interrupções pela rodovia finalizada até Pelotas, e depois na rodovia ainda em construção (porém, trafegável) até a capital em automóvel ou ônibus. A terceira era viajar até Pelotas pela rodovia ou pela ferrovia, e depois de Pelotas a Porto Alegre pelo transporte aéreo pela empresa Varig (Pimentel, 1944).

Em 1944, era informado em um guia sobre a cidade que a Prefeitura Municipal havia adquirido, nos últimos anos, onze ônibus para a realização dos transportes interdistrital e intermunicipal, além de cinco novos bondes (Livraria do Globo, 1944). Um ano depois, um jornal local trazia um anúncio intitulado “Ônibus da Prefeitura”. Informava que havia saído naquele dia um ônibus da Prefeitura Municipal de sua linha Rio Grande – Porto Alegre, e a próxima viagem ocorreria sete dias depois (*Rio Grande*, 2 jan. 1945).

Algumas companhias de navegação continuavam próximas ao Porto Velho, pois seus navios seguiam operando. Uma delas era a Companhia Nacional de Navegação Costeira que, conforme visto anteriormente, estava localizada na Rua Riachuelo já em 1901, no Q4. Em 1945, era agenciada pela firma Cotta de Mello & Souza, então no n° 141/149, no Q7, mais próxima à Rua Fernando Duprat da Silva. Sua linha rápida de navios para cargas e passageiros fazia viagens para os portos da costa brasileira, entre eles, o Itaquera para Santos e Rio de Janeiro; o Itaberá para Florianópolis, Paranaguá, Santos e Rio de Janeiro; o Itapuca para Florianópolis e Paranaguá; e o Itapuhi para Porto Alegre (*Rio Grande*, 2 jan. 1945).

Outra viagem pelas águas que continuava trazendo público para a rua era aquela relacionada à Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, na cidade de São José do Norte. No dia 2 de fevereiro de 1945 havia saído uma procissão que chegou até o Porto Velho, que “em quase toda sua extensão achava-se apinhoado de gente”. O chamado “cortejo marítimo” até a cidade vizinha havia sido dirigido pelo Capitão dos Portos do Estado (*Rio Grande*, 2 jan. 1945, p. 3)

Se anteriormente algumas demolições de sobrados[93] haviam ocorrido na rua para a construção de novos exemplares ecléticos, com fachadas não tão diferentes dos primeiros, a partir dos anos 1940 seria diferente. Nas proximidades com a Rua Benjamin Constant, seis anos após os dois sobrados dessa esquina mostrarem um estado precário de conservação, duas fotografias[94] registraram uma situação ainda pior.

No Q5, na esquina com a Rua Benjamin Constant, o sobrado de dois pavimentos havia sido demolido e o terreno apresentava apenas um muro baixo (Figura 63). Ao lado deste, o outro sobrado abrigava uma “Oficina de Espelhos”, com fachada mostrando um estado de conservação precário. No entanto, as suas aberturas e o seu balcão corrido com gradil estavam preservados. Os dois exemplares haviam sido registrados em fotografia anterior (Figura 58).

Em outra imagem, observa-se a edificação que havia sido, no início do século XX, a antiga sede da Companhia Nacional de Navegação Costeira (CNNC), com cinco aberturas nos dois pavimentos, além de uma pequena parte do sobrado ao lado (Figura 64). Ambos estavam mais próximos ao centro do Q4 e apresentavam fachadas frontais em estado precário de conservação.

Observa-se, no entanto, que esses dois sobrados haviam sofrido poucas descaracterizações. O exemplar da antiga CNNC mostrava portas de madeira sem caixilhos de vidro, ao contrário do que havia nos anos 1910, quando se lia nos vidros o nome da empresa (Figura 42). Duas portas do térreo haviam perdido as molduras superiores, e agora exibiam pequenos vão de abertura.

As imagens também mostraram a diferença entre a escala das construções e a escala humana. Sem as carroças, os barris, as sacarias, as tábuas de madeira e até

[93] Havia ocorrido as demolições dos sobrados que deram lugar às novas sedes das empresas Abel Asti & Cia., Wilson Sons & Cia. e do edifício de apartamentos na esquina com a Rua Ewbank.
[94] As fotografias foram recortadas para uma melhor visualização dos elementos. À esquerda, traziam o endereço da edificação, e, à direita, o nome Rubens, fotógrafo.

mesmo sem as embarcações, como quando as imagens eram feitas a partir do estuário, torna-se mais clara a relação entre aqueles que passavam pelos sobrados e os próprios sobrados. Em meio a sombras, o homem sentado na soleira da porta da oficina e a mulher apoiada no balcão de ferro da antiga CNNC parecem absorvidos na paisagem.

Figura 63 - Rua Riachuelo próxima à esquina com a Rua Benjamin Constant (Q5), fotógrafo Rubens, 1946



Fonte: Biblioteca Rio-Grandense.

Figura 64 - Rua Riachuelo, entre a Rua Benjamin Constant e a Travessa do Afonso (Q4), fotógrafo Rubens, 1946



Fonte: Biblioteca Rio-Grandense.

Posteriormente, em 1950, era anunciado um leilão de um terreno “bem localizado e pronto para receber edificação”, na Rua Riachuelo, na esquina com a Rua Benjamin Constant (*Rio Grande*, 4 jan. 1950, p. 3). O leilão poderia se referir tanto ao terreno vazio da esquina do Q5, registrado pela última imagem, quanto ao terreno da esquina do Q4, que nesses anos de 1950 seria demolido para a construção de um posto de gasolina, com tipologia contrastante com as outras construções da Rua Riachuelo.

No mesmo ano, a agência da Companhia de Seguros Aliança da Bahia comunicava a transferência do seu escritório, antes no nº 151, para o nº 133 da Rua Riachuelo, no Q7 (*Rio Grande*, 13 jan. 1950, p. 3). Este também era o endereço da firma Anselmi & Cia., que anunciava uma viagem à Roma no transatlântico Giovanna C., fretado pela Gondrand Turismo (*Rio Grande*, 1º mar. 1950, p. 2).

Nesse momento, no início dos anos 1950, outro trecho da rua foi observado em um cartão-postal (Figura 65). Era o trecho da Rua Riachuelo entre as ruas Coronel Sampaio e Fernando Duprat da Silva, no Q7. O estado de conservação das

edificações era bom, assim como dos postes e calçadas e dos armazéns do Porto Velho, do outro lado da rua.

Com relação às alterações, a primeira edificação térrea, à esquerda da imagem, havia recebido elementos do ecletismo, como a platibanda, em comparação à fotografia da *Revista Máscara*, de 1919. A edificação térrea seguinte havia substituído a sua platibanda eclética com compoteiras por uma sem ornatos. Os dois últimos sobrados desse trecho também haviam recebido o acréscimo de uma platibanda eclética.

Figura 65 – Cartão-postal da Rua Riachuelo em 1951, entre as ruas Fernando Duprat da Silva e Coronel Sampaio



Fonte: Fototeca Municipal Ricardo Giovannini.

O exemplar térreo entre eles já contava com platibanda com compoteira em 1919, que havia sido também substituída por outra sem ornatos. Essa construção, por correspondência de numerações, seria a sede da firma Anselmi & Cia. e da agência da Companhia de Seguros Aliança da Bahia. Ao seu lado estava o portão de acesso secundário às instalações do Hotel Paris.

Em meados da década de 1950, Rio Grande começou a enfrentar uma crise econômica que teve reflexos em vários setores, surgindo assim um momento de incertezas sobre o que viria. De acordo com Martins (2016), o primeiro período

industrial da cidade sofreu um enfraquecimento, o que provocou o encerramento das atividades de várias indústrias e uma consequente crise local com redução de vagas de trabalho.

Contribuíram para esse fato o fim da Segunda Guerra Mundial, com a recuperação da economia de alguns países que Rio Grande abastecia com produtos que eram exportados, e o atraso tecnológico das empresas, que perdiam mercados consumidores para a indústria paulista (Martins, 2016). Algumas dessas indústrias rio-grandinas haviam iniciado suas atividades no final do século XIX, transformando desde aquele momento a cidade portuária e comercial em um núcleo urbano também industrial e operário (Nery, 2021).

Dessa forma, a crise no campo industrial refletiu em diversos setores da cidade, o que incluía a área do Porto Velho, suas atividades portuárias, comerciais e de serviços, ou seja, usos existentes nos dois lados da Rua Riachuelo. Foram destruídas muitas construções do final do século XIX e XX na cidade, abrangendo algumas fábricas (Nery, 2021).

Em 1955, a Companhia Nacional de Navegação Costeira continuava na rua, no nº 141, anunciando uma viagem do navio Itatinga no dia 11 de janeiro. Os destinos eram Paranaguá, Antonina, Santos, Rio de Janeiro, Vitória, Salvador, Maceió e Recife, saindo do Armazém 3 do Porto Velho. O anúncio também informava que outros navios sairiam do Porto Novo (*Rio Grande*, 4 jan. 1955).

Em janeiro de 1955, o jornal *Rio Grande* apresentava seu endereço, com redação e oficinas na Rua Riachuelo nº 215 (*Rio Grande*, 4 jan. 1955). No mesmo mês, havia um anúncio de aluguel de uma casa ampla e reformada, no nº 217 da rua. A edificação era considerada “própria para repartição pública, família numerosa ou pensão” (*Rio Grande*, 12 jan. 1955, p. 3) e era um dos antigos sobrados entre a sede da Wilson Sons & Cia. e a primeira casa Abel Asti & Cia., no Q5. Os usos sugeridos pelo anúncio confirmam a hipótese de que os antigos e amplos sobrados seriam atrativos apenas para algumas atividades específicas.

Naquele mesmo mês, a coluna “Corujando” do jornal citado informava que o poder público estava sendo negligente com as condições de segurança da rua. Um poste que servia de suporte para o cabo elétrico que transmitia energia aos bondes, e forças para outros setores, estava ameaçando cair. Os encarregados da sua manutenção haviam amarrado o mesmo a outro poste, que começou a ficar inclinado também, representado perigo para os transeuntes (*Rio Grande*, 12 jan. 1955, p. 3).

2.2.3 As memórias de infâncias dos anos 1950 e a reinauguração de um Mercado Público Municipal

Paradoxalmente, em uma rua que começava a ser esquecida pelo poder público, as vivências de crianças que nela moravam, ou a frequentavam, originavam memórias que perdurariam até os dias de hoje. A entrevistada Maria Matildes Brum de Moraes[95] trouxe um relato sobre sua infância e adolescência. Maria Matildes foi contatada após a entrevistada Maria Amélia afirmar ter visto uma postagem com uma foto da Rua Riachuelo no grupo do *Facebook* “Fatos e Coisas de Antanho do Rio Grande”, seguida de um comentário de Maria Matildes, afirmando ter morado em um dos sobrados que apareciam na imagem.

Maria Matildes residiu no sobrado de três pavimentos, que havia abrigado a casa Joaquim Martins Garcia, entre 1951, quando tinha cinco anos; e 1962, quando tinha 16 anos. Em parte do sobrado funcionou o estabelecimento de sua família, a Pensão Moraes, até 1964 ou 1965. Maria Matildes contou que a pensão, chamada de hotel por ter o mesmo funcionamento, ocupava as quatro portas à esquerda do primeiro pavimento do nº 281, com entrada pelo térreo, pela primeira porta à esquerda.

Pelo lado direito, o esquema era o mesmo, sendo essa parte alugada por outro inquilino. Para subir ao segundo e último pavimento, ocupado por uma pensão, existia uma ampla escada, iluminada por uma claraboia de vidros coloridos. No térreo havia depósitos, principalmente de cebolas. Especificamente sobre as lembranças do hotel administrado por seu pai, Maria Matildes contou:

> Claro que traz saudades da infância [pensar na Rua Riachuelo], posso em pensamento caminhar por cada pedacinho do que eram os “meus domínios”. Lembro de detalhes de cada um dos dezoito quartos que tinha o hotel, uns de casal, outros com cinco ou seis camas de solteiro, alguns com menos. (Maria Matildes Brum de Moraes, 2021).

Naquele trecho da Rua Riachuelo, para o lado da Rua Benjamin Constant, havia, ao lado da sua casa, uma casa de prostituição; mais adiante, um escritório da Texaco; e na esquina, um posto de abastecimento de combustíveis. Sobre os diferentes usos, Maria Matildes também lembra que não havia problemas de convivência, pois todos se respeitavam. O prostibulo, no nº 279, antiga casa Fresteiro & Cia., era um local onde se alugavam quartos, onde as mulheres viviam e recebiam

[95] Entrevista concedida em 6 de janeiro de 2021.

os seus clientes. Para o lado da Rua Ewbank, na esquina, havia um bar onde ela comprava doces, no térreo do edifício de dois pavimentos.

Pelo relato da entrevistada, observa-se o amplo espaço do sobrado, abrigando um hotel de dezoito quartos apenas em uma metade de um pavimento. Essa informação, junto aos demais dados sobre a variedade dos usos apresentados, mostra que possivelmente muitos dos sobrados não recebiam apenas os tradicionais comércios no térreo e residência da família do proprietário nos demais pavimentos. Durante parte das décadas de 1880 e 1890, por exemplo, esse sobrado, posteriormente residência de Maria Matildes e sua família, recebeu a Biblioteca Rio-Grandense.

O que parece ter se alterado, pelo deslocamento de algumas atividades portuárias e pelo surgimento de outros meios de transporte coletivo, foi a valorização da área, que acabou reduzida. Aluguéis mais baratos teriam atraído famílias de trabalhadores com menor remuneração, e o baixo lucro dos proprietários seria um empecilho à própria conservação dos edifícios. Conforme Halbwachs (1990, p. 92), “quando um grupo está inserido em uma parte do espaço, ele a transforma à sua imagem, ao mesmo tempo em que se sujeita, e se adapta às coisas materiais que a ele resistem”.

As memórias de Maria Matildes vão além do edifício em si, trazendo informações sobre a rua e sobre os vizinhos do sobrado onde morava:

> Lembro da calçada alta no lado dos armazéns do porto, de brincar de bicicleta por ali. Mas tinha bastante movimento, caminhões, carros, algumas carroças. [...] Gostava sim [de morar lá], andava de bicicleta, brincava dentro do porto, visitava os barcos. Naquela época não havia os problemas de hoje e nós crianças circulávamos por onde queríamos. [...] Foram meus primeiros anos por ali, mais ou menos dos cinco aos quinze. Desde o rapazinho que trabalhava na Texaco e passava de bicicleta e me deixou um poema na porta de casa. Nunca nos falamos. Ao filho de uma das prostitutas que vivia ao lado e que vinha a minha casa brincar, era mais jovem, ou falávamos pelas sacadas, a deles mais baixa que as nossas (Maria Matildes Brum de Moraes, 2021).

Duas quadras a leste da casa de Maria Matildes, continuava residindo a família Asti, no sobrado na esquina com a Travessa do Afonso, no Q6. Tendo residido no sobrado entre 1948 (ano em que nasceu) e 1962, Aluysio Antonio da Motta Asti[96] relatou muitas de suas memórias enquanto residente e membro da terceira geração

[96] Entrevista concedida em 5 de dezembro de 2020.

de uma família que permaneceu muitas décadas na Rua Riachuelo. Sobre suas memórias, começou fazendo um relato da casa de sua infância:

> Para mim era uma rua fantástica, interessantíssima, por várias razões. Primeiro, porque a casa onde eu morava era uma casa gigantesca. Quando eu nasci, já tinham dividido a casa em duas. Em uma moravam os meus pais, eu e o meu irmão; na outra morava a minha tia, irmã do meu pai, o meu tio e os meus dois primos. E a açoteia era mais ou menos dividida. A entrada principal das duas casas era pela Rua Riachuelo, tinha uma escadaria que dava nas casas, no primeiro pavimento. A minha casa também tinha uma entrada pela Travessa do Afonso, onde havia outra escada. No térreo, ficavam os depósitos para os produtos que o meu avô importava. O meu pai continuou com o negócio por um tempo na parte esquerda de quem olha para a casa. A parte direita era alugada para uma empresa (Aluysio Antonio da Motta Asti, 2020).

Sobre a rua como um todo, o entrevistado Aluysio trouxe apontamentos sobre a década de 1950. Segundo ele, a rua já estava em decadência, e vários dos antigos casarões haviam se transformado em cortiços, com divisões para fazer quartos. Havia muitas descaracterizações. O avô de Aluysio, que havia adquirido outros sobrados entre a Travessa do Afonso e a Rua Fernando Duprat da Silva, posteriormente solicitou suas demolições e fez novos prédios para armazéns. Seu pai alugava os armazéns para uma empresa de ônibus e caminhões, que eram guardados dentro desses locais.

Afirmou ainda que da metade da quadra até a Rua Almirante Barroso era o pior trecho da Rua Riachuelo. Da atual Rua Fernando Duprat da Silva até a Rua Almirante Barroso praticamente só havia casas noturnas. Diferente de Maria Matildes, Aluysio tem recordações da Rua Riachuelo mais vazia, com o movimento do porto reduzido. Quando havia viagens nas embarcações o movimento era maior, ou quando os navios da Marinha apareciam por lá.

O entrevistado também relatou suas memórias com vizinhos e as brincadeiras que faziam na rua:

> Eu adorava a Riachuelo, eu tive duas infâncias por causa da rua. Uma infância de convivência com os meus colegas do Juvenal Miller, onde a minha mãe era professora primária [...]. E tive uma convivência com outro pessoal, os filhos daqueles que moravam nos cortiços. Eram pessoas maravilhosas também, eu ia lá para os cortiços, conhecia todo o mundo. [...] A gente fazia umas brincadeiras meio malucas, andando pelos telhados. Na casa do vizinho [...] que havia sido o casarão da família D'Ávila Pereira, grandes amigos do meu pai, tinha depósitos também. Já era da família do meu amigo Luiz Alfredo Sampayo, e a gente fazia competição de rolimã. [...] A gente tinha um timezinho que jogava futebol, naquela calçada de pedra que tem até hoje no Porto Velho. Jogávamos bolinha de gude ali dentro dos armazéns, em um espaço aberto. A gente conseguiu que eles abrissem um pouco aquela grade.

> E depois de uma certa idade, a gente ia pescar no cais. Pegava bagre. Era uma coisa maravilhosa (Aluysio Antonio da Motta Asti, 2020).

Com lembranças que vão ao encontro daquelas de seu amigo Aluysio, o entrevistado Luiz Alfredo de Mello Sampayo[97] trouxe um relato importante sobre a rua, no mesmo período. Luiz Alfredo foi contatado por apresentar o sobrenome que deu nome à conhecida empresa que permaneceu por algumas décadas na Rua Riachuelo. Durante a sua infância, a sua residência estava localizada na Rua Benjamin Constant, nas proximidades com a Rua Riachuelo, assim como a agência de navegação Sampayo, Nickhorn & Cia. Ltda., na qual o seu pai, Luiz Alfredo de Menezes e Mello Vaz de Sampayo[98], era o sócio fundador (Agência Marítima Sampayo Nickhorn Ltda., 1981).

Em meados da década de 1950, a firma adquiriu um sobrado na Rua Riachuelo, em um lote antes da esquina com a Travessa do Afonso (Q6), antiga residência da família D'Ávila Pereira, para a função de depósito, atendendo às atividades ligadas ao porto. Luiz Alfredo, nascido em 1947, relatou memórias de sua infância, sobre o depósito da firma e a Rua Riachuelo:

> Desde que eu me entendo por gente eu já andava por aquela área [...]. Eu morava na Rua Benjamin Constant e a firma ficava na Rua Riachuelo. Eu saia de bicicleta pela Riachuelo e ia lá brincar. O depósito tinha um sistema de trilhos e uma zorra que fazia o carregamento. As firmas tinham isso, para levar as mercadorias dentro daqueles 50 metros. A casa ao lado, na esquina, pertencia a dois amigos meus da família Asti, um deles era o Aluysio. Nós, os guris da região, jogávamos bola na calçada do porto, a calçada alta de pedra. Não havia movimento, o nosso local de brincar era ali [...]. Como eu era ligado à navegação desde o início, eu entrava no porto com facilidade, ia nas embarcações da firma [...] (Luiz Alfredo de Mello Sampayo, 2020).

O entrevistado também recordou do movimento da rua gerado pelos navios que faziam viagens de cargas e passageiros, uma importante atividade para aquele lugar, que já havia perdido muito do seu movimento para o novo porto. Os navios atracavam em frente à Rua Riachuelo em sua esquina com a Rua Benjamin Constant. Segundo Luiz Alfredo:

---

[97] Entrevista concedida em 4 de novembro de 2020.

[98] Era natural da cidade do Porto, em Portugal. Chegou ao Brasil em 1928, trabalhando na Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro. Em 1931, começou a atuar como agente marítimo em Rio Grande e, em 1943, fundou a agência Sampayo & Nickhorn Ltda., integrando-se à agência de Walter Nickhorn, nascido em São Lourenço, que desde a década de 1930 atuava como contratante de estiva e controlador de operações de embarcações para cabotagem. Em 1947, a empresa passou a contar com os novos sócios Waldyr de Lima Fonseca, Alcino Domingos de Freitas e Victor Hermes Trein, passando a chamar-se Sampayo, Nickhorn & Cia. Ltda. (Agência Marítima Sampayo Nickhorn Ltda., 1981).

> Então havia os navios Geny Naval e Cruzeiro, que atracavam na Rua Riachuelo, em frente à Rua Benjamin Constant. As pessoas vinham de táxi. Eu ouvia porque morava na esquina e ia lá ver o navio sair, nos anos 1950. As pessoas iam para Porto Alegre. O ônibus era precário, ou se ia de avião ou de navio. Esses eram navios pequenos e mistos, levavam carga e passageiros [...] (Luiz Alfredo de Mello Sampayo, 2020).

Sobre as operações portuárias e as firmas, relatou que, na década de 1950, as atividades eram voltadas para o atendimento ao cais acostável, com navios de menor calado. Os estivadores descarregavam materiais diversos das embarcações e atravessavam a Rua Riachuelo depositando-os no térreo dos sobrados pertencentes às firmas.

A grande maioria das antigas famílias havia se mudado da rua. As edificações eram usadas como depósitos, ou para receber empresas de navegação ou que trabalhavam com importação e exportação. Teriam então começado a surgir as casas noturnas e os prostíbulos e aumentado o número de pensões, inclusive o primeiro pavimento do sobrado que abrigava os depósitos da firma Sampayo, Nickhorn & Cia. Ltda. foi alugado para uma pensão familiar. Também havia bares e restaurantes, para atender aqueles que circulavam pelo antigo porto.

As memórias dos entrevistados a respeito de suas infâncias revelaram algumas questões em comum, relacionadas à Rua Riachuelo. Segundo Ricoeur (2007), o conceito de memória dos lugares baseia-se em questões essenciais, como o guiar-se, o deslocar-se e o morar, sendo as coisas lembradas profundamente relacionadas aos próprios lugares dos acontecimentos.

Maria Matildes, Aluysio e Luiz Alfredo usufruíram do outro lado da rua, com brincadeiras na calçada do Porto Velho, e ainda conseguiam entrar no espaço delimitado, ter contato com as embarcações. Maria Matildes, residente no trecho do Q4, lembra da rua mais movimentada, o que pode ser justificado pela proximidade com a Alfândega e com o centro comercial da cidade. Mais um ponto em comum entre os relatos foi a convivência com famílias de classes sociais diferentes das dos entrevistados, o convívio e a amizade com moradores das pensões e dos prostíbulos.

Com relação aos prostíbulos, a sua quantidade havia aumentado na Rua Riachuelo nos anos 1950. O jornal *Rio Grande* trazia uma matéria intitulada “Prevê-se nova investida do meretrício”, em meados de janeiro de 1959. O jornal informava que dentro de alguns dias seriam abertas três novas “casas de tolerância” na cidade, uma na Rua Benjamin Constant e duas na Rua Riachuelo. Completava afirmando que,

nesta última, os novos estabelecimentos iriam aumentar o número dos já existentes, pois a prostituição nunca havia desaparecido daquela rua, estando apenas disfarçada em alguns períodos, apesar da vigilância da polícia (*Rio Grande*, 15 jan. 1959, p. 8).

O periódico mostrava também uma preocupação com a forma como a Rua Riachuelo era vista. Afirmava que a rua não podia correr o risco de ser caracterizada como uma via pública abandonada e entregue ao vício. Estava localizada no centro da cidade, podendo transformar-se em um lugar essencialmente comercial, o que praticamente já era, apesar dos prostíbulos em alguns pontos (*Rio Grande*, 15 jan. 1959).

No final dos anos 1950, a paisagem da rua também era alterada por mudanças nos meios de transportes. Estavam sendo retirados os postes que, alguns anos antes, sustentavam a rede elétrica para os bondes que trafegavam na Rua Riachuelo. O calçamento da rua também estava sendo recuperado, após ter sido danificado pela retirada dos trilhos (*Rio Grande*, 17 abr. 1959).

Nesse contexto de mudanças, era reinaugurado o Mercado Público Municipal, no dia 1º de maio de 1959, junto às comemorações do Dia do Trabalho, após doze anos de reformas (*Rio Grande*, 13 mai. 1959). Seis anos antes, em 1953, era informado que a comunidade rio-grandina estava insatisfeita com a situação da edificação (*Rio Grande*, 29 set. 1953).

A notícia de uma reforma havia sido bem recebida algum tempo antes, pois traria maior capacidade para o Mercado. No entanto, após a construção de um novo pavimento em sua fachada com frente para a Praça Xavier Ferreira, a obra havia sido abandonada e uma construção de madeira fora construída ao lado do Mercado, entre a Banca do Peixe e o mictório público (*Rio Grande*, 29 set. 1953).

Um momento dessa ampliação parcial do Mercado Público Municipal foi registrado em uma fotografia aérea que se transformou em um cartão-postal (Figura 66). Na imagem, é possível observar as edificações da Alfândega, da Câmara de Comércio e do Mercado, este com uma cobertura em quase todo o espaço que antes era um pátio interno. A fachada voltada para a praça mostrava um primeiro pavimento acima do térreo, assim como a metade das fachadas laterais. A face da edificação voltada para a Rua Riachuelo era a única que ainda apresentava apenas o térreo e o frontão triangular em seu centro. A imagem também mostrou a construção de madeira ao lado do Mercado, entre a Banca do Peixe e o mictório público.

Figura 66 - Cartão-postal com fotografia aérea da extremidade oeste da Rua Riachuelo, entre 1947 e 1959



Fonte: Coleção de João Reguffe.

Com relação à reinauguração de 1959, o jornal *Rio Grande* informou que as instalações eram amplas, modernas, higiênicas e “rigorosamente estéticas”. As obras haviam se intensificado nos meses anteriores visando a conclusão da parte interna, enquanto a parte externa seria finalizada no mesmo ano. As fachadas ostentariam um “estilo moderno, de acordo com o interior do edifício, seguindo projeto que previa linhas arquitetônicas em voga na atualidade” (*Rio Grande*, 30 abr. 1959, p. 2).

Era comentado que a obra merecia elogios, devendo causar a melhor impressão aos visitantes da cidade, oferecendo comodidade ao público e assim compensando o longo período de espera (*Rio Grande*, 30 abr. 1959). Em maio do mesmo ano, teve início a demolição da construção em madeira que havia abrigado as atividades do Mercado durante a reforma (*Rio Grande*, 20 mai. 1959).

Um novo cartão-postal, com fotografia do entorno da Praça Xavier Ferreira, mostrou o panorama descrito (Figura 67). O Mercado havia voltado a apresentar apenas o pavimento térreo. As fachadas laterais mostravam resquícios de paredes de um pavimento acima, e a fachada voltada para a Rua Riachuelo ainda apresentava o frontão triangular. Em seu interior, o Mercado havia adquirido uma ampliação, criando quatro pátios internos. A construção de madeira ao seu lado já havia sido demolida.

Figura 67 - Cartão-postal com fotografia aérea da extremidade oeste da Rua Riachuelo, 1959



Fonte: Coleção de João Reguffe.

A reforma do Mercado Público Municipal visava, assim como a edificação da nova sede da Câmara de Comércio, trazer modernidade para uma Rio Grande que enfrentava uma preocupante crise econômica. Naquele momento, entregar à população edificações semelhantes àquelas dos grandes centros poderia demonstrar esperanças por um momento melhor, mesmo que, no caso do Mercado, essa modernidade se manifestasse quase que apenas em retirar ornatos das fachadas e reduzir o espaço do pátio interno original.

2.3 O esquecimento e a violência em primeiro plano

2.3.1 A festividade, a criminalidade e a solicitação de um tombamento

No início dos anos 1960, a Rua Riachuelo apresentava alguns problemas, como uma iluminação precária. Naquele momento, a Estação Rodoviária estava situada na rua, tornando insegura a chegada e saída daqueles que pretendiam embarcar nos ônibus (*Rio Grande*, 7 fev. 1961). Em 1961, ainda estavam presentes na rua algumas empresas, como a Wilson Sons e a Companhia Nacional de

Navegação Costeira[99]. As empresas Wigg S.A., Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro e Cranston Woodhead & Cia. haviam mudado seus endereços para a Rua Marechal Floriano Peixoto (*Rio Grande*, 11 nov. 1961).

Em uma Rio Grande que ainda vivia os reflexos da crise industrial e consequente demissão em massa de funcionários, foi anunciada a 1ª Festa do Mar, evento criado visando "desenvolver o turismo e a autoestima dos rio-grandinos" (Cesar, 2016, p. 388). O evento ocorreu entre os dias 14 e 26 de novembro de 1961, em espaços variados da cidade, como o Largo São Pedro, a sede social do Jockey Clube, a Escola Juvenal Miller, o Centro de Tradições Mate Amargo, entre outros (*Rio Grande*, 13 nov. 1961).

A Rua Riachuelo, mais precisamente o Porto Velho, foi o local de algumas atividades. No dia 15 de novembro ocorreu a inauguração da Exposição Industrial e Comercial, nos Armazéns 2 e 3. Foram organizados *stands*, "qualificados como de alto nível", nos quais as principais indústrias locais estiveram presentes com os seus produtos, mostrando a "capacidade produtora da cidade" (*Rio Grande*, 18 nov. 1961, p. 1). Com relação aos eventos ligados às águas, ocorreu no dia 18 de novembro a Regata Internacional a Vela, no Porto Velho; e, no dia seguinte, o Desfile dos Agricultores residentes na Ilha dos Marinheiros, "passando pelo cais do Porto Velho" (*Rio Grande*, 18 nov. 1961, p. 1).

Além dos informativos sobre cada dia do evento, o jornal *Rio Grande* comentou que a Festa do Mar havia começado bem, sendo esta a prova da capacidade dos rio-grandinos e um exemplo a ser seguido. Parabenizou o Conselho Municipal de Turismo, presidido pelo empresário Antônio Mendes Netto, criado em janeiro do mesmo ano, pela organização do evento (*Rio Grande*, 18 nov. 1961, p. 1).

Sobre a cidade do Rio Grande e a 1ª Festa do Mar, foi publicado no mesmo jornal um texto de Vicente Marsiglia, dividido em oito partes, entre os dias 20 e 30 de novembro. Dirigido aos turistas que visitavam a festa, mostrou uma cidade receptiva, que tentava sair de uma crise econômica ao mesmo tempo em que mostrava seus atributos:

> Aqui vindes para dar mais brilho à Primeira Festa do Mar, a primeira festa do peixe que é uma homenagem justa e merecida ao homem do mar, ao nosso bravo pescador que enfrenta chuvas, ventos e tempestades, luta silenciosa e economicamente por um futuro promissor de nossas indústrias e pugna pelo

[99] Em 1964, também havia se mudado para a Rua Marechal Floriano Peixoto (Rio Grande, 29 set. 1964).

> constante progresso socioeconômico desta querida Noiva do Mar, parcela importante deste pujante Estado e desta grande Pátria. Aqui vindes para avaliar nossos conhecimentos, para apreciar nossa cultura, para pesar nosso trabalho cuja semente profícua fora lançada há 224 anos. Podeis estar certos que nestes poucos dias de convívio conosco, de trocas de ideias interessantes, vós que vindes fazer turismo nesta cidade marítima, neste único porto de mar natural, vereis que uma nova semente se há de juntar, umedecida pelo ar salitrado de nosso benéfico nordeste e, desse contato constante, desse amplexo sincero advirá, surgirá e se cimentará uma nova e recíproca amizade, franca e leal [...] (Marsiglia, 1961, p. 6).

A segunda edição da Festa do Mar foi realizada quatro anos depois, entre 6 e 21 de novembro de 1965. A organização dessa edição também ficou por conta do Conselho Municipal de Turismo, cujo presidente era Didio Duhá, e as exposições do comércio e da indústria ocorreram nas instalações de uma fábrica de pescados (Cesar, 2016). O evento também contou com concertos de bandas e conjuntos musicais, em sua maioria da própria cidade, além de atividades esportivas e demonstrações de pesca artesanal (*Rio Grande Fatos em Revista*, 1992).

No dia 14 de novembro, ocorreu a Regata Intermunicipal em homenagem ao 1º Centenário da Regata Imperial, realizada em 2 de novembro de 1865, durante a visita do Imperador D. Pedro II à Rio Grande. A disputa ocorreu no canal de ligação entre o Porto Novo e o Porto Velho, com a chegada nos clubes Rio Grande e Honório Bicalho[100]. Um grande público prestigiou a realização da regata, apesar do tempo desfavorável, com ventos fortes e chuva fina (*Rio Grande*, 16 nov. 1965).

No entanto, diferente da anterior, essa nova edição do evento não foi considerada um sucesso. Conforme jornal local, a 2ª Festa do Mar trouxe alguns feitos importantes, através de pessoas bem-intencionadas, mas não apresentou muitos aspectos positivos, sendo um dos motivos o pouco tempo conferido para a sua organização (*Rio Grande*, 11 dez. 1965).

Em meados da década de 1960, após aparecer em diversos anúncios relacionados à navegação e às casas comerciais, e em muitas matérias que buscavam chamar a atenção da população e do poder público para esse lugar, a Rua Riachuelo começava a ser citada em uma nova seção de um jornal. Segundo o "Plantão Polícia 1" do jornal *Rio Grande*, uma mulher havia sido ferida com um tiro no braço, em "mais uma cena de *Farwest* na abandonada Rua Riachuelo", dessa vez, "no interior de um *saloon*, ou melhor, de uma boate" (*Rio Grande*, 29 set. 1964, p. 5).

[100] 2ª Festa do Mar – Programa da Regata Inter-Municipal de 1965. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/109226. Acesso em: 15 jun. 2024.

O atirador era tripulante de um pesqueiro e o ocorrido ainda seria investigado, pois envolvia outras pessoas (*Rio Grande*, 29 set. 1964, p. 5).

A casa noturna onde ocorreu o fato estava localizada no nº 211, no Q5, nas proximidades com a Travessa do Afonso e com a firma Wilson Sons. Apesar de já ter sido relatada a existência de casas noturnas e prostíbulos na rua, que poderiam ou não configurar crime[101], observa-se aqui a presença evidente da criminalidade com lesão corporal.

Pelos dados obtidos, infere-se que o abandono da rua não se referia apenas às edificações vazias, mas também à ausência de segurança no lugar. A redação do jornal demonstrava uma certa incredulidade com aquele panorama, talvez por ainda existir, nesses meados dos anos 1960, memórias mais vivas de uma Rua Riachuelo em seu apogeu, e de tudo o que essa entrada da cidade por água representou.

Em 1964, o jornal *Rio Grande* apresentou duas reportagens que tinham como foco um bem cultural da cidade. Na reportagem intitulada “Edifício da Alfândega”[102], o jornal informou ser reconfortante o fato de uma verba ter sido destinada para a restauração do prédio, através do Ministério da Fazenda. Visando a sua valorização, o edifício foi qualificado pelo periódico como “uma característica arquitetônica do centro urbano”, que evidenciava a importância da cidade, não apenas por seu futuro promissor, mas também como “núcleo da colonização lusitana no sul do Brasil” (*Rio Grande*, 23 set. 1964).

Com o título “Preservação”, uma nova reportagem foi publicada alguns dias depois, informando sobre a ameaça que sofria o edifício da Alfândega. Havia a intenção de demoli-lo e construir um novo exemplar, com linhas da arquitetura moderna, ocupando um terço do terreno atual, ficando o restante destinado a uma praça com estacionamento para veículos. O texto ressaltava que Rio Grande tinha um passado relevante, não era uma “*nouveau-riche*”, e os exemplares desse passado deveriam permanecer, convivendo com outros novos, criando um contraste atraente (*Rio Grande*, 26 set. 1964). O jornal informou ainda que:

---

[101] Estabelecimentos que não trabalham exclusivamente com prostituição, não envolvem menores de idade ou nos quais não há lucros da atividade sexual de outros através de ameaça ou qualquer outra forma de violação à liberdade das pessoas, não configura crime. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/jurisprudencia/externo/informativo/?aplicacao=informativo&acao=pesquisar&livre=@cnot=016750. Acesso em: 15 mai. 2024.

[102] As duas reportagens foram assinadas pela direção do jornal, composta por Daoiz de la Rocha, Gilberto M. C. Cardoso e Hugo D. Silveira. O diretor-gerente do periódico era Alberto Alves.

> Enquanto cidades europeias atingidas pela guerra fizeram erguer os seus edifícios no mesmo estilo de séculos atrás, para que não ficasse perdido o seu aspecto tradicional, tido como atração turística; enquanto em nosso país o casario da Bahia e das seculares cidades mineiras se destaca nos carnês de viagem [...]; enquanto bem perto de nós, em Pelotas, o Clube Comercial, conclui vultosa obra de restauração da sua sede [...], há, fora daqui ou aqui mesmo, quem pense em votar o edifício da Alfândega ao desaparecimento. Mas, a austeridade do governo atual e a campanha dos rio-grandinos de bom senso, são elementos inestimáveis com que contamos para a sua preservação (*Rio Grande*, 26 set. 1964).

No ano de 1965, essas duas reportagens foram inseridas em uma ação pela preservação da edificação. Em julho, foi enviada pela Câmara de Comércio uma solicitação de tombamento federal do edifício da Alfândega ao responsável pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), Rodrigo Mello Franco de Andrade. No documento[103], a presidência da Câmara informou a existência do prédio, salientando que:

> Inegavelmente, o referido edifício constitui um monumento arquitetônico de notável valor histórico, não só pela harmonia do conjunto das suas fachadas, mas, também pelas suas dependências internas [...]. Considerando que esse edifício público revela uma época de afanosas atividades para o engrandecimento da pátria, quer parecer, s.m.j., que deveria ser o mesmo tombado, pois, realmente é considerado como obra arquitetônica de grande valor histórico, merecendo uma permanente conservação (Câmara de Comércio da Cidade do Rio Grande, 1965).

É importante destacar que, no período entre 1937 e 1967, não eram usuais os pedidos de tombamento vindos de particulares ou de instituições que não o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e, posterior, DPHAN. Nessa chamada *fase heroica* do órgão, as solicitações referentes à "seleção e [à] valorização dos bens tombados" eram realizadas quase exclusivamente pelo quadro de funcionários da instituição ou por colaboradores (Fonseca, 2009, p. 113).

Em agosto de 1966, após receber o documento que continha o histórico do edifício e as reportagens mencionadas, o arquiteto Paulo Thedim Barreto, Chefe da Seção de Arte da DPHAN, enviou um primeiro parecer ao Diretor Franco de Andrade. Barreto manifestou-se, em nome de sua equipe, a favor do tombamento, solicitando

[103] A solicitação foi assinada por Walter Albrecht (Presidente) e Luiz de Mello Sampayo (Secretário). Assim como os documentos seguintes, foi anexada ao "Processo nº 765-T-65 (1965-67). 'Edifício onde funciona a Alfândega de Rio Grande'. Ministério da Educação e Cultura, DPHAN, DET. Seção de História".

sua inscrição no Livro do Tombo Histórico[104], pois “esse edifício neoclássico é de grande interesse para a região” (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1966a).

Ainda em 1966, ocorreu uma reunião entre a arquiteta da DPHAN, Belmira Finageiv, e o Diretor da Divisão de Obras do Ministério da Fazenda, Francisco Behrensdorf Junior, acerca do projeto de intervenção para o edifício da Alfândega do Rio Grande. Behrensdorf informou que a intenção, antes de se saber do processo de tombamento com parecer inicial favorável, era proceder com a demolição do prédio para construir um novo exemplar com vários pavimentos, cujo projeto já estava pronto (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1966b). Antes disso, ocorreriam os reparos emergenciais na área do edifício ocupada pela divisão da Saúde dos Portos do Rio Grande, ligada ao Ministério da Saúde.

Essas informações foram inseridas no relatório de Finageiv e confirmaram os dados expostos pelo jornal rio-grandino. A ameaça de demolição do edifício, naquele momento com quase um século de história, era uma realidade. Essa ameaça estava sendo interrompida pelos trâmites da solicitação de tombamento iniciados pela Câmara de Comércio, instituição localizada ao lado do edifício da Alfândega.

O documento de autoria da arquiteta também trouxe informações sobre os usos existentes no edifício. O bloco voltado para a Rua Marechal Floriano Peixoto era ocupado pelas atividades alfandegárias. No bloco em frente à Rua Ewbank estavam unidades da Prefeitura Municipal e do Ministério da Agricultura. O volume voltado para a Rua Riachuelo, assim como aquele que dividia os pátios internos, estava sem uso devido às más condições de conservação dos pisos e da cobertura. No bloco voltado para a Rua Andradas estavam a divisão do Ministério da Saúde, uma associação de funcionários e um grupo de escoteiros (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1966b).

Após receber o relatório de Finageiv, Renato Soeiro o enviou para Barreto, informando a necessidade de um novo parecer inicial sobre o tombamento, pois a preservação da edificação ia de encontro ao projeto de um novo edifício. Em documento anexado ao ofício de Finageiv, Barreto informou que o assunto havia sido novamente estudado, decidindo-se por manter os termos do último parecer, pelas

[104] São quatro os Livros do Tombo do IPHAN: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; e Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Informações conforme: http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/608. Acesso em: 15 jun. 2024.

poucas edificações de mesmo vulto existentes no sul do país (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1966b).

Após esse parecer, era necessária, ainda, a avaliação da solicitação pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em junho de 1967, o conselheiro Miran de Barros Latif foi nomeado relator do processo. Em agosto, emitiu parecer (anexado à ata da reunião do conselho que aconteceria no mesmo mês) também favorável sobre o tombamento do edifício. Segundo ele:

> O prédio, embora isolado, ocupa todo um quarteirão e, na sua grandiosidade, adquire o caráter de conjunto com a atmosfera indispensável à boa preservação de monumentos antigos. Embora não enobrecido por enquadramentos em cantaria lavrada a sua composição arquitetônica é imponente e harmoniosa no agenciamento de motivos que a livram da pecha de Acadêmica para situá-la como clássica ou bem no conceito emitido pelo Chefe da Seção de Arte, como neoclássica. É próprio Nacional. O pedido de tombamento, partindo de entidade como a Câmara do Comércio da cidade do Rio grande, dá esperança de que já se tenha encarado ou se venha facilmente a encarar destino conveniente para o vasto prédio em questão. (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1967).

O parecer de Latif mostrou os pontos positivos principais considerados naquele momento para elevar o edifício à categoria de bem patrimonializado. O primeiro deles dizia respeito às grandes dimensões do edifício, que compensavam o fato de ele não ser um conjunto. A sua escala monumental também havia auxiliado para que a Alfândega se tornasse um marco na paisagem da rua.

O segundo ponto tratava da sua imponência, apesar de ser singelo em relação a materiais de construção. Nesse ponto, é importante explicar a utilização pelo relator do termo “pecha acadêmica”. O ecletismo ainda era visto como fruto de concepções ultrapassadas, criadas dentro da academia, que propunham o projeto arquitetônico e seus ornamentos de acordo com um uso específico, sempre baseados em estilos do passado. Os integrantes da DPHAN, ao contrário, apoiavam uma “reelaboração da cultura brasileira”, recusando a “mistura de estilos pretéritos” (Fonseca, 2009, p. 117).

O próximo ponto referia-se a incentivar o tombamento de um bem público e a consequente responsabilidade com relação a sua preservação pelo poder público, o que se mostrava uma atitude sensata. O último ponto mencionava o fato de uma entidade da própria cidade ter solicitado o tombamento do edifício e ter se mostrado preocupada com uma ameaça de demolição, o que permitia inferir que ele seria preservado e colocado em uso ao longo dos próximos anos.

Em agosto de 1967, reuniu-se o Conselho Consultivo da DPHAN, que tinha agora Renato Soeiro como presidente. Na ata da reunião, foi informado que Soeiro havia proposto um “voto de louvor e reconhecimento ao Dr. Rodrigo Mello Franco de Andrade, recentemente aposentado” após “31 anos presidindo a DPHAN e seu Conselho Consultivo com eficiência, dedicação e competência” (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1967).

Após algumas pautas, o Relator Miran Latif apresentou o “Processo nº 765-T-65: Edifício onde funciona a Alfândega da cidade do Rio Grande, RS” e o seu parecer. Como resolução, “por unanimidade, o Conselho deliberou proceder ao tombamento, de acordo com as conclusões do voto do Relator” (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1967). Após a deliberação, o bem foi inscrito sob o nº 404 do Livro do Tombo Histórico nº 2, em 4 de setembro de 1967.

Assim, pelas ações iniciadas pelo jornal *Rio Grande* e pela Câmara de Comércio, foi protegido e tornado bem patrimonial esse edifício, que é um marco na paisagem da Rua Riachuelo, contemplado por terra e por água. Por tudo o que o edifício ainda significava nos anos 1960, pelas memórias daquela população, nas quais ele estava incluído, a notícia da ameaça de sua substituição gerou uma relevante “campanha” pela sua preservação.

2.3.2 A ausência de segurança, um último relato de infância e novas demolições

Nos anos 1960, o outro lado da Rua Riachuelo, ou seja, o Porto Velho, também recebia críticas sobre o seu estado de conservação. Algumas irregularidades foram apontadas pelo Centro de Indústrias da cidade, em uma reclamação formal ao diretor do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC). Era necessária a reparação do calçamento entre os trilhos, pois os buracos não permitiam que os caminhões chegassem perto das embarcações e o gelo descarregado com o pescado formava poças perigosas aos trabalhadores. Outra questão a ser resolvida dizia respeito a um guindaste que não podia ser movimentado há um ano, por apresentar problemas em seu motor, impedindo a atracação de alguns barcos pesqueiros (*Rio Grande*, 12 set. 1967).

No lado dos sobrados e casas térreas, a pouca segurança ainda era uma constante. O jornal *Rio Grande* informava que depois que a Estação Rodoviária havia sido retirada da rua, o policiamento diminuíra drasticamente, quase desaparecendo.

Da mesma forma, aumentava a quantidade de “antros de maior espécie”, confirmando a “posição negativa da rua” em relação ao centro da cidade (*Rio Grande*, 16 set. 1967, p. 2).

A redação do jornal ainda se defendia, informando que a reclamação não tinha interesse particular, visto que a sede do jornal em breve não estaria mais localizada naquela rua. Por último, aconselhava-se que a polícia tomasse providências com relação à rua, que durante o dia tinha “vida comercial”, mas à noite se transformava, tornando-se perigosa (*Rio Grande*, 16 set. 1967, p. 2).

Em meio a este período de esquecimento e abandono, surgem as memórias de infância de mais uma entrevistada, Suraia Saad Mohsen[105], que residiu na Rua Riachuelo, no sobrado n° 109/111, no Q7, entre as ruas Fernando Duprat da Silva e Coronel Sampaio. Suraia foi contatada através do grupo do *Facebook* “Fatos e Coisas de Antanho do Rio Grande”, após uma postagem realizada com uma fotografia dos imóveis do Q7, visando descobrir possíveis moradores ou ex-moradores desse trecho da Rua Riachuelo, sobre o qual havia, naquele momento, poucos dados.

O sobrado contava com dois pavimentos em uma fachada estreita. Um exemplar eclético que estava sendo construído entre 1905 e 1906, conforme registrado em fotografias na ocasião da visita da Canhoneira Pátria. Segundo a entrevistada, o térreo era alugado por sua família, para moradia e para o armazém de secos e molhados a varejo que gerenciavam. O comércio tinha o nome do seu pai, Félix Saad. Nos anos 1940, já funcionava no mesmo endereço, tendo o pai de Suraia contado sobre a enchente de 1941. A entrevistada residiu no imóvel desde o seu nascimento, em 1956, até 1971, e a família continuou administrando o armazém até aproximadamente 1975. Sobre o sobrado, seus usos e a presença de vizinhos, destacou que:

> Por uma escadaria na lateral subia-se para o primeiro pavimento. De um lado era alugado para a residência de uma família, do outro lado eram alugados quartos, como em uma pensão. No pátio, eu e as minhas irmãs conversávamos e cantávamos com as crianças que moravam no primeiro pavimento. Lembro também de brincar de “Chicotinho queimado” na rua, nas calçadas em frente aos armazéns, perto das grades [do Porto Velho] (Suraia Saad Mohsen, 2021).

[105] Entrevista concedida em 21 de maio 2021.

Aproximadamente uma década depois das lembranças de infância dos três primeiros entrevistados, Suraia também trouxe um relato no qual percebe-se que diferentes usos e mais de uma família residiam em muitos dos sobrados. As semelhanças também estavam na percepção do movimento portuário e da presença da prostituição na rua, pois, segundo ela:

> Quando chegavam no porto os navios da Marinha, eu ouvia o apito e ia olhar. Muitos marinheiros desembarcavam e alguns iam beber no armazém do meu pai para se aquecer. A minha mãe costurava e recebia encomendas, algumas eram das prostitutas que moravam e trabalhavam nas proximidades. Não havia conflitos, todos se tratavam bem. [...] Lembro de um episódio, quando eu era pequena, em que um marinheiro foi assassinado em um navio. Lembro da Polícia à noite, das luzes em meio a um temporal. O caso repercutiu por muito tempo (Suraia Saad Mohsen, 2021).

No sobrado ao lado de sua residência, no térreo, estava localizada a casa comercial Anselmi, que vendia produtos a atacado e fora anunciada algumas décadas antes com localização em um exemplar térreo do mesmo quarteirão. Suraia recorda de caminhar até o último armazém do Porto Velho, mais próximo da Rua Barroso (A5), onde situava-se o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS)[106], que funcionava como um supermercado. Também lembra que na esquina com a Rua Fernando Duprat da Silva, no Q6, havia uma transportadora; e na esquina com a Rua Coronel Sampaio, no Q8, existia um restaurante. A oeste da rua estavam localizados alguns escritórios.

Em 1967, um jornal local apresentava anúncios de uma transportadora de mercadorias situada no nº 179, no Q6, denominada Rápido FJ Encomendas; assim como um armazém com escritório no nº 287, no Q4 (*Rio Grande*, 1º ago. 1967). Na mesma edição do periódico, havia a propaganda do Armazém COBAL, explicando se tratar do antigo SAPS, sem apresentar endereço (*Rio Grande*, 1º ago. 1967).

Com a entrada da década de 1970, Rio Grande passou a contar com a expansão da indústria pesqueira, com novas indústrias (fertilizantes e óleos vegetais), com um Distrito Industrial e um novo espaço portuário, denominado Super Porto (Martins, 2016). Esses últimos empreendimentos foram instalados a leste, do outro lado do Saco da Mangueira, fora da península onde se encontra o centro da cidade.

Nesses primeiros anos da década de 1970, duas fotografias registraram um estado de conservação precário de alguns sobrados da Rua Riachuelo. A primeira

[106] Autarquia do Ministério do Trabalho, criada na década de 1940. Disponível em: http://bndigital.bn.gov.br/artigos/acervo-bn-seguranca-alimentar-no-brasil/. Acesso em: 15 jun. 2024.

mostrou o Q4, em uma vista aérea, com a torre da Alfândega à esquerda, em primeiro plano (Figura 68). Próximo ao centro da imagem, em meio a uma profusão de coberturas com telhados luso-brasileiros, observa-se o exemplar de três pavimentos com parte da sua cobertura destruída, sendo visíveis os madeiramentos de apoio.

Figura 68 – Cartão-postal mostrando a torre da Alfândega e o primeiro quarteirão à leste (Q4), na Rua Riachuelo, primeira metade anos 1970[107]



Fonte: Acervo Papareia/Fatos e Coisas do Rio Grande de Antanho.

A imagem também mostrou a torre do sobrado, que contava com dois pavimentos acima dele. Esses foram os últimos anos dessa torre e do próprio sobrado, que haviam sido um marco na paisagem da Rua Riachuelo, destacando-se em diversas gravuras, fotografias e cartões-postais durante décadas, desde a segunda metade do século XIX.

A segunda imagem mostrou o Q6, nas proximidades com a Rua Fernando Duprat da Silva (Figura 69). É possível observar ao centro o sobrado de três pavimentos com açoteia, já documentado na montagem fotográfica da segunda metade do século XIX. Nesse ano de 1971, apresentava os vãos de abertura e os balcões corridos com gradis ainda preservados, apesar do estado de conservação

[107] Conforme consulta ao colecionador de cartões-postais João Reguffe.

precário, com tijolos a mostra e alguns vidros das aberturas quebrados. O exemplar havia abrigado a Pensão Lampe nos anos 1930.

Figura 69 - Rua Riachuelo, entre a Rua Fernando Duprat da Silva e a Travessa do Afonso, 1971



Fonte: Museu da Cidade do Rio Grande – Coleção Histórica.

À esquerda da imagem, estava o sobrado que havia abrigado o armazém Souza, Santos & Cia. e a companhia de seguros Alliança da Bahia na década de 1940. Pelo que é possível observar na imagem, estava preservado e em bom estado de conservação. No canto direito da imagem, estava o outro sobrado de dois pavimentos, podendo ser uma nova edificação construída entre os anos 1920 e 1930 (pela platibanda e balcão em concreto com balaústres), ou a mesma do início do século XX após alterações. A janela visível na imagem mostra alguns vidros quebrados, o que sugere um estado precário de conservação.

Em 1975, o sobrado de três pavimentos já havia sido substituído por um exemplar de dois pavimentos[108], construído de modo a parecer uma ampliação do sobrado da esquina. Sua platibanda seguiu um modelo semelhante ao do sobrado mais antigo, mas o restante da fachada foi construído alguns centímetros para trás. A reprodução de elementos, como ornamentação da platibanda, molduras nas janelas, coluna com capitel, e elementos apoiando a marquise, pode ser interpretada como uma forma de respeito à história e às memórias da rua, dentro das limitações de uma cidade que carregava desgastes de uma crise econômica e onde discussões acerca da preservação do patrimônio eram poucas.

Uma hipótese para esses estados de conservação precários dos sobrados no início dos anos 1970 é que muitas das pensões da Rua Riachuelo destinadas à população de baixa renda tenham sofrido um esvaziamento no período de crise econômica, principalmente nos anos 1960. Essa população seria formada por trabalhadores das fábricas próximas[109] e por pessoas que haviam se beneficiado indiretamente da fase industrial, trabalhando nos comércios e serviços do centro da cidade.

O crescimento econômico dos anos 1970, com novas oportunidades de trabalho, principalmente no Super Porto e no Distrito Industrial, atraiu novos trabalhadores para a cidade. No entanto, estes teriam se estabelecido próximos às novas indústrias e ao novo setor portuário, distantes da Rua Riachuelo. Isso teria gerado, inclusive, mais sobrados ociosos na rua, que viraram novos clubes noturnos ou prostíbulos.

2.3.3 Uma campanha contra os prostíbulos e dois restauros

Em 1973, os integrantes da firma Sampayo Nickhorn & Cia. Ltda. decidiram mudar o endereço de seu escritório, até então localizado na Rua Benjamin Constant, para o sobrado de dois pavimentos na Rua Riachuelo onde ficavam os depósitos da empresa. Dois motivos levaram a essa mudança. O primeiro dizia respeito às memórias de infância e juventude de Luiz Alfredo de Mello Sampayo, que agora era

[108] A marquise acima do portão conta com quatro elementos de sustentação (cachorros), sendo aquele mais à direita acrescido de um ornamento com a inscrição “1975”.
[109] Apesar de um núcleo de sub-habitações de operários do Frigorífico Swift ter se instalado nas áreas públicas reservadas para ampliação do Porto Novo, formando a Vila dos Cedros (Bairro Getúlio Vargas) (Salvatori; Habiaga; Thormann, 1989), a indústria estava próxima à Rua Riachuelo.

um integrante da empresa, e gostaria de ver o sobrado restaurado. O segundo motivo era a presença da empresa Wilson Sons S.A., situada na próxima esquina, uma das mais importantes e antigas da cidade ligadas à navegação.

Segundo Luiz Alfredo[110], a recuperação dos elementos existentes ocorreu externamente, preservando-se a fachada frontal, sem retroceder às descaracterizações que já haviam ocorrido com relação aos vãos de abertura do térreo. Se for considerada a definição de Muñoz Viñas (2004) para restauração, como sendo a atividade que consiste em devolver algo ao seu estado original, estado este que não necessita estar ancorado em uma única data, pode-se dizer que se tratou de um restauro. O estado original escolhido pelo entrevistado foi aquele do qual ele recordava desde a sua infância, nos anos 1950.

Internamente, o sobrado passou por adaptações que o tornaram apto a receber a atividade de escritório. Foram demolidas as paredes de estuque que estavam arruinadas e construídas as divisórias para o escritório. O entrevistado trouxe informações importantes sobre a antiga edificação:

> Eu olhei o prédio e pensei: como vamos restaurar? Eram 14 metros de frente e uma planta em “U”. No térreo ficava o depósito, com quase 4,5 metros de altura. [...] As paredes externas chegavam a medir 90 centímetros de espessura. Os tijolos foram originalmente colocados a tição, um pouco inclinados para dentro, para haver pressão. O alicerce era de pedra, cada pedra com cerca de 5 metros de comprimento e 60 centímetros de altura, na profundidade de 50 metros do prédio. [...] Deixamos o assoalho original e fizemos uma laje de pequena espessura sobre ele. Esse assoalho vai durar muito tempo. Quando eu comecei a mexer nos tijolos, observei uma identificação com a data em que eles haviam sido feitos. Contavam com cerca de 130 anos em 1973, ou seja, nos anos 1840 teria sido construída aquela casa, como várias outras no mesmo estilo (Luiz Alfredo de Mello Sampayo, 2020).

Em 1975, aproximadamente dois anos após o início do restauro, quando os escritórios da empresa recém haviam se mudado para o sobrado, o jornal *Rio Grande* trouxe uma matéria sobre o fato, com o título “Contrastes da Riachuelo”. No texto, era informado que um sobrado histórico da rua havia sido reformado, apresentando alterações e elementos novos, mas também componentes originais, como os gradis dos balcões, abrigando há poucos dias a firma Sampayo Nickhorn & Cia. Ltda. (*Rio Grande*, 13 mar. 1975, p. 1).

[110] Entrevista concedida em 4 de novembro de 2020.

A matéria questionou se tal intervenção teria valido a pena, pois a firma poderia enfrentar problemas, como os demais comércios e serviços da rua, pelo aumento das “casas de diversões e pensões do baixo mundo” na Rua Riachuelo. O jornal solicitava que providências fossem tomadas, lembrando que cerca de vinte anos atrás uma campanha parecida havia sido feita para retirar os prostíbulos da Rua Paysandú (atual Rua República do Líbano) também no centro da cidade, sendo bem-sucedida (*Rio Grande*, 13 mar. 1975, p. 1).

A questão da quantidade e da localização dos prostíbulos na cidade continuou a ser discutida na coluna *Tarefa Importante*, na mesma edição do jornal. Era informado que após uma campanha da comunidade, apoiada pela imprensa, a partir do extinto jornal *O Tempo*, os prostíbulos haviam se transferido da Rua Paysandu para outros pontos da cidade. Uma grande quantidade fora situada na Vila dos Cedros, muito próxima ao Porto Novo, e próxima ao Porto Velho, tendo alguns dos estabelecimentos passado a se localizar na Rua Riachuelo.

Posteriormente, algumas “boates” haviam sido retiradas da Rua Honório Bicalho, via que faz frente ao Porto Novo em toda a sua extensão, por “necessidades portuárias”, agravando a situação dos prostíbulos na área central da cidade. A coluna afirmava que o assunto poderia resultar em muitos artigos no jornal, mas que não seriam necessários, se houvesse preocupação e bom senso (*Rio Grande*, 13 mar. 1975, p. 1).

Sobre a Rua Riachuelo especificamente, a coluna informava que, antes dessa mudança, a via mostrava uma fileira de “casas comerciais atacadistas, alguns escritórios e muitas residências de gente decente”. No entanto, com o passar dos anos, havia sido abandonada pelas famílias, permanecendo alguns escritórios comerciais. Informava, ainda, que a Rua Riachuelo deveria voltar a ser um “ambiente familiar e comercial”, e que o meretrício deveria ficar concentrado próximo ao Porto Novo, ou seja, em um ambiente de grande movimentação portuária e que estava afastado do centro da cidade (*Rio Grande*, 13 mar. 1975, p. 2).

Através do relato apresentado pelo jornal, é nítido que a situação de abandono e esquecimento da rua estava vinculada à chegada de muitos prostíbulos nas últimas décadas, não fazendo referência à crise econômica enfrentada pela cidade no mesmo período. Outro ponto a ser destacado é que a campanha para retirar o meretrício da Rua Paysandu, na década de 1950, havia sido um fator importante para que os estabelecimentos tivessem buscado nova localização em frente ao Porto Velho.

Esse fato foi apontado pela entrevistada Maria Helena Estima Marasciulo[111] como um fator preponderante para a mudança, mais do que a proximidade com o Porto Velho em si. Segundo relato de sua filha, Maria Amélia Estima Marasciulo[112], nos anos 1960 já existiam casas de prostituição na Rua Riachuelo. Nos passeios de carro em família, aos domingos, os adultos chamavam a atenção das crianças para o cais e os armazéns, para que estas não olhassem para o outro lado, onde estavam as prostitutas.

O jornal também havia publicado, dois dias antes das duas matérias, uma nota na seção “Corujando”, falando sobre o problema que a rua enfrentava e a perda de muitos dos antigos sobrados. Sobre a nota, destaca-se a menção ao tombamento, enquanto instrumento de proteção:

> Bons tempos eram aqueles em que distintas famílias residiam em imponentes casarões da Rua Riachuelo, recebiam visitas, saíam de dia e de noite em ambiente do maior respeito. Depois, tudo mudou, e, agora, a velha rua, que bem merecia um tombamento por inteiro, está transformada em zona de “*bas-fond*”[113]. Os velhos casarões viraram pocilgas, e quando ameaçam ruir pela deterioração natural, são desocupados (quase na hora de cair) e demolidos, levando para o esquecimento a sua arquitetura tradicional. E, em seu lugar, pouco ou quase nada se pode construir, porque devido ao ambiente, não há família que pense em adquirir apartamentos por ali (*Rio Grande*, 11 mar. 1975, p. 2).

Ainda em 1975, a firma Sampayo Nickhorn & Cia. Ltda. teve sua denominação alterada para Samnave Comércio e Representações Lida. Foi criada uma empresa, a Agência Marítima Sampayo Nickhorn Ltda., sendo assim desmembrados os setores de representações comerciais e de navegação (Agência Marítima Sampayo Nickhorn Ltda., 1981). Entre 1976 e 1977, o entrevistado Luiz Alfredo de Mello Sampayo defendeu novamente a ideia de restaurar um sobrado histórico, dessa vez o antigo sobrado da família Asti, na esquina com a Travessa do Afonso, ao lado do sobrado que abrigava a primeira empresa.

Para esse sobrado eclético, com mais ornatos e com revestimentos internos nobres, o restauro demorou um tempo maior. O estado de conservação não era o ideal pois, segundo o entrevistado, entre a venda do sobrado feita pela família Asti e a compra feita pela empresa, aproximadamente entre meados dos anos 1960 e

---

111 *In memoriam*. Entrevista concedida em 26 de novembro de 2020.
112 Entrevista concedida em 26 de novembro de 2020.
113 Lugar onde vive um grupo social considerado inferior ou marginal. Disponível em: https://dicionário .priberam.org/bas-fond. Acesso em: 15 jun. 2024.

meados dos anos 1970, havia funcionado, no térreo, a agência de um *ship chandler* (fornecedor de navios) e, no primeiro pavimento, um prostíbulo.

Após o restauro, a Agência Marítima Sampayo Nickhorn Ltda. ocupou o primeiro pavimento do sobrado. Visando utilizar o térreo, foi criada outra empresa, a Sammoto Veículos e Motores Ltda., atuando no comércio de motocicletas e de motores marítimos, envolvendo uma concessão da Honda Motors do Brasil. Segundo o entrevistado, existe a possibilidade de que esse comércio possa ter influenciado o surgimento de outras atividades comerciais na Rua Riachuelo, nos anos 1970 e 1980.

Enquanto os antigos sobrados da esquina da Rua Riachuelo com a Travessa do Afonso mantinham-se ocupados por agências de navegação e os demais sobrados da rua em frente ao Porto Velho recebiam um incentivo da imprensa para a sua preservação, outros dois pontos próximos ganhavam uma atenção diferente. Um deles era a Rua Marechal Floriano Peixoto, a primeira paralela ao sul à Rua Riachuelo.

A seção “Corujando*”* do jornal *Rio Grande* informava, em julho de 1975, que havia iniciado a demolição das fachadas dos “velhos sobrados” nos quais esteve instalada a Cia. Telefônica, na Rua Marechal Floriano Peixoto. Havia o receio de que elas “pudessem desabar sob qualquer ventania”, sendo a sua demolição a melhor alternativa. Existia a dúvida se surgiria “apenas mais um muro no centro da cidade” ou um “edifício condizente com a época de progresso e desenvolvimento” que Rio Grande vivia (*Rio Grande*, 31 jul. 1975, p. 2).

Comparando os dois textos da seção “Corujando”, percebe-se que havia uma diferença entre o tratamento conferido aos antigos sobrados da Rua Riachuelo e aos da Rua Marechal Floriano Peixoto, pelo menos os que tinham recebido a Cia. Telefônica. No primeiro caso, havia uma referência ao tempo em que eram “imponentes casarões” e uma queixa pela não conservação e abandono de alguns exemplares, que acabaram demolidos. No segundo caso, talvez pela Rua Marechal Floriano Peixoto ser uma rua de comércio a varejo e negócios, com lojas, bancos, escritórios, as demolições eram consideradas bem-vindas, abrindo espaço para edifícios contemporâneos àquela época.

No final de 1975, o outro ponto discutido pelo jornal era o Mercado Público Municipal. Era informado que o seu movimento havia diminuído desde a abertura dos supermercados e o crescimento das feiras livres, ambos espalhados pela cidade, fazendo com que o centro deixasse de ser atrativo para os consumidores dos produtos que vendia. Sobre a construção propriamente dita, afirmava que ela havia passado

por reformas equivocadas, estando naquele momento completamente alterada em sua corrente arquitetônica, sem apresentar bases para uma restauração (*Rio Grande*, 11 dez. 1975, p. 2).

Na sequência do texto, perguntava-se ao leitor qual era o motivo de manter-se o Mercado, pouco frequentado, em uma área importante e central da cidade. Questionava-se a possibilidade da demolição do antigo edifício, para que o amplo terreno pudesse ser aproveitado para um novo “Centro Comercial majestoso”, e que a ideia deveria ser estudada (*Rio Grande*, 11 dez. 1975, p. 2).

O Mercado Público Municipal, além de ter sofrido com alterações em seu espaço construído, também perdera, em parte, a sua função inicial. Suas lojas abrigavam, naquele momento, algumas cafeterias, minimercados, bazares e alguns poucos açougues e fruteiras (*Rio Grande*, 11 dez. 1975, p. 2).

Próxima à extremidade leste da rua, mais especificamente no Q6, no sobrado de dois pavimentos em sua esquina com a Rua Fernando Duprat da Silva, estava localizada a empresa Moore McCormack Navegação S/A. A entrevistada Maria Amélia Estima Marasciulo[114] trabalhou na empresa como secretária entre 1978 e 1986, trazendo um relato sobre a agência de navegação:

> Eu trabalhei em uma filial da Wilson Sons que cresceu muito e se desmembrou, formando escritório próprio. Eu fui trabalhar nessa firma, a Moore McCormack Navegação S/A, chamávamos de Mormack. Era americana, fortíssima. Depois passou por alguns problemas e trocou a razão social para *US Lines*. Rio Grande chegou a ter 36 agencias de navegação (Maria Amélia Estima Marasciulo, 2020).

Segundo a entrevistada, a empresa instalou-se no primeiro pavimento do sobrado nº 151, com entrada pela Rua Fernando Duprat da Silva. O térreo era ocupado pelo escritório da empresa de transportes rodoviários Expresso Atlântico Rio Grande - São Paulo e, na ampliação do sobrado, estava a garagem, com amplo portão de entrada. Sobre a vizinhança e a rua em um aspecto geral, a entrevistada relatou algumas lembranças:

> A rua era muito movimentada, pois naquela época o chamado “Porto Velho” ainda era bem ativo, e as antigas residências começavam a dar lugar ao comércio marítimo, escritórios e alguns prostíbulos. [...] Na minha época ainda era uma zona bem misturada, na frente do meu escritório funcionava uma casa de encontros na parte de cima, e um bar/boate no térreo. Nos

[114] Entrevista concedida em 26 de novembro de 2020.

> cumprimentávamos respeitosamente pelas janelas, ao abrir o escritório (Maria Amélia Estima Marasciulo, 2020).

O estabelecimento ao qual a entrevistada se referiu era a casa noturna e prostíbulo Dancing Atlântico, no mesmo sobrado onde havia funcionado o Club Centro dos Caçadores entre o final da década de 1910 e o início da década de 1920. Ainda conforme o relato, a Rua Riachuelo contava com comércios de peças para barcos e instrumentos de pesca, transportadoras, garagens de empresas de ônibus, lojas de motos e oficinas.

Sobre as empresas transportadoras, cabe destacar que elas trabalhavam com ônibus ou caminhões, necessitando dos amplos espaços que existiam nos térreos anteriormente ocupados pelas casas comerciais. Entretanto, era necessário instalar amplos portões de acesso, que substituíam as antigas portas e alteravam demasiadamente as fachadas de alguns exemplares da rua.

Quando a entrevistada finalizou o seu período de trabalho na empresa, em abril de 1986, os dois sobrados da esquina da Rua Riachuelo com a Rua Fernando Duprat da Silva encontravam-se conservados. Os usos dessa esquina, com uma agência de navegação que funcionava durante o dia e um prostíbulo que entrava em atividade à noite, simbolizavam exatamente os contrastes da Rua Riachuelo nos anos 1970 e 1980, embora o panorama geral fosse de esquecimento e abandono.

3 A Rua Riachuelo em seu terceiro tempo: memória e patrimônio (1987-2023)

3.1 A recuperação das memórias e da identidade portuária

3.1.1 A chegada de dois museus e a criação de três legislações

Com a chegada dos anos 1980, a Rua Riachuelo testemunhou a restauração de um marco que estampava a sua paisagem há pouco mais de cem anos. Após ter recebido o tombamento federal em 1967, o edifício da antiga Alfândega, que já havia recebido ações de conservação ao longo dos anos, passava pela sua primeira restauração completa (Museu da Cidade do Rio Grande, 1986).

Como o tombamento é um instrumento de proteção através do qual o Estado reconhece que o bem possui valores culturais ligados à memória e à identidade, existe a necessidade de evitar a sua degradação. Após ser tombado, o bem é declarado como sendo integrante do patrimônio cultural brasileiro, fazendo com que o Estado e o proprietário, quando imóvel particular, sejam responsáveis pela sua preservação e a sua conservação ao longo do tempo (Soares, 2009).

O projeto e a execução do restauro do edifício da antiga Alfândega ficaram a cargo da equipe do arquiteto Edegar Bittencourt da Luz, com colaboração da arquiteta Maria Eliana Santos. A complexa obra[115] foi realizada entre 1983 e 1986, contando ainda com o trabalho do escultor Jamil Fraga para a recuperação de elementos em pedra calcária do pórtico principal (Costa, 2005). Em 1984, a restauração estava em curso quando foi criado o Museu da Cidade do Rio Grande, que seria mantido pela Fundação Cidade do Rio Grande (FCRG)[116] e contaria a história da cidade (Anjos, 2012).

O museu foi criado a partir de uma “atividade integradora” com participação da FCRG, da Prefeitura Municipal do Rio Grande, da Mitra Diocesana, das Empresas Petróleo Ipiranga e da Superintendência da Receita Federal (Anjos, 2012, p. 18). Esta

[115] Segundo Edegar Bittencourt da Luz, esse foi um trabalho que lhe rendeu ”experiência e prática”, pois várias técnicas precisaram ser desenvolvidas, como o aperfeiçoamento do levantamento métrico arquitetônico e dos projetos complementares para a recomposição de elementos faltantes na edificação (Costa, 2005, p. 94).

[116] A FCRG foi formada em 1953, visando impulsionar o desenvolvimento da cidade, tendo como instituidores a Prefeitura Municipal do Rio Grande, a Ipiranga S/A Cia. Brasileira de Petróleos, a Cia. União Fabril e a Câmara de Comércio da Cidade do Rio Grande, entre outros (Anjos, 2021, p. 19).

última, que ocupava parte do antigo edifício da Alfândega, sugeriu ceder uma área do mesmo para as instalações do museu (Anjos, 2012).

Como era necessário aguardar o término da obra de restauração e a autorização dos órgãos competentes para a devida instalação no edifício tombado, o museu foi instalado inicialmente em outro endereço. Assim, a inauguração que ocorreu em 19 de fevereiro de 1984, no aniversário da cidade do Rio Grande, deu-se em uma edificação situada na Rua General Portinho nº 161 (*Agora*, 6 set. 1987).

Quase três anos depois, houve a transferência do museu para a antiga Alfândega, em um espaço com entrada pela Rua Riachuelo, na esquina com a Rua Andradas. Em novembro de 1986, a diretoria do museu recebeu do Ministério da Fazenda a autorização para ocupar o espaço do antigo prédio, o que ocorreu no mesmo mês, sendo inclusive projetada a iluminação externa, visando criar um ambiente suntuoso (Anjos, 2012, p. 79). Dessa forma, a Rua Riachuelo começava a apresentar mudanças positivas para se adequar ao novo uso que nela chegava.

No início de setembro de 1987, o jornal *Agora* informou que seriam inauguradas as novas instalações do Museu da Cidade do Rio Grande, agora localizado na antiga Alfândega, no dia 7 de setembro. A data fora escolhida por ser o cinquentenário das Empresas Petróleo Ipiranga, uma das instituidoras da FCRG, além de ser o ano em que Rio Grande completara 250 anos de fundação (*Agora*, 6 set. 1987).

O museu contava com 1600 peças cadastradas e expostas com assessoria da museóloga Alair Barros, da Coordenadoria de Acervos Museológicos do Ministério da Cultura (*Agora*, 6 set. 1987). Alguns objetos foram doados pela Biblioteca Rio-Grandense e, segundo o Diretor do museu, Adyr Bonfiglio Olinto, a conquista da Coleção Histórica[117] ocorreu também pela participação da comunidade, que havia doado inúmeras peças para o acervo (*Agora*, 6 set. 1987).

Dezesseis anos antes da inauguração das novas instalações do museu, em 1971, havia sido instituída a Lei Municipal Nº 2.524, criando o Museu Municipal de Rio Grande, que ficaria subordinado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura. A finalidade da lei, que embasou a criação do museu, foi:

> Adquirir, estudar, catalogar, colecionar e expor, sistematicamente, documentos e demais objetos concernentes à História, Geografia e Folclore Nacional e, mais especificamente, espécimes das riquezas, curiosidades

[117] A Coleção Sacra do museu foi inaugurada em 29 de junho de 1986, localizada na Capela da Ordem Terceira de São Francisco (*Agora*, 6 set. 1987), em frente à Praça Xavier Ferreira.

> naturais e artísticas rio-grandenses em geral e rio-grandinas em particular (Rio Grande, 1971).

Dessa forma, a Coleção Histórica do museu passou a apresentar peças que mostravam principalmente características do dia a dia na cidade. Entre elas estavam mobiliários, indumentárias, fotografias, documentos, objetos de uso doméstico e de uso pessoal, entre outros, que "carregam na sua materialidade histórias, memórias e trajetórias biográficas"[118]. O museu poderia ser visitado durante a semana, de manhã e à tarde; e nos finais de semana, à tarde, e cada visitante receberia uma fotografia do prédio da Alfândega, descrevendo uma parte da história das instalações finais do museu (*Agora*, 6 set. 1987).

O jornal *Agora* também apresentou uma coluna na qual parabenizou as Empresas Petróleo Ipiranga por terem realçado as comemorações na cidade pelo Dia da Independência do Brasil, com eventos como a apresentação da orquestra Sinfônica de Porto Alegre, uma missa na Catedral de São Pedro e, em especial, a inauguração das novas instalações do Museu da Cidade do Rio Grande. Da mesma forma, a coluna lembrou da campanha realizada pelo jornal *Rio Grande*, na década de 1960, contra a demolição do edifício da Alfândega que, agora, recebia a instituição (*Agora*, 10 set. 1987).

Com a instalação do Museu da Cidade do Rio Grande em uma área da Antiga Alfândega, no Q3, a Rua Riachuelo, próxima à Rua Andradas, passou a contar, pela primeira vez, com o uso museológico. Essa localização garantiu uma proximidade com o Porto Velho e com o estuário, permitindo que o habitante e o turista contemplassem a paisagem construída e a natural, pois na frente do museu havia apenas o gradil, sem os armazéns, ou seja, tratava-se de uma barreira parcial. A Rua Riachuelo recebeu uma valorização extremamente relevante, após anos sendo considerada uma rua abandonada, não apropriada para habitação tampouco para visitação.

Também em setembro de 1987, houve uma iniciativa que, posteriormente, daria origem a outro museu localizado na Rua Riachuelo. O Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC)[119] completaria 36 anos de atividades no dia 1º de

---

[118] *Site* do Museu da Cidade do Rio Grande. Disponível em: https://museucrg.com.br/colecao-historica/. Acesso em: 15 jun. 2024.

[119] Em 1951, "face à importância que passou a adquirir o complexo hidro portuário rio-grandense, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul criou, através da Lei nº 1561, o Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais - DEPRC, autarquia que englobou os serviços, entre eles o Porto do Rio Grande, e outros executados pelo Estado na área hidroviária". Disponível em: https://www.portosrs.com.br/site/comunidade_portuaria/rio_grande/historico. Acesso em: 15 jun. 2024.

outubro de 1987. Como uma das principais metas da administração do Porto do Rio Grande era, naquele momento, uma integração entre o porto e a comunidade local, foram organizadas algumas atividades para a comemoração da data (*Agora*, 12 set. 1987).

Entre eventos esportivos e um concurso de vitrines decoradas com motivos portuários, estava uma exposição do acervo histórico do porto do Rio Grande, que ocorreu entre os dias 25 de setembro e 1º de outubro de 1987, no Armazém 1 do Porto Velho. No dia 1º de outubro, ocorreria a inauguração oficial da exposição, com a presença do Secretário dos Transportes Adão Faraco (*Agora*, 12 set. 1987).

Estava incluída no acervo a primeira locomotiva do DEPRC, do final do século XIX, e agora restaurada, que fizera parte de seu setor de ferrovias; e uma máquina de afiar brocas, utilizada na conservação dos Molhes da Barra, chamada “Estampadeira” (*Agora*, 25 set. 1987). Além destas, seriam trazidas para Rio Grande outras máquinas importantes para a história do porto local, como o primeiro guindaste e uma empilhadeira. Também estavam reunidos para a exposição equipamentos de navegação, escrivaninhas utilizadas pelos funcionários franceses que trabalharam na construção do porto, fotografias, máquinas de escrever e calcular, balanças e documentos (*Agora*, 25 set. 1987).

A intenção do administrador do Porto do Rio Grande, João Neval Nery, era de que em breve o acervo histórico reunido para a exposição constituísse o Museu do DEPRC ou Museu Portuário, com sede em um local do porto, como o próprio Armazém 1. Havia apoio da Secretaria dos Transportes e da comunidade rio-grandina, que começava a doar peças que posteriormente fariam parte do acervo do museu (*Agora*, 25 set. 1987).

O Acervo Histórico do Porto do Rio Grande foi criado entre outubro de 1987 e maio de 1989, antes do término da administração de João Neval Nery[120]. O museu foi instalado no Armazém A1 do Porto Velho, em frente ao Q4, próximo à Rua Ewbank e à instituição surgida anteriormente, o Museu da Cidade do Rio Grande.

Segundo a Secretaria de Turismo do Rio Grande do Sul, a coleção do museu possibilita a análise da evolução dos equipamentos de navegação e de transporte, e demais objetos relativos ao Porto do Rio Grande. Passaram a fazer parte do acervo da instituição fotos, mapas, jornais, cartas náuticas, livros-registro do porto, memoriais

[120] Segundo informações da Coordenação de Gestão de Patrimônio e Serviços da Portos RS, em janeiro de 2024.

descritivos de obras e equipamentos de navegação. Além destes, foi adicionado o vagão-leito utilizado pelos técnicos e engenheiros da Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul, durante a fiscalização da construção dos Molhes da Barra e do Porto Novo[121].

Dessa forma, a segunda metade dos anos 1980 trouxe dois museus para a Rua Riachuelo, dois lugares de memória. O primeiro contando a história da cidade em um aspecto amplo, e o segundo narrando a história da atividade portuária, que sempre esteve interligada à história da rua. Naquele momento, um armazém edificado na década de 1920 para auxílio à navegação de cabotagem tornava-se a sede do Acervo Histórico do Porto do Rio Grande.

Com relação a esses dois museus, pode-se afirmar que houve vontade de memória por parte dos funcionários e membros das instituições que os criaram (FCRG e DEPRC). Também houve uma vontade de memória pela população que, nos dois casos, doou peças para os acervos. Segundo Nora, a memória e a história devem constituir os lugares de memória, devendo existir, inicialmente, essa vontade de memória (Nora, 1993).

Próxima aos dois novos museus da Rua Riachuelo, a sede da Câmara de Comércio, no Q2, também gerava dinamismo àquele lugar. As atividades relacionadas à instituição comercial traziam diversas pessoas àquele ponto da cidade pela manhã e pela tarde. À noite, em alguns dias específicos, ocorriam eventos no Clube do Comércio, situado no quinto andar do edifício. O clube era frequentado, de um modo geral, por pessoas de classes econômicas mais favorecidas (Pelissari, 2011).

Um exemplo desses eventos era o “Baile de Gala e Apresentação de Debutantes” que ocorria geralmente em setembro, junto às comemorações à Independência do Brasil (*Agora*, 2 set. 1987). A festividade, existente pelo menos desde meados dos anos 1950, também teve edições realizadas em 31 de dezembro, junto à festa de *Réveillon* do clube (PELISSARI, 2011).

No dia 25 de setembro de 1987, ocorreria outro evento, a entrega do Troféu Câmara do Comércio, em sua décima edição. O objetivo era homenagear pessoas que haviam se destacado durante o ano, por seu trabalho para o desenvolvimento da cidade do Rio Grande. A cerimônia de entrega dos troféus ocorreria próxima ao

[121] Disponível em: https://www.turismo.rs.gov.br/turismo/atrativo/visualizar/6429. Acesso em: 15 jun. 2024.

aniversário da Câmara de Comércio, em 26 de setembro, que naquele ano completava 143 anos (*Agora*, 2 set. 1987).

Além dos museus e das festividades, essa segunda metade dos anos 1980 foi marcada pela criação das duas primeiras legislações municipais que buscaram tratar do patrimônio cultural imóvel do município, seja de forma específica ou mais ampla, dentro do regime urbanístico. O primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município do Rio Grande, regido pela Lei Municipal Nº 4.116/1986, tratou, entre outras questões, das “edificações de interesse sociocultural”. Essas edificações foram definidas como aquelas que contam com “valor visual, formal, construtivo, ambiental, funcional, histórico, que marcaram o processo de evolução político-social, econômico e urbano da cidade” (Rio Grande, 1986, p.1).

No ano seguinte, foi aprovada a Lei Municipal Nº 4.164/1987, com a seguinte ementa: “classifica as edificações de interesse sociocultural e concede estímulos para a sua preservação”. A lei conceituou essas edificações da mesma forma que a legislação anterior, conforme seus valores. Seu texto informou que alguns benefícios seriam concedidos aos proprietários dessas edificações, como isenções do Imposto Predial e Territorial Urbano e da Taxa de Serviços Urbanos, bem como “orientação e acompanhamento técnico da Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento para a manutenção/recuperação do bem” (Rio Grande, 1987, p. 1).

A legislação de 1987 apresentou também penalidades a serem aplicadas quando o imóvel fosse descaracterizado, em todo ou em partes, como embargo da obra e cancelamento da isenção das taxas (Rio Grande, 1987, p. 2). Seria uma lei de grande relevância, indo ao encontro do que os jornais solicitavam na década anterior, não fosse um problema: não foi aprovado o anexo da lei, com a lista das edificações consideradas de interesse sociocultural. Isso fez com que o documento não trouxesse resultados práticos.

Três anos depois da primeira legislação que tinha por objetivo preservar o patrimônio cultural imóvel do Rio Grande, surgiu uma nova lei. Em 1990, foi criada a Lei Municipal Nº 4.556/1990, com ementa semelhante à anterior (Rio Grande, 1990). A lei estabeleceu que essas edificações seriam classificadas conforme critérios das leis anteriores, Lei Nº 4.116/1986 e Lei Nº 4.164/1987. Junto à nova lei foi incluído um anexo com o endereço dos imóveis selecionados, constituindo a primeira listagem de edificações de interesse sociocultural da cidade.

A listagem incluiu 68 construções espalhadas por diferentes distritos do município, além de alguns conjuntos de edificações, como a antiga Fábrica Rheingantz e a sua Vila Operária, entre outros. O Porto Velho e o Povo Novo[122] também foram incluídos, auxiliando assim a preservação de seus cais e armazéns. Na Rua Riachuelo ainda foram listados o antigo edifício da Alfândega, anteriormente tombado em nível federal, e o Mercado Público Municipal.

As edificações contidas na lista puderam usufruir, pela lei de 1990, da Transferência do Direito de Construir[123], um instrumento que permite que o proprietário construa uma nova área em outro local, sem descaracterizar o bem patrimonial existente com ampliações. Além disso, conforme a lei anterior, Lei Municipal Nº 4.164/1987, esses imóveis passaram a contar com isenção de impostos e taxas, pois foram considerados como edificações de interesse sociocultural.

A lista não incluiu outros bens relevantes da Rua Riachuelo, como a Câmara de Comércio e os sobrados e casas térreas do outro lado da rua, muitos deles ainda em bom estado de preservação naquele momento. Ainda assim, a legislação foi importante por preservar outras edificações da cidade e aprofundar o debate sobre a preservação do patrimônio cultural.

3.1.2 O retorno da Festa do Mar na Rua Riachuelo

No início da década de 1990, havia na cidade do Rio Grande um receio de que surgissem novas dificuldades para o seu desenvolvimento gerando, pelo menos, estagnação. A indústria pesqueira estivera em expansão até o final dos anos 1980, quando passou a apresentar uma queda, com fechamento de unidades, não sendo consolidado o crescimento que fora anunciado (Martins, 2016). Novos investimentos no setor portuário eram aguardados, podendo trazer desenvolvimento para a cidade (*Rio Grande Fatos em Revista*, 1992).

Nesse panorama, um pequeno grupo de entusiastas pela cidade, rio-grandinos ou não, residentes na cidade ou não, de diferentes idades e variadas áreas de

[122] Os armazéns e o cais do Porto Novo foram retirados da listagem pela Lei Municipal Nº 5.122/1997, cuja ementa “altera disposições da Lei nº 4.556/1990”.
[123] A Transferência do Direito de Construir foi posteriormente regulamentada pelo Estatuto das Cidades e consiste em autorizar o proprietário a exercer em outro local o direito de construir não utilizado em seu lote (Brasil, 2001).

trabalho, começou a se reunir. O objetivo era colocar em prática algo que era bastante comentado e cogitado há muitos anos na cidade: o retorno da Festa do Mar, após um hiato de vinte e sete anos.

Sobre a formação desse grupo e a vontade de organizar uma nova edição da festividade, o entrevistado Vidalberto Canto da Rosa[124], um dos integrantes, trouxe relatos sobre as motivações, o planejamento e a execução. Vidalberto foi contatado após as pesquisas iniciais sobre o evento informarem o seu nome como presidente de uma das edições.

Tendo retornado à Rio Grande após morar em outras cidades, pelo seu trabalho como bancário, o entrevistado, nascido em 1938, contou suas memórias da rua. Lembrou que o avô, que tinha um comércio na cidade, fazia compras nas casas comerciais que vendiam por atacado na Rua Riachuelo, no final da década de 1940, e das carroças com grandes rodas e eixo baixo, que só viu em Rio Grande.

Trouxe um relato sobre as edições da festa dos anos 1960 e as discussões sobre o seu retorno, que se intensificaram no primeiro semestre de 1991:

> As edições da Festa do Mar dos anos 1960, principalmente a primeira, foram eventos diferentes. Claro que com as suas limitações da época. Naquele tempo, só eram feitas quermesses, então aquilo foi muito importante, motivador! Então a comunidade rio-grandina sentia a ausência de alguma coisa que elevasse a sua autoestima. [...] O prefeito Paulo Vidal havia comentado em sua campanha sobre uma possível reativação da Festa do Mar. Separado disso, havia um grupo aparentemente heterogêneo, do qual eu fazia parte, que começou a se reunir. Nós éramos um grupo que pretendia fazer alguma coisa objetiva por Rio Grande. [...] Começamos a organizar reuniões para pensar na Festa do Mar (Vidalberto Canto da Rosa, 2023).

Segundo o entrevistado, entre os integrantes do grupo que colaboravam de diversas formas, estava o rio-grandino Eduardo José Barnes, que ocupava o cargo de Secretário de Turismo da cidade de Gramado, e aconselhou o grupo a buscar um assessoramento profissional para a organização da festa. Dessa forma, foi contratada a empresa Marta Rossi & Silvia Zorzanello Promoções e Eventos, que atuava em Gramado.

Conforme Vidalberto, entre o grupo rio-grandino, havia uma ideia inicial de organizar a festa e uma feira, vendendo embarcações e outros produtos náuticos. Por essa razão, o primeiro lugar pensado para o evento foi o Porto Novo. As profissionais Marta e Silvia viajaram para Rio Grande para conhecer o lugar escolhido, que

[124] Entrevista realizada em 30 de maio de 2023.

acharam interessante, mas afastado da cidade, o que seria um empecilho para que muitas pessoas prestigiassem a festa. Ao percorrerem a cidade, buscando uma segunda opção, passaram pela Rua Riachuelo, que causou uma impressão positiva:

> Passamos pela Rua Riachuelo e elas disseram: “Para, é aqui! Aqui vai ser o palco da Festa do Mar”. E nós dissemos: “Isso aqui é uma zona de prostituição ativa, com confusão à noite, brigas”. E a Marta falou: “Não, mas isso aqui vai mudar. Vocês vão ver que isso aqui vai mudar”. E nós acreditamos nelas, porque elas eram profissionais (Vidalberto Canto da Rosa, 2023).

Desse modo, a Rua Riachuelo e o Porto Velho, com seu cais e seus armazéns, foram escolhidos para receber o resgate da Festa do Mar. Aquele era um ambiente portuário, que poderia ser explorado por sua paisagem, pelos seus marcos e pela proximidade com as águas do estuário. Além disso, estava localizado no centro da cidade, acessível a uma grande parte da população.

Segundo Vidalberto, a 3ª Festa do Mar foi anunciada oficialmente no Festival de Gramado de 1991, no segundo semestre daquele ano. Entre outras, já estavam envolvidas na organização as seguintes entidades rio-grandinas[125]: Centro de Indústrias, Universidade Federal do Rio Grande, Câmara de Dirigentes Lojistas, Centro de Navegação e Associação de Pequenas e Médias Indústrias. Ao buscar o apoio da Prefeitura Municipal do Rio Grande, foi solicitado que houvesse um responsável pelo evento, sendo então criada a Sociedade Promotora Festa do Mar Ltda., tendo como Diretor-Presidente Vidalberto Canto da Rosa e Diretor Vice-Presidente Eduardo José Barnes.

Conforme o entrevistado, a participação da Prefeitura Municipal ocorreu através de melhorias feitas na Rua Riachuelo, que estava abandonada, com uma deterioração das edificações que vinha ocorrendo desde a década de 1950. As melhorias envolveram, por exemplo, iluminação, limpeza da via pública e das calçadas. Com relação ao cais e aos armazéns, o seu uso foi cedido pelo DEPRC.

[125] A 3ª Festa do Mar contou com patrocínio da Pescal S. A., Empresas Petróleo Ipiranga, Grupo Benfica e Banco Nacional; colaboração da Companhia Rio-Grandense de Turismo; apoio da Prefeitura Municipal do Rio Grande, Ministério da Marinha – Comando do 5º Distrito Naval, Governo do Estado do Rio Grande do Sul – DEPREC, Fundação Universidade do Rio Grande, Centro de Navegação – APEERG, Câmara de Comércio, Centro de Indústrias, Clube de Diretores Lojistas, Sociedade Amigos da Cidade do Rio Grande e Associação das Micro e Pequenas Empresas do Rio Grande; e transportadora oficial VARIG – Rio Sul.

Alguns armazéns não estavam bem conservados e não apresentavam instalações elétricas, limitações que foram corrigidas através dos recursos dos patrocínios.

O folheto de apresentação do evento caracterizou a cidade e, particularmente, o local da festa e o seu entorno próximo – a Rua Riachuelo e o Porto Velho – como detentores de atrativos históricos, ecológicos, de aventura, culturais, educacionais, esportivos e de lazer (Sociedade Promotora Festa do Mar, 1992). Como a maioria dos grandes eventos, o público-alvo da festa, que se realizaria entre os dias 10 e 19 de abril de 1992, não era unicamente os rio-grandinos, mas também os turistas. Devido a isso, a cidade precisava ser divulgada e bem apresentada.

No mesmo material de divulgação, a rua era anunciada como um atrativo cultural. Informava-se ainda que, para a festa, seriam recuperadas fachadas históricas de edificações nela existentes, deixando-as como eram na época de suas inaugurações. O objetivo seria “deixar o turista completamente ambientado na festa” (Sociedade Promotora Festa do Mar, 1992). Apesar de demonstrar que naquele momento havia uma compreensão da ligação entre a preservação do patrimônio cultural material e os atrativos turísticos, essa meta não chegou a receber um estudo aprofundado e não foi concretizada.

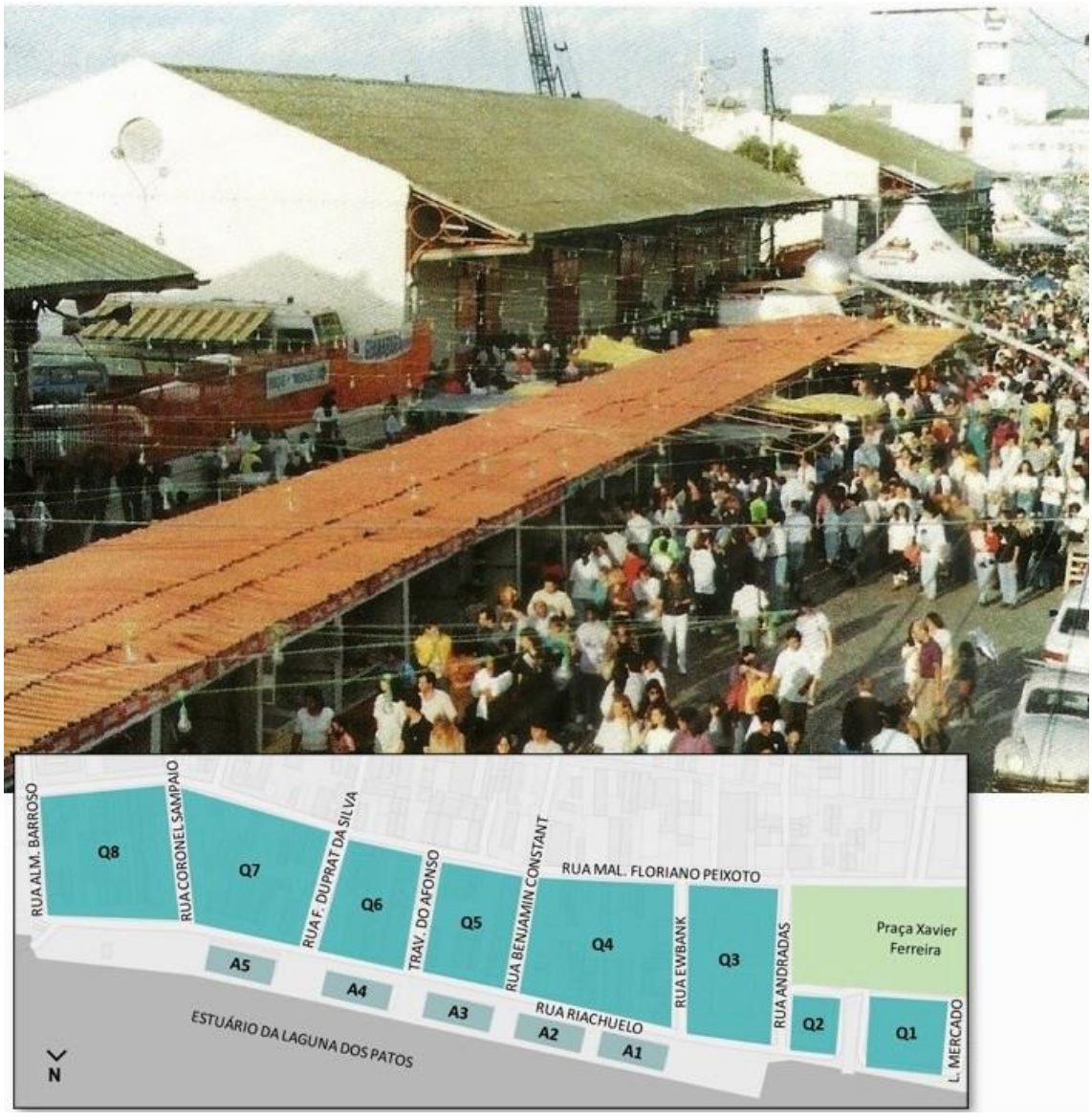
Segundo o entrevistado Vidalberto, os organizadores conversaram com os proprietários dos imóveis privados da Rua Riachuelo sobre o evento, que concordaram com a sua realização. Havia uma compreensão geral de que a rua receberia melhorias e a própria festa atrairia a atenção de muitas pessoas para aquele lugar. Alguns sobrados que estavam em bom estado de conservação foram utilizados para dar suporte ao evento, servindo como depósito. Um deles foi o sobrado nº 227, no Q5, que abrigava naquele momento a empresa Vinhos Castelo, e que décadas antes abrigara a primeira casa Abel Asti & Cia.

No folheto com a programação final do evento, o seu local era anunciado como “Cais do Porto Velho: na Rua Riachuelo, uma das mais tradicionais do Rio Grande. Nele desembarcou D. Pedro II em 1º de novembro de 1865” (Sociedade Promotora Festa do Mar, 1992b). Depois de 127 anos desse importante acontecimento, a rua voltava a reunir multidões de visitantes.

Fechada para o trânsito de veículos, o lugar recebeu uma feira de artesanato local, palcos para apresentações musicais e tendas para venda de bebidas (*Rio Grande Fatos em Revista*, 1992), como pode ser observado na imagem a seguir (Figura 70). No Cais do Porto Velho foram organizadas provas de pesca, regatas e

desfiles de barcos de pescadores. Nos armazéns 2 e 3, estavam localizados a área da gastronomia e os *stands* de empresas locais e regionais. No Armazém 4, ocorreram sessões de autógrafos de livros e cartilhas e, no Armazém 5, mostras artísticas e exposições fotográficas (*Rio Grande Fatos em Revista*, 1992).

Figura 70: Fotografia da Rua Riachuelo durante a 3ª Festa do Mar, em 1992, com o Armazém 4 ao centro (acima da imagem), em frente ao Q6



Fonte: *Rio Grande Fatos em Revista*, 1992, p. 17.

Na sede da Câmara de Comércio, no Q2, também ocorreram atividades vinculadas à festa, como palestras e seminários. No Clube do Comércio, no último pavimento do mesmo edifício, foram realizados o “Baile de Coroação da Rainha da Festa do Mar” e alguns desfiles de moda (Sociedade Promotora Festa do Mar,

1992b). Até a manhã do sábado 18 de abril, penúltimo dia do evento, cerca de 30 mil pessoas haviam visitado a festa. Segundo uma coluna do jornal *Agora*, a 3ª Festa do Mar teve um grande êxito, “premiando os esforços do grupo de empresários que soube atrair forças positivas da cidade” (*Agora*, 18/19 abr. 1992, p. 4).

Em outra coluna da mesma edição do jornal, a festividade era enaltecida. Afirmava-se que “é assim que se promove um município, com disposição e com tenacidade” e que o Porto Velho e a Rua Riachuelo “mostraram isso e deram a noção exata sobre o que a comunidade rio-grandina deseja” (*Agora*, 18/19 abr. 1992, p. 4). Esse resultado teria acontecido porque “houve a colaboração de diversas pessoas “querendo mostrar ao visitante o que Rio Grande pode oferecer” (*Agora*, 18/19 abr. 1992, p. 4).

Em fotografias que registraram o evento, foi possível observar a paisagem da rua nesse ano de 1992. A próxima imagem mostrou a rua à noite, nas proximidades com a Travessa do Afonso (Figura 71). Em primeiro plano estavam o cais e os armazéns A2 e A3, com amplo movimento de veículos estacionados e pessoas circulando. Logo após, surgia a rua iluminada e, por último, os antigos sobrados. Do lado esquerdo, estavam um sobrado descaracterizado, ou construção nova, antecedendo os dois sobrados preservados da Samnave Comércio e Representações Lida. e da Agência Marítima Sampayo Nickhorn Ltda. À direita, estava o sobrado da firma Wilson Sons, um espaço vazio e o sobrado da então Vinhos Castelo. O espaço vazio mostrou que dois sobrados haviam sido demolidos, um de três e outro de dois pavimentos.

Outra imagem (Figura 72) mostrou a rua em sua esquina com a Rua Fernando Duprat da Silva, onde estava localizado um palco para apresentações musicais. Em primeiro plano, estavam o cantor Dante Ramón Ledesma e uma multidão de pessoas. À direita, havia o sobrado de dois pavimentos, que abrigara o Club Centro Caçadores e a casa noturna Dancing Atlântico, em estado precário de conservação, com tijolos à mostra. À direita, o sobrado também de dois pavimentos, que fora a sede da empresa Moore McCormack Navegação S/A, naquele ano de 1992 era a sede da Brigada Militar, e estava em bom estado de conservação.

Segundo o entrevistado Vidalberto, a realização da 3ª Festa do Mar foi muito gratificante e alguns momentos foram considerados os mais emocionantes. Um deles foi a Procissão das Luzes, no último sábado à noite. Barcos iluminados transportando a imagem de Jesus Cristo saíram do Rio Grande Yacht Club, percorreram o estuário

e chegaram ao cais do Porto Velho, representando a ressureição de Cristo (*Agora*, 18/19 abr. 1992). Em seguida, ocorreu a apresentação da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre e depois um espetáculo pirotécnico. Havia um grande público e muitas pessoas choravam, emocionadas, assistindo àquele momento da festa.

Figura 71 – Fotografia da Rua Riachuelo durante a 3ª Festa do Mar, próxima à Travessa do Afonso (O6/O5)



Fonte: *Rio Grande Fatos em Revista*, mai./jun. 1992, p. 12.

Figura 72 – Fotografia da Rua Riachuelo durante a 3ª Festa do Mar, próxima à Rua Fernando D. da Silva (Q7/Q6)



Fonte: *Rio Grande Fatos em Revista*, mar./abr. 1993, p. 11.

Em entrevista a uma revista local, Vidalberto falou sobre o pensamento que já existia para a próxima edição. Afirmou naquele momento que: “a renovação das lideranças é imprescindível, com adoção de novas metas e sistemáticas, mas que de forma alguma seja permitido novamente o afastamento de nossa gente de sua natural vinculação a um promissor destino macro turístico” (*Rio Grande Fatos em Revista,* mar./abr. 1992, p. 9).

Um ano depois, em 1993, tinha início a 4ª Festa do Mar. Instalada no mesmo lugar, na Rua Riachuelo e no cais e armazéns do Porto Velho, com calendário de eventos semelhante à anterior, ocorreu entre 2 e 11 de abril, com o encerramento no domingo de Páscoa. Entre os principais patrocinadores e apoiadores, estavam empresários, a Prefeitura Municipal do Rio Grande, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul – DEPRC, o Ministério da Marinha - Comando do 5º Distrito Naval, e a Fundação Universidade do Rio Grande (*Rio Grande Fatos em Revista*, mar./abr. 1993).

Enquanto a terceira edição da festa foi marcada pela iniciativa de um grupo de entusiastas por Rio Grande, que aos poucos foi conquistando patrocínios e a

confiança em sua realização, a quarta edição contou com uma maior estrutura e organização. A edição de 1993 foi considerada “o maior evento que Rio Grande já realizou em toda a sua história”, com um importante apoio da Prefeitura Municipal, reativando um “bairrismo sadio que estava adormecido nos rio-grandinos” (*Rio Grande Fatos em Revista*, jul./ago. 1993, p. 20).

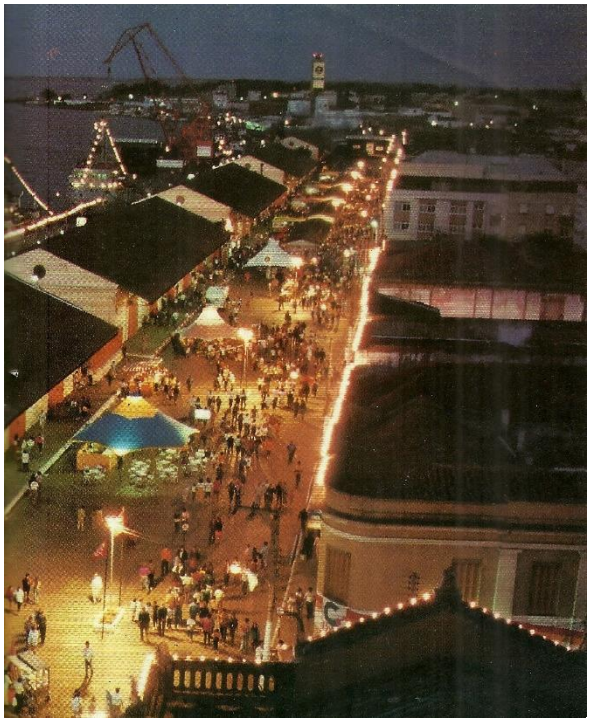
Segundo entrevista à *Rio Grande Fatos em Revista*, o Diretor – Presidente da quarta edição, Hermann Werner Hadrich, ligado ao ramo da indústria pesqueira, afirmou que houve menos obstáculos do que na edição anterior. Importantes contratos de patrocínio foram acertados e a população acreditou que o investimento traria benefícios, mesmo em tempos de recursos limitados (*Rio Grande Fatos em Revista*, mar./abr. 1993).

Segundo o entrevistado Vidalberto, uma inovação que a quarta edição da festa trouxe, que fez com que muitas pessoas se emocionassem, foi a apresentação da Orquestra Sinfônica de Porto Alegre, dessa vez em um palco flutuante, às margens do estuário. A apresentação ocorreu após a Procissão de Luzes, que novamente contou com barcos que chegaram ao Porto Velho trazendo a imagem de Jesus Cristo, simbolizando a sua ressureição (*Rio Grande Fatos em Revista*, jul./ago. 1993).

Novamente, a Rua Riachuelo era palco de um evento de grandes proporções, recebendo limpeza e iluminação adequadas, atraindo um importante público, como pode ser visto na próxima imagem (Figura 73). Cais, armazéns e a própria rua recebiam atividades e visitantes. No final da rua, após o último armazém, foi montado um palco para apresentações artísticas. O público mantinha-se entre o Armazém 5 e o Q7, conforme observado na imagem seguinte (Figura 74).

À esquerda dessa imagem, podem ser observadas as construções do Q7, incluindo o sobrado estreito de dois pavimentos nº 109/111, que foi a residência da entrevistada Suraia Saad Mohsen. No final deste quarteirão, Q7, em sua esquina com a Rua Fernando Duprat da Silva, não se observa mais o sobrado de dois pavimentos, registrado na Figura 72. O exemplar, que já estava registrado na montagem fotográfica da segunda metade do século XIX, foi demolido entre o final de abril de 1992 e o final de março de 1993, descaracterizando o conjunto de sobrados históricos de mais uma esquina da Rua Riachuelo.

Figura 73 - Fotografia da Rua Riachuelo entre Q4 e Q7, durante a 4ª Festa do Mar, em 1993



Fonte: *Rio Grande Fatos em Revista*, jul./ago. 1993, p. 2.

Figura 74 – Fotografia da Rua Riachuelo em frente ao Q7, durante a 4ª Festa do Mar, em1993



Fonte: *Rio Grande Fatos em Revista*, jul./ago. 1993, p. 19.

Nesse recorte temporal foi realizada a fotografia que compõe a próxima imagem (Figura 75), que revelou a degradação de um bem cultural, mostrando o estado de ruína do exemplar, já sem a cobertura e os gradis de ferro das portas-janelas do primeiro pavimento. É importante observar que, naquele momento, existia uma legislação municipal que tratava das edificações de interesse sociocultural, mas nenhum sobrado privado da rua havia sido incluído na listagem de bens a serem protegidos. Da mesma forma, o fato do seu estado precário de conservação ter sido visualizado por um grande público de visitantes em 1992 não auxiliou na sua preservação, pelo menos de forma concreta.

Após sua quarta edição, no ano de 1993, a Festa do Mar passou a ocorrer de dois em dois anos (Cesar, 2016). Nas outras edições dos anos 1990, continuou afirmando a identidade portuária da cidade e atraindo uma grande quantidade de turistas para a Rua Riachuelo e o Porto Velho, com feiras de produtos, área gastronômica, apresentações artísticas e outros.

Figura 75 - Sobrado da Rua Riachuelo XX, na esquina com a Rua Fernando Duprat da Silva em estado de ruína, no início dos anos 1990



Fonte: Acervo Papareia, originalmente pertencente ao Blog Papareia.

3.1.3 Novos cartões-postais e duas poligonais de proteção ao patrimônio

Nas edições seguintes da Festa do Mar, durante os anos 1990, foram criados alguns cartões-postais em comemoração ao evento, como os dois apresentados a seguir. É possível fazer uma adaptação dos apontamentos que Riegl utilizou para analisar os monumentos, considerando que esses postais comemorativos tinham e ainda têm o objetivo de “nunca deixar que um momento faça parte do passado” (2014, p. 63), permitindo que continue vivo e presente nas memórias daqueles que os enviam ou recebem.

Um dos cartões-postais registrou a Rua Riachuelo durante uma das edições da festa (Figura 76), com organização semelhante às anteriores, mostrando as embarcações, atracadas no cais; e a rua, dotada de tendas e instalações próprias para o evento, ambas iluminadas. Em outro cartão-postal foi registrada a paisagem da Rua Riachuelo a partir da água, sendo possível observar no Q7 (Figura 77), à esquerda da imagem, o terreno vazio da esquina com a Rua Fernando Duprat da Silva, observado anteriormente, e um muro na outra esquina, com a Rua Coronel Sampaio, mostrando que havia ocorrido outra demolição.

Figura 76 - Cartão-postal coleção Festa do Mar mostrando a Rua Riachuelo durante uma das festas dos anos 1990



Fonte: Biblioteca Rio-Grandense.

Figura 77 - Cartão-postal coleção Festa do Mar mostrando a Rua Riachuelo a partir do estuário, anos 1990



Fonte: Biblioteca Rio-Grandense.

Durante os anos 1990, enquanto ocorriam as edições da Festa do Mar mencionadas, a cidade do Rio Grande recebia um reconhecimento pelo seu valor histórico, assim como surgiam novas legislações para a proteção do seu patrimônio cultural edificado. Em 1992, a cidade recebeu o título “Cidade Histórica - Patrimônio do Rio Grande do Sul”, através do Decreto Estadual Nº 34.472/1992 (Rio Grande do Sul, 1992).

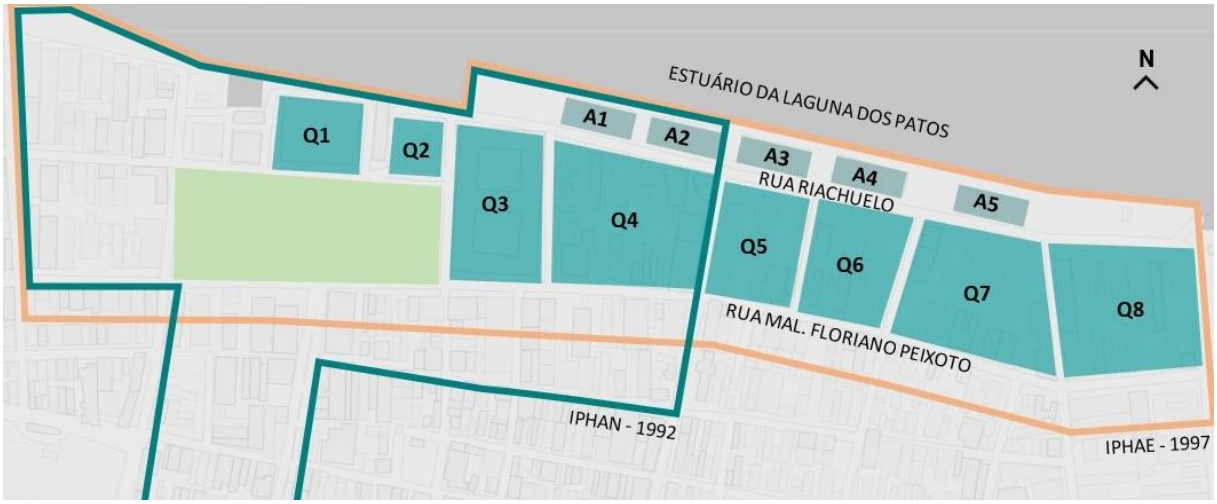
Foi também nesse período que começaram a ser definidos os limites da área de proteção dos bens imóveis patrimonializados da região central da cidade. Inicialmente, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) determinou uma área de entorno dos bens tombados em nível federal através da Portaria de 21 de outubro de 1992, com a ementa “Delimitação e disciplinamento do entorno dos bens culturais tombados, localizados na área central da cidade do Rio Grande/RS” (IPHAN, 1992).

Posteriormente, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (IPHAE) também determinou uma poligonal de preservação aos bens tombados em nível estadual, através da Informação Técnica Nº 4 de 1997, com a ementa “Referente à solicitação da Secretaria de Estado dos Transportes, quanto à definição do entorno dos bens tombados pela Secretaria de Estado da Cultura no Centro Histórico de Rio Grande, a fim de que esta regulamentação passe a integrar as bases do concurso de Revitalização do Porto Velho do Rio Grande” (IPHAE, 1997).

Os documentos delimitaram áreas de proteção diferentes (Figura 78). O IPHAN considerou o entorno dos bens tombados em nível federal: o prédio da antiga

Alfândega (Q3); a Catedral de São Pedro (Rua Gal. Bacelar em frente ao Largo Dr. Pio); e a Capela da Ordem Terceira de São Francisco (Rua Mal. Floriano Peixoto contígua à Catedral). O IPHAE, por sua vez, planejou a área de proteção pensando nos bens tombados em esfera estadual: a Prefeitura Municipal e o prédio do antigo Quartel General (ambos em frente à face oeste da Praça Xavier Ferreira); o Hotel Paris; e o Sobrado dos Azulejos (ambos na Rua Mal. Floriano Peixoto).

Figura 78 - Mapa da cidade do Rio Grande. Edição da autora. Entorno dos bens tombados conforme IPHAN (1992) (o polígono fecha-se ao sul da Av. Silva Paes). Entorno dos bens tombados conforme IPHAE (1997)



Fonte: Google Maps (2022).

O documento do IPHAN visou a criação de normas para que as novas construções, e as reformas e ampliações das antigas, não alterassem a “moldura de que se revestem os mencionados bens culturais”. Na área de entorno estipulada, intervenções deveriam visar “recuperar e preservar a ambiência dos monumentos”, mantendo os seus índices de construção e volumetria, sendo proibido o desdobramento ou remembramento (divisão ou reunião) dos lotes. As intervenções deveriam evitar descaracterizações de aberturas ou de elementos arquitetônicos das fachadas e coberturas (IPHAN, 1992, p. 1).

As edificações novas necessitariam ter, no máximo, oito metros de altura (da calçada até a última laje) e respeitar os alinhamentos das construções existentes, ou seja, a ausência de recuos frontais ou laterais. Além disso, a portaria do IPHAN proibiu novas construções na extensão do cais do Porto Velho inserida em sua poligonal (IPHAN, 1992), preservando a paisagem do entorno da antiga Alfândega (IPHAN, 1992).

Analisando-se o mapa, pode ser verificado que a Rua Riachuelo se encontrava, desde 1992, com restrições conforme regramento do IPHAN entre Q1 e Q4. Sobre esse trecho, o Mercado Público Municipal (Q1) não seria alterado, pois havia sido incluído na lista de edificações de interesse sociocultural da lei de 1990. A Câmara de Comércio (Q2), com seis pavimentos, já havia ultrapassado os oito metros de altura durante sua construção finalizada em 1941. A antiga Alfândega (Q3) também não receberia intervenções por estar tombada em nível federal desde 1967.

Dessa forma, o limite de oito metros de altura, ou dois pavimentos, e a obrigatoriedade de seguir o alinhamento do entorno para novas edificações foi importante para os lotes privados do Q4. Para as intervenções nos exemplares existentes, manter a volumetria e evitar descaracterizações de fachadas ou coberturas foram medidas extremamente relevantes, atuando como uma espécie de tombamento externo com obrigatoriedades e sugestões.

É possível que o novo limite de altura tenha contribuído para que alguns dos bens não fossem abandonados e deixados em um estado de arruinamento até serem demolidos, pois sabia-se que a sua demolição para a construção de novos edifícios não seria permitida. O problema, entretanto, foram as inúmeras descaracterizações, não evitadas na prática, que vieram a ocorrer nos anos seguintes.

Cinco anos depois, em 1997, a Informação Técnica do IPHAE apresentou uma fundamentação para a nova área de entorno dos bens tombados em nível estadual, área essa na qual estava incluída toda a Rua Riachuelo, mostrando também qual era o estado de conservação das edificações:

> A Secretaria de Estado da Cultura constatou que a cidade do Rio Grande requer que certas medidas sejam adotadas para implementação do turismo cultural, baseada no fato de que, além das atrações turísticas tradicionais ali existentes (praia, barcos, museus, parques) há um aspecto mais relevante: a memória registrada nos bens histórico-arquitetônicos, constituindo patrimônio ambiental urbano. Infelizmente esses bens imóveis encontram-se em franco processo de degradação causado pela ausência de incentivos e até de motivos para que os proprietários os mantenham e os conservem, e as características daquela arquitetura, daquele conjunto uniforme, homogêneo devem ser preservadas, sob pena de inviabilizar um mercado tão promissor: o turismo cultural (IPHAE, 1997, p. 4).

As informações do documento mostraram que, apesar dos anos 1990 terem sido o início de um tempo de resgate das memórias da rua e da identidade portuária, com a chegada dos museus e o retorno de uma festa, o mesmo não ocorreu com os seus bens imóveis privados. Esse olhar de proteção chegava um pouco tardiamente

e encontrava uma Rua Riachuelo bastante descaracterizada. No entanto, por toda a relevância daquele lugar e pelos seus bens remanescentes, considerava-se importante lançar novas diretrizes para a sua preservação.

Assim como nos materiais de divulgação da Festa do Mar, a Rua Riachuelo era apontada pelo documento do IPHAE como detentora de um potencial para o turismo cultural. Tal área do turismo é definida pelo Ministério do Turismo como sendo as "atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura" (Brasil, 2006, p. 15).

Segundo a informação técnica, as substituições, construções, acréscimos ou reformas teriam como base o "princípio da adequação volumétrica", respeitando o alinhamento dos exemplares tombados e o limite de altura de oito metros. Esses exemplares tombados, citados anteriormente, como o Hotel Paris, por exemplo, não contavam com recuos frontal ou lateral e apresentavam dois pavimentos. Seriam estas, então, as bases a serem seguidas.

O documento informava ainda que a Prefeitura Municipal poderia reunir-se com a Secretaria de Estado da Cultura, através do IPHAE, para buscar a melhor solução para alguns casos específicos que envolvessem as edificações. Um deles seria quando, em razão das normas vigentes, um empreendimento dotado de grande interesse público se tornasse inviável economicamente (IPHAE, 1997). Era uma forma de mostrar a intenção de diálogo com a comunidade.

É importante observar que essa informação técnica foi criada pensando-se no concurso para o projeto de revitalização do Porto Velho, que ocorreria entre o final daquele ano e o ano seguinte, como será abordado a seguir. Enquanto cais, armazéns e rua aguardavam para serem revitalizados, esse novo regramento já poderia ser aplicado aos lotes privados.

3.2 A proposta de revitalização e três restauros

3.2.1 Um concurso público para uma revitalização

Passado o momento de preocupações com uma possível estagnação no início dos anos 1990, começaram a surgir investimentos para o setor portuário, que permitiram um desenvolvimento de sua estrutura e da própria cidade (Martins, 2016).

Foi em meio a esse panorama que a ideia de revitalizar o Porto Velho da cidade ganhou forma. Segundo o entrevistado Newton Jorge de Almeida Quintas[126], rio-grandino e engenheiro aposentado do Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais (DEPRC), havia um interesse na revitalização por parte do próprio departamento e da Prefeitura Municipal do Rio Grande. O entrevistado foi contatado por ter feito parte da Comissão Deliberativa do Concurso Público de Arquitetura para o Porto Velho do Rio Grande, como será visto a seguir.

Segundo Newton, vários técnicos do DEPRC fizeram intercâmbios e especializações junto a alguns portos europeus na década de 1990. Essas oportunidades desenvolveram neles uma compreensão sobre a recuperação de áreas portuárias degradadas. Simultaneamente, os técnicos assistiram a uma disseminação de projetos de revitalização em vários países e começaram a pensar: “por que não fazer em Rio Grande”? Conversavam sobre a cidade ter uma “área nobre” e precisar, naquele momento, de uma mudança positiva.

O ponto de vista não era apenas técnico, também havia um sentimento de pertencimento com aquele lugar. Segundo Newton:

> Claro, o fato de tu olhares a tua cidade, sendo rio-grandino ou sendo forasteiro, fazia com que todos quisessem ver o Porto Velho revitalizado. Esse acompanhamento do que acontecia nos portos no mundo inteiro nos incomodava. Por que é que a gente não faz aqui? Então é uma coisa óbvia, a gente queria fazer o processo acontecer. [...] É um sentimento natural. Tu ias a Buenos Aires e estava lá, com edifícios ou sem edifícios, uma área revitalizada. Tu ias para os Estados Unidos, para o Canadá, para a Europa... Cada país tinha as suas áreas revitalizadas. Viraram *cases* de sucesso no mundo inteiro (Newton Jorge de Almeida Quintas, 2023).

Conforme o entrevistado, havia dois fatores importantes a serem observados. O primeiro era o financeiro, a capacidade de investimento, e o segundo era a intenção dos diretores e políticos que estavam em cargos de liderança. A partir da segunda metade dos anos 1990, quando o DEPRC obteve uma recuperação financeira e as lideranças entraram em um acordo, foi criado um concurso público para a revitalização do Porto Velho.

Em 1997, foi criado o documento Bases do Concurso – Concurso Público de Arquitetura para o Porto Velho do Rio Grande. O Promotor foi o Secretário de Estado dos Transportes, José Otávio Germano; e o Interveniente foi o Diretor

[126] Entrevista concedida em 29 de maio de 2023.

Superintendente do Porto do Rio Grande[127], Dante Antônio Uslengui Dapuzzo. O concurso foi fundamentado no Programa de Revitalização das Áreas Portuárias (REVAP) do Ministério dos Transportes. Entre os colaboradores estavam alguns secretários estaduais e o Prefeito do Rio Grande, Wilson Mattos Branco (Secretaria de Estado dos Transportes, 1997).

Segundo o entrevistado Newton, desde o início das tratativas, em 1995, a população rio-grandina aceitou e apoiou a revitalização. Quando o processo passou por uma fase mais lenta, houve cobranças e questionamentos. Foram necessários dois anos de organização até a contratação do Instituto de Arquitetos do Brasil – Departamento do Rio Grande do Sul (IAB/RS) para organizar o concurso.

O concurso público compreendeu, na sua última etapa, um Plano Diretor Urbanístico da área do cais, abrangendo a Rua Riachuelo e a Rua Francisco Campello (que seria a continuação da primeira, após a Doca da Banca do Peixe), a oeste, às margens do Estuário da Laguna dos Patos. Também compreendeu um Anteprojeto de Arquitetura dos cinco armazéns do Porto Velho, e um Anteprojeto de Tratamento Paisagístico (mobiliário urbano) e de Comunicação Visual externa do Porto Velho (Secretaria de Estado dos Transportes, 1997).

Na primeira etapa, foram entregues os estudos preliminares e os três primeiros colocados foram levados à consulta preliminar de viabilidade urbanística junto à Prefeitura Municipal do Rio Grande e ao debate técnico em audiência pública. A audiência estava marcada para o dia 13 de março de 1998 (Secretaria de Estado dos Transportes, 1997). Os estudos habilitados foram para a etapa final.

A Comissão Deliberativa, que apresentou as condições gerais do concurso teve onze membros, entre representantes da Secretaria dos Transportes, Secretaria da Cultura e Secretaria do Turismo do Rio Grande do Sul, da SUPRG (entre eles, Newton Quintas), da Prefeitura Municipal do Rio Grande, do Ministério dos Transportes e do IAB/RS. A Coordenadoria contava com os arquitetos Oscar Décio Carneiro e Ediolanda Liedke como Coordenador e Coordenadora Adjunta, respectivamente. A Comissão Julgadora foi formada por sete membros, representantes da Secretaria de

[127] Em 1996, houve o desmembramento do Porto do Rio Grande do então Departamento Estadual de Portos, Rios e Canais, sendo criada a autarquia denominada Superintendência do Porto de Rio Grande (SUPRG), que deveria administrar o Porto do Rio Grande. Disponível em: https://www.portosrs.com.br/site/comunidade_portuaria/rio_grande/historico. Acesso em: 15 jun. 2024.

Estado dos Transportes, da SUPRG, da Prefeitura Municipal do Rio Grande e do IAB/RS (Secretaria de Estado dos Transportes, 1997).

Como justificativa, o documento afirmava que:

> No decorrer dos tempos, tendo como justificativa o progresso, convivemos com a dinâmica de construir, destruir e reconstruir, devido a condicionantes geográficos, sociais, culturais, sem levar em conta que desta forma estamos destruindo a identidade e a memória de um povo. [...] A preservação e o controle sobre o uso e ocupação do solo nesta área busca conservar o que resta para testemunhar a evolução da cidade e sua história. Como Área de Preservação Cultural, devemos sempre levar em conta a preservação da paisagem urbana, assegurando também a preservação e a valorização do património natural (Secretaria de Estado dos Transportes, 1997).

Neste ponto, é importante observar a compreensão que já existia da relação entre degradar o objeto construído e desmantelar a identidade e as memórias de uma comunidade. Estas últimas não se referem apenas às edificações, longe disso, mas essa relação precisava estar clara e ser levada em consideração em um concurso de projeto de arquitetura. Da mesma forma, é bastante relevante o uso do termo “conservar o que resta”, indo ao encontro da normativa do IPHAE que caracterizava as edificações da área de entorno dos bens tombados como “em franco processo de degradação”.

Esse aspecto negativo dos bens imóveis da rua, com relação à conservação e à preservação, pôde ser observado nas fotografias anexas ao documento com as bases para o concurso. Na primeira imagem (Figura 79) são observadas as descaracterizações, como a abertura de portões de garagem, no pavimento térreo do nº 21, no Q8, que havia abrigado a empresa Rafaelle Marsiglia & Filho nas primeiras décadas do século XX. Em 1997, era ocupado por uma oficina mecânica em parte do pavimento térreo.

A segunda imagem mostrou dois sobrados no Q7 (Figura 80). O exemplar à esquerda da imagem, nº 109/111, estava conservado e preservado. O exemplar à direita da imagem, nº 123, havia sofrido alterações em seu pavimento térreo que descaracterizaram severamente a sua fachada. O primeiro pavimento também mostrava alterações, como janelas fechadas com alvenaria. Esse sobrado abrigava naquele momento a Seawood Comercial Importadora e Exportadora, que vendia madeiramentos comuns e navais.

Figura 79 - Fotografia da Rua Riachuelo com o sobrado do O8 em 1997



Fonte: Secretaria de Estado dos Transportes, 1997, p. 67.

Figura 80 - Fotografia da Rua Riachuelo com sobrados do Q7 em 1997



Fonte: Secretaria de Estado dos Transportes, 1997, p. 69.

O documento também apresentou duas fotografias de outros pontos da Rua Riachuelo que estavam mais bem conservados. O primeiro ponto foi a esquina da rua com a Travessa do Afonso (Figura 81). O exemplar da esquina com o Q6, ocupado pela Agência Marítima Sampayo Nickhorn Ltda., havia sofrido descaracterização de alguns vãos do térreo. O restante da edificação, assim como o exemplar da outra esquina, no Q5, ocupado pela empresa Wilson Sons, estava conservado e preservado.

O segundo ponto observado foi o Mercado Público Municipal (Figura 82). A edificação havia sido descaracterizada através de reformas entre os anos de 1947 e 1959, quando muitos dos seus ornamentos neoclássicos foram retirados, com o objetivo de criar uma aparência moderna. Em 1997, o mercado apresentava o acréscimo de um revestimento cerâmico até a metade da altura das portas, além dos frisos que haviam permanecido na platibanda.

Após trazer um panorama da rua, através das fotografias, o documento apresentou os pressupostos básicos do Plano Diretor do Porto Velho, que os candidatos deveriam apresentar. Entre eles, estavam: proporcionar a volta do convívio da população junto ao Estuário da Laguna dos Patos e criar condições para fácil acesso. Espaços multifuncionais também deveriam ser metas das propostas, estando proibidos empreendimentos de uso residencial. O Acervo Histórico do Porto do Rio Grande deveria permanecer no Armazém 1, que poderia receber um projeto de restauro específico para esse fim (Secretaria de Estado dos Transportes, 1997).

Figura 81 - Fotografia da Rua Riachuelo esquina com a Travessa do Afonso em 1997



Fonte: Secretaria de Estado dos Transportes, 1997, p. 99.

Figura 82 - Fotografia do Mercado Público Municipal em 1997



Fonte: Secretaria de Estado dos Transportes, 1997, p. 92.

Outro pressuposto seria conceber um projeto de revitalização que também fosse voltado aos turistas, considerando a cidade como o “Portal Marítimo do Estado para o MERCOSUL”, com sua “margem navegável” e acervo arquitetônico relevante (Secretaria de Estado dos Transportes, 1997, p. 7). A garantia da ambiência e da visibilidade dos imóveis históricos também deveria ser um requisito, já assegurado pelo documento do IPHAE que criou a área de proteção em nível estadual.

Com relação à definição da área de proteção, o entrevistado Newton Quintas comentou que surgiram algumas discordâncias, pois havia profissionais de diversas áreas, com diferentes experiências e conhecimentos. Os técnicos da então SUPRG haviam percebido que em alguns países com portos revitalizados existia uma certa liberalidade dos governos com relação ao patrimônio cultural imóvel, visando facilitar o recebimento de investimentos privados para manter esse patrimônio preservado.

Como exemplos, estavam algumas cidades europeias cujas zonas de proteção apresentavam trechos nos quais a fachada frontal do exemplar deveria ser preservada, enquanto a construção de um novo edifício, com maior altura e diferente volumetria, era permitida atrás dela. Muitos técnicos acreditavam que esse regramento era adequado para a Rua Riachuelo, principalmente nos setores mais descaracterizados, podendo aumentar a possibilidade de utilização do lugar.

No entanto, ainda segundo o entrevistado, havia a necessidade de conciliar as outras visões técnicas envolvidas, também importantes, como a urbanística e a histórica. Por fim, conforme visto anteriormente, a poligonal delimitou uma área extensa, envolvendo trechos preservados e outros descaracterizados da rua. Nesse ponto, cabe destacar que o IPHAE estabeleceu a necessidade da adequação

volumétrica das novas construções e ampliações com relação aos exemplares já existentes, limitando a altura máxima para oito metros.

Porém, não foram criadas regras para a preservação do interior desses exemplares, ou seja, esses espaços poderiam ser reconstruídos, facilitando a sua utilização futura. Sendo assim, existe a hipótese de que essas informações não tenham sido repassadas de uma forma clara para a sociedade. Fato esse que poderia ter sido evitado, possivelmente, com ações de educação patrimonial.

No dia 24 de abril de 1998, foi divulgada a proposta vencedora do Concurso Público de Arquitetura para o Porto Velho do Rio Grande. A proposta foi elaborada pelo escritório Macadar, Pernau & Proto Arquitetura, com sede em Porto Alegre. A autoria foi dos arquitetos Raul Macadar, Augusto Pernau, Álvaro Proto e Diniz Machado. A implantação do projeto, sua legenda e imagens da maquete física podem ser observadas na imagem a seguir (Figura 83).

Figura 83 - Proposta vencedora do Concurso Público de Arquitetura para o Porto Velho do Rio Grande, 1997. Macadar, Pernau & Proto Arquitetura



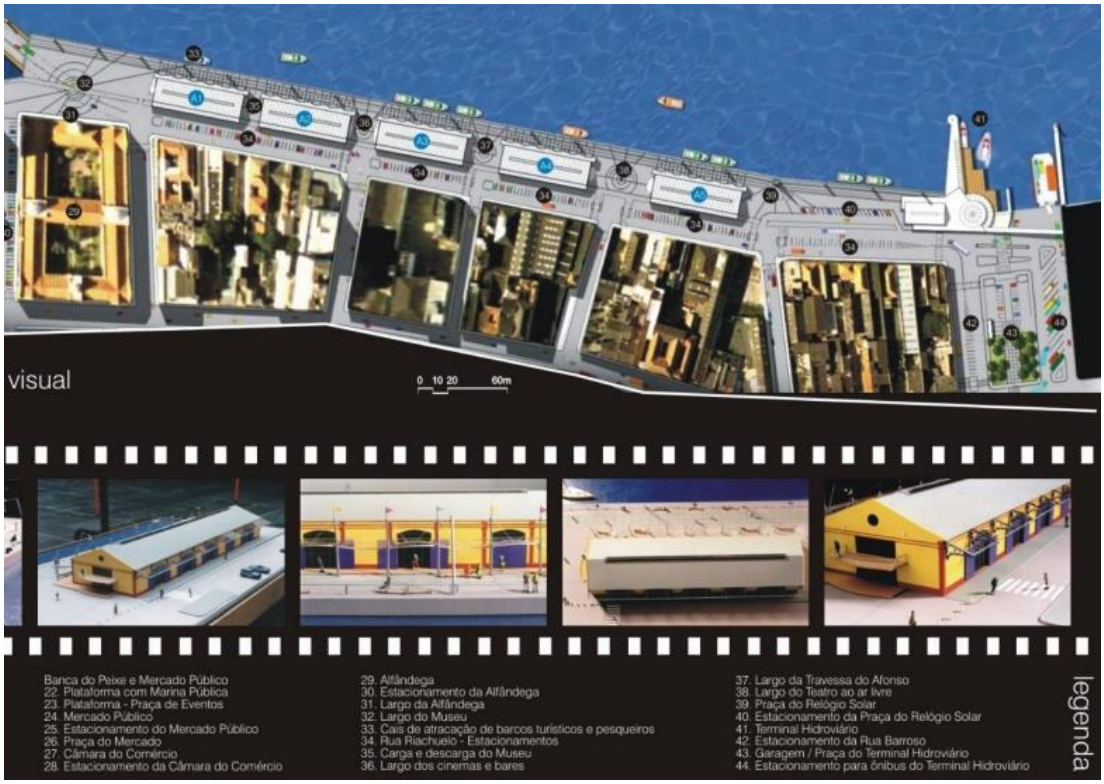
Fonte: Acervo de Concursos Públicos – 1984-2004 – IAB/RS.

Um dos aspectos principais da proposta foi a criação de uma ligação direta da Rua Riachuelo com a Rua Francisco Campello, através de uma ponte ao nível do cais que avançaria sobre o estuário seguida, ao norte, de uma marina pública. O cais em

frente à Câmara de Comércio, ao Mercado Público Municipal, à Banca do Peixe e à Biblioteca Rio-Grandense ficaria limitado ao uso dos pedestres. Entre a Câmara e o Mercado, na extremidade oeste da Rua Riachuelo, haveria uma praça seca, pois o Terminal Hidroviário, situado naquele ponto, seria transferido para a Rua Almirante Barroso, às margens do estuário.

No trecho da Rua Riachuelo em frente ao Porto Velho, incluindo cais e armazéns, o projeto propôs alterações. Como pode ser observado no recorte da implantação do projeto e sua legenda (Figura 84), os muros e gradis que limitavam o Porto Velho seriam retirados. Também seria possível isolar as ruas próximas e utilizar todo o espaço em frente ao Museu da Cidade do Rio Grande, instalado no edifício da Alfândega (Q3) como um largo. O cais poderia receber barcos turísticos e pesqueiros.

Figura 84 – Recorte da proposta vencedora do Concurso Público de Arquitetura para o Porto Velho do Rio Grande, 1997. Macadar, Pernau & Proto Arquitetura



Fonte: Acervo de Concursos Públicos – 1984-2004 – IAB/RS.

O Armazém A1 permaneceria abrigando o Acervo Histórico do Porto do Rio Grande, acrescido de espaço para exposições itinerantes, sanitários e outros. Os armazéns 2, 3 e 4 receberiam auditório, espaço de uso múltiplo que poderia ser utilizado pela Festa do Mar, entre outros. O Armazém 5 receberia espaço para

restaurantes, lojas e sanitários. O interstício entre os armazéns ganharia largos para eventos e apresentações. O leito da rua teria estacionamento em seu centro, com as duas faixas restantes para o trânsito de veículos.

Uma das questões mais transformadoras com relação à Rua Riachuelo seria a quebra do limite entre o público e o estuário, através da retirada dos gradis, construídos na década de 1920. Em alguns pontos, pela presença dos armazéns, a vista para a água ainda estaria impedida, mas em frente ao Q3 e ao Q8 seria totalmente facilitada, assim como no centro do Q4, e nas esquinas do Q5, Q6 e Q7. Os novos usos dos armazéns encontrar-se-iam com antigos usos, como o cais de atracação, e a rua voltaria a receber visitantes pela sua maior peculiaridade – sua proximidade com a água. Ressurgiria assim a imediatez, a vontade de se estar próximo à água por avistá-la diretamente (Cullen, 2018).

Sobre as especificidades do Porto Velho e o seu projeto de revitalização, Couto (2019) trouxe a seguinte consideração:

> Em síntese, compreende-se que as diferenças dos lugares são, concomitantemente, históricas e naturais, logo são inerentes ao movimento incessante observado pela metamorfose da paisagem urbana. Nesta perspectiva, o espaço urbano é compreendido como produto social resultante das forças entre os agentes promotores do espaço e o que se apresenta na paisagem enquanto aspectos materiais e imateriais, funcionais e simbólicos analisados enquanto processo de produção espacial. Consequentemente, o Porto Velho é como um elemento “matriz” do espaço urbano do Rio Grande, ao expressar esses aspectos de forma imbricada e indissociável à produção deste espaço até os dias atuais (Couto, 2019, p. 26).

Conforme Newton Quintas, após a divulgação do resultado do concurso o processo para a revitalização seguiu ocorrendo em um ritmo adequado. A SUPRG realizou o pagamento do prêmio do concurso aos vencedores e iniciou a divulgação do projeto, através de exposições que mostravam as propostas recebidas. O escritório de arquitetura foi contratado para desenvolver a segunda parte do projeto, o seu detalhamento. Aproximadamente dois anos depois, quando os trâmites haviam encerrado e a obra poderia ser iniciada, não houve um entendimento entre a Prefeitura Municipal do Rio Grande e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul.

Em 2006, oito anos após o resultado do concurso, quando houve um novo entendimento entre as lideranças, a equipe de arquitetos foi contratada para atualizar o projeto relativo ao setor oeste, em frente à Rua Francisco Campello, área chamada de Rincão da Cebola. As obras do cais dessa área tiveram início em novembro de

2009 e as de urbanização em julho de 2010. A execução terminaria alguns anos depois, quando também seria atualizado o projeto para o setor leste, que compreendia a Rua Riachuelo e o Porto Velho[128].

3.2.2 Um novo museu, um restauro e a criação de um inventário

Rio Grande chegou ao século XXI em um clima de expectativas com relação à criação de um Polo Naval na cidade. Após um período de estagnação da indústria naval vivido no país, foi inaugurado em 2005 o Estaleiro Rio Grande, que começaria a desenvolver a P-53, plataforma para extração de petróleo (Cesar, 2016). Em meio a esse momento positivo, a Rua Riachuelo ganhou novas representações de usos já existentes, assim como novos usos.

Em 9 de abril de 2003, a rua passou a contar com o Museu Náutico, localizado no Armazém 4 do Porto Velho, em frente ao Q6. O uso museológico estendia-se, assim, praticamente ao extremo leste da rua. Naquele momento, ficava evidente o quanto os armazéns não eram mais necessários para as atividades portuárias, cada vez mais concentradas no Porto Novo e no Super Porto. No museu, um exemplar do complexo museográfico da FURG, foram expostas peças que ressaltam Rio Grande como uma “cidade histórica e marítima”, realçando sua relação de proximidade com o Oceano Atlântico e com o Estuário da Laguna dos Patos[129].

Enquanto o Acervo Histórico do Porto do Rio Grande preservava a memória dos portos da cidade, o Museu Náutico visava “resgatar, preservar e divulgar” a ciência náutica e o reconhecimento dos esforços humanos ligados à sua cultura. Com relação à composição do acervo, o museu apresentou equipamentos de navegação e de pesca, modelos diferentes de embarcações, mapas e maquetes, entre outros, distribuídos no amplo espaço do antigo armazém[130].

Enquanto mais um marco da salvaguarda da história e das memórias ligadas à água, o museu foi revitalizado alguns anos depois, sendo reinaugurado em 13 de junho de 2007. Para tanto, recebeu patrocínios das empresas Gerdau e Petrobras, havendo também uma parceria com a Fundação Roberto Marinho. O museu recebeu

---

[128] Disponível em: https://www.portosrs.com.br/site/imprensa_e_midia/revitalizacao_porto_historico. Acesso em: 15 jun. 2024.
[129] Conforme *site* da instituição. Disponível em: https://museu.furg.br/museus/museu-nautico. Acesso em: 15 jun. 2024.
[130] *Ibid*.

uma proa cenográfica, com convés e porão, onde foi construída uma sala voltada para exibir vídeos e receber palestras (Ziebell, 2007).

Buscando ressaltar a história náutica da cidade, o acervo recebeu embarcações tradicionais locais, confeccionadas artesanalmente e adaptadas às condições do lugar[131]. Muitas informações, inclusive sobre os navios que ancoravam no Porto Velho, e fotografias da Rua Riachuelo repleta de embarcações passaram a ser visualizadas no museu. Dessa forma, era criado naquelas redondezas mais um lugar de memória, com o objetivo de "parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas" (Nora, 1993, p. 22).

No início do século XXI, a Rua Riachuelo também recebeu usos de entretenimento. Em 2001, estavam instalados no nº 227 do Q5 a boate Vinícola de São Pedro, no térreo; e o bar Porto Velho, no primeiro pavimento. Usualmente, o bar funcionava nos dias de semana, recebendo maior público nas sextas-feiras, enquanto a boate funcionava nos finais de semana[132]. No sobrado de dois pavimentos que os abrigava, havia estado a primeira casa Abel Asti & Cia.

O exemplar, que estava representado na montagem de fotografias da segunda metade do século XIX, recebia adolescentes e jovens adultos nos anos 2000 que, no caso do bar, podiam apreciar a paisagem do Porto Velho e do estuário a partir do antigo balcão corrido com gradil. Eram pessoas que, em sua maioria, não haviam testemunhado o apogeu e o declínio da rua, mas naquele momento viviam uma espécie de resgate histórico dela. Tal resgate ocorria pela localização do bar e da boate, trazendo vidas à área histórica; e por seus nomes, homenageando o antigo embarcadouro e a cidade, antiga Rio Grande de São Pedro.

Alguns anos depois, em meados dos anos 2000, a boate Vinícola de São Pedro ainda estava em funcionamento, mas o bar Porto Velho encerrara as suas atividades. Nesse período, dois quarteirões a leste, no Q7, na esquina com a Rua Fernando Duprat da Silva, surgia outro estabelecimento que funcionava como bar e boate, o Chalé do Porto. No terreno, estava localizado anteriormente o sobrado de dois pavimentos, construído na década de 1840, que abrigara o sobrado dos antigos Club Centro Caçadores e o Dancing Atlântico.

Assim como no caso do Q5, esse estabelecimento também trouxe para a Rua Riachuelo um público composto, em sua maioria, por adolescentes e jovens adultos.

---

131 *Ibid*.

132 Segundo memórias da autora e datas de eventos disponíveis no *site* flashrg.com.br.

A sua tipologia, um chalé[133] de madeira, era nova para a Rua Riachuelo. Com dois pavimentos, seguiu a altura do entorno. No entanto, os recuos frontal e lateral do lote de esquina descaracterizaram o conjunto da rua que, embora bastante alterado, ainda mantinha remanescentes importantes.

Outro fato relevante a ser observado é que os recuos e a própria tipologia (principalmente com diferenças em sua cobertura) foram de encontro às regras impostas pela Normativa Técnica do IPHAE em 1997. Essas regras foram criadas quando o terreno estava vazio, após a demolição do exemplar anterior, conforme fotos existentes no documento.

Saindo do trecho leste da rua para o trecho oeste, o edifício da Câmara de Comércio e seu acervo artístico foram restaurados. O Projeto de Restauro da "Câmara de Comércio da Cidade do Rio Grande" foi finalizado no início de 2003, e a execução de sua primeira etapa ocorreu entre junho de 2003 e dezembro de 2005, e a de sua segunda etapa entre março e agosto de 2006[134], com recursos disponibilizados através de uma Lei de Incentivo à Cultura (LIC).

O projeto de restauro da edificação foi coordenado por William Pavão Xavier[135], arquiteto e urbanista, com participação do Núcleo de Estudos de Arquitetura Brasileira (NEAB) da UFPel. O projeto de restauro do acervo contou com a coordenação de Andréia Lacerda Bachettini, Bacharel em Gravura e Pintura e Especialista em Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis.

Entre as justificativas do restauro, foi afirmada a sua importância para a sociedade:

> As ações de preservação da memória e a crescente importância do patrimônio arquitetônico edificado, assim como dos artefatos salvaguardados, como símbolos de uma identidade cultural, testemunhos de uma sociedade, induzem a uma reflexão inovadora de desenvolvimento sociocultural, interagindo com a comunidade através do estímulo provocado (Xavier; Bachettini, 2003, p. 10).

---

[133] O chalé, tipologia importada da Europa, surgiu no Brasil no final do século XIX, originalmente construído em madeira e disposto no centro do lote, criando recuos de ajardinamento (Mendes; Veríssimo; Bittar, 2011b). Posteriormente, sofreu modificações que simplificaram a sua estética dando origem a modelos de casas pré-fabricadas.

[134] Conforme informado pelo arquiteto William Pavão Xavier.

[135] Equipe principal do Projeto de Restauro da "Câmara de Comércio da Cidade do Rio Grande": Arquiteto e Urbanista William Pavão Xavier, Arquiteta e Urbanista Renata Ferrari Curval, Restauradora Andréia Lacerda Bachetttini, Restauradora Naida Maria Vieira Corrêa, Restauradora Alice Dubina Truz, Restauradora Sirlei Schimdt de Toledo, Restauradora Lenora Lerrer Rosenfield, Historiadora Simone Flores Monteiro, Engenheira Civil Marta Anselmo Olinto Xavier, Acadêmico de Arquitetura Jeferson Salaberry (Xavier; Bachettini, 2003).

Alguns dos objetivos foram refrear a degradação física do edifício, recuperando suas características arquitetônicas originais, e manter o importante acervo histórico e artístico da entidade em bom estado de conservação. Além destes, havia o intuito de “incentivar a revitalização espontânea do seu entorno urbano imediato com a valorização da edificação” (Xavier; Bachettini, 2003, p. 11).

Percebe-se, desse modo, a relação observada entre o restauro (do edifício e seu acervo), a memória e a identidade cultural. Preservar esse patrimônio cultural material traria, conforme Halbwachs (1990), a tranquilidade da permanência, em meio a tantos fatores que trouxeram instabilidade para Rio Grande, como as crises econômicas. Após a instituição ter contribuído diretamente com a preservação do patrimônio próximo, com a solicitação de tombamento da antiga Alfândega já nos anos 1960, agora atuaria indiretamente, sendo um estímulo à preservação.

O restauro da Câmara de Comércio, assim como a revitalização do Porto Velho (naquele momento ainda não executada) conservariam esses bens materiais, esses marcos na paisagem, atuando pela sua preservação. Seriam como *reminders*, definidos por Ricoeur (2007) como lugares que são estímulos de lembranças, um auxílio à luta contra o esquecimento.

O edifício da Câmara de Comércio foi classificado como um exemplar de traços modernistas com elementos *Art-Déco*, com “rigorosa coerência entre ritmo, padronização, simetria, limpeza e economia formal”. O acervo artístico, com cinquenta obras (pinturas, gravuras, fotografias, esculturas e murais) foi caracterizado como um conjunto de obras importantes dos séculos XIX e XX. Além disso, demonstravam “um dos períodos de maior pujança econômica e efervescência cultural e artística do sul do estado do Rio Grande do Sul” (Xavier; Bachettini, 2003, p. 221).

A imagem a seguir, após a conclusão do restauro, mostrou as fachadas mais claras, como em seu estado original, sem patologias e sujidades (Figura 85). O edifício, às margens do estuário, tinha, ao seu lado esquerdo na imagem, uma construção térrea que abrigava um posto de combustíveis e o Terminal Hidroviário. Ao lado dessa construção, estava o Mercado Público Municipal, com as descaracterizações ocorridas nos anos 1940 e 1950, que o afastaram de sua estética original.

Figura 85 - Câmara de Comércio da cidade do Rio Grande entre 2006 e 2010, após restauro



Fonte: Acervo da Câmara de Comércio da cidade do Rio Grande.

Complementando as ações para a preservação do patrimônio material imóvel da cidade, foi apresentado em 2004 o Inventário de Bens Culturais do Município do Rio Grande[136]. A apresentação ocorreu através de uma audiência pública realizada pela Secretaria de Coordenação e Planejamento (SMCP), na qual foram explicadas as regras que o instrumento traria. O trabalho foi realizado através de um convênio entre a Prefeitura Municipal do Rio Grande, o IPHAN e a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPel (Ziebell, 2004).

O inventário é um instrumento de conhecimento e de proteção a ser aplicado aos bens materiais e imateriais, públicos ou privados, caracterizado como uma forma de sistematização de informações. O mesmo deve ser concebido como uma primeira leitura sobre o patrimônio da cidade, de forma geral, analisando diferentes setores e buscando características principais para cada um deles.

Podem ser propostas diretrizes à preservação do patrimônio edificado, além da apresentação dos dados sobre esses bens. Nesses casos, quando novas normas restringem o direito de propriedade privada, o inventário deve ser aprovado enquanto

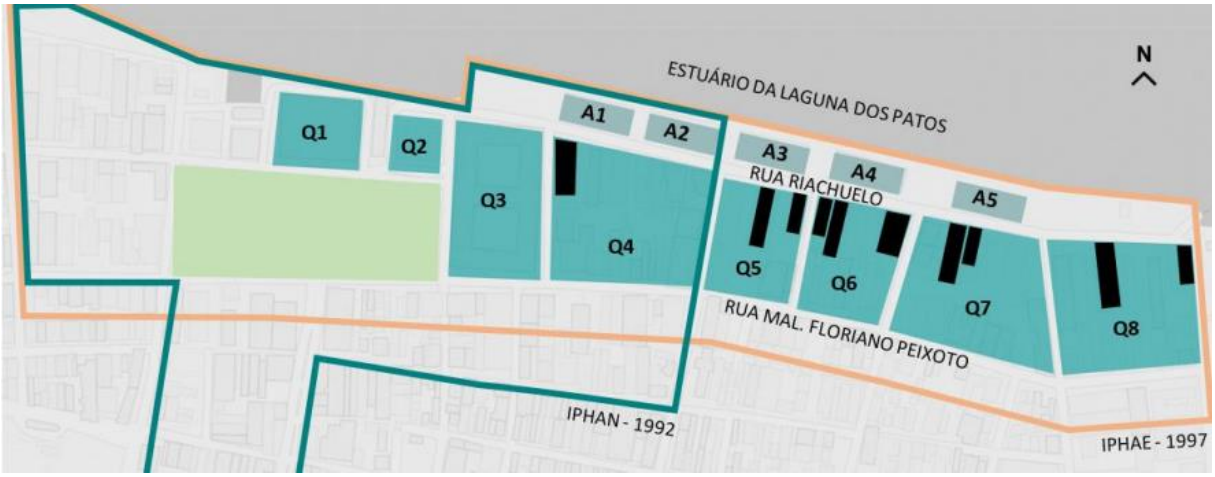
[136] Foi o primeiro Inventário de Bens Culturais do Município do Rio Grande, listando, ao todo, 507 bens imóveis em diferentes distritos (Ziebell, 2004).

legislação, atendendo aos requisitos necessários para tal (Soares, 2009). Um exemplo seria a solicitação, por uma prefeitura municipal, para que os imóveis inventariados mantivessem suas fachadas e volumetrias preservadas pelos proprietários. Assim como planos diretores e códigos de obras são aprovados enquanto leis para aplicar regras, o mesmo deve acontecer com o inventário.

O inventário do Rio Grande foi coordenado pela arquiteta Letícia Carneiro Estima, especialista em Patrimônio Cultural, e executado por mais dois arquitetos e cinco estagiários, contratados pela SMCP. Os critérios utilizados para a seleção das edificações foram a autenticidade e os valores arquitetônico, comunitário, histórico e urbanístico. Entre as edificações selecionadas, estavam aquelas que formavam um conjunto no entorno da Praça Xavier Ferreira, como o Mercado Público Municipal (Q1), a Câmara de Comércio (Q2) e a antiga Alfândega (Q3).

Além dessas três edificações, foram registrados pelo inventário, também gerando fichas individuais de identificação, dez imóveis situados na Rua Riachuelo ou com fachadas voltadas para essa rua. A localização desses imóveis, todos privados e originalmente sobrados de dois pavimentos, é apresentada no mapa a seguir, junto às poligonais de proteção do IPHAN e do IPHAE dos anos 1990 (Figura 86).

Figura 86 - Mapa da cidade do Rio Grande. Edição da autora. Entorno dos bens tombados conforme IPHAN (1992) e IPHAE (1997). Bens inventariados na Rua Riachuelo: Porto Velho (A1 até A5 mais cais); Mercado Municipal (todo **Q1**); Câmara de Comércio (todo **Q2**); Antiga Alfândega (todo **Q3**). n° 299 (**Q4**); n°227 e n°201 (**Q5**); n°197 e n° 183/185, e n°10 da Rua F. Duprat da Silva (**Q6**); nº 123 e nº 109/111 (**Q7**); nº 21 e n° 1/R. Almirante Barroso nº 2 (**Q8**).



Fonte: Google Maps (2023).

As fichas individuais dos imóveis inventariados apresentaram fotografias, o que permitiu a sua análise. No Q4, na esquina com a Rua Ewbank, o edifíico de

apartamentos de dois pavimentos apresentava, em 2004, comércios e serviços em seu térreo (Figura 87). Esses usos foram identificados a partir de seus toldos, pinturas na fachada e demais aparatos publicitários, que constituíam descaracterizações sofridas pelo imóvel. Acima, no primeiro pavimento, mantinha-se o uso residencial, original desde a década de 1930, conforme relato da entrevistada Maria Helena Estima Marasciulo.

Esses estabelecimentos evidenciaram o caráter comercial e de serviços da rua, nesse ponto mais a oeste, próximo ao centro da cidade. O uso residencial também trazia dinamismo, o que geralmente acontece nos centros urbanos, tornando os espaços mais seguros também à noite, quando as duas primeiras atividades fecham as suas portas.

Na quadra seguinte, Q5, estavam outros dois imóveis inventariados. Um deles havia sido a primeira sede da casa Abel Asti & Cia., que ilustrara o guia de Monte Domecq de 1916. Nestes anos 2000, esse nº 227 abrigava a boate Vinícola de São Pedro e o bar Porto Velho (Figura 88), anteriormente mencionados. Externamente, o sobrado apresentava descaracterizações em vãos de abertura e ornatos; enquanto internamente fazia renascer o caráter boêmio da rua.

Figura 87 – Fotografia do conjunto de apartamento da Rua Riachuelo esquina com a Rua Ewbank (Q4), 2003



Fonte: Inventário de Bens Culturais do Município do Rio Grande - Ficha PRS/03-0007.00383.

Figura 88 – Fotografia do sobrado nº 227 da Rua Riachuelo (Q5), 2003



Fonte: Inventário de Bens Culturais do Município do Rio Grande – Ficha PRS/03-0007.00382.

O outro imóvel inventariado do Q5 era a sede da firma Wilson Sons, no nº 205, na esquina com a Travessa do Afonso. No Q6, também na esquina com a mesma travessa, as sedes das empresas Samnave Comércio e Representações Lida. e

Agência Marítima Sampayo Nickhorn Ltda., no nº 197 e no nº 183/185, estavam listadas no inventário. Os três imóveis permaneciam em bom estado de conservação, com poucas descaracterizações na Wilson Sons, como instalação de ar-condicionado; e algumas descaracterizações nos térreos dos outros exemplares. Essa esquina continuava caracterizada por apresentar não só remanescentes construídos, mas também a continuação do ofício que a rua apresentava desde os seus primeiros anos.

Na outra esquina do Q6, entretanto, o panorama era diferente. A antiga sede da Moore McCormack Navegação S/A e a ampliação ao seu lado, com endereço na Rua Fernando Duprat da Silva nº 10, conforme ficha do inventário[137], estavam em estado de arruinamento (Figura 89). Vãos de aberturas do térreo haviam sido fechados com alvenaria e aqueles do primeiro pavimento estavam sem uma parte das aberturas. O telhado não existia mais.

Figura 89 – Fotografia do sobrado (e ampliação) localizados na Rua Fernando Duprat da Silva nº 10 (Q6), 2003



Fonte: Inventário de Bens Culturais do Município do Rio Grande - Ficha PRS/03-0007.00116.

Se, nos anos 1970, os restauros das sedes das empresas Sampayo Nickhorn e a ampliação (quase uma réplica) da sede da Moore McCormack Navegação S/A haviam sido retratos de respeito ao patrimônio em meio ao abandono, agora via-se

[137] Na Ficha PRS/03-0007.00116 do Inventário de Bens Culturais, o sobrado original e a ampliação constam como nº 10 da Rua Fernando Duprat da Silva. Em um mapa da Prefeitura Municipal do Rio Grande, os dois exemplares aparecem como nº 151 da Rua Riachuelo. Acredita-se que a edificação da esquina tenha sido desmembrada recebendo os dois números, um com acesso pela rua lateral, e outro com acesso pela Rua Riachuelo.

este e alguns outros exemplos de degradação em meio ao tempo da memória e do patrimônio. Mais uma vez, a Rua Riachuelo se apresentava como uma rua de contrastes.

O panorama de descaracterização e precariedade dos imóveis da rua era ainda mais observado nos seus últimos quarteirões, Q7 e Q8, embora houvesse algumas exceções. Esses trechos estavam mais distantes da Praça Xavier Ferreira, sendo provável que naquele momento recebessem um menor fluxo de transeuntes.

Com relação ao Q7, os dois imóveis inventariados, o sobrado do antigo armazém Félix Saad, nº 109/111, e o sobrado da Seawood Comercial Importadora e Exportadora, nº 123, estavam em um estado muito semelhante ao documentado pela Figura 80, do ano de 1997. O primeiro estava preservado e o segundo muito descaracterizado. A diferença era que, em 2003, o antigo armazém mostrava um estado de conservação quase precário. Era um alerta de que mesmo aqueles exemplares que se mantiveram preservados por décadas poderiam não mais resistir.

No último quarteirão, Q8, também foram inventariados dois imóveis. O sobrado no nº 21, antiga firma Raffaele Marsiglia & Filho, contava com térreo muito descaracterizado, em estado também muito semelhante ao apresentado anteriormente, na Figura 79, de 1997. Em estado precário de conservação, foi o único imóvel inventariado da Rua Riachuelo descrito pelas fichas do inventário como fechado, ou seja, sem uso.

O último exemplar inventariado ainda não havia ilustrado esta tese, justamente por serem mais escassos os registros fotográficos desse ponto da rua. Com dois pavimentos, o sobrado tinha sua entrada principal pela Rua Almirante Barroso nº 2, e seu acesso para veículos por um portão em um muro voltado para a Rua Riachuelo, no nº 1 (Figura 90).

O exemplar havia sido registrado em fotografias da grande enchente de 1941, podendo ser, por suas fachadas, originário das décadas de 1920 ou 1930. Com revestimento em cimento penteado, estava conservado e pouco alterado, não fosse pelos aparelhos de ar-condicionado instalados na fachada. Situado no início da rua, por sua numeração, ou no final dela, pela maior distância até o centro da cidade, formava, junto com a sede da Wilson Sons, a dupla de remanescentes mais bem preservada da Rua Riachuelo.

Esse era o aspecto dos dez exemplares privados inventariados da Rua Riachuelo, com relação às suas fachadas externas. Ainda segundo as fichas do

inventário, o Porto Velho, em frente a esses sobrados, mostrava cais e armazéns conservados e com poucas alterações. Alguns armazéns haviam recebido pequenas janelas em suas fachadas laterais, e seus portões voltados para o cais haviam ganhado grafites, com desenhos contemporâneos.

Figura 90 – Fotografia Rua Almirante Barroso nº 2 e Rua Riachuelo nº 1 (Q8), 2003



Fonte: Inventário de Bens Culturais do Município do Rio Grande - Ficha PRS/03-0007.00056.

No outro extremo da rua, também havia panoramas diferentes, mesmo sendo uma área de extensa movimentação. O Mercado Público Municipal estava em estado precário de conservação, enquanto a Câmara de Comércio passava pela restauração de seu edifício e acervo. A antiga Alfândega havia recebido ações de conservação nos últimos anos e mantinha-se bem conservada.

Apesar do inventário ter sido um trabalho relevante e extenso, listando mais de quinhentos imóveis em diferentes distritos da cidade, mesmo com uma equipe reduzida de técnicos e estagiários, uma outra parte do processo não foi efetivada. Não houve a aprovação pela Câmara de Vereadores do projeto que criaria a lei municipal específica e garantiria a integridade desses bens, ou seja, a sua preservação pelos proprietários.

Durante os anos seguintes, o corpo técnico da prefeitura, através da SMCP, realizava um trabalho de orientação aos imóveis inventariados, solicitando a preservação das fachadas públicas e da cobertura das edificações (Prefeitura Municipal do Rio Grande, 2011). Ao mesmo tempo, a SMCP oferecia

acompanhamento técnico para a manutenção e/ou recuperação desses elementos (Prefeitura Municipal do Rio Grande, 2011). No entanto, muitos proprietários de bens inventariados, mas não listados anteriormente como edificações de interesse sociocultural (pela Lei Municipal Nº 4.556/90), não estavam conservando os seus imóveis, pois, entre outros motivos, não recebiam a isenção de impostos municipais.

Quatro anos depois da apresentação do inventário, em 2008, entrou em vigor o novo Plano Diretor Participativo do Município do Rio Grande, conforme a Lei Nº 6.585/2008, que instituiu o plano e estabeleceu diretrizes e proposições de desenvolvimento urbano municipal (Rio Grande, 2008). Entre seus anexos, o plano conta com o Mapa 06 – Unidades de Planejamento, que definiu o perímetro do Centro Histórico da cidade. Esse perímetro difere do entorno criado pelo IPHAE apenas por avançar mais uma rua ao sul (contemplando as fachadas dos dois lados da Rua Gal. Bacelar) e contornar o Largo Dr. Pio.

Enquanto unidade de planejamento, a área histórica conta com diretrizes próprias para estabelecer a relação entre a volumetria das edificações e o terreno onde serão construídas. Entre essas diretrizes, estão a altura máxima de oito metros para as novas construções e a isenção de recuo frontal, semelhantes àquelas impostas pelos documentos emitidos pelo IPHAN e pelo IPHAE da década de 1990.

3.2.3 O encerramento de uma festa, dois restauros e um novo evento

Em meados dos anos 2010, Rio Grande vivia incertezas com relação ao futuro do seu Polo Naval, inaugurado em 2005. Nove anos depois, após denúncias de corrupção envolvendo a Petrobras e empresas ligadas ao setor naval, como a Engevix, que atuava em Rio Grande, havia preocupação com possíveis demissões (Cesar, 2016). Em agosto de 2015, em meio aos rumores de pedido de recuperação judicial da empresa, havia no Polo Naval nove mil funcionários trabalhando nos setores de engenharia civil e construção de módulos em plataformas (Cesar, 2016).

Em meio a esse panorama, houve outra interrupção da Festa do Mar. Dos anos 2000 até meados da década seguinte, as edições da festa haviam continuado trazendo um grande público para a Rua Riachuelo. Entre 1993 e 2011, a festa ocorreu de dois em dois anos, havendo outras edições em 2012, 2013 e 2015, quando foi novamente interrompida (Cesar, 2016). Com relação ao lugar do evento, entre a terceira edição, em 1992, e a décima quinta edição, em 2013, continuou sendo a Rua

Riachuelo e o Porto Velho. Em 2015, em sua última edição, o evento foi realizado na Praça Xavier Ferreira, a oeste da Rua Riachuelo, mas, ainda assim, próxima a ela.

Dessa forma, o evento, que desde o seu retorno nos anos 1990 era encerrado no domingo de Páscoa, entre final de março e início de abril, não trouxe a atenção da população e dos turistas para o Porto Velho nesse ano de 2015. Um esquecimento semelhante, mas talvez de maiores proporções, ocorreu na comemoração do centenário do Porto Novo, naquele mesmo ano.

Em novembro, eram publicados em jornais de circulação local e estadual homenagens de agências de navegação, operadores portuários, entre outros, pelos “100 anos do Porto do Rio Grande” (Ferreira; Gastaud, 2018, p. 89-91). O Porto Velho estava então esquecido, depois de dezoito anos da criação do concurso público para a sua revitalização. Aquele lugar, que fora tão necessário não apenas para a cidade, mas para o estado do Rio Grande do Sul, tanto que ganhou o melhoramento de um cais de pedra na década de 1870, não era mais incluído na nomenclatura “Porto do Rio Grande”.

Sobre essa questão e sobre o Acervo Histórico do Porto do Rio Grande, Ferreira e Gastaud trouxeram o seguinte comentário:

> Observa-se também, que o museu e o arquivo permanente estão instalados nas dependências do Armazém 1 do Porto Velho, deste Porto elidido nos festejos, e que fazem parte dos seus acervos documentos importantes, tais como relatórios, estudos do clima, mareógrafos, além de equipamentos utilizados pela Comissão de Melhoramento da Barra do Rio Grande do Sul, no ano de 1883, e ainda documentos, fichas funcionais e fotos do tempo anterior a 1915 (Ferreira; Gastaud, 2018, p. 99-100).

Em meio a esse panorama, também surgiram ações positivas com relação ao lugar. Em frente à extremidade oeste do Porto Velho, o edifício da antiga Alfândega passava por uma nova obra de restauro, que havia iniciado em julho de 2010, com recursos da Receita Federal. Na primeira fase das obras, foi restaurada a cobertura e foram criados um sistema de drenagem dos pátios externos e novos sanitários com acessibilidade (Ziebell, 2012). Na segunda fase, finalizada em 2015, foram feitas pintura, recuperação do piso de madeira, restauração dos elementos de decoração e rede elétrica (Louro, 2015).

No ano de 2015, dois quarteirões a oeste, era finalizada a parte externa da restauração de outro importante bem imóvel da cidade, o Mercado Público Municipal. Em agosto, era concluída a pintura das fachadas, beneficiando o lugar para os

locatários dos quartos (lojas), seus clientes e visitantes. Naquele momento, a parte interna do Mercado também recebia obras de manutenção do piso, paredes e rede elétrica, todas as obras com recursos municipais (*Oceano*, 6 ago. 2015).

Com relação à parte externa, foi realizado o projeto de restauro das fachadas, através da Secretaria Municipal de Coordenação e Planejamento (SMCP), com autoria das arquitetas Jane Conceição Borghetti e Simone Alves Amaral[138]. O projeto e seu memorial descritivo foram realizados em 2012 (Prefeitura Municipal do Rio Grande, 2012). Como pode ser observado na imagem a seguir (Figura 91), o estado original da edificação, considerado para esse restauro, foi aquele relativo ao tempo de apogeu da Rua Riachuelo, antes das alterações realizadas entre 1947 e 1959.

Conforme Muñoz Viñas (2004), o estado original de uma edificação, aquele ao qual pretende-se retornar com a restauração, não se limita a um único momento, podendo ser escolhido pelos técnicos ou pela comunidade. Nesse ponto, é importante lembrar que após as alterações sofridas, que retiraram seus ornamentos neoclássicos, o Mercado foi bastante criticado nos anos 1970 por um jornal local, caracterizado como uma construção totalmente alterada, cuja demolição merecia ser discutida.

Figura 91 - Fotografia do Mercado Público Municipal restaurado, em 2015. Fachada oeste, voltada para o antigo Largo Barbosa Coelho



Fonte: Grupo Oceano, 6 ago. 2015, fotógrafo Manuel Soares.

[138] Participaram como colaboradoras as arquitetas Eliza Furlong Antochevis e Emanuelle Garcia Freitas.

No “Memorial descritivo de restauração das fachadas”, no item que tratava de seu histórico e evolução, era afirmado que o prédio havia passado por muitas intervenções. Entre elas estavam a retirada das platibandas e frontões das fachadas, assim como a utilização imprópria de plaquetas cerâmicas como revestimento, entre outros, que o haviam descaracterizado enquanto uma construção neoclássica (Prefeitura Municipal do Rio Grande, 2012).

A localização do Mercado e o seu entorno também foram considerados no memorial:

> O Mercado Municipal, em conjunto com a Doca e Banca do Peixe, Biblioteca Rio-Grandense, Antigo Quartel, Prefeitura Municipal, Igreja de São Francisco e Alfândega, todos no entorno da Praça Xavier Ferreira, formam um conjunto homogêneo, totalmente integrado à paisagem natural (Laguna dos Patos), sendo este sítio histórico um dos mais representativos de sua época no estado do Rio Grande do Sul (Prefeitura Municipal do Rio Grande, 2012, p. 2).

É importante citar que três anos antes, em dezembro de 2012, um mês após o início das obras, o jornal *Agora* relatava que das 63 lojas do Mercado, 38 internas e 25 externas, nove estavam vazias e 24 estavam inadimplentes com relação aos aluguéis (Fernandes, 2012). Com o restauro das fachadas em curso, era necessário discutir a questão dos ocupantes, buscando uma melhoria também da organização interna.

Havia uma discussão sobre qual ação seria a melhor: renegociar as dívidas e permitir que os antigos comerciantes permanecessem no Mercado, ou criar uma licitação para a chegada de outros novos. Em sua defesa, alguns ocupantes afirmavam que haviam contribuído com o Mercado durante décadas, enquanto a sua situação era precária, e que não seria justo a sua retirada logo no início da restauração das fachadas e a da reforma interna (Fernandes, 2012).

Dessa forma, percebe-se que havia o entendimento de que o Mercado passara por um período bastante negativo que, com as novas obras, seria encerrado. Enquanto os ocupantes afirmavam que passariam a ter condições adequadas de trabalho, alguns vereadores comentavam que a cidade merecia um novo Mercado e que as pessoas esperavam por essa transformação (Fernandes, 2012)

Quanto aos objetivos da obra, o Mercado deveria voltar a sua autenticidade, com a reconstrução de elementos de sua fachada, como platibandas, frontões e

pilastras, além de uma nova calçada com iluminação (Prefeitura Municipal do Rio Grande, 2012). Segundo o mesmo pensamento, também seriam retirados os materiais e elementos inadequados, como as plaquetas cerâmicas das fachadas.

Enquanto não existiam muitas ações práticas de preservação acerca dos imóveis privados da Rua Riachuelo nos anos 2000 e 2010, a restauração do Mercado Público Municipal, da Câmara de Comércio e da antiga Alfandega, além da chegada de dois museus no Porto Velho, haviam requalificado uma parte considerável daquele lugar. Faltavam a execução do projeto de revitalização do antigo porto e ações para o outro lado da rua, para a divulgação de sua história e o resgate de suas memórias, trazendo novamente um dinamismo para a Rua Riachuelo.

O Museu da Cidade do Rio Grande, que continuava localizado na antiga Alfândega, teve sua cobertura e piso de madeira restaurados, e posteriormente passou por uma reforma[139], com início em 2014. Com financiamento pelo BNDES, a reforma visou a sua "readequação espacial e expográfica", abrangendo melhorias no espaço administrativo, uma nova reserva técnica, uma sala multiuso, uma sala de conservação e sanitários com acessibilidade[140].

Em 2016, o museu foi reaberto, inaugurando uma nova exposição de longa duração, que visou "apresentar a história da cidade e a relação com as águas doce e salgada", contando com um espaço destinado às indústrias da cidade (Nery, 2021, p. 178). Segundo Tales Beier Ferreira e Marisa Beal Gonçalves, da equipe responsável pelos projetos arquitetônico e museográfico, a história do Rio Grande teve um "espectador" que "tudo assistiu" – o Estuário da Laguna dos Patos (Ferreira; Gonçalves, 2014, p. 8).

Esse pensamento de proximidade com as águas, de respeito e reconhecimento da identidade rio-grandina, influenciou algumas decisões de projeto. O percurso a ser feito, observando uma linha do tempo com documentos textuais e iconográficos, ocorreria ao longo de "um piso azulado, com efeitos sensoriais que recordarão, sempre, ao visitante, que a água está presente na história da cidade" (Ferreira; Gonçalves, 2014, p. 8).

---

[139] O projeto arquitetônico do museu teve autoria de Tales Beier Ferreira e consultoria de Luiz Fernando Rhoden; e museografia de Marisa Beal Gonçalves, Dário de Araújo Lima, Tales Beier Ferreira e Luiz Fernando Rhoden (Nery, 2021, p. 178).

[140] Informações disponíveis em: http://museucrg.com.br/readequacao-espacial-e-expografica/#:~:text=Museu%20da%20Cidade%20do%20Rio%20Grande-Menu&text=Foram%20feitas%20melhorias%20tamb%C3%A9m%20no,conserva%C3%A7%C3%A3o%20e%20banheiros%20com%20acessibilidade. Acesso em: 15 jun. 2024.

Em 2016, também era divulgado um evento que traria um grande público para a rua e arredores da Praça Xavier Ferreira. Era a 1ª Noite do Centro Histórico do Rio Grande, que ocorreria no dia 10 de novembro, das 18h30 às 23h30 horas. Era divulgado que o evento traria para a Rua Riachuelo uma exposição de carros antigos organizada pela Veteran Car Club do Rio Grande, e a apresentação da Banda dos Fuzileiros Navais (*Agora*, 22/23 out. 2016).

Os museus do Centro Histórico estariam abertos para visitação, como o Museu da Cidade do Rio Grande (MCRG), o Acervo Histórico do Porto e o Museu Náutico, enquanto coleções de acervos dos museus afastados do local seriam expostas no prédio da antiga Alfândega (Prefeitura Municipal do Rio Grande, 2016). O Mercado Público Municipal também ficaria aberto à noite, recebendo clientes e visitantes nas lancherias e restaurantes. O evento atraiu um grande público para a Rua Riachuelo, como em frente à fachada norte da antiga Alfândega, onde uma fila de pessoas aguardava para a visitação no Museu da Cidade do Rio Grande, tendo a sua frente a exposição de carros antigos (Figura 92), junto ao desfile da Banda dos Fuzileiros Navais (Figura 93)[141].

Figura 92 - Fotografia da entrada do MCRG durante a 1ª Noite do Centro Histórico, 2016



Fonte: *Facebook* do evento.

Figura 93 - Fotografia da Banda dos Fuzileiros Navais durante a 1ª Noite do Centro Histórico, 2016



Fonte: *Facebook* do evento.

Naquela quinta-feira, os museus instalados nos armazéns do Porto Velho também receberam um grande público que, para visitá-los, percorreram a rua até as proximidades do Q6. O Acervo Histórico do Porto do Rio Grande, no Armazém 1,

[141] Imagens disponíveis em: https://www.facebook.com/profile.php?id=100068930120472&sk=photos. Acesso em: 15 mai. 2024.

mostrou aos visitantes fotografias dos portos da cidade e instrumentos utilizados para as suas construções e atividades neles desenvolvidas, entre outros (Figura 94).

No Armazém 4, o Museu Náutico exibiu os seus modelos de embarcações locais, desenhos dos faróis da região e convidou os visitantes a subirem até a proa cenográfica (Figura 95). Um portão do museu voltado ao cais estava aberto, pois também podia ser visitada a Corveta Museu. A antiga Corveta Imperial Marinheiro estava atracada em frente ao museu desde setembro de 2015, quando foram finalizadas as suas adaptações para ter o mesmo uso, contando uma parte da história da navegação brasileira (*Oceano*, 2 out. 2015).

Figura 94 - Fotografia do Acervo Histórico do Porto do Rio Grande durante a 1ª Noite do Centro Histórico, 2016



Fonte: *Facebook* do evento.

Figura 95 - Fotografia do Museu Náutico durante a 1ª Noite do Centro Histórico, 2016



Fonte: *Facebook* do evento.

A primeira edição do evento Noite dos Museus teve realização da então vereadora Luciane Compiani Branco, com apoio, entre outros, da Portos RS e da Prefeitura Municipal do Rio Grande, através da Secretaria Municipal da Cultura, do Gabinete de Gestão Integrada e da Guarda Municipal[142] (Prefeitura Municipal do Rio Grande, 2016). Outras edições viriam, confirmando o potencial da Rua Riachuelo e do entorno da Praça Xavier Ferreira para eventos culturais.

[142] Outros apoiadores foram: Roma Transportes, Posto do Guto, CCGL LOG (TERMASA-TERGRASA), Associação dos Guias de Turismo de Rio Grande (AGTur) e Prestes & Viana Transportes (Rio Grande, 2016).

3.3 A atualização de uma revitalização próxima ao bicentenário da rua

3.3.1 Um novo projeto e um evento propulsor

Em 2014, dezesseis anos após a finalização do Concurso Público de Arquitetura para o Porto Velho do Rio Grande, novas tratativas foram feitas entre a Prefeitura Municipal do Rio Grande (PMRG), a Superintendência do Porto do Rio Grande (SUPRG) e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul. Buscando a continuidade do processo, a PMRG, com apoio do BNDES e autorização da SUPRG, contratou a empresa vencedora do concurso para que fosse feita a atualização do projeto[143].

No final de 2015, a empresa Macadar Arquitetura e Consultoria Ltda. entregou os novos projetos para o Setor Central e o Setor Leste aprovados pelos órgãos competentes, como PMRG, IPHAE e IPHAN. O primeiro setor abrangeu os arredores do Mercado Público Municipal, ou seja, o espaço entre o lado norte da Praça Xavier Ferreira e o estuário; e o segundo setor envolveu a Rua Riachuelo, a partir da Rua Andradas), o Porto Velho e o Largo Almirante Barroso (primeiro espaço a leste após o término da Rua Riachuelo). A autoria e coordenação do projeto foi dos arquitetos Raul Macadar e Márcio Gomes Lontra[144].

Conforme observado na imagem a seguir (Figura 96), e fazendo uma comparação com a Figura 83, que mostra a primeira versão do projeto, percebe-se que houve uma simplificação do elemento que avança sobre as águas, sendo então composto por um mirante, uma passarela e um ancoradouro. O espaço entre o Mercado Público Municipal e a Câmara de Comércio ganhou um novo tratamento, sendo chamado de Largo do Mercado.

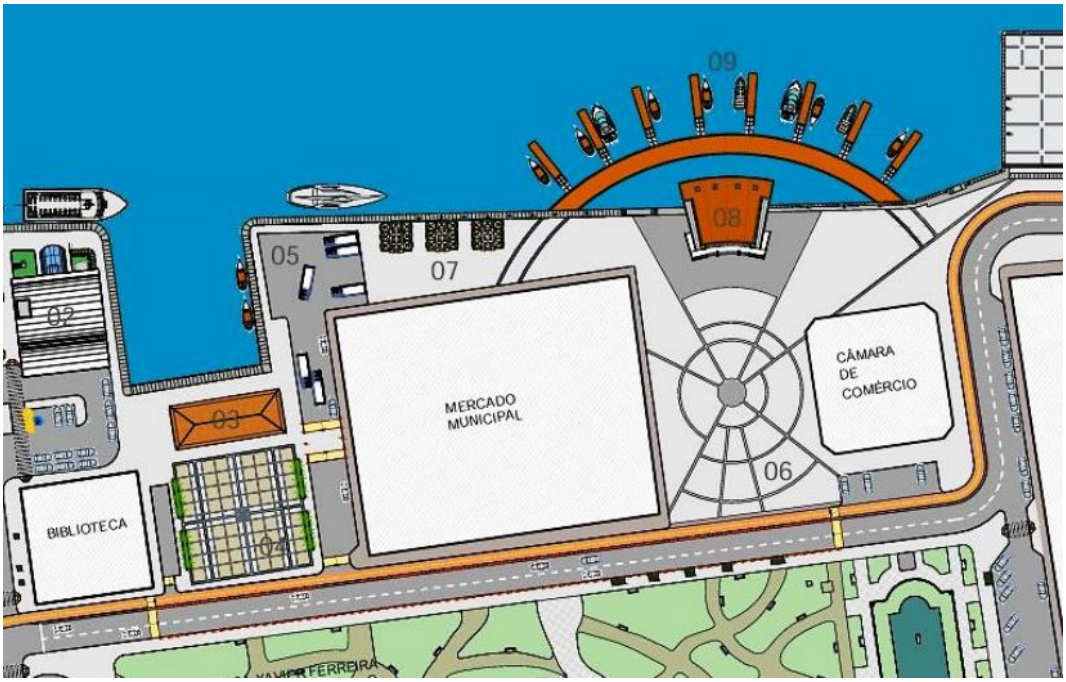
O Memorial Descritivo do Projeto de Revitalização do Porto Histórico do Rio Grande[145] trouxe outras informações sobre o Setor Central. O objetivo do projeto para esse setor foi resgatar áreas contíguas às construções históricas, visando a sua utilização pelos pedestres, e "restabelecer o setor como ponto de encontro da população junto à Lagoa" (Macadar Arquitetura e Consultoria, 2015, p. 1).

---

[143] Disponível em: https://www.portosrs.com.br/site/imprensa_e_midia/revitalizacao_porto_historico. Acesso em: 15 jun. 2024.
[144] *Ibid*.
[145] O documento foi atualizado, havendo a alteração do nome Porto Velho para Porto Histórico.

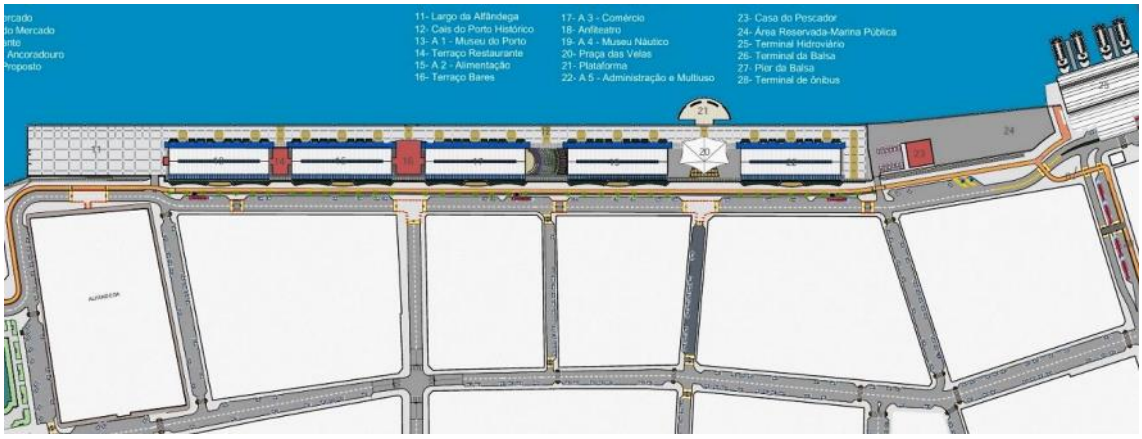
O projeto para o Setor Leste contemplou a restauração dos cinco armazéns e do cais de pedra do Porto Velho, além de uma nova infraestrutura para a Rua Riachuelo. Conforme a próxima imagem (Figura 97), é possível observar que, assim como na primeira proposta, o muro e o gradil do antigo porto foram retirados. A calçada da Alfândega voltada para a Rua Riachuelo ficou mais larga em seu trecho oeste e, do outro lado da rua, foi criado um espaço denominado Largo da Alfândega.

Figura 96 - Recorte da Implantação Geral do Projeto de Revitalização do Porto Histórico do Rio Grande, mostrando o Setor Central, 2015. Legenda, conforme projeto: 2- Hidroviária Estação Mercado, 3- Banca do Peixe, 4- Largo Banca do Peixe, 5- Carga e descarga/ Estacionamento, 6- Largo do Mercado, 7- Quiosques do Mercado, 8- Palco e mirante, 9- Passarela e ancoradouro



Fonte: Macadar Arquitetura e Consultoria Ltda.

Figura 97 - Recorte da Implantação Geral do Projeto de Revitalização do Porto Histórico do Rio Grande, mostrando o Setor Leste, 2015



Fonte: Macadar Arquitetura e Consultoria Ltda.

O Armazém A1 continuou abrigando o Acervo Histórico do Porto do Rio Grande e o Armazém A2 recebeu uma praça de alimentação, uso este estendido para os espaços em cada um dos seus lados, em terraços. O Armazém A3 contemplou atividades comerciais e um auditório e o Armazém A4 continuou abrigando o Museu Náutico. O espaço entre eles recebeu um pequeno anfiteatro. O Armazém A5 ganhou usos administrativos, de serviço e salão de eventos. O espaço entre os armazéns A4 e A5 recebeu a “Praça das Velas”, sendo o acesso principal ao antigo porto. Na sua frente foi criada uma plataforma (trapiche) que avança sobre o estuário (Macadar Arquitetura e Consultoria, 2015).

Após o Armazém A5, foi destinado um espaço para a Casa do Pescador e uma Marina Pública, trazendo assim infraestrutura para um dos antigos usos da rua. Por fim, o projeto previu ainda um novo Terminal Hidroviário para transporte de passageiros até a cidade de São José do Norte, em frente ao último quarteirão da Rua Riachuelo (Q5), próximo à Rua Almirante Barroso. A leste deste, foi criado o terminal para o transporte de veículos (Macadar Arquitetura e Consultoria, 2015).

Visando prosseguir com o objetivo referente ao Setor Central, a Rua Riachuelo “não mais foi considerada como uma rua de alto tráfego, mas como um eixo do desenvolvimento das atividades de Cultura e Lazer e destinada a proporcionar novos usos e novas funções” (Macadar Arquitetura e Consultoria, 2015, p. 6). Dessa forma, foi reduzida a largura das faixas de tráfego de veículos da rua, visando criar um “calçadão” ao lado das calçadas originais mais altas do antigo porto, seguido de ciclovia e canteiro arborizado. Em frente às construções do outro lado da rua, foi criado um tratamento para as calçadas, com rampas e pisos acessíveis.

De uma forma geral, percebe-se que o projeto traz novos elementos para o Centro Histórico e, consequentemente, para a Rua Riachuelo, o que modificará a sua paisagem após a execução. Ao mesmo tempo, evidencia as principais características do lugar, como a proximidade com as águas, e uma combinação de diferentes usos. Sobre esses dois pontos, Sotratti traz a seguinte reflexão:

> Através de sua refuncionalização, acompanhada pela manutenção e modernização de suas formas originais, o patrimônio cultural possibilita a inserção de atividades de amplo interesse da sociedade contemporânea. Dentre essas atividades, o turismo representa – conforme o discurso da requalificação/revitalização urbana - a forma de ressaltar a identidade local e, ao mesmo tempo, conduzir as áreas dotadas de patrimônio cultural a novas dimensões de desenvolvimento (Sotratti, 2015, p. 1).

Além disso, dois aspectos positivos do projeto podem ser considerados. O primeiro é a redução da intervenção em pontos onde os bens estão conservados, como em frente à Travessa do Afonso, entre Q5 e Q6, que recebeu o anfiteatro ao invés dos terraços (Figura 98). O segundo foi o tratamento conferido à rua, que recebeu um pequeno canteiro central com postes de iluminação (Figura 99), lembrando o seu aspecto durante o período de circulação do bonde elétrico.

Figura 98 - Projeto de Revitalização do Porto Histórico, com cais em primeiro plano, seguido do anfiteatro (entre A3 e A4), em frente à Travessa do Afonso



Fonte: Macadar Arquitetura e Consultoria Ltda. Imagem extraída do vídeo do projeto.

Figura 99 - Projeto de Revitalização do Porto Histórico, com a Rua Riachuelo em primeiro plano, mostrando também a Praça das Velas à esquerda e o Armazém A5 à direita



Fonte: Macadar Arquitetura e Consultoria Ltda. Imagem extraída do vídeo do projeto.

No dia oito de novembro de 2019, o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) – Núcleo Cidade do Rio Grande organizou o evento denominado “Novos Rumos do Projeto de Revitalização do Porto Velho do Rio Grande”. O objetivo era celebrar o Dia do Urbanismo e trazer a revitalização do antigo porto mais uma vez ao debate, quatro anos depois da atualização de seu projeto (*Agora*, 8 nov. 2019). O IAB tomava essa iniciativa vinte e dois anos após ter aceitado a missão de coordenar o concurso público.

Durante o evento, que ocorreria no Armazém A1 do Porto Velho, algumas palestras seriam apresentadas nos turnos da manhã e da tarde. Os temas seriam intervenções urbanas em áreas portuárias, estudos feitos para o Porto Velho do Rio Grande, boas práticas de intervenção no espaço público e concursos públicos de arquitetura e urbanismo (*Agora*, 8 nov. 2019).

No turno da noite, haveria a apresentação do “Projeto Executivo de Revitalização do Porto Velho do Rio Grande - Setor Central e Setor Leste”, com os arquitetos e urbanistas Márcio Gomes Lontra e Raul Macadar. Em seguida, ocorreria

uma mesa redonda com o Prefeito Municipal Alexander Lindenmeyer, o Superintendente da Portos RS[146] Fernando Estima, e os arquitetos responsáveis pelo projeto (*Agora*, 8 nov. 2019). Conforme divulgação feita pelo IAB, o objetivo da mesa redonda era gerar um melhor entendimento do projeto de revitalização e "propor ações que buscassem a retomada do processo junto às autoridades envolvidas"[147].

Como consequência do evento, houve a recomendação da criação de uma comissão que buscasse debater questões relativas à execução do projeto e propor alternativas. Tal recomendação foi colocada em prática em 2020, quando o Superintendente da Portos RS, Fernando Estima, constituiu a Comissão PORTO-CIDADE, com representantes da Portos RS, da PMRG, da FURG, do IAB – Núcleo Cidade do Rio Grande, da Câmara de Dirigentes Lojistas do Rio Grande e do Núcleo de Educação e Monitoramento Ambiental – NEMA.

Além da Comissão, foi criado o "Grupo de Trabalho Revitalização do Porto Histórico do Rio Grande", que tratou do processo de revitalização do antigo porto, formado pelos integrantes da Comissão e convidados, como o arquiteto e urbanista Raul Macadar. As reuniões do grupo de trabalho tiveram início em 2020, discutindo ações para a implementação do projeto, assim como de sua inserção dentro da área central e histórica[148].

Por ser importante que um projeto de revitalização urbana considere a dinâmica original do lugar, contribuindo para a sua identidade, são discutidos pelo grupo de trabalho questões relativas aos usos, para que haja uma integração do empreendimento com a área próxima, que já conta com comércios e serviços. Exemplos seriam disponibilizar um espaço para atividades de empreendedorismo ligadas à FURG e aperfeiçoar aspectos relativos à Casa de Apoio ao Pescador e à Marina Pública.

Essas questões também são discutidas de forma a evitar a gentrificação. Esse fenômeno é caracterizado pelo deslocamento da população mais carente residente na rua, que não encontra formas de permanecer no lugar "elitizado", em meio a

---

[146] Em 2019, ocorria a transição da autarquia SUPRG para a empresa pública Portos RS, fato que se consolidou no dia 28 de setembro de 2021, quando foi sancionada pelo Governador Eduardo Leite a Lei Nº 15.717. Disponível em: https://www.portosrs.com.br/site/imprensa_e_midia/noticia/1175. Acesso em: 15 abr. 2024.

[147] Disponível em: https://www.sympla.com.br/evento/novos-rumos-para-a-revitalizacao-do-porto-velho-do-rio-grande/703908?referrer=www.google.com.br. Acesso em: 15 abr. 2024.

[148] Disponível em: https://www.portosrs.com.br/site/imprensa_e_midia/revitalizacao_porto_historico. Acesso em: 15 abr. 2024.

chegada de usuários e estabelecimentos voltados para um maior poder aquisitivo (Braga, 2016). Compreende-se que a revitalização do antigo porto e o tratamento para a Rua Riachuelo irão valorizar os imóveis da região, e que medidas para evitar a gentrificação devem ser estudadas por todas as partes envolvidas no projeto.

Em meio às discussões sobre a conservação do cais do Porto Velho e os usos de seus armazéns, foram abordadas questões relativas ao outro lado da Rua Riachuelo, ocupada por imóveis privados que não fazem parte da área da revitalização, mas que, se forem valorizados, contribuirão para uma nova qualificação não só do antigo porto, mas do Centro Histórico como um todo. Assim sendo, em abril de 2021 foi apresentada a condição dos sobrados e casas térreas da Rua Riachuelo[149], sendo salientada a fragilidade da sua legislação de proteção, principalmente em relação ao Inventário.

No mesmo ano, foi informado que o Armazém A1, ocupado pelo Acervo Histórico do Porto do Rio Grande, teria o seu arquivo deslocado, pois eram aguardados recursos para a execução de sua obra de restauração[150]. Dessa forma, o museu, segunda instituição desse fim surgida na Rua Riachuelo, que estava com atividades suspensas desde 2020, pela pandemia do COVID-19, entrou em uma fase de espera, até que questões relativas à sua restauração sejam definidas.

3.3.2 O panorama da preservação em meio ao início das obras de revitalização

Em 2022, a Prefeitura Municipal do Rio Grande divulgou a assinatura do contrato para a liberação dos valores do programa estadual “Avançar no Turismo”, que deveriam ser aplicados na execução da revitalização do antigo porto (*Oceano*, 18 jan. 2022). Era um passo importante rumo às melhorias que a Rua Riachuelo necessitava. Dessa forma, o investimento maior “para a tão sonhada revitalização” veio do setor estadual, com uma contrapartida da PMRG, que seria aplicada na infraestrutura da rua, enquanto a Portos RS trataria da conservação do cais (*Oceano*, 18 jan. 2022).

---

[149] No dia 30 de abril de 2021, durante a décima reunião do grupo de trabalho, a representante suplente do IAB – Núcleo Cidade do Rio Grande, Eliza Antochevis, ministrou a palestra “Questões legais referentes ao Porto Histórico e à Rua Riachuelo enquanto Patrimônio Histórico”. Disponível em: https://www.portosrs.com.br/site/imprensa_e_midia/noticia/1036. Acesso em: 20 abr. 2024.

[150] Disponível em: https://www.portosrs.com.br/site/imprensa_e_midia/revitalizacao_porto_historico. Acesso em: 20 abr. 2024.

Os principais destaques da proposta foram anunciados no jornal *online* local. Incluíam nova iluminação pública, calçadão, bicicletário, revitalização dos armazéns e outras ações previstas no projeto analisado anteriormente. A novidade apresentada naquele momento estava na “revitalização dos casarões históricos no lado oposto da rua” (*Oceano*, 18 jan. 2022). O anúncio dessa ação gerou a hipótese de que a PMRG tenha iniciado, ou planejado iniciar, tratativas com os proprietários dos imóveis visando o incentivo a ações de conservação e preservação.

Pouco mais de um ano depois, foi anunciado que as obras de revitalização da Rua Riachuelo e dos armazéns do Porto Velho começariam em breve, no dia 6 de fevereiro, trazendo “uma nova cara ao centro Histórico” (*Jornal Tradição*, 5 fev. 2023). Eram informadas, especialmente, as ações para a nova infraestrutura da rua, e que o seu trânsito seria bloqueado nas proximidades da antiga Alfândega para os trabalhos iniciais de drenagem (*Jornal Tradição*, 5 fev. 2023).

Quando iniciaram as suas obras de revitalização, a Rua Riachuelo apresentava praticamente a mesma paisagem de alguns anos antes, mantendo o panorama dos imóveis privadas nos meses seguintes. Não houve grandes mudanças visíveis externamente, nem nas edificações nem nos seus usos. Esse início de 2023 apresentou, então, a camada final desse palimpsesto, antes das mudanças que viriam, pelo menos referentes a uma parte da rua. Mesmo com foco nos aspectos físicos, considera-se que os estados de preservação e conservação dos bens são um reflexo dos desafios enfrentados por aquele lugar, ao longo dos anos.

Considerando a Rua Riachuelo no sentido oeste-leste, os seus três primeiros quarteirões ainda se mantêm preservados e em uso. O Mercado Público Municipal (Q1) encontra-se íntegro, passando frequentemente por obras de conservação (Figura 100). As suas bancas apresentam tanto usos originais como usos novos, como lancherias e loja de *souvenirs*. Bastante próximo ao estuário, assim como a Câmara de Comércio, e não contando com o cais do Porto Velho a sua frente, atrai rio-grandinos e turistas pela paisagem natural e construída que é possível contemplar em suas proximidades.

Ao seu lado, o edifício da Câmara de Comércio, também com seu uso original, apresenta-se pouco alterado. Além de alguns letreiros, suas fachadas secundárias mostram que algumas janelas do térreo foram fechadas por alvenaria. O edifício da antiga Alfândega, atualmente abrigando a Receita Federal e a Coleção Histórica do Museu da Cidade do Rio Grande, encontra-se íntegro em suas fachadas e volumetria,

também recebendo obras de conservação frequentes. A paisagem nos trechos de ruas entre essas edificações preservadas mostra uma unidade e uma intenção em manter as características originais do lugar. Também é possível a contemplação do estuário, sendo essa área bastante utilizada pela população.

Figura 100 - Mercado Público Municipal (Q1) e Câmara de Comércio (Q2) ao fundo, março de 2023



Fonte: Prefeitura Municipal do Rio Grande[151].

Nos últimos anos, a antiga Alfândega continuou fortalecendo a sua posição enquanto marco na paisagem, símbolo da identidade dos rio-grandinos. Mesmo em períodos nos quais alguns de seus setores estiveram fechados para obras de conservação, continuou representando o Rio Grande em telejornais de abrangência estadual, através da apresentação de sua imagem em plano geral. No início de fevereiro de 2023, recebeu a sinalização para a obra de Revitalização do Porto Velho, que começaria nas suas proximidades (Figura 101).

Com relação aos bens que formam o Porto Velho, o cais de pedra encontra-se íntegro, algumas ações de conservação foram feitas nos últimos anos e outras ainda

[151] Disponível em: https://www.instagram.com/p/CrhHZCarTMq/?img_index=4. Acesso em: 15 mai. 2024.

precisam ser executadas[152]. Três dos cinco armazéns também se encontram íntegros, com relação aos seus aspectos externos. Um deles é o Armazém A1, que abriga o Acervo Histórico do Porto do Rio Grande, porém ainda se encontra fechado ao público. Outro bem íntegro é o Armazém A2, que acolhe o Banco do Vestuário Municipal com suas doações recebidas. Por fim, o Armazém A4 também se encontra preservado, e nele encontra-se o Museu Náutico.

Figura 101 – Fotografia da antiga Alfândega do Rio Grande (Q3), fevereiro de 2023



Fonte: Prefeitura Municipal do Rio Grande[153].

Os armazéns 3 e 5 apresentam algumas poucas descaracterizações, como abertura de portas e/ou janelas em suas fachadas laterais. Ambos se encontram sem uso. O Armazém A5 recebeu anteriormente o posto portuário da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e o Plano de Auxílio Mútuo de Rio Grande (PAM)[154]. Com relação à conservação, os cinco armazéns apresentam problemas em seu revestimento exterior e vegetação em parte de suas coberturas (com exceção do Museu Náutico).

[152] Disponível em: http://www.portosrs.com.br/site/imprensa_e_midia/noticia/1358. Acesso em: 20 abr. 2024.
[153] Disponível em: https://www.instagram.com/p/CoVBswcNLrn/?utm_source=ig_web_copy_link&igsh=MzRlODBiNWFlZA. Acesso em: 20 abr. 2024.
[154] Disponível em: https://estado.rs.gov.br/pam-rio-grande-ganha-sede-no-porto-velho. Acesso em: 20 abr. 2024.

Do outro lado da rua, as edificações privadas das cinco faces dos quarteirões encontram-se em diferentes estados de preservação e de conservação, com diferentes usos ou ausência de atividades. No total, são 41 lotes, doze deles no Q4, seis no Q5, cinco lotes no Q6, nove lotes no Q7 e nove lotes no Q8. Desses 41 lotes, seis estão fechados com placas para venda ou aluguel e dois estão em arruinamento. Sendo assim, oito lotes estão desocupados, sendo 19,51% dos cinco quarteirões.

No Q4, mais próximo à área de maior movimentação do Centro Histórico, os usos são variados, sendo uma esquina composta pelo edifício de apartamentos de dois pavimentos e a outra esquina apresentando o posto de abastecimento de combustíveis com loja de conveniências, com tipologia específica. Além desse último, existem apenas dois comércios, ligados a peças mecânicas automotivas.

Na imagem a seguir (Figura 102), à esquerda, visualiza-se sobrados intercalados por muros, oriundos de demolições. À direita, uma parte do Armazém A2 e o Armazém A1, ambos usualmente com os portões fechados. Quase ao centro da imagem, é possível observar a torre com cúpula do prédio da antiga Alfândega, em um ângulo semelhante ao mostrado pelo cartões-postais do início do século XX.

Figura 102 - Fotografia da Rua Riachuelo, parte do Q4 e Armazéns A1 e A2, 2023



Fonte: Acervo da autora.

Com relação ao Q5, uma esquina apresenta um edifício de apartamentos de dois pavimentos e a outra esquina mostra o antigo sobrado da empresa Wilson Sons desocupado (Figura 103). A empresa, após décadas incentivando a vinda de outros serviços ligados à navegação para a Rua Riachuelo, mudou-se para um novo edifício comercial em 2020[155]. Esse quarteirão também apresenta um muro e um gradil. O primeiro é referente a um estacionamento privado com entrada pela Rua Marechal Floriano Peixoto. O segundo é um estacionamento de uma instituição bancária, com acesso também pela Travessa do Afonso. Quase ao centro dos lotes privados, está a primeira casa Abel Asti & Cia., com as descaracterizações apresentadas anteriormente.

Figura 103 - Fotografia da Rua Riachuelo, Q5 e Armazém A3, 2023



Fonte: Acervo da autora.

A seguir, o Q6 também apresenta contrastes. Os dois sobrados próximos à Travessa do Afonso, restaurados pela empresa Sampayo Nickhorn, estão conservados e pouco descaracterizados (Figura 104). O exemplar da esquina está desocupado, fazendo com que a Travessa do Afonso na sua esquina com a Rua Riachuelo seja hoje um setor vazio, correndo os riscos usuais com relação a sua conservação, como acontece com imóveis desocupados.

[155] Conforme anúncios da empresa.

No centro do Q6, as duas construções abrigam empresas de transporte de ônibus, trazendo movimento de passageiros para a rua. Na esquina oposta, estão os dois exemplares citados anteriormente, a edificação original e a sua ampliação, considerados um só pelo inventário, em estado de arruinamento. Em frente a esse trecho de quarteirão, o Museu Náutico anuncia a sua atividade através de seu logotipo, pintado na fachada do Armazém A4.

Figura 104 - Fotografia da Rua Riachuelo, parte do Q6 e Armazém A4, 2023



Fonte: Acervo da autora.

Com relação ao Q7, sua esquina com a Rua Fernando Duprat da Silva é ocupada pelo chalé de madeira construído fora do alinhamento, atualmente desocupado. Isso faz com que essa esquina, que conta com o exemplar em arruinamento citado anteriormente, seja uma das mais descaracterizadas da Rua Riachuelo. Na esquina com a Rua Coronel Sampaio, outra edificação apresenta apenas parte de suas paredes, no nº 51, que viraram um muro para o depósito de barcos e automóveis.

No centro do quarteirão, ainda se observa o mesmo contraste observado anteriormente. Apesar dos dois sobrados estarem mal conservados, o de nº 111 está preservado, enquanto o exemplar ao seu lado, nº 123, está em arruinamento. Outros exemplares térreos também sofreram descaracterizações, com retirada de

ornamentos e alteração dos vãos de abertura (Figura 105). Nesse trecho, não há nenhum comércio ou serviço aberto ao público.

Figura 105 - Fotografia da Rua Riachuelo, parte do Q7, 2023



Fonte: Acervo da autora.

Por fim, apresenta-se um panorama do Q8, último quarteirão da Rua Riachuelo, aquele que teve a sua paisagem menos registrada em aquarelas, cartões-postais e fotografias ao longo de seus praticamente dois séculos de existência. Curiosamente, foi o quarteirão que chegou ao ano de 2023 com mais comércios e serviços e menos lotes vazios. A construção térrea na esquina com a Rua Coronel Sampaio e o sobrado ao seu lado, nº 49 e nº 39, abrigam o Restaurante Píer 49 (Figura 106).

A seguir, a empresa Repamar – Manutenção Naval e Industrial, como o seu próprio nome indica, atua na área de reparo e limpeza navais, como soldas, pintura e limpeza de porões de navios[156]. À esquerda, na construção térrea com platibanda mais baixa, nº 29, funciona a casa noturna Monalisa Show Bar. Esse foi o único estabelecimento com essa atividade verificado na rua.

Ao lado da casa noturna, o sobrado eclético que abrigou a sede da empresa Rafaelle Marsiglia & Filho está dividido em duas unidades, muito descaracterizadas.

[156] Disponível em: https://www.reparmar.com.br/index.php?n_sistema=3007&idiomas=pt. Acesso em: 15 abr. 2024.

Uma delas está desocupada e a outra abriga a Mecânica e Elétrica Soares, no nº 21. Ao seu lado, nos dois sobrados de nº 15 e nº 19, sendo um deles construído com extenso recuo frontal, está a Poly Ferramentas, loja de ferramentas para os setores industrial e naval. Existem mais duas construções aparentemente fechadas, entre elas o sobrado da esquina com a Rua Almirante Barroso, e uma construção desocupada para aluguel.

Figura 106 - Rua Riachuelo, parte de Q8, 2023



Fonte: Acervo da autora.

Dessa forma, encerra-se a apresentação do panorama da Rua Riachuelo com imagens anteriores ao início das obras de revitalização e usos que permaneciam os mesmos em abril de 2024. Esse último quarteirão, apesar de bastante descaracterizado, apresenta alguns dos usos originais da rua, mantendo a sua essência e identidade. Surge a hipótese de que, por estar mais afastado do movimento usual da cidade, o Q8 tenha permanecido com usos que envolvem descrição, como a boate, e com lotes que não foram cobiçados, justamente pela distância, permitindo que continuassem os usos vinculados às atividades portuárias.

3.3.3 A descoberta do antigo cais e os eventos exaltando a Rua Riachuelo

No dia 21 de março de 2023, durante as obras de revitalização do Porto Velho, o jornal *O Litorâneo* anunciou o que seria o "suposto" descobrimento do antigo cais de pedra da Rua Riachuelo. A descoberta fora feita uma semana antes, quando a equipe responsável pelo acompanhamento histórico e arqueológico encontrou a parte inicial da estrutura, nas proximidades da Câmara de Comércio (Veríssimo, 2023).

O acompanhamento ocorreu por se tratar de uma revitalização em uma área histórica, sendo determinado pelo IPHAN. As próximas etapas envolveriam a limpeza do local e a pesquisa sobre a história do cais de pedra do século XIX, realizados pela empresa contratada *Archaeos* Consultoria em Arqueologia[157], para a confirmação da descoberta (Veríssimo, 2023).

Nesse momento, eram acertados os últimos detalhes de uma exposição relacionada à Rua Riachuelo. Denominada "Os antigos cartões-postais e a imagem da cidade do Rio Grande. Parte I – Rua Riachuelo e Porto Velho"[158], a exposição surgiu a partir da pesquisa feita para esta tese, que chegou às coleções de cartões-postais do revisor e tradutor João Reguffe e do arquiteto e urbanista Fabiano Teixeira dos Santos.

Entre conversas sobre a utilização dos postais para contar a história e as memórias da Rua Riachuelo, surgiu a ideia da exposição, que contou com realização do IAB – Núcleo Cidade do Rio Grande, através de sua presidente, a arquiteta e urbanista Liane Friedrich. O evento ocorreu entre os dias 3 e 28 de abril de 2023, na Biblioteca Rio-Grandense. Em matéria do jornal *O Litorâneo*, a ação foi considerada "um presente à comunidade rio-grandina", promovendo o patrimônio cultural da cidade, e "uma mostra da Riachuelo do passado" (Rocha, 2023).

Foram escolhidos para a exposição vinte e quatro postais, mostrando a paisagem da Rua Riachuelo antes e depois da construção dos armazéns nos anos 1920, com imagens que evidenciavam ora o casario, ora o estuário. Os cartões-

---

[157] A equipe é composta pelos arqueólogos Luiz Alberto Silveira da Rosa, Mariana Costa de Moraes Fernandes, Lindaiara Virgulino Tonelli; além da arqueóloga e historiadora Amanda Cristina dos Santos Costa Alves e do historiador Charles Miranda e Silva.

[158] O evento contou com patrocínio e realização do IAB – Núcleo Cidade do Rio Grande; organização de Eliza Antochevis, Fabiano Teixeira dos Santos, João Reguffe e Liane Friedrich; colaboração da Prof.ª Dr.ª Maria Leticia Mazzucchi Ferreira; e apoio da Biblioteca Rio-Grandense, Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural (PPGMP/UFPel), Receita Federal e Estação Café. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CqjwCj8LtZW/?img_index=2. Acesso em: 20 abr. 2024.

postais escolhidos foram impressos com dimensões ampliadas, em placas nos tamanhos A3 e A4, e acompanhados de legendas para facilitar a visualização e a compreensão sobre a história da Rua Riachuelo (Figura 107). Durante o evento, a Biblioteca Rio-Grandense recebeu mais de 160 visitantes, entre rio-grandinos e turistas, de diferentes faixas etárias e ocupações[159].

Figura 107 – Exposição “Os antigos cartões-postais e a imagem da cidade do Rio Grande. Parte I – Rua Riachuelo e Porto Velho”, na Biblioteca Rio-Grandense, abril de 2023



Fonte: Acervo da autora.

Em maio de 2023, a *Archaeos* Consultoria em Arqueologia organizou a exposição “Arqueologia e História do Cais do Porto Velho do Rio Grande, RS” na Biblioteca Rio-Grandense. O material de divulgação mostrou uma fotografia aérea da estrutura encontrada, que foi confirmada como sendo o antigo cais de pedra

[159] Disponível em: https://www.instagram.com/p/CsCCv-nr8yP/?img_index=1. Acesso em: 15 abr. 2024.

construído nos anos 1870 (Figura 108). A fotografia pode ser comparada com a Figura 23, que mostra o Cais da Alfândega.

Na exposição, foram exibidas algumas das peças encontradas no local, “como louças, garrafas de vidro (água mineral, vinho do Porto) e outros objetos do século XIX” (Archaeos, 2023). Sobre o cais, a empresa informava que a obra continuava acontecendo, junto com o trabalho da equipe, e que, mesmo existindo registros sobre o antigo cais, descobrir a estrutura intacta foi “uma descoberta muito importante e bastante rara” (Archaeos, 2023).

Figura 108 - Material de divulgação da exposição “Arqueologia e História do Cais do Porto Velho do Rio Grande, RS”, maio de 2023



Fonte: *Archaeos* Consultoria em Arqueologia[160]

A notícia da descoberta do cais de pedra e dos objetos teve grande repercussão, chegando a jornais de abrangência estadual. Em edição da *Zero Hora* de junho, era noticiado que a equipe responsável pela escavação havia encontrado

[160] Disponível em: https://www.instagram.com/p/CsRe3gHMcRj/?img_index=1. Acesso em: 15 mai. 2024.

mais de “3 mil objetos ou pedaços de utensílios”, entre vidros, frascos de remédios, metais, artigos relacionados à navegação, entre outros (Chaves, 2023).

Foi informado pelo coordenador do licenciamento arqueológico da empresa *Archaeos*, Luiz Alberto Silveira, que muitos dos objetos encontrados só poderiam ser adquiridos por pessoas de alto poder aquisitivo (Chaves, 2023). Essa informação vai ao encontro daquelas apresentadas sobre o primeiro tempo da rua, no qual as casas comerciais não só vendiam produtos de alta qualidade, como seus proprietários usufruíam de condições de vida prósperas.

Era o tempo do apogeu da Rua Riachuelo vindo à tona através da arqueologia, graças às primeiras sementes para a revitalização do Porto Velho terem sido plantadas em meados dos anos 1990 por técnicos da antiga SUPRG e da PMRG. Os vestígios tangíveis desse tempo eram então expostos à comunidade, auxiliando na divulgação da história desse lugar repleto de especificidades e da própria cidade do Rio Grande.

Em maio de 2023, ocorreu na cidade mais uma edição da Noite do Centro Histórico[161]. Assim como nas edições anteriores, os espaços públicos da área histórica, como a Praça Xavier Ferreira e o Largo Barbosa Coelho, receberam atrações musicais. Estiveram abertos vários museus, como o Museu da Cidade do Rio Grande, levando o público até a Rua Riachuelo.

O Mercado Público Municipal esteve aberto, assim como muitas das suas lojas e restaurantes. Pelo seu significado enquanto lugar de entretenimento e edificação histórica, que abriga muitos usos ligados à identidade rio-grandina, foi bastante valorizado, tendo inclusive a fotografia de sua fachada e arredores no material de divulgação do evento (Figura 109).

A antiga Alfândega também esteve aberta à visitação e recebeu mostras e exposições. Estiveram presentes a exposição “Os antigos cartões-postais e a imagem da cidade do Rio Grande. Parte I – Rua Riachuelo e Porto Velho”, assim como a “Exposição sobre a História e Arqueologia do Cais do Porto Velho”, organizada pela empresa *Archaeos*. A empresa também foi responsável por visitas ao cais de pedra

[161] A Noite do Centro Histórico foi uma realização da Prefeitura Municipal de Rio Grande, Makki Produções e Ministério da Cultura; planejamento cultural e produção da Um Cultural; patrocínio da CMPC e financiamento da Lei Federal de Incentivo à Cultura. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CspB6QquuBM/?img_index=9. Acesso em: 15 abr. 2024.

do século XIX da Rua Riachuelo, nos dois dias do evento, realizando atividades de educação patrimonial (Prefeitura Municipal do Rio Grande, 2023a).

Figura 109 - Material de divulgação da Noite do Centro Histórico, 2023



Fonte: Instagram do evento[162].

Aproximadamente três meses depois, em comemoração ao Dia Nacional do Patrimônio Histórico[163], em 17 de agosto, Rio Grande organizou a sua primeira Semana do Patrimônio, um evento cultural e acadêmico, realizada entre 15 e 20 de agosto. O tema do evento foi “Rio Grande – das Águas ao Cais de Pedra”, e visou a valorização dos patrimônios da cidade, materiais e imateriais (Prefeitura Municipal do Rio Grande, 2023b). Além do nome, em homenagem ao antigo cais de pedra descoberto, a fachada da Alfândega, voltada para a Rua Riachuelo, estampou o material de divulgação do evento (Figura 110).

[162] Disponível em: https://www.instagram.com/p/Cr4CjZHP1By/?img_index=1. Acesso em: 15 mai. 2024.

[163] “O espírito incansável do historiador e jornalista mineiro Rodrigo Melo Franco de Andrade, como defensor do Patrimônio Cultural Brasileiro, provocou a criação do Dia Nacional do Patrimônio Histórico, comemorado desde 1998, quando o primeiro presidente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) completaria 100 anos”. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/noticias/detalhes/3764/17-de-agosto-dia-nacional-do-patrimonio. Acesso em: 15 jun. 2024.

O edifício, em frente ao antigo cais descoberto, acolheu atividades como palestras, seminários e oficinas. Entre os eventos, ocorreu a palestra de apresentação do projeto de Revitalização do Porto Histórico do Rio Grande, que naquele momento dava os seus primeiros passos, com os arquitetos Raul Macadar e Márcio Lontra, e com participação e mediação do Diretor da Portos RS Fernando Estima[164].

Figura 110 - Material de divulgação da Semana do Patrimônio em Rio Grande, 2023



Fonte: Prefeitura Municipal do Rio Grande, 2023b.

Novamente, estavam presentes no evento a exposição de cartões-postais, com realização do IAB – Núcleo Cidade do Rio Grande; e a exposição dos artefatos descobertos pela equipe de historiadores e arqueólogos da *Archaeos*. Os organizadores das exposições desenvolveram a roda de conversa “Imagem, tempo, memória e cais”, na qual foram discutidos temas como a educação patrimonial, a história das cidades e o uso dos cartões-postais para caracterizá-las.

[164] Disponível em: https://www.instagram.com/p/CviKTmxvdEJ/?img_index=4. Acesso em: 15 abr. 2024.

Nesse momento, Rio Grande voltou o seu olhar para a Rua Riachuelo, praticamente duzentos anos depois da sua criação, tendo como ator principal o antigo cais de pedra, trazendo uma parte da camada desse palimpsesto dos anos 1870 para os anos 2020. Essa camada pode ser considerada como uma etapa da paisagem que, conforme Ingold é “um registro duradouro – um testemunho – das vidas e obras de gerações passadas que habitaram dentro dela e, ao fazê-lo, deixaram lá algo de si mesmas” (1993, p. 152).

A revitalização da rua já é uma realidade, e os eventos culturais de 2023 tiveram uma abrangência para além dos técnicos das instituições públicas, chegando à população, através das ações culturais e de educação patrimonial. A vontade de memória, pelo menos para com algumas porções da sua paisagem, está vencendo obstáculos e crescendo em cada rio-grandino e visitante desse lugar.

4 Análise comparativa visual dos três tempos

4.1 O desenho técnico e suas múltiplas aplicações

4.1.1 O desenho técnico e a educação patrimonial

Após apresentar a “biografia” da Rua Riachuelo nos capítulos anteriores, através dos textos e imagens parciais da rua, este último capítulo teve como objetivo propiciar a comparação visual dos diferentes tempos da rua. Muitos dados dos textos foram extraídos de documentos iconográficos, como aquarelas, gravuras, cartões-postais e fotografias. No entanto, percebeu-se que os dados visuais desses documentos também poderiam ser apresentados de forma mais direta e próxima, auxiliando na comparação entre os três tempos da rua.

Para tanto, esta tese apresentou as elevações, ou seja, conjuntos de fachadas públicas das edificações da Rua Riachuelo, mostrando as características da sua arquitetura voltada para a rua. As fachadas são desenhos técnicos que compõem o projeto arquitetônico e podem fazer parte do levantamento cadastral do bem imóvel, em projetos de restauro ou requalificação. Considerando as fotografias encontradas e o tempo disponível para a elaboração dos desenhos, foram realizadas fachadas do Q3, Q4, Q5 e Q6. Essas fachadas foram apresentadas em duas versões – uma humanizada e uma técnica.

A versão humanizada apresentou, além das edificações, os elementos de infraestrutura, como postes de iluminação; os meios de transporte, desde carroças até automóveis; as calungas (representações de figuras humanas) e alguns outros elementos, como barris e caixas. Todos esses elementos foram reproduzidos visando facilitar a compreensão do leitor/observador com relação às atividades realizadas na rua, bem como do seu panorama geral.

A versão humanizada também apresentou a profundidade da rua e do cais, saindo de um modelo padrão de fachadas em duas dimensões, para um modelo com elementos em perspectiva, em três dimensões. Somada aos elementos presentes nos desenhos, essa versão enfatizou o próprio movimento realizado na rua e o seu funcionamento ao longo dos anos.

Segundo Amorim (2007), os projetos que visam documentar o patrimônio cultural material, mais especificamente urbano, têm como objetivo divulgar a

arquitetura e outros elementos, e chamar a atenção para a urgência de uma educação patrimonial. Dessa forma, compreende-se que esses desenhos poderão ser utilizados para ações nesse campo.

A Rua Riachuelo pode ser analisada enquanto um patrimônio cultural e, consequentemente, ser objeto de educação patrimonial, termo que começou a ser utilizado no Brasil a partir dos textos escritos por Horta nos anos 1980 (Pinheiro; Siqueira, 2020). Em 1999, foi publicado o *Guia Básico da Educação Patrimonial*, uma publicação do IPHAN e do Museu Imperial, com autoria de Horta, Grunberg e Monteiro. O guia definiu educação patrimonial como um método constante e ordenado de trabalho educacional visando o patrimônio cultural como fonte elementar de conhecimento e desenvolvimento individual e coletivo (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 4).

Essa definição, que salienta a necessidade de passar informações sobre os bens patrimonializados para o público, a partir de “evidências e manifestações da cultura” (Horta; Grunberg; Monteiro, 1999, p. 4), criando uma aproximação e um contato entre ambos, foi e continua sendo amplamente utilizada. Em meio a isso, outras definições surgiram, algumas delas com uma abordagem mais ampla, adaptadas a diferentes públicos e lugares.

Conforme Pinheiro e Siqueira (2020), há vertentes da educação patrimonial que buscam enfatizar os bens materiais e imateriais ainda não reconhecidos. As ações podem ser adaptadas a cada grupo, buscando bens que evidenciem a sua cultura, e podem receber o nome Educação para o Patrimônio. Segundo os autores, a educação patrimonial é um processo educacional baseado em metodologias diversas, visando proporcionar aos alunos novas experiências, além da apresentação do que já foi patrimonializado (Pinheiro; Siqueira, 2020).

Nesse sentido, entendendo a educação patrimonial como um conjunto de ações que visa apresentar os bens patrimonializados (inventariados, tombados), e aqueles que ainda não o são, para uma comunidade, criando uma relação de proximidade entre eles, a Rua Riachuelo se torna um lugar propício para tais ações. A rua apresenta bens remanescentes patrimonializados e não patrimonializados, e está localizada no centro da cidade, sendo acessível aos turistas e a uma grande parte da população.

Não só esses bens poderão ser objetos de ações de educação patrimonial, como também aqueles que anteriormente desapareceram, havendo na Rua Riachuelo

muitos desses casos. Segundo Oliveira (2008, p. 13), o registro iconográfico (a fotografia ou o desenho técnico) supre, ainda que parcialmente, a necessidade humana de manter contato “com o que se foi”, sendo um importante instrumento para a preservação da memória.

As fachadas humanizadas das edificações poderão ser utilizadas, complementando a compreensão e até mesmo se tornando um material mais acessível ao entendimento, considerando as diversas formas de inteligência existentes. Essas fachadas, mostrando os três tempos, poderão auxiliar em ações educativas diversas, como visitas guiadas, mostrando a trajetória de vidas e de atividades que repercutiram na paisagem da rua. A arquitetura será compreendida enquanto história e lembrança, pois, conforme Ricoeur (2021, p. 157), “cada prédio erguido apresenta em sua construção (ao mesmo tempo ato e decorrência do ato) a memória petrificada do edifício se erguendo”.

No entanto, as fachadas humanizadas apresentadas não mostram apenas a arquitetura da rua ao longo do tempo. Mostram as carroças, os bondes de tração animal e elétrico, os diferentes postes de iluminação, e até mesmo as vestimentas das figuras humanas. Todos esses elementos da cultura material auxiliarão o observador a entender como era a rua em outro tempo, compreendida como um espaço de interação entre os atores sociais e o meio-ambiente.

4.1.2 O desenho técnico como registro do patrimônio cultural

Além das fachadas humanizadas que auxiliarão a comparação visual dos tempos da Rua Riachuelo, também foram realizadas fachadas técnicas. A versão técnica mostrou as fachadas públicas em sua forma usual, ou seja, uma vista frontal em duas dimensões, através da representação dos comprimentos e alturas das edificações. O objetivo principal dessa versão foi mostrar as fachadas por completo, sem nenhum elemento a sua frente, evidenciando seus detalhes.

Com vistas a isso, foram desenhados os componentes das fachadas, como as aberturas, coberturas (telhados), platibandas, balcões e gradis, ornatos e outros. Esses elementos permitiram caracterizar as diferentes correntes arquitetônicas ao longo do texto e auxiliarão a análise comparativa visual. Além desses, também foram representadas nas fachadas as pinturas indicando os nomes dos comércios ou o que vendiam, e/ou os aparatos publicitários anexados a elas, como placas e toldos.

As fachadas resultantes de levantamentos físicos, assim como as fotografias e os rascunhos, podem resultar em um banco de dados para o patrimônio cultural, auxiliando em ações de preservação. Também estão incluídas as ortofotos[165], criadas durante o processo de documentação do bem, os dados e os modelos tridimensionais, que podem ser utilizados em livros, inventários e catálogos (Amorim, 2007).

Além das fachadas técnicas, também foram realizados os desenhos das suas silhuetas, ou seja, dos seus contornos. As silhuetas tiveram por objetivo facilitar a comparação da forma das edificações ao longo do tempo, evidenciando o surgimento ou a perda de marcos na paisagem. As silhuetas, pela sua simplicidade, não foram apresentadas nos Apêndices, mas no texto junto ao item final deste capítulo.

Segundo Oliveira (2008, p. 29), além do valor documental, simbólico e afetivo da representação cadastral de um bem cultural, a mesma é um “instrumento inseparável dos que têm a difícil missão de intervir em um monumento”. As intervenções usuais são os restauros ou as requalificações, que demandam um levantamento cadastral de extrema precisão, nos quais, por exemplo, todas as aberturas são representadas individualmente, mesmo que a diferença de medidas entre elas esteja na casa dos milímetros.

Em alguns casos, como nos inventários, a precisão poderá ser atenuada, considerando o grande número de edificações a serem representadas por equipes reduzidas em um curto espaço de tempo. De um modo geral, são “desenhos que nos mostram somente a caracterização distributiva dos espaços” (Oliveira, 2008, p. 29). As fachadas presentes nos inventários podem servir para conferência do estado atual em relação ao estado em que o bem deveria ter sido mantido preservado.

Segundo Neutzling (2018, p. 29), o inventário deveria ser reconhecido como a etapa inicial para qualquer outra ação a ser desenvolvida no campo da preservação, pois permite o primeiro conhecimento do bem. Para esse instrumento de preservação, são coletados dados como a localização do imóvel, o proprietário e a época da construção, além de ser realizado registro fotográfico (Neutzling, 2018). Os desenhos técnicos também podem ser utilizados nos inventários, junto aos elementos mais usuais, auxiliando nessa caracterização da edificação.

Sendo o bem cultural inventariado ou não, o seu registro a partir de uma documentação aprofundada torna-se essencial, considerando-se o risco que ele sofre

[165] Fotografias corrigidas em *softwares* para se assemelharem a imagens ortográficas (Amorim, 2007).

pelo abandono. Dessa forma, essa documentação visa não apenas a preservação da memória, mas também a proteção no caso desse imóvel sofrer desgastes e entrar em um estado, por exemplo, de arruinamento (Amorim, 2007).

A modelagem computacional, também chamada maquete virtual, pode ser uma forma de registro e divulgação de bens que já foram destruídos, perdidos, mas cujos dados foram poupados. Nesse caso, é chamada de modelagem para reconstrução ou reconstituição (Cavalcanti, 2019). Se pensarmos que os desenhos técnicos são, em muitos casos, as bases para a modelagem computacional, eles também podem ser chamados de desenhos para reconstituição.

Com relação à Rua Riachuelo, foram desenhadas fachadas de edificações não mais existentes, através de fotografias analisadas. Esses exemplares foram substituídos por outros ainda nas décadas de 1920 e 1930, como no caso da esquina com a Travessa do Afonso, ou viraram espaços não construídos que abrigam estacionamentos.

Além desses casos, também foram observados os estados de arruinamento em que as paredes externas ainda guardam ornatos delicados, como o antigo sobrado nº 10 da Rua Fernando Duprat da Silva, na esquina com a Rua Riachuelo, no Q6. Esse exemplar poderá ter as fachadas restauradas, ou sofrer uma demolição. No primeiro caso, os desenhos das fachadas poderão ser um suporte, junto com um levantamento cadastral de conferência, para o restauro de alguns de seus elementos. No segundo caso, as fachadas desenhadas serão o testemunho documental de uma forma de projetar não mais existente.

A respeito dos vestígios atuais, eles também foram representados, mesmo quando se configuram como restos de demolições. Foi o caso do nº 235 da Rua Riachuelo, no Q5. A fachada referente ao primeiro pavimento foi demolida, restando apenas a parte inferior, correspondente ao térreo. No entanto, a partir de um olhar mais próximo e atento, foi possível perceber um vestígio, uma parte que não foi demolida e que ainda guarda uma pilastra com capitel, um vestígio do início do século XX, ou ainda anterior.

4.2 As escolhas e os métodos para a representação da Rua Riachuelo

4.2.1 As escolhas para a realização das elevações

Visando uma melhor análise desse palimpsesto que compôs a Rua Riachuelo ao longo de seus aproximadamente 200 anos, ela foi considerada do mesmo modo que nos capítulos anteriores: incluindo desde o cais até as fachadas frontais dos edifícios do outro lado da rua, e em cada um dos seus três tempos. Considera-se que as elevações do primeiro e do segundo tempo serão de restituição, buscando reviver a história e as memórias desses tempos. Em sua comparação com os desenhos do tempo presente, mostrarão o que foi danificado, mas também possibilitarão a valorização dos remanescentes.

Dentro de cada tempo, ou período da rua, foi preciso escolher qual seria o ano ou a década a ser representada, pois algumas edificações sofreram alterações ao longo de cada um desses tempos. As escolhas foram embasadas em dois critérios: o momento mais representativo de cada tempo e o momento sobre o qual se obteve um maior número de registros fotográficos.

Com relação ao primeiro tempo, que compreendeu desde a década de 1820 até o ano de 1914, da criação ao apogeu, foi escolhida a primeira década do século XX, ou seja, o período entre 1901-1911, para serem obtidos os dados. Verificou-se que esse período mostrou a rua com o primeiro cais de pedra, símbolo de sua evolução, com edifícios que marcaram a sua história, como a antiga Alfândega, e com os característicos usos das casas comerciais. A quantidade de fotografias e cartões-postais desse período, pesquisados até o momento, foi adequada, pois permitiu a visualização de todos os trechos do Q3 ao Q6.

Acerca do segundo tempo, ou seja, entre 1915 e 1986, do abandono à descaracterização, foi tomada uma decisão diferente. Como não foram encontrados registros fotográficos suficientes da rua em um único ano ou década, as fachadas precisaram ser separadas e agrupadas. No Q4, por exemplo, duas fachadas mostraram características de 1941, seguidas de outras duas fachadas com elementos dos anos 1930-40, duas fachadas de 1946 e duas fachadas dos anos 1970. Nesse quarteirão, também existem fachadas não desenhadas, representadas por sombras, por não terem sido encontrados registros delas naquele tempo.

Essa pouca quantidade de registros fotográficos, e iconográficos no geral,

confirmou a fase de esquecimento da rua. Existe um contraste entre o primeiro tempo, apresentado em muitas fotografias e cartões-postais que circularam o mundo, e o segundo tempo. Assim como também existe um contraste entre as fotografias presentes em documentos de instrumentos de preservação e de festividades do terceiro tempo, em comparação com as do segundo.

Sobre o terceiro tempo, o tempo da memória e do patrimônio, entre 1987 e a atualidade, foram considerados para as fachadas os registros do início do ano de 2023, antes do começo da revitalização do Porto Velho e da Rua Riachuelo. Essa decisão foi tomada porque não existia uma previsão exata para o término da obra, que traria mudanças para a rua e os armazéns do porto. De fato, em maio de 2024, quando os textos desta tese foram revisados pela última vez, as obras da rua não haviam terminado, e as obras dos armazéns não haviam iniciado.

Outra decisão importante ocorreu com relação à não utilização de cores nos desenhos das fachadas. As linhas que as compõem são pretas e cinzas, com espessuras mais grossas destinadas aos elementos maiores e que estão mais perto do observador; e mais finas quando os elementos estão mais distantes e/ou quando se trata de detalhes.

Essa escolha ocorreu pelas poucas informações encontradas sobre o uso da cor no primeiro e no segundo tempos da rua. A grande maioria das fotografias desses tempos, por exemplo, são em preto e branco. Com relação aos cartões-postais do primeiro tempo, por mais que os mesmos utilizassem variadas cores, estas não podem ser consideradas como as tonalidades reais. Segundo Torres (2024, p. 63), esses postais colorizados são “produções artísticas que reproduzem cenários ‘reais’, mas ‘aformoseados’", sendo a escolha das cores uma "’atração estética’ para os consumidores de cartões”. Ainda segundo o autor, utilizar os cartões como uma representação real das cores, sem uma análise comparativa, pode levar a uma imprecisão (Torres, 2024, p. 63).

Um processo que pode ser utilizado nesses casos de investigação e documentação do bem imóvel é a estratigrafia, estudo dos estratos (geológicos ou fósseis) assentados uns sobre os outros ao longo do tempo (Oliveira, 2008). No entanto, tal estudo envolveria profissionais de outras áreas e outras técnicas, que não cabem a esta pesquisa.

Por último, cabe dizer que foram desenhadas as fachadas dos dois lados da Rua Riachuelo: do lado norte, mostrando os armazéns (existentes no segundo e no

terceiro tempo), e do lado sul, mostrando as edificações. A rua em si, assim como os demais elementos, no caso das fachadas humanizadas, foi representada em ambos os lados.

4.2.2 Os métodos de trabalho empregados

Após as decisões de projeto, foram escolhidos os métodos de trabalho para o levantamento das informações referentes aos desenhos. Inicialmente, foi realizado o levantamento físico dos lotes na Rua Riachuelo em frente ao Porto Velho. Foram utilizadas trenas manuais e trenas a *laser* para medir o comprimento total do lote (testada) e da edificação, assim como alturas e comprimentos das aberturas e ornamentos do pavimento térreo. Também foi feito o levantamento fotográfico de cada um dos lotes, buscando-se registros que mostrassem a fachada de forma ortogonal, como uma ortofoto, sem distorções ou inclinações.

As medidas obtidas com o levantamento foram comparadas com a planta da região central da cidade, que apresenta os quarteirões e os lotes com suas numerações[166]. Nos poucos casos em que houve divergências de alguns centímetros, foram consideradas as medidas do levantamento. Foi iniciado o desenho técnico das fachadas das edificações no *software* AutoCAD 2022, na versão gratuita para estudantes. Para a representação de elementos que não puderam ser medidos, por sua altura ou difícil acesso, a fotografia correspondente à cada fachada foi inserida no *software* e escalonada com base nas medidas conhecidas.

A etapa do levantamento teve início pelo Q4, o primeiro conjunto de lotes privados da rua no sentido oeste-leste. No dia 4 de novembro de 2021, foi realizado o levantamento físico-fotográfico[167] das fachadas dos 12 lotes desse quarteirão, entre as ruas Ewbank e Benjamin Constant. Um exemplo do levantamento e posterior desenho foi a fachada do n° 267/269 da Rua Riachuelo (Figura 111), que abriga hoje um comércio de peças automotivas no térreo, e abrigou no primeiro tempo a Companhia Nacional de Navegação Costeira.

[166] Esse material foi fornecido pela Prefeitura Municipal do Rio Grande.
[167] O levantamento foi realizado pela autora com auxílio das acadêmicas de Engenharia Civil da FURG Carolina Rodrigues Veiga e Thamires Raqueli Steffler, que foram contratadas por estágio remunerado.

Figura 111 - Fotografia (à esquerda) e representação da fachada (à direita) do n° 267/269 da Rua Riachuelo (Q4), no terceiro tempo



Fonte: Autora, 2022.

O levantamento físico-fotográfico do Q5 ocorreu no dia 31 de julho de 2022[168], enquanto o levantamento do Q6 foi realizado no dia 5 de novembro de 2023. Com relação ao edifício da antiga Alfândega, foi cedido o desenho das suas fachadas[169] pela Receita Federal, e utilizado como referência. Os cinco armazéns do Porto Velho tiveram suas fachadas desenhadas a partir das medidas observadas nas modelagens (maquetes eletrônicas) do projeto de Revitalização do Porto Histórico, cedidas pelo arquiteto Marcio Lontra, um dos profissionais responsáveis. Tanto os materiais da antiga Alfândega como dos armazéns tiveram suas medidas gerais conferidas através do Google Maps.

Após o término dos levantamentos e desenhos das fachadas de cada quarteirão, foram analisadas as fotografias que mostram as edificações no primeiro tempo da rua. Foram comparadas as fachadas dos dois tempos, buscando os vestígios do passado no presente, e a relação entre os comprimentos dos lotes e das edificações. Após a confirmação de que se tratava dos mesmos lotes, as fotografias do primeiro tempo foram tratadas, buscando a sua retificação, para corrigir distorções e apresentar a fachada antiga de forma ortogonal.

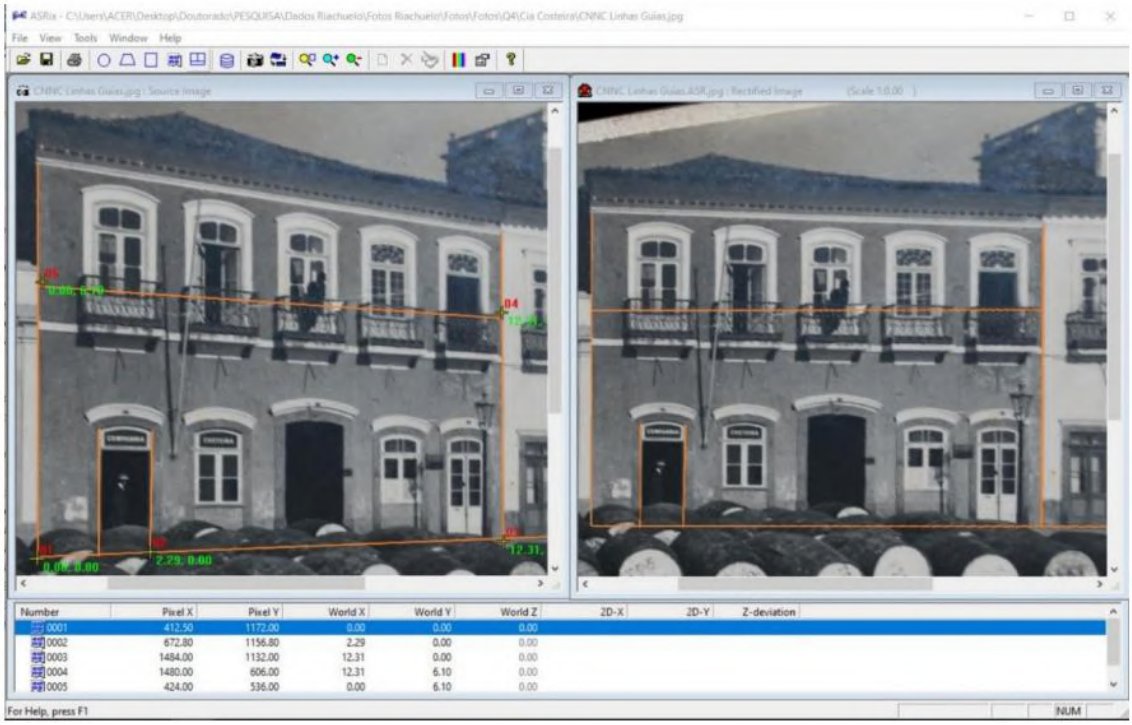
Com esse intuito, foi utilizado o *software* ASRix 2.0, em sua versão gratuita (por tempo limitado) para a correção individual de cada imagem, marcando as medidas de referência do tempo presente, através das coordenadas (x, y) de cinco pontos.

[168] O levantamento foi realizado pela autora com auxílio do acadêmico de Engenharia Civil da FURG Gilberto V. Rech, que foi contratado por estágio remunerado.
[169] O desenho técnico utilizado como referência é de autoria da Arquiteta e Urbanista Mirna Cortopassi Lobo.

Conforme explica Heidtmann *et al.* (2017, p. 7), a retificação ocorre por meio da “realocação dos pixels da imagem”, tendo como base os pontos marcados e referenciados. Esse processo acontece corretamente apenas dentro do polígono criado pelos pontos.

Como exemplo, foi realizada a retificação da fachada do nº 267/269 da Rua Riachuelo (Figura 112), antiga Companhia Nacional de Navegação Costeira. Para esse caso, foram considerados o comprimento total da edificação e o comprimento do vão da porta do pavimento térreo à esquerda, que se mantém o mesmo atualmente.

Figura 112 - Fotografia com a fachada do n° 267/269 em perspectiva (à esquerda) no primeiro tempo e com elementos do térreo retificados através do *software* ASRix 2.0 (à direita)



Fonte: Autora, 2022. Com base em fotografia do acervo da Biblioteca Rio-Grandense.

Com as antigas fotografias retificadas, foi possível representar no *software* AutoCAD (em diferentes versões, de 2022 a 2025) a grande maioria dos elementos do primeiro tempo que haviam sido suprimidos das fachadas, assim como exemplares inteiros que haviam sido demolidos. As exceções foram alguns elementos do primeiro tempo, como os gradis das edificações nº 273, nº 279, nº 289 e nº 1/3/9 da Rua Ewbank, todos do Q4; assim como os nº 205 e nº 237 do Q5; e do nº 175 do Q6. Todos esses gradis foram desenhados por suposição, copiando gradis do mesmo período de outras edificações.

Sobre o grau de precisão das elevações apresentadas, elas estão entre o levantamento esquemático e distributivo dos espaços e o levantamento cadastral de precisão. Isso significa que pode haver diferenças, conforme testes realizados, de um a três centímetros entre os elementos desenhados a partir das fotografias escalonadas ou retificadas e os elementos reais não mais existentes, ou existentes que não puderam ser medidos.

Visando trazer agilidade para o trabalho, alguns elementos repetidos (como portas, janelas, pilastras e ornatos), foram representados como cópias, a partir do mesmo elemento base, mesmo quando existia uma diferença entre eles de até três centímetros. Dessa forma, as fachadas poderão auxiliar em intervenções como restauros e requalificações de imóveis da Rua Riachuelo, desde que utilizadas como bases, acompanhadas de um levantamento cadastral de precisão realizado pelos profissionais responsáveis.

A ordem de representação dos desenhos técnicos referente aos três tempos ocorreu baseada nos seguintes motivos: o terceiro tempo, o tempo atual, apresentou a possibilidade de levantamento físico e fotográfico, o que trouxe mais dados referentes às fachadas obtidos com precisão. Posteriormente, as fotografias do primeiro tempo permitiram a representação de aberturas e ornamentos em seu estado íntegro. Por último, o segundo tempo, o tempo do declínio, contou com dados referentes tanto ao tempo atual quanto ao primeiro tempo.

Outra questão referente às fachadas do segundo tempo foi o caso dos exemplares que não foram encontrados nas fotografias, que receberam uma sombra. Outros exemplares foram visualizados parcialmente em fotografias, sendo que os desenhos dos elementos não visíveis foram feitos com base naqueles observados. Foram o caso das aberturas e platibandas dos nº 223 e nº 229 do Q5; e nº 175 do Q6.

Alguns elementos de infraestrutura, como os postes de iluminação, foram representados através dos mesmos métodos utilizados para as edificações. O bonde elétrico foi representado a partir de fotografias da Rua Riachuelo, e o bonde de tração animal através de fotografias de outras ruas do centro da cidade, porém sabendo-se que se tratava do mesmo modelo a circular na cidade (Lima, 2018).

Dessa forma, foram apresentados nos Apêndices D a N as Pranchas 1 a 11, contendo as elevações do Q3 ao Q6 e dos armazéns A1 a A4. Esses conjuntos de fachadas foram expostos nas versões técnica e humanizada, nos três tempos vividos pela Rua Riachuelo.

4.3 A Rua Riachuelo – um palimpsesto

4.3.1 As camadas do tempo do Q3

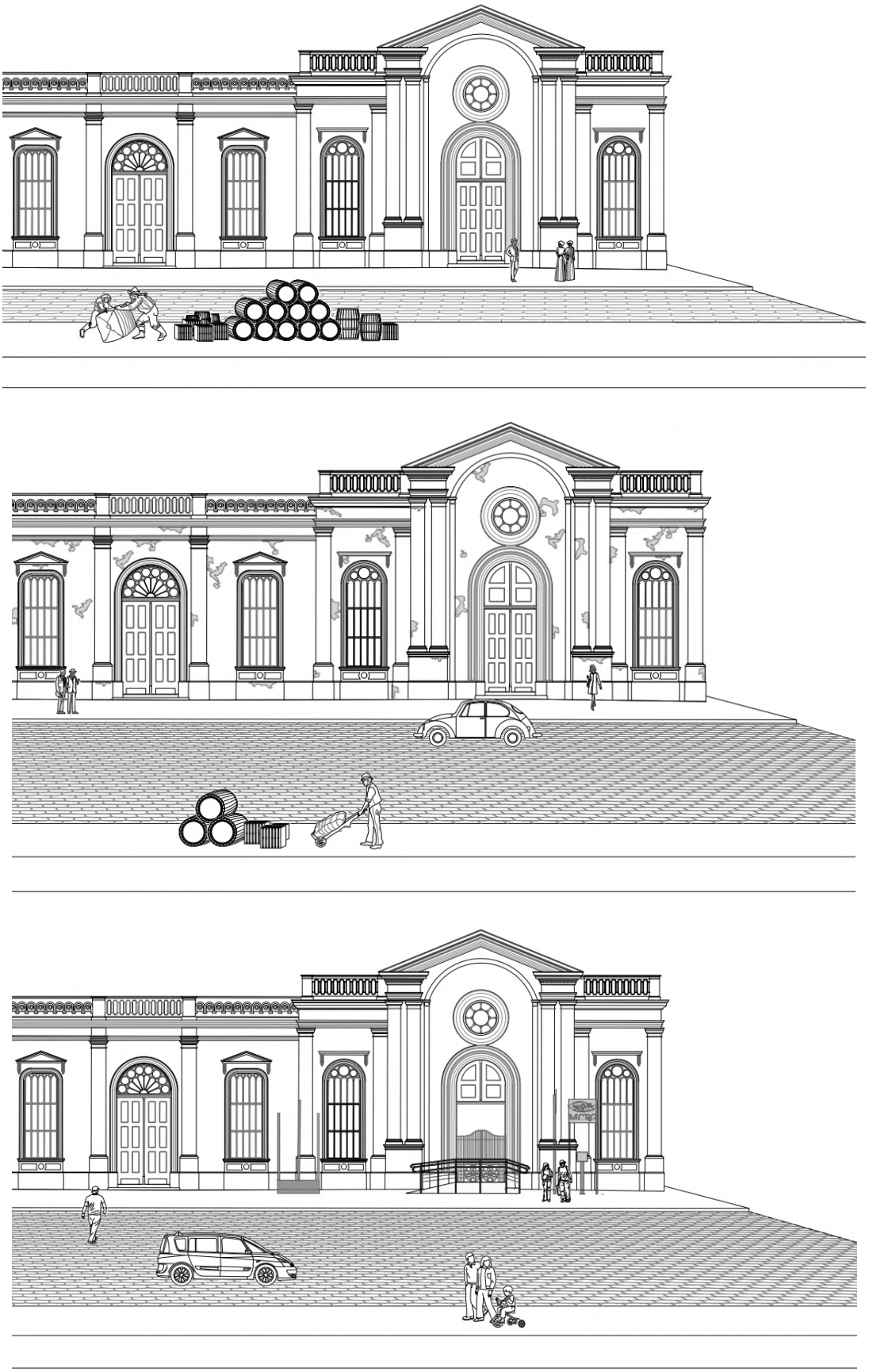
No setor oeste da Rua Riachuelo, o primeiro quarteirão com a elevação desenhada, o Q3, mostrou o terceiro edifício da Alfândega e as atividades exercidas no seu entorno, em seus três tempos, como pode ser observado no Apêndice D. Com relação à paisagem construída, não houve grandes alterações no edifício, mas sim no cais, principalmente na sua largura (Apêndice E).

No primeiro tempo, representado pela primeira década do século XX, o cais era estreito e destinado às atividades alfandegárias (Figura 113). Não era permitida a presença de muitas pessoas, além dos trabalhadores que faziam o embarque e desembarque dos produtos que seriam avaliados, e dos passageiros e tripulantes dos navios estrangeiros que desembarcavam. Diferente do aspecto geral da rua, quase descontraído, esse era um lugar que apresentava uma maior rigidez.

No segundo tempo, dentro do recorte da década de 1970, o espaço havia sido separado entre cais e rua. O novo cais, construído cinco décadas antes, havia avançado sobre o estuário e recebido gradis. O antigo cais virou a própria rua, recebendo a movimentação relacionada ao centro da cidade e às atividades extramuros ligadas à navegação de cabotagem. Era uma rua com diversos usos, e esse trecho apresentava o antigo e monumental edifício com alguns problemas de conservação, antes da sua primeira grande restauração nos anos 1980.

O terceiro tempo, o tempo atual, mostra a antiga Alfândega como uma construção conservada. Através do seu portão central voltado para o estuário, entram e saem os automóveis dos funcionários da Receita Federal. Nas proximidades com a Rua Andradas, a rampa de acesso e a placa indicam a presença do Museu da Cidade do Rio Grande. Esse lugar recebe visitantes nos dias de semana em horário comercial e, em casos específicos, como eventos culturais, abre as portas convidando o público para contemplar não só o seu espaço de memória, mas também a paisagem da rua e do estuário.

Figura 113 – Parte da elevação humanizada da Rua Riachuelo - Q3. De cima para baixo: primeiro tempo, segundo tempo e terceiro tempo



Fonte: Autora. Demais informações conforme Prancha 1 – Apêndice D.

Como uma testemunha dos fatos e mudanças ocorridos na rua e no estuário, desde a sua construção na década de 1870, o exemplar neoclássico e rigorosamente simétrico manteve-se inabalável, lembrando as palavras de Ricoeur: “o espaço construído é tempo condensado” (2021, p. 157). Sustenta-se como um marco na paisagem, após a ameaça à sua demolição e à sucessiva campanha para a sua preservação.

4.3.2 As camadas do tempo do Q4

No quarteirão seguinte no sentido oeste-leste, Q4, entre as ruas Ewbank e Benjamin Constant, o primeiro tempo da Rua Riachuelo foi marcado pelas casas comerciais, vendendo secos e molhados, materiais para construção, entre outros. Os produtos chegavam através das embarcações atracadas no Porto Velho, eram levados para as casas comerciais da rua e depois se espalhavam pelas diversas vendas da cidade.

Considerando o conjunto de três sobrados ao centro do trecho, aquele à esquerda abrigava a Companhia Nacional de Navegação Costeira (CNNC) e aquele à direita recebia a casa comercial Fresteiro & Cia., conforme o Apêndices F e G. Entre eles, no sobrado mais estreito, um brasão na sua fachada frontal poderia indicar alguma atividade consular, porém tal informação não foi confirmada pela documentação.

À direita do conjunto, a casa comercial Joaquim Martins Garcia estava abrigada no sobrado de três pavimentos, relatado muitas vezes nesta tese como um marco na paisagem da rua (Figura 114). Carroças e o bonde à tração animal entravam e saíam da rua, em uma intensa circulação de vidas e de mercadorias. Na CNNC, eram compradas passagens para as viagens nos vapores, que também traziam público para o lugar. Era a Rua Riachuelo em seu apogeu.

Dentro do segundo tempo, em 1941, a esquina com a Rua Benjamin Constant mostrava a Pensão Dourado, em um sobrado de dois pavimentos com um estado de conservação precário (Apêndices F e G). Era um dos primeiros sinais de que a estagnação da rua se transformava em abandono. Ao centro, estava a antiga sede da CNNC com o pavimento térreo descaracterizado. Mudanças haviam ocorrido, com a chegada do Porto Novo e a melhoria do transporte rodoviário. Na outra esquina, o edifício de apartamentos de dois pavimentos da década de 1920-1930 e o sobrado

Joaquim Martins Garcia resistiam, em uma rua que ainda apresentava movimento por estar no centro da cidade, mas havia perdido a sua conexão com o estuário.

Figura 114 – Parte da elevação humanizada da Rua Riachuelo – Q4. De cima para baixo: primeiro tempo, segundo tempo e terceiro tempo



Fonte: Autora. Demais informações conforme Prancha 3 – Apêndice F.

O terceiro tempo, o tempo da memória e do patrimônio, com legislações e eventos culturais, não teve grande influência no aspecto material da rua. Na verdade, o que se viu, e se vê ainda hoje, é um trecho de rua que sofreu subtrações, uma paisagem “mutilada”, por mais enfático que seja o termo. No lugar da antiga pensão, outrora havia surgido um posto de abastecimento de combustíveis, nos anos 1950.

Outros dois sobrados foram demolidos, recebendo apenas muros para estacionamento ou atividade similar. Um deles foi o sobrado mais estreito ao centro do trecho. De cada um dos seus lados, ainda se fazem presentes a CNNC e a casa Fresteiro & Cia., com a mesma modulação de aberturas no primeiro pavimento acima do térreo, com as paredes espessas, construídas antes da chegada dos esqueletos em concreto armado. Vestígios de um século XIX permanecem naquele lugar, ou melhor, estruturas inteiras, mesmo apresentando descaracterizações.

Muito provavelmente foi esta a razão para não terem sido incluídos em nenhuma lista referente a instrumentos de preservação. Não foram listados como edificações de interesse sociocultural e nem inventariados. O valor histórico não foi assimilado, porque o valor estético não estava mais lá. Mais uma evidência da necessidade, atualmente clara, de equipes interdisciplinares e aprofundados estudos históricos das cidades e das edificações, para enxergar o que não está claro.

Como testemunho preservado, mesmo que um pouco alterado, apenas o exemplar da esquina com a Rua Ewbank, o edifício de apartamentos, fazendo um contraponto com a outra esquina do Q4, o posto de combustíveis. Com muitos imóveis fechados e apenas três recebendo comércios, incluindo o posto, pode-se dizer que foram imensas as perdas, materiais e imateriais.

Do outro lado da rua, em frente ao Q4, estavam os armazéns do Porto Velho, A1 e A2 (Apêndice H). Surgidos no segundo tempo, na década de 1920, contribuíram para as atividades da navegação por cabotagem que se desenvolviam no antigo porto. No terceiro tempo, o Armazém A1 passou a receber o Acervo Histórico do Porto do Rio Grande (Figura 115).

Uma placa e uma âncora dispostas em sua fachada frontal passaram a informar que ali se encontrava uma instituição museal. O Acervo Histórico do Porto do Rio Grande trouxe um público diferente, de múltiplas idades, e novos olhares curiosos para o armazém e para a rua, antes de ser temporariamente fechado, como se encontra no encerramento desta pesquisa.

Enquanto isso, o Armazém A2 abriga o Banco do Vestuário Municipal, recebendo apenas funcionários da Prefeitura Municipal do Rio Grande e demais responsáveis por campanhas de arrecadação. Esse novo uso não alterou a sua fachada. Esse armazém, quando não estava com o uso mencionado, abrigou exposições e atrações musicais em muitas edições da Festa do Mar após o seu retorno, em 1992.

Figura 115 – Parte da elevação humanizada da Rua Riachuelo – Armazém A1. De cima para baixo: segundo tempo e terceiro tempo



Fonte: Autora. Demais informações conforme Prancha 5 – Apêndice H.

4.3.3 As camadas do tempo do Q5

Mais um quarteirão da Rua Riachuelo a leste, o Q5, entre a Rua Benjamin Constant e a Travessa do Afonso, também passou por transformações ao longo dos seus três tempos. No primeiro tempo, esse quarteirão, que estava praticamente no meio do comprimento da rua, mostrava fachadas dos sobrados de dois, três e quatro pavimentos somados a uma construção térrea, que davam movimento à elevação, ora

com telhados mais ao alto, ora com telhados mais abaixo (Apêndices I e J). No centro desse trecho, estava a casa comercial Abel Asti & Cia., que permaneceria naquele sobrado até aproximadamente 1925, mostrando a continuidade do comércio de secos e molhados também nesse quarteirão.

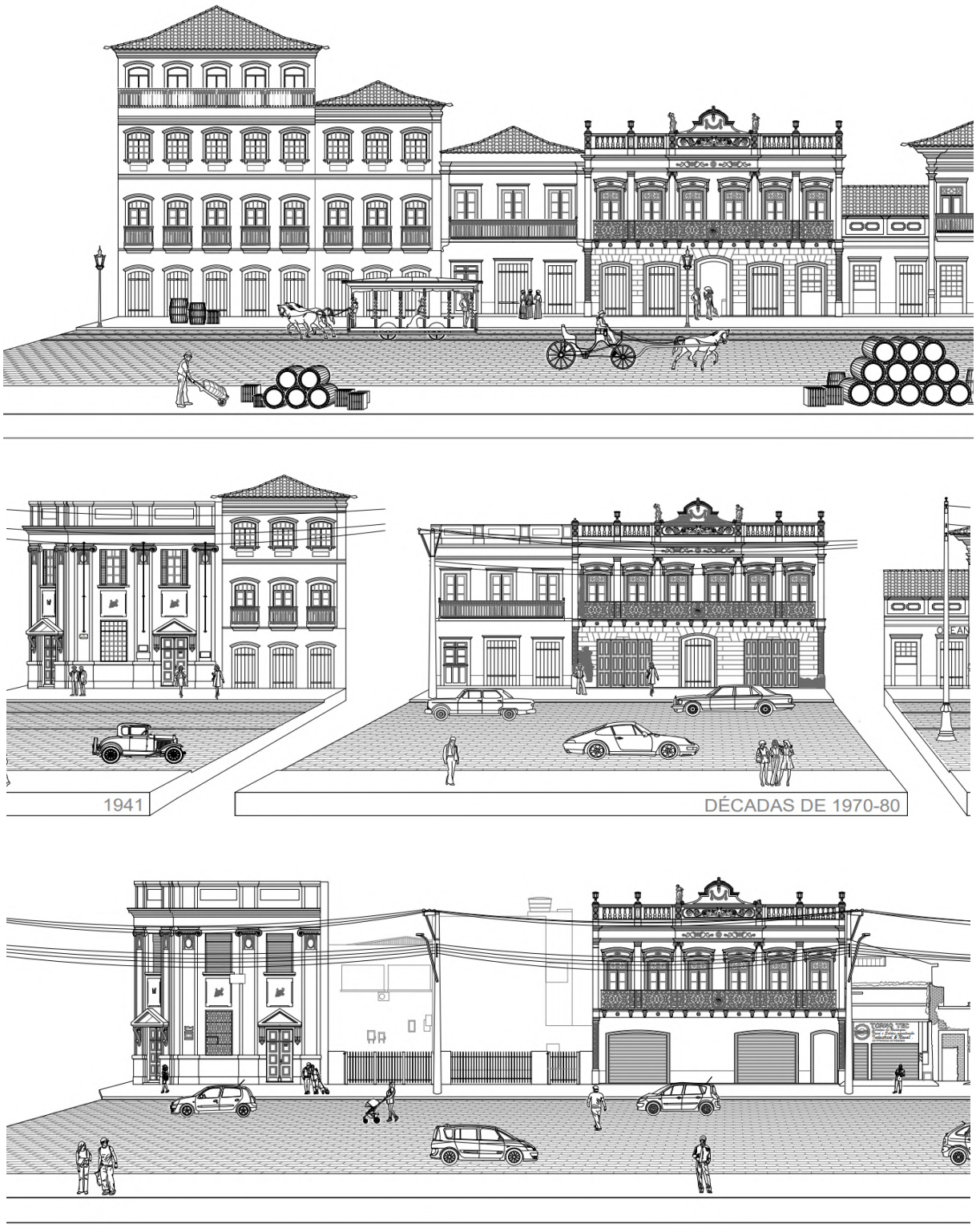
No térreo dos sobrados de três e quatro pavimentos, próximos à Travessa do Afonso, estavam outros comércios, como lojas de materiais de construção e um armazém naval (Bemporat, 1908). Na esquina com a Rua Benjamin Constant, o sobrado de dois pavimentos abrigava, em 1908, a empresa Campos Assumpção. Nesse trecho, a rua continuava sendo um lugar movimentado, comercial e portuário, com alguns pavimentos superiores ocupados por residências, como no caso da família Asti.

O segundo tempo mostrou, na esquina com a Rua Benjamin Constant, uma demolição, pois havia apenas um muro naquele terreno, em 1946. O sobrado ao lado, que abrigava o comércio Oficina de Espelhos, apresentava-se em condições precárias de conservação. Na outra esquina, com a Travessa do Afonso, outra demolição havia ocorrido, a do sobrado de quatro pavimentos. Esse, porém, havia sido substituído, pelo menos a partir de 1936, por uma nova construção, abrigando a empresa Wilson Sons (Figura 116). Construído com dois pavimentos e nos limites do terreno, esse exemplar se mesclou à paisagem da rua, respeitando o seu entorno.

O terceiro tempo mostra algumas perdas, que podem ter ocorrido nesse tempo ou no final do segundo. À primeira vista, a sede da Wilson Sons preservada e a antiga casa Asti, com algumas descaracterizações em seu térreo, passam a impressão de tratar-se de quarteirão preservado. No entanto, se observarmos que o estacionamento à esquerda da imagem surgiu pela demolição de dois sobrados, e que o muro à direita surgiu também pela demolição de um sobrado, esse pode ser considerado um dos trechos da rua que mais sofreu subtrações. Apresenta-se como uma nova camada do palimpsesto que mais retirou do que acrescentou. Porém, como visto em relação ao Q4, o Q5 conta com importantes remanescentes que merecem ser preservados.

O Q5 também apresenta a sua frente um armazém do Porto Velho, o A3 (Apêndice K). Assim como os demais, esse exemplar abrigou no segundo tempo atividades relativas à navegação por cabotagem. No terceiro tempo, recebeu atividades relacionadas às edições da Festa do Mar, como exposições de comércios locais e regionais. Atualmente, a construção permanece fechada, não tendo sido encontrados usos para a mesma nos últimos anos.

Figura 116 – Parte da elevação humanizada da Rua Riachuelo – Q5. De cima para baixo: primeiro tempo, segundo tempo e terceiro tempo



Fonte: Autora. Demais informações conforme Prancha 6 – Apêndice I.

4.3.4 As camadas do tempo do Q6

Com relação ao último quarteirão com elevação desenhada e apresentada nesta tese, Q6, entre a Travessa do Afonso e a Rua Fernando Duprat da Silva, o mesmo apresentou similaridades com aqueles vistos anteriormente, ao menos em relação ao primeiro tempo. Nesse tempo, esse trecho mostrou um conjunto de sete sobrados, alguns com novas platibandas vindas do ecletismo, outros ainda apresentando o telhado com beiral luso-brasileiro, conforme o Apêndices L e M.

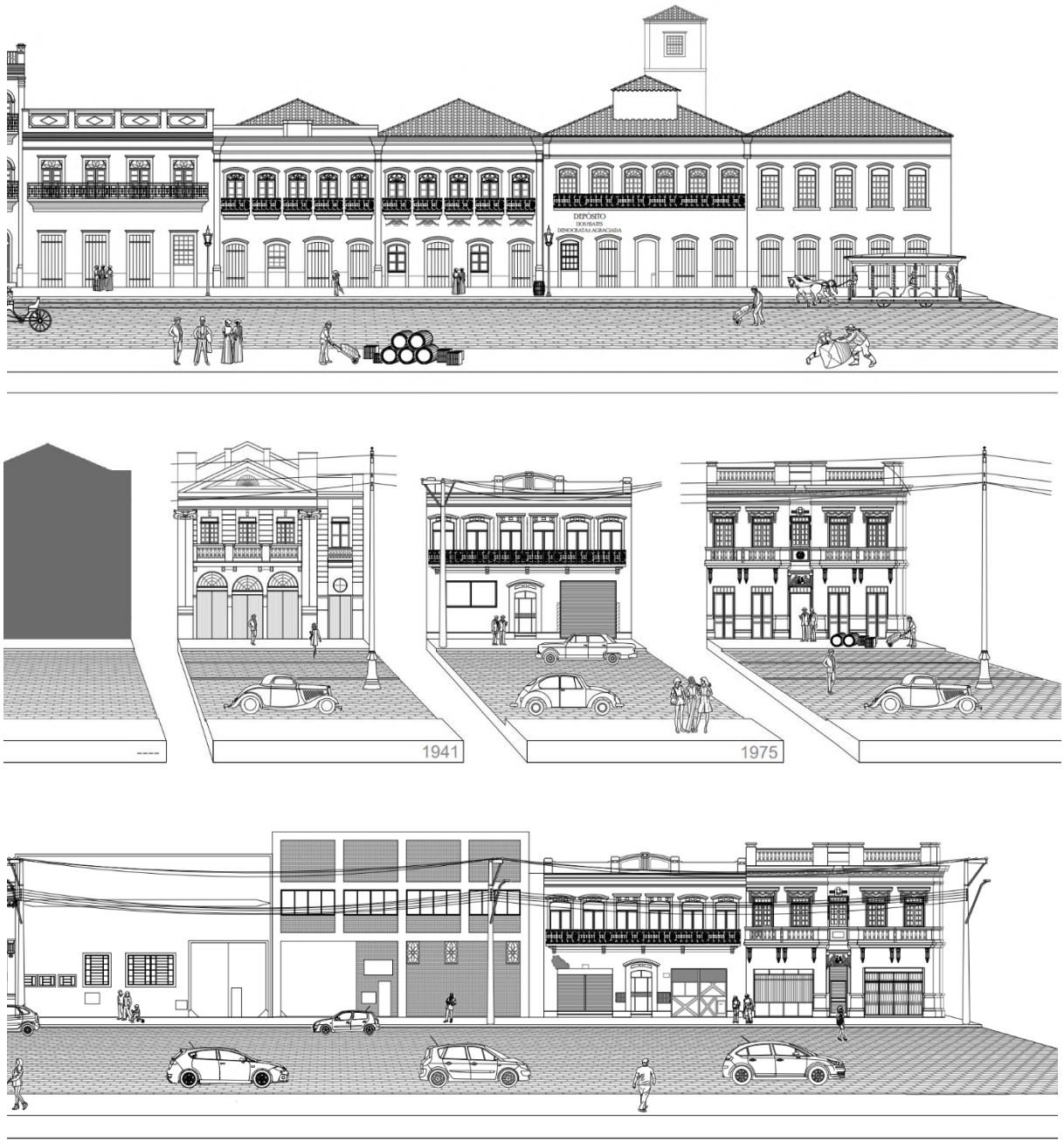
Na esquina à esquerda da imagem nos apêndices, junto a Rua Fernando Duprat da Silva, estava o Armazém Marítimo Italiano, visível em uma fotografia da visita da Canhoneira Pátria (Figura 31). No exemplar antes da esquina à direita, junto à Travessa do Afonso, estavam Abílio D'Ávila Pereira Secos e Molhados e o Depósito de Hiates Democrata Agraciada (Figura 117). Ainda era um trecho de uma rua movimentado, mesmo distante aproximadamente duas quadras da Praça Xavier Ferreira.

No segundo tempo, algumas modificações ocorreram, transformando a paisagem esteticamente. Dois sobrados localizados ao centro do trecho do quarteirão haviam ganhado platibandas com ornamentos e elementos suntuosos, como frontões, assim como outros do ecletismo. Nas duas extremidades, estavam novas construções, com platibandas um pouco menos ornamentadas.

Naquela à esquerda, localizavam-se, nos anos 1940, o armazém Santos Souza & Cia. e a empresa Alliança da Bahia. Nos anos 1970, estava a Moore McCormack S/A, uma agência de navegação. Na outra extremidade, a nova casa Abel Asti & Cia. já estava instalada desde aproximadamente 1925. Ao seu lado, a antiga residência D'Ávila Pereira havia recebido o restauro para abrigar a agência Sampayo Nickhorn & Cia. nos anos 1970.

O terceiro tempo chegou para o Q6 com descaracterizações. Os três sobrados centrais deram lugar a duas construções com tipologia de garagens para ônibus, de uma empresa de transportes. Na esquina com a Travessa do Afonso, estão os dois sobrados restaurados para abrigar a Samnave Comércio e Representações Lida. e Agência Marítima Sampayo Nickhorn Ltda., ainda conservados, porém sem a utilização das referidas empresas. Na outra esquina, o contraste retratado anteriormente: um estado de arruinamento para o imóvel original e a sua ampliação.

Figura 117 – Parte da elevação humanizada da Rua Riachuelo – Q6. De cima para baixo: primeiro tempo, segundo tempo e terceiro tempo

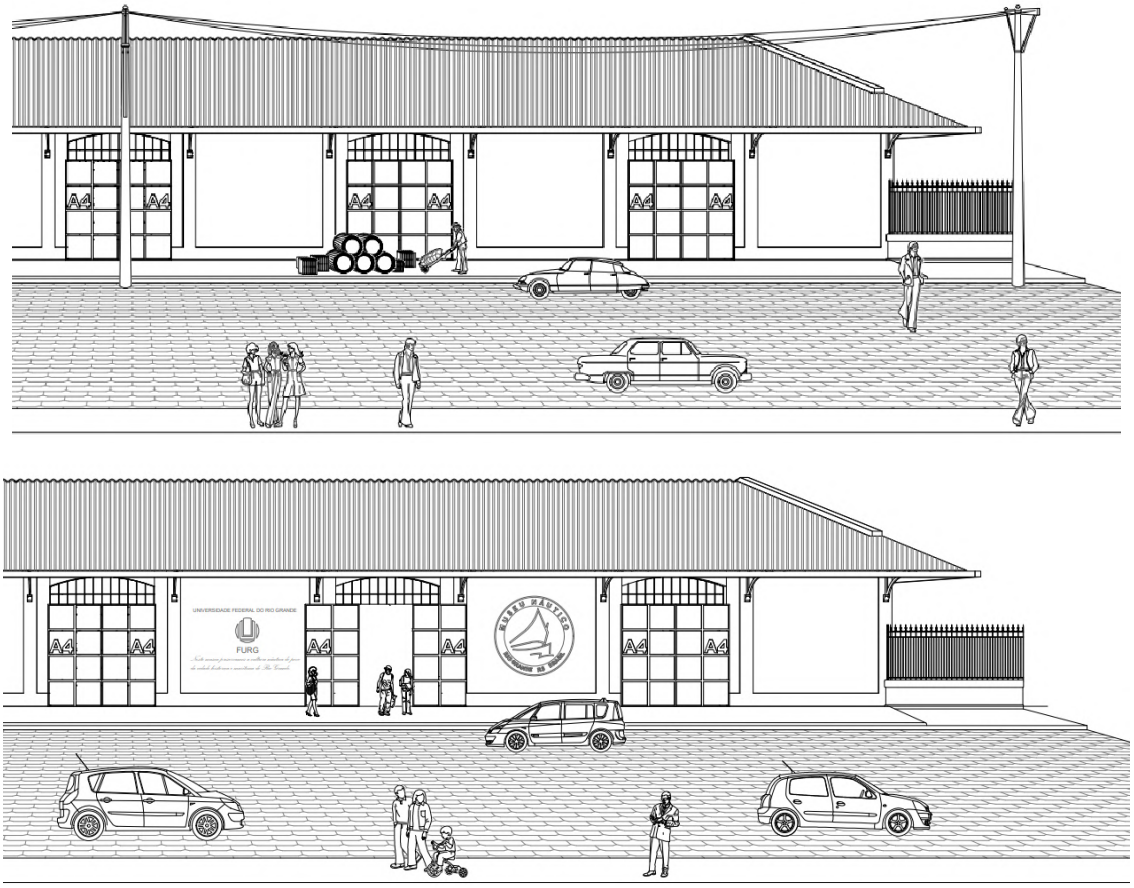


Fonte: Autora. Demais informações conforme Prancha 9 – Apêndice L.

Observa-se que apenas as duas sedes da empresa de transportes apresentam usos de serviços. Os períodos de transformações vividos pela rua modificaram os seus usos, e alteraram as relações dos proprietários para com as suas edificações. Segundo Halbwachs (1990, p. 92), “todas as ações do grupo podem se traduzir em termos espaciais, e o lugar ocupado por ele é somente a reunião de todos os termos”.

À frente do Q6, o Armazém A4, construído no segundo tempo, abrigou inicialmente, assim como os demais, atividades relacionadas à navegação por cabotagem. No terceiro tempo, a partir de 2003, passou a receber o Museu Náutico. Atualmente, mostra o logotipo da instituição desenhado em sua fachada, contribuindo com a preservação das memórias relativas às atividades náuticas (Figura 118).

Figura 118 – Parte da elevação humanizada da Rua Riachuelo - Armazém A4. De cima para baixo: segundo tempo e terceiro tempo



Fonte: Autora. Demais informações conforme Prancha 11 – Apêndice N.

4.3.5 A silhueta da Rua Riachuelo ao longo dos anos

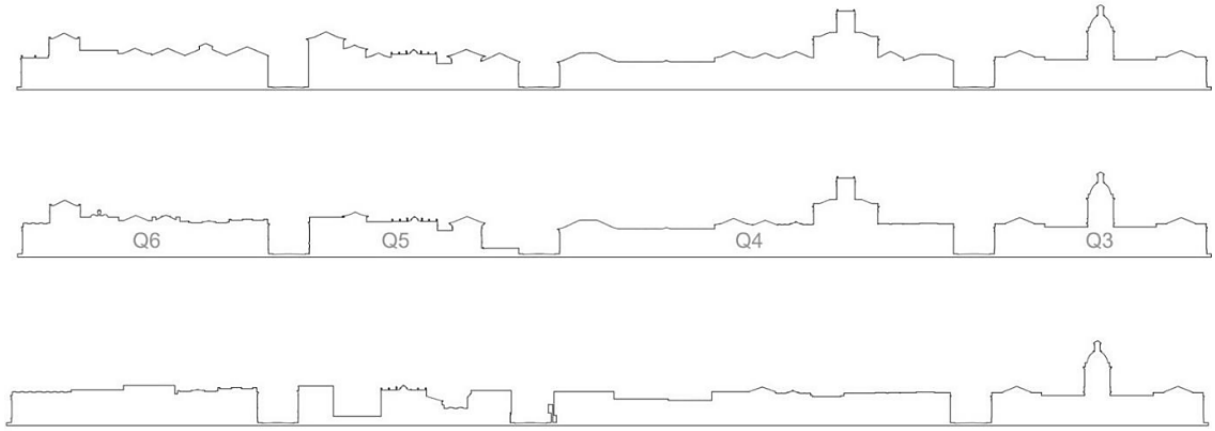
Finalizando a análise desse palimpsesto, foram desenhadas as silhuetas, os contornos das elevações da Rua Riachuelo, do Q3 ao Q6, ou seja, do lado da rua que mais sofreu alterações ao longo do tempo. As silhuetas são apresentadas juntas, conforme a próxima imagem (Figura 119). Foram três diferentes momentos desse palimpsesto, conforme as novas camadas surgiam, trazendo na materialidade os reflexos das vidas e dos usos ali realizados.

No primeiro tempo, todos os lotes haviam recebido edificações, exemplares de casas térreas e sobrados de diferentes alturas, em uma paisagem assimétrica, que não era monótona. Além da Alfândega, o sobrado de três pavimentos do Q4, antiga casa Joaquim Martins Garcia e antiga Pensão Moraes, mostrava-se como um marco na paisagem, junto com a sua torre mirante. É interessante observar que o sobrado de quatro pavimentos no Q5, na esquina com a Travessa do Afonso, não se destacava tanto na paisagem da rua. Apesar de apresentar o maior número de pavimentos, os seus pés-direitos não eram amplos.

No segundo tempo, representado pelas décadas de 1930, 1940 e 1970, a paisagem começou a ser modificada. Surgiu um maior número de platibandas na frente de novos telhados, mais baixos, que trouxe horizontalidade ao conjunto. Naquele momento, um lote do Q5 apresentava apenas um muro baixo, mostrando que houvera uma demolição. Outra perda foi a do único sobrado de quatro pavimentos da rua, na esquina com a Travessa do Afonso, também no Q5.

No terceiro tempo, a paisagem se tornou ainda mais constante e horizontal, com menos mudanças entre as alturas das edificações. O espaço vazio na esquina com a Rua Benjamin Constant recebeu uma construção, um edifício de apartamentos que trouxe vida à rua. No entanto, outros dois vazios surgiram, após demolições realizadas, e abrigam atualmente estacionamentos. O edifício da antiga Alfândega tornou-se um marco absoluto na paisagem da rua, principalmente pela altura e forma específica da sua torre mirante.

Figura 119 - Silhueta da elevação da Rua Riachuelo do Q3 ao Q6, da direita para a esquerda. De cima para baixo: primeiro tempo, segundo tempo e terceiro tempo



Fonte: Autora, 2024.

Em seus dois séculos de existência, dos anos 1820 aos anos 2020, a Rua Riachuelo passou por transformações, ora seguindo o ritmo da cidade, ora no seu próprio compasso. Em meio às muitas perdas ocorridas, existem remanescentes que guardam a história e as memórias desse lugar, desse palimpsesto que é a Rua Riachuelo.

Essa comparação entre os três tempos e seus reflexos na materialidade ocorreu antes da sua revitalização, que poderá ser a culminância do seu terceiro tempo, o apogeu do patrimônio dentro do tempo da memória e do patrimônio. Conforme Ferreira, esse tempo do patrimônio, que também é observado em "biografias" de outros bens culturais, poderá ser:

> O tempo da patrimonialização, no sentido da construção de uma nova temporalidade, não mais somente a da memória e suas evocações, não apenas o presente com suas contradições, mas a do passado expandido e ressignificado em risco de desaparecimento (Ferreira, 2013, p. 92).

Considerações finais

Situada às margens do Estuário da Laguna dos Patos, a Rua Riachuelo assistiu a diversas transformações, desde a sua criação na década de 1820. Essas alterações influenciaram os seus usos e a sua paisagem. A divisão do que pode ser considerada a sua biografia, em três diferentes tempos, buscou os atributos principais de cada um desses momentos. Percebeu-se, todavia, que esse lugar é muito mais complexo, envolvendo cenários diferentes em trechos distintos. A subdivisão dos capítulos mostrou-se necessária, não apenas como um recurso didático, mas para expor as mudanças que transformaram o caráter desse lugar. Foram considerados os segmentos da rua e os seus momentos, assim como as suas exceções.

A antiga Rua Nova das Flores, posteriormente Rua da Boa Vista, foi um lugar de contradições. Estava vinculada ao importante embarcadouro em crescimento, cujas atividades caminhavam junto às do comércio. Na rua, os comerciantes ergueram seus sobrados, enquanto no seu cais as estacadas de madeira permaneceram durante décadas resistindo para preservar as areias de seu aterro. Recebeu o Imperador D. Pedro II, decorada com flores e bandeiras, enquanto sua arquitetura permanecia, em grande parte, vinculada ao tradicional colonial, sem recuos, sem porões e com telhados à vista. A constância existiu através da apropriação da rua, feita pelos funcionários e proprietários das casas comerciais, pelas tripulações das embarcações, pelos donos das vendas, pelos passageiros que aguardavam para embarcar nos navios.

Com a criação do Porto Novo em 1915, esse lugar perdeu algumas das atividades relativas a esse ramo e, ao mesmo tempo, ganhou os armazéns para auxiliar naqueles usos que ainda permaneceriam. Surgiu, então, um novo limite, uma barreira física, entre o estuário e a população. Tinha início um processo de estagnação e esquecimento. Com as novas formas de comércio e com o desenvolvimento de novos transportes, a partir da década de 1940, o abandono foi intensificado. Muitos dos sobrados utilizados pelas casas comerciais foram transformados em pensões, bares e prostíbulos. Ainda assim, a rua permanecia como o endereço de algumas famílias que mantinham as memórias do seu tempo de apogeu.

Em seu lado oeste, em frente ao Porto Velho, no entorno do antigo Beco do Carmo, começaram os primeiros estados precários de conservação e os arruinamentos. A maior proximidade com o centro e com as atividades da Alfândega,

da Câmara de Comércio e do Mercado Público Municipal não impediu descaracterizações, nem mesmo as proximidades com a segunda Igreja do Carmo, importante templo da cidade.

Na distância de apenas uma quadra a leste, próximo ao antigo Beco do Afonso, o panorama era outro. Naquele espaço, ocupado por importantes firmas da cidade, algo do século XIX permaneceu, um caráter portuário ligado a atividades administrativas, em conexão com firmas e embarcações estrangeiras. Pode-se inferir que a chegada e a permanência da empresa Wilson Sons S.A., citada várias vezes nesta tese, em uma dessas esquinas, foi a principal responsável pela conservação desse trecho.

O setor mais a leste, finalizado pela Rua Almirante Barroso, era o mais afastado do centro da cidade, dos comércios e dos serviços. Era o espaço das casas térreas. Contava com atividades comerciais e portuárias, mas não abrigava as mais importantes empresas. Coincidentemente ou não, é o trecho do qual se obteve menos fotografias e registros. Com exceção de uma fábrica de fumos e da empresa da família Marsiglia, pouco era anunciado nos jornais e guias sobre essa parte da rua. Era o quarteirão mais distante do marco do edifício da Alfândega e não recebeu nenhum armazém do porto em sua frente.

Nas décadas de 1950 e 1960, a rua era vista pelas crianças como uma rua “fantástica”, porque permitia brincadeiras no amplo espaço dos casarões e das calçadas do porto, e até mesmo o desbravar desse espaço ao atravessar as suas grades. Também possibilitava o encontro de diferentes realidades, aquela das famílias tradicionais em seus grandes sobrados e a das famílias de menor poder aquisitivo, que viviam nas simples pensões.

Esses eram relatos da vida diurna da rua. À noite, ela se transformava. O movimento de bares, boates e prostíbulos, contando com um misto de habitantes locais e população flutuante das embarcações, colocaram-na nas páginas policiais. Mesmo assim, as memórias de algumas daquelas crianças foram parte das responsáveis pela chegada de empresas à rua, da década de 1970, inclusive com incentivos a restauros que fizeram com que o trecho do antigo Beco do Afonso fosse o mais preservado ainda hoje. Contudo, essas foram exceções em meio a muitas descaracterizações ocorridas.

Nos anos 1980, era instalado no antigo edifício da Alfândega o Museu da Cidade do Rio Grande, a instituição responsável por abrigar a história e as memórias

da cidade, de seus diferentes tempos e lugares. Na mesma década, foi criado o Acervo Histórico do Porto do Rio Grande, localizado no Armazém A1, enfatizando histórias e documentos relativos aos portos, Velho e Novo. Posteriormente, mais um museu surgiu, o Museu Náutico, dessa vez no Armazém A4. Essas instituições se mostraram como lugares de memória, como símbolos da luta contra o esquecimento, como afirmaram os teóricos do tema. Isso não apenas com relação aos seus acervos, mas também acerca da paisagem da rua, pois os seus visitantes acessam os museus pela Rua Riachuelo, contemplando esse lugar.

Após um longo período de estagnação, esquecimento e descaracterização, a rua, em praticamente toda a sua extensão, foi palco do esperado retorno da Festa do Mar, em 1992. Os armazéns do Porto Velho e a rua passaram por ações de conservação para receber um grande público, formado por rio-grandinos e visitantes. Durante muitos anos, entre os meses de março e abril, a Rua Riachuelo esteve em festa. Outros eventos também surgiram, como a Noite do Centro Histórico, em uma tentativa de valorizar a área histórica, incluindo a Rua Riachuelo, trazendo a comunidade novamente para o seu convívio.

No final dos anos 1990, o Concurso de Arquitetura para a Revitalização do Porto Velho propôs alterações em sua paisagem e novos usos que chamassem a população para o convívio naquele lugar, para a contemplação do estuário, perdida após a delimitação das atividades portuárias na década de 1920. A rua em si, o seu espaço público, a sua faixa para o trânsito de veículos e as suas calçadas estão previstas no projeto e receberão melhoramentos nos próximos anos. Todavia, volta o questionamento com relação ao outro lado da rua.

Atualmente, na esquina com a Rua Fernando Duprat da Silva, e entre esta e a Rua Coronel Sampaio, estão dois exemplares em estado de arruinamento, facilmente verificáveis a partir do exterior. Mesmo assim, não receberam ações para a sua proteção, podendo ser totalmente demolidas a qualquer momento. Esse fato não é surpreendente, visto que a rua conta com poucas edificações incluídas nas listagens de imóveis socioculturais, de 1990; ou inventariados, de 2004. Essas listas não foram atualizadas, assim como não foram solicitados novos tombamentos, em qualquer das esferas, além daquele do edifício da antiga Alfândega.

Em meio a isso, a Rua Riachuelo iniciou um novo capítulo quando, no mês de fevereiro de 2023, começaram as obras de revitalização do Porto Velho, vinte e cinco anos após o anúncio da proposta vencedora. Atualmente remodelando o leito da rua,

criando canteiros e ciclovia, as obras pretendem chegar aos armazéns do porto, nos próximos meses ou anos. Em meio a essas obras, a importante descoberta do primeiro cais de pedra praticamente intacto fez a rua estampar a capa de edições de jornais. Novos eventos culturais enfatizaram essa descoberta, visitas com crianças, jovens e adultos foram feitas até as proximidades da antiga Alfândega, para que o cais pudesse ser visualizado. Era criado um novo lugar de memória, em outra porção da antiga rua.

Em seu outro lado, fachadas pouco ou muito alteradas apresentam-se como remanescentes do século XIX e da primeira metade de século XX, como testemunhos das ações de diversas vidas que ali estiveram. Elas contam uma parte da história da cidade, da arquitetura e da engenharia civil. Ao seu lado estão ruínas, estacionamentos criados após demolições, construções novas que não melhoraram o aspecto do entorno. Ou seja, vista como um todo, a paisagem é um reflexo da ausência de um olhar de preservação. Por tudo isso, considera-se que a vontade de memória existe para com algumas porções da Rua Riachuelo, mas não para a sua totalidade.

Durante esta pesquisa, percebeu-se, inclusive, nos acervos de algumas instituições, a existência de poucos registros textuais e iconográficos referentes a alguns trechos da rua nos seus diferentes tempos. Outra dificuldade encontrada foi o isolamento imposto em meio à pandemia do COVID-19, que fechou museus e bibliotecas por alguns meses, além de ter imposto o modo virtual de entrevista com alguns dos antigos moradores e trabalhadores da rua, que tinham importantes relatos para serem contados.

Percebendo-se a necessidade de mais dados existentes sobre a Rua Riachuelo, ocorreu a decisão de apresentar os desenhos técnicos de suas fachadas, ou elevações, além da sua história e das suas memórias contadas no texto. Os desenhos poderão auxiliar atividades de educação patrimonial, mostrando a paisagem da rua para a comunidade e os turistas, enfatizando o que ganhamos e o que perdemos com as transformações ocorridas. Da mesma forma, os desenhos fornecerão dados da Rua Riachuelo ao poder público, que poderá utilizá-los como base para instrumentos de proteção ao patrimônio cultural material e em ações de intervenção urbana.

Sendo assim, a preservação da Rua Riachuelo se apresenta como algo essencial para as memórias da área portuária, para a própria cidade do Rio Grande enquanto patrimônio e para o Estado do Rio Grande do Sul. Uma rua que esteve conectada a diversos produtos, serviços e nações através de suas relações de comércio, e hoje é endereço de importantes museus, enquanto iniciativas pontuais de valorização do lugar, precisa ter a sua biografia e o seu patrimônio registrados e divulgados para que, quem sabe em breve, novas ações possam fazer da Rua Riachuelo um lugar de memória por inteiro.

Referências

Fontes bibliográficas

ALVES, F. N. **Porto e Barra do Rio Grande**: história, memória e cultura portuária. Porto Alegre: Corag, 2008.

ALVES, F. N.; TORRES, L. H. **Imagens do Brasil meridional:** as aquarelas de Hermann Rudolf Wendroth. Lisboa; Rio Grande: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Biblioteca Rio-Grandense, 2020. 2 v.

ALVES, F. N.; TORRES, L. H. **Visões do Rio Grande:** a cidade sob o prisma europeu no século XIX. Rio Grande: FURG, 1995.

AMORIM, A. L. Documenting Architectural Heritage in Bahia – Brazil, Using Digital Technologies. *In*: XXI International Committee of Architectural Photogrammetry (Comité International de la Photogrammétrie Architecturale) Symposium, Atenas. **Anais eletrônicos** [...]. Atenas: CIPA, 2007. Disponível em: https://www.isprs.org/proceedings/xxxvi/5-c53/papers/FP013.pdf. Acesso em: 28 fev. 2024.

ANJOS, D. M. **Acervo e sociedade - Museu da Cidade do Rio Grande - RS**. 2012. 170 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2012. Disponível em: http://museucrg.com.br/pesquisa-no-acervo/. Acesso em: 25 fev. 2024.

ARRUDA, J. J. A.; PILETTI, N. **Toda a história:** história geral e história do Brasil**.** 11. ed. São Paulo: Ática, 2002.

BANDEIRA, J.; LAGO, P. C. D. **Debret e o Brasil:** obra completa (1816-1831). Rio de Janeiro: Capivara, 2017.

BARRETO, A. A expedição de Silva Paes e o Rio Grande de São Pedro. *In*: **História Naval Brasileira**. Rio de Janeiro: Ministério da Marinha, 1979. 5.v.

BARRETO, A. **Bibliografia sul-rio-grandense:** a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973. 2 v.

BEMPORAT, A. (diretor geral). **Guia Bemporat –** do Estado do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Achylles Bemporat, 1908.

BITTENCOURT, E. **Da Rua ao Teatro:** os prazeres de uma cidade. Rio Grande: FURG, 2001.

BRAGA, E. O. Gentrificação. *In*: **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.** Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN; DAF; Copedoc, 2016.(verbete). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/78/gentrificacao. Acesso em: 10 mar. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 9.817, de 9 outubro de 1912**. Modifica o projecto approvado pelo decreto n. 7.121, de 17 de setembro de 1908, para o novo porto do Rio Grande do Sul, e torna extensivo o melhoramento do antigo porto em frente á cidade. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1912. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-9817-9-outubro-1912-528175-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 14 dez. 2023.

BRASIL. **Decreto Nº 13.691**, **de 9 de julho de 1919.** Approva as clausulas para a transferencia ao Estado do Rio Grande do Sul dos contractos da Compagnie Française du Port de Rio Grande do Sul, relativos á barra do Rio Grande e porto do mesmo nome. Rio de Janeiro: Presidência da República, 1919. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-13691-9-julho-1919-529074-republicacao-95658-pe.html. Acesso em: 14 dez. 2023.

BRASIL. **Alfândegas Brasileiras** - 200 anos**.** 2.ed. Brasília: Secretaria da Receita Federal. 2012.

BRASIL. **Segmentação do Turismo:** marcos conceituais**.** Brasília: Ministério do Turismo, 2006.

BRASIL. **Manual de elaboração de projetos de preservação do patrimônio cultural.** Programa Monumenta - Cadernos Técnicos 1. Brasília: Ministério da Cultura; Instituto do Programa Monumenta, 2005.

CAVALCANTI, M. R. B. **Patrimônio Virtual:** a reconstrução em 3D e a preservação do patrimônio cultural. 2019. 164 f. Dissertação (Mestrado Profissional do IPHAN) Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20-%20Marina%20Russell%2003-08-2020.pdf. Acesso em: 14 mar. 2024.

CESAR, W. **A cidade do Rio Grande:** do Big Bang a 2015. Rio de Janeiro: Topbooks, 2016.

CHAVES, A. J. G. Memorias economo-políticas sobre a administração pública do Brasil. **Revista do Instituto Historico e Geographico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, p. 187-369, II e III trimestre 1922.

CHAVES, R. Objetos do século 19 são encontrados em Rio Grande. **Zero Hora**, Porto Alegre, 30 jun. 2023. Disponível em: https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-elazer/almanaque/noticia /2023/06/objetos-do-seculo-19-sao-encontrados-em-rio-grandecljiu8omb007o0151krz0vptx.html#:~:text=As%20escava%C3%A7%C3%B5es%20durante%20revitaliza%C3%A7%C3%A3o%20doe%20da%20hist%C3%B3ria%20da%20regi%C3%A3o. Acesso em: 14 mar. 2024.

CICHERO, L. **Cinquantenario della Colonizzazione Italiana nel Rio Grande del Sud, 1875-1925**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1925. 2 v.

COLACRAI, P. Releyendo a Maurice Halbwachs - una revisión del concepto de memoria colectiva. **La Trama de La Comunicación**, Rosario, v. 14, p. 63–73, 2010.

Disponível em: https://latrama.unr.edu.ar/index.php/trama/article/view/8. Acesso em: 10 abr. 2022.

COMISSÃO CULTURAL DE MARINHA. **Canhoneira "Pátria" aumentada ao efetivo**. Museu de Marinha. Multimídia. Efeméride. Lisboa, 27 dez. 2020. Disponível em: https://ccm.marinha.pt/pt/museumarinha_web/multimedia_web/Paginas/efemeride-canhoneira-patria-aumentada-ao-efetivo.aspx#:~:text=%E2%80%8BConstru%C3%ADda%20nocomunidade%20portuguesa%20presente%20no%20Brasil. Acesso em: 12 abr. 2022.

COPSTEIN, R. Evolução urbana de Rio Grande. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul**, Porto Alegre, v. 122, p. 43-63, 1982.

COSTA, D. R. M. **Aspectos críticos em obras de restauração arquitetônica no Estado:** a experiência do arquiteto Edegar Bittencourt da Luz. 2005. 150 f. Dissertação (Mestrado Profissionalizante em Engenharia) – Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10131/000521358. pdf?sequence=1. Acesso em: 12 mar. 2024.

COUTO, P. D. **Do cais à cidade e da cidade ao cais:** o protagonismo do Porto Velho no processo de desenvolvimento socioespacial da cidade do Rio Grande/RS**.** 2019. 225 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em: https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/198650/0011 00103.pdf?sequence=1. Acesso em 15 fev. 2024.

CULLEN, G. **Paisagem urbana**. Lisboa: Edições 70, 2018.

DOMECQ, M. R. **O Estado do Rio Grande do Sul**. Barcelona: Monte Domecq e Cia, 1916.

DREYS, N. **Noticia descriptiva da Provincia do Rio Grande de S. Pedro do Sul**. Rio de Janeiro: Typ. Imp. e Const. de J. Villeneuve e Comp., 1839.

FABRIS, A. Arquitetura eclética no Brasil: o cenário da modernização. **Anais do Museu Paulista**, São Paulo, v. 1, n. 1 (nova série), p. 131 - 143, 1993.

FABRIS, A. Os valores do monumento. *In*: RIEGL, A. **O culto moderno dos monumentos** - a sua essência e a sua origem. São Paulo: Perspectiva, 2014.

FERNANDES JÚNIOR, R.; LAGO, P. C. **O século XIX na fotografia brasileira**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2000.

FERNANDES, T. Situação dos chalés do Mercado Público segue indefinida. **Jornal Agora**, Rio Grande, 11 dez. 2012.

FERREIRA, G. R. M.; GASTAUD, C. R. **Cem anos de Porto Novo:** memória e esquecimento de um Porto Velho e de uma "Barra Diabólica". Rio Grande: FURG, 2018.

FERREIRA, M. L. M. Os fios da memória: Fábrica Rheingantz entre passado, presente e patrimônio. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 19, n. 39, p. 69–98, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_ arttext & pid=S0104-71832013000100004. Acesso em: 12 mar. 2024.

FERREIRA, T. B.; GONÇALVES, M. B. **Coleção histórica do Museu da Cidade do Rio Grande/RS:** Arquitetura, patrimônio e museografia.
Arquimuseus, Rio de Janeiro. **Anais eletrônicos** [...]. Rio de Janeiro: Arquimuseus, 2007. Disponível em: https://www.arquimuseus.arq.br/seminario 2014/transferencias/eixo01-arquitetura_e_patrimonio/e01-marisa_beal_ goncalves-tales_beier_ferreira.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

FONSECA, M. C. L. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FONTOURA, E. **Sinopse da história do Rio Grande**. Rio Grande: FURG, 1985.

GERODETTI, J. E.; CORNEJO, C. **Lembranças do Brasil**. São Paulo: Solaris, 2004.

GUIA ILUSTRADO. **Guia Ilustrado Comercial, Industrial e Profissional de Rio Grande**. [*s.l.*] Guias Ilustrados Municipais, 1938.

GUTIERREZ, E. J. B. **Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. 3. ed. Passo Fundo: Universidade de Passo Fundo, 2011.

HALBWACHS, M. **A Memória Coletiva**. Tradução: Laurent Léon SCHAFFTER. 1. ed. São Paulo: 1990.

HEIDTMANN, D. E.; SILVA, G. L.; SANTOS, K. B., SILVEIRA, M.M. **Estudo da fotogrametria digital na documentação do patrimônio edificado de Laguna**. *In*: I Congresso Nacional para Salvaguarda do Patrimônio Cultural**:** fronteiras do patrimônio, 2017, Cuiabá, Anais eletrônicos [...], Cuiabá, 2017. Disponível em: https://eventosacademicos.ufmt.br/index.php/cicop/cicop2017 ufmt /paper/view/2938/1096. Acesso em: 15 abr. 2022.

HORTA, M. L. P.; GRUNBERG, E.; MONTEIRO, A. Q. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasilia: IPHAN; Museu Imperial, 1999.

INGOLD, T. The Temporality of the Landscape. **World Archaeology**, v. 25, n. 2, p. 152-174, out. 1993.

ISABELLE, L. F. A. **Viagem ao Rio da Prata e ao Rio Grande do Sul**. Brasília: Editora do Senado Federal, 2006. Disponível em: www2.senado.leg.br/bdsf/ bitstream/handle/id/188907/Viagem%20ao%20Rio%20da%20Pra ta%20e%20ao%20RS.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 20 mai. 2022.

JODELET, D. La memoria de los lugares urbanos. **Alteridades**, Ciudad de México, v. 20, n. 39, p. 81–89, 2010. Disponível em: https://www.scielo.org.

mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0188-70172010000100007#:~:text=Hablar%20de%20memoria%20de%20lugares%20urbanos%20significa%20considerar%20a%20la,pasado%20y%20presente%20se%20ofrecen. Acesso em: 15 mai. 2023.

JORNAL TRADIÇÃO. **Rio Grande**: obras de revitalização dos pavilhões do Porto Velho e da Rua Riachuelo começam nesta segunda. Pelotas, 5 fev. 2023. Disponível em: https://www.jornaltradicao.com.br/rio-grande/geral/rio-grande-obras-de-revitalizacao-do-porto-historico-sao iniciadas/#:~:text=Rio%20Grande%3A%20Obras%20de%20revitaliza%C3%A7%C3%A3o%20do%20Porto%20Hist%C3%B3rico%20s%C3%A3o%20iniciadas,Por&text=A%20manh%C3%A3%20desta%20segunda%2Dfeira,imedia%C3%A7%C3%B5es%20do%20Pr%C3%A9dio%20da%20Alf%C3%A2ndega. Acesso em: 10 mar. 2024.

LENZI, T.; MENESTRINO, F. Pioneiros da fotografia em Rio Grande. Indícios de passagens e permanências. Relato de uma pesquisa histórica. **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v. 2, n. 5, p. 165–180, abr. 2011. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/Memoria/article/view/9531. Acesso em: 10 mar. 2022.

LIMA, C. T. K. **A gênese do bonde** - Rio Grande/RS. 2018. 109 f. Rio Grande, 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2018. Disponível em: http://museucrg.com.br/wp-content/uploads/2019/06/A-G%C3%8ANESE-DO-BONDE-RIO-GRANDE-RS.pdf. Acesso em: 10 fev, 2014.

LIVRARIA DO GLOBO. **Rio Grande** - Cidade e Porto Marítimo do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1944.

LOURO, E. Museu Cidade do Rio Grande será aberto ao público ainda esse ano. **Agora**, Rio Grande, 6 set. 2015.

LUCCOCK, J. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. São Paulo: Empresa Gráfica da "Revista dos Tribunais" LTDA, 1942.

LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Lisboa: Edições 70, 1989.

MACHADO, R.; VIANNA, L. M. **Porto de qualquer navio**. Música. Intérpretes ISOLDI, Miguel; MACHADO, Renato; VIANNA, Luís Mauro; VIGO, Ângelo. Mostra Musical Porto de qualquer navio. Rio Grande, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=soKgjgTqeeA. Acesso em 15 mar. 2024.

MARSIGLIA, V. Rio Grande do passado, do presente e do futuro. **Rio Grande**. Rio Grande, 20 nov. 1961.

MARTINS, S. F. **Cidade do Rio Grande**: industrialização e urbanidade (1873-1990). Rio Grande: FURG, 2016.

MENDES, C., VERÍSSIMO, C., BITTAR, W. **Arquitetura no Brasil: de Cabral a Dom João VI**. São Cristóvão: Imperial Novo Milênio, 2011a.

MENDES, C., VERÍSSIMO, C., BITTAR, W. **Arquitetura no Brasil: de Dom João VI a Deodoro**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2011b.

MUÑOS VIÑAS, S. M. **Teoría contemporánea de la Restauración**. 1. ed. Madri: Editorial Síntesis, 2004.

MURILLO MARX. **Cidade Brasileira**. São Paulo: Melhoramentos: Ed. da Universidade de São Paulo, 1980.

NERY, O. S. A musealização do patrimônio industrial no Museu da Cidade do Rio Grande/RS. **Revista Historiae**, Rio Grande, v. 12, p. 171-192, 2021. Disponível em: https://periodicos.furg.br/hist/article/view/12727. Acesso em: 20 mar. 2022.

NEUTZLING, S. R. **Para uma hierarquia dos valores do patrimônio arquitetônico urbano.** Proposição baseada nos inventários de Jaguarão e São Leopoldo/RS. 2018. 156 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufpel.edu.br/handle/ prefix/5469?show=full. Acesso em: 10 mar. 2022.

NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Tradução: Y. A. KHOURY. **Projeto História:** *Revista Do Programa De Estudos Pós-Graduados De História*, São Paulo, v. 10, p. 7–28, 1993. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/about. Acesso em 20 abr. 2022.

OCEANO. Revitalização da parte externa do Mercado Público está na reta final. **Portal de notícias online**. Rio Grande, 6 ago. 2015. Disponível em: https://www.grupooceano.com.br/noticias/rio-grande/revitalizacao-da-parte-externa-do-mercado-publico-esta-na-reta-final-542/. Acesso em 15 fev. 2024.

OCEANO. Ex-Corveta Imperial Marinheiro é convertida em navio-museu em Rio Grande. **Portal de notícias online.** Rio Grande, 2 out. 2015. Disponível em: https://www.grupooceano.com.br/noticias/rio-grande/ex-corveta-imperial-marinheiro-e-convertida-em-navio-museu-em-rio-grande-756/. Acesso em 15 fev. 2024.

OCEANO. Prefeitura anuncia a assinatura do contrato de revitalização do Porto Histórico. **Portal de notícias online.** Rio Grande, 18 jan. 2022. Disponível em: https://www.grupooceano.com.br/noticias/rio-grande/prefeitura-anuncia-a-assinatura-do-contrato-de-revitalizacao-do-porto-historico-23338/. Acesso em 15 fev. 2024.

OLIVEIRA, A. C.; SEIBT, M. B. **Programa de Revitalização Integrada de Jaguarão**. Pelotas: UFPel, 2005.

OLIVEIRA, A. L. C. **O Portal Meridional do Brasil:** Rio Grande, São José do Norte e Pelotas no período colonial (1737-1822). 2012. 349 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/handle/10183/55510. Acesso em: 20 mar. 2022.

OLIVEIRA, M. M. DE. **A Documentação como Ferramenta de Preservação da Memória**. Coleção Cadernos Técnicos – Programa Monumenta. V. 7. Brasília: IPHAN, 2008.

PELISSARI, M. K. Noites de sociabilidade: identidade e diferenciação social nos bailes da elite de Rio Grande – RS (década de 1950). *In*: XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011, São Paulo. **Anais eletrônicos do** [...]. São Paulo, julho 2011. Disponível em: https://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300801643_ARQUIVO_Artigo-ANPUHNac.2011-Noitesdesociabilidade-bailes.pdf. Acesso em: 15 fev. 2024.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul**. 8. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.

PIMENTEL, F. **Aspectos gerais do Município do Rio Grande**. Porto Alegre: Oficina Gráfica Imprensa Oficial, 1944.

PINHEIRO, A. R.; SIQUEIRA, G. Instrumentos possíveis para uma intervenção nas cidades - Parte 1. *In*: **Formação de Mediadores de Educação para Patrimônio**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2020. p. 162–175.

POSSAMAI, P. C.; SANTOS, R. S. As frotas de socorro para a Colônia do Sacramento, 1736-1737. **Revista Navigator**, Rio de janeiro, v. 8, n. 15, p. 62–74, 2012. Disponível em: https://www.portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/455. Acesso em 10 fev. 2022.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. Prefeitura notifica proprietários de prédios inventariados. **Notícias**. Rio Grande, 2011.

QUEIROZ, M. L. B. **A Vila do Rio Grande de São Pedro (1737-1822)**. 1. ed. Rio Grande: Editora da FURG, 1987.

REIS FILHO, N. G. **Quadro da arquitetura no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

RHODEN, L. F. **Urbanismo e arquitetura na região fronteiriça do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX**. 1. ed. Porto Alegre: Armazém Digital, 2013.

RICOEUR, P. Arquitetura e narratividade. Tradução: G. S. Batista. **Geograficidade**, Niterói, v. 11, p. 151–160, nov. 2021. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/50793. Acesso em 15 fev. 2024.

RICOEUR, PAUL. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Unicamp, 2007.

RIEGL, A. **O culto moderno dos monumentos** - a sua essência e a sua origem. São Paulo: Editora Perspectiva, 2014.

RIO GRANDE. **Lei Nº 2.524, de 18 de outubro de 1971.** Cria o Museu Municipal de Rio Grande. Rio Grande, 1971.

RIO GRANDE (CIDADE). **Lei Nº 4.116, de 03 de novembro de 1986.** Cria o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município do Rio Grande. Rio Grande, 1986.

RIO GRANDE (CIDADE). **Lei Nº 4.164, de 13 de fevereiro de 1987.** Classifica edificações de interesse sociocultural e concede estímulos para a preservação. Rio Grande, 1987.

RIO GRANDE (CIDADE). **Lei Nº 4.556, de 30 de outubro de 1990.** Caracteriza edificações de interesse sociocultural e concede benefícios aos proprietários para que sejam preservadas. Rio Grande, 1990.

RIO GRANDE (CIDADE). **Lei Nº 6.588, de 20 de agosto de 2008.** Estabelece o regime urbanístico do Município do Rio Grande, normatizando o zoneamento de uso e ocupação do solo, os dispositivos de controle das edificações, equipamentos urbanos e procedimentos administrativos. Rio Grande, 2008.

RIO GRANDE DO SUL (ESTADO). **Decreto Estadual Nº 34.472, de 11 de setembro de 1992.** Dispõe sobre a inscrição do título “Cidade Histórica - Patrimônio do Rio Grande do Sul” para a cidade de Rio Grande. Porto Alegre, 1992.

RIO GRANDE FATOS EM REVISTA. **3ª Festa do Mar 27 anos depois**. Rio Grande Fatos em Revista, Rio Grande, n. 1, p. 6-8, mai./jun. 1992.

RIO GRANDE FATOS EM REVISTA. **4ª Festa do Mar**. Rio Grande Fatos em Revista, Rio Grande, n. 6, p. 11-13, mar./abr. 1993a.

RIO GRANDE FATOS EM REVISTA. **Nossa Grande Festa do Mar**. Rio Grande Fatos em Revista, Rio Grande, n. 7, p. 20-24, jul./ago. 1993b.

ROCHA, I. DE LA. Cartões-postais antigos em exposição. **Litorâneo**. Rio Grande, 4 abr. 2023. Disponível em: https://www.olitoraneo.com.br/materia/368rio-grande/ique-de-la-rocha/cartoes-postais-antigos-em-exposicao.html. Acesso em: 10 fev. 2024.

SAINT-HILAIRE, A. F. C. **Viagem ao Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: ERUS; Martins Livreiro, 1987.

SALVATORI, E.; HABIAGA, L. A. G. DE P.; THORMANN, M. DO C. Crescimento horizontal da cidade do Rio Grande. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 51, p. 27–72, jan. 1989.

SANTOS, C. A. Á. **Espelhos, máscaras, vitrines**: estudo iconológico de fachadas arquitetônicas - Pelotas, 1870-1930. Pelotas: UCPel, 2002.

SANTOS, M. **A natureza do espaço:** técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: USP, 2006.

SEGAWA, H. **Arquitetura no Brasil (1900-1990)**. 3. ed. São Paulo: USP, 2018.

SOARES, I. V. P. **Direito ao (do) patrimônio cultural brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

SOTRATTI, M. A. Revitalização. *In*: **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.** Rio de Janeiro; Brasília: IPHAN; DAF; Copedoc, 2015. (verbete). Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/ detalhes/58/revitalizacao#:~:text=A%20revitaliza%C3%A7%C3%A3o%20consiste%20na%20refuncionaliza%C3%A7%C3%A3o,et%20al.%2C%202006). Acesso em: 10 mar. 2024.

TORRES, L. H. Os primeiros prédios da Alfândega do Rio Grande. **Agora.** Rio Grande, 6 ago. 2004.

O atual prédio da alfândega do Rio Grande. **Agora**. Rio Grande, 20 ago. 2004b.

TORRES, L. H. A Catedral de São Pedro. **Biblos - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 18, p. 55–64, 2006.

TORRES, L. H. Cronologia básica da história da cidade do Rio Grande (1737-1947). **Biblos - Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação**, Rio Grande, v. 22, p. 9-18, 2008.

TORRES, L. H. **Rio Grande:** 180 anos de jornalismo. Rio Grande: FURG, 2012.

TORRES, L. H. **Memórias do Cais:** o Porto Velho do Rio Grande. Rio Grande: FURG, 2009.

TORRES, L. H. **Águas de maio:** a enchente de 1941 em Rio Grande. Rio Grande: FURG, 2011.

TORRES, L. H. **Rio Grande:** Cartões-postais na Belle Époque. Rio Grande: FURG, 2013.

TORRES, L. H. **Pressupostos teórico-metodológicos referente a análise dos cartões-postais**. Lisboa; Rio Grande: Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias; Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa; Biblioteca Rio-Grandense, 2024.

TORRES, R. DE O. **"... e a modernidade veio a bordo**": arqueologia histórica do espaço marítimo oitocentista na cidade do Rio Grande/RS. 2010. 110 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2010. Disponível em: https://wp.ufpel.edu.br/ppgmp/files/2016/11/ Rodrigo-Torres.pdf. Acesso em: 15 abr. 2023.

VERÍSSIMO, G. Suposto cais construído em 1871 é encontrado durante as obras na Riachuelo. **Litorâneo**, 21 mar. 2023. Disponível em: https://www.olitoraneo.com.br /noticia/14190/rio-grande/rio-grande/suposto-cais-construido- em-1871-e-encontrado-durante-as-obras-na-riachuelo.html#:~:text= Arque %C3%B3logos%20 respons%C3% A1

veis%20pelo%20acompanhamento%20hist%C3%B3rico,munic%C3%ADpio%20no%20ano%20de%201871. Acesso em: 21 mar. 2024.

WEIMER, G. **Arquitetos e construtores Rio-Grandenses na Colônia e no Império**. Santa Maria: UFSM, 2006.

ZIEBELL, C. Inventário lista 507 bens culturais imóveis de Rio Grande. **Agora**. Rio Grande, 28 dez. 2004.

ZIEBELL, C. Museu Náutico da FURG é reinaugurado. **Agora.** Rio Grande, 14 jun. 2007.

ZIEBELL, C. Primeira fase do restauro da Alfândega fica pronta em junho. **Agora**. Rio Grande, 27 fev. 2012.

Fontes documentais

Archaeos:

ARCHAEOS. **Cais do Porto de Rio Grande**. Folheto. Rio Grande, 2023.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul:

JORNAL DO COMÉRCIO. Cáes do Rio Grande - Descrição da obra. **Folha comercial, literária e noticiosa**, 26 maio 1867.

PEREIRA, N. D. **Orçamento da despesa provável a fazer-se com a construção de um cais de pedra no lugar do trapiche da Rua do Carmo na cidade do Rio Grande na Rua da Boa Vista**. Rio Grande: 1861. Seção
Obras Públicas. Caixa 11. Maço 21-22.

SÃO PEDRO DO SUL. **Projecto do Cáes de Rio Grande**. Porto Alegre: 1869. Seção Obras Públicas. Caixa 13. Maço 25-26.

Arquivo Público e Histórico do Rio Grande:

ASTI, A. **Requerimento sobre construções**. Rio Grande, 17 abr. 1931. Seção Requerimentos de Construções. Caixa 0094. Pasta 2.

Biblioteca Nacional Digital:

FUNCK, J. **Relação e Planta do Rio Grande de S. Pedro, desde a Intrada da Barra the a Ponta da Mendanha**. Rio Grande: [s.n.]. Disponível em: <http://acervo.bndigital.bn.br/sophia/index.html>. Acesso em: 15 jun. 2024.

SAUER, A. **Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro. Companhia Typographica do Brazil. Edições de: 1905, 1908, 1911, 1931, 1935, 1936, 1937, 1938.

Biblioteca Pública do Estado do Rio Grande do Sul:

COSTA, A. R. **O Rio Grande do Sul**: obra histórca, descriptiva e illustrada. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1922. 2 v.

Biblioteca Rio Grandense:

AGORA. Jornal. Rio Grande. Edições de: 2 set. 1987, 6 set. 1987, 10 set. 1987, 12 set. 1987, 25 set. 1987, 18/19 abr. 1992, 22/23 out. 2016, 8 nov. 2019.

ARTISTA, O. Jornal. Rio Grande. Edições: 5 jul. 1912, 16 jul. 1912.

CÂMARA MUNICIPAL DE RIO GRANDE. **Relatório da Câmara Municipal de Rio Grande**. Rio Grande. Edições: 1845, 1847, 1848, 1853, 1861, 1862, 1863, 1871, 1873, 1877.

DIÁRIO DO RIO GRANDE. Jornal. Rio Grande. Edições: 24 dez. 1848, 2 jul. 1865, 12 jul. 1865, 14/15 jul. 1865, 16 jul. 1865, 19 jul. 1865, 2 ago. 1865, 8 ago. 1865, 11 ago. 1865, 13 ago. 1865, 25 ago. 1865, 29 ago. 1865, 4/5 set. 1865, 13 set. 1865, 16 set. 1865, 18 out. 1865, 25 out. 1865, 29 out. 1865, 2/3 nov. 1865, 29/30 abr. 1872, 28 mai. 1876, 12 out. 1878, 11 jan. 1879, 19 jan. 1879, 3 mar 1879, 1 jan. 1901, 3 jan. 1905, 4 jan. 1905, 11 jan. 1908, 2 fev. 1908.

ECHO DO SUL. Jornal. Rio Grande. Edição: 3 jan. 1912.

MUSEU DA CIDADE DO RIO GRANDE. Alfândega do Rio Grande - Terceiro Prédio. **Memória Rio-Grandina**, Rio Grande, p. 1, 1986.

O NOTICIADOR, O. Jornal. Rio Grande. Edição: 8 out. 1832.

RIO GRANDE. Jornal. Rio Grande. Edições: 6 jun. 1918, 31 jan. 1919. 19 fev. 1919, 21 fev. 1919, 28 fev. 1919, 26 mar. 1919, 30 abr. 1919, 4 out. 1919, 3 jan. 1922, 2 jan. 1945, 4 jan. 1950, 13 jan. 1950, 1 mar. 1950, 29 set. 1953, 4 jan. 1955, 12 jan. 1955, 15 jan. 1959, 17 abr. 1959, 30 abr. 1959, 20 mai. 1959, 7 fev. 1961, 11 nov. 1961, 13 nov. 1961, 18 nov. 1961, 23 set. 1964, 26 set. 1964, 29 set. 1964, 16 nov. 1965, 11 dez. 1965, 12 set. 1967, 16 set. 1967, 1 ago. 1967, 11 mar. 1975, 13 mar. 1975, 31 jul. 1975, 11 dez. 1975.

TEMPO, O. Jornal. Rio Grande. Edições de: 26 set. 1942, 29 set. 1942.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Estadual:

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES. **Concurso Público de Arquitetura para o Porto Velho do Rio Grande**. Porto Alegre: 1997.

IPHAE. **Referente à solicitação da Sec. de Estado dos Transportes, quanto à definição do entorno dos bens tombados pela Sec. de Estado da Cultura no Centro Histórico de Rio Grande, a fim de que esta regulamentação passe a integrar as bases do concurso de Revitalização do Porto Velho do Rio Grande.** Porto Alegre, 1997.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:

CAMARA DE COMÉRCIO DA CIDADE DE RIO GRANDE. **Ofício 0654. Ano 121.** Tombamento do edifício onde funciona a Alfândega de Rio Grande, 28 de julho de 1965. Rio Grande, 1965.

DIRETORIA DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Pedido de Tombamento do prédio da Alfândega da cidade do Rio Grande, Rio Grande do Sul, 26 de agosto de 1966.** Rio de Janeiro, 1966a.

DIRETORIA DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Informação 375. Prédio da Alfândega, à rua Marechal Floriano, na cidade do Rio Grande, Rio Grande do Sul. 27 de outubro de 1966.** Rio de Janeiro, 1966b.

DIRETORIA DO PATRIMONIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Ata da 49º Reunião do Conselho Consultivo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 22 de agosto de 1967**. Rio de Janeiro, 1967.

IPHAN. **Delimitação e disciplinamento do entorno dos bens culturais tombados, localizados na área central da cidade do Rio Grande**. Brasil, 1992.

Internet Archive:

THE ILLUSTRATED LONDON NEWS. The Illustrated London News. 19 ago. 1865. Disponível em: https://archive.org/details/illustratedlondov47lond/page/149/mode/1up? view=theater. Acesso em: 15 abr. 2024.

Lontra Arquitetura:

MACADAR ARQUITETURA E CONSULTORIA. **Memorial descritivo do projeto de revitalização do Porto Histórico do Rio Grande**. Porto Alegre, nov. 2015.

Patrimonium Arquitetura e Restauro:

XAVIER, W. P.; BACHETTINI, A. L. **Projeto de restauro da Câmara de Comércio da cidade do Rio Grande**. Rio Grande, abr. 2003.

Prefeitura Municipal do Rio Grande:

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. **Mercado Municipal - Memorial descritivo de restauração das fachadas** . Rio Grande, 31 ago. 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. **Programação da 1ª Noite do centro Histórico do Rio Grande**. Rio Grande, 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. **Programação da Noite do Centro Histórico 2023**. Rio Grande, 2023a.

PREFEITURA MUNICIPAL DO RIO GRANDE. **Programação da Semana do Patrimônio: Cidade do Rio Grande - Das águas ao Cais de Pedra**. Rio Grande, 2023b.

Acervo particular Luiz Alfredo Sampayo:

AGÊNCIA MARÍTIMA SAMPAYO NICKHORN LTDA. **50 anos da Agência Marítima Sampayo Nickhorn Ltda.** Rio Grande, 1981.

Acervo particular Vidalberto Canto da Rosa:

SOCIEDADE PROMOTORA FESTA DO MAR. **Apresentação Festa do Mar 1992**. Folheto. Rio Grande, 1992a.

SOCIEDADE PROMOTORA FESTA DO MAR. **Programa Final da Festa do Mar 1992**. Folheto. Rio Grande, 1992b.

Apêndices

Apêndice A – Tabela com os nomes das ruas e da praça próximas à Rua Riachuelo

1829		2023
Rua Nova das Flores	Rua da Boa Vista	Rua Riachuelo
Beco da Alfândega	Rua da Alfandega	Rua Andradas
Beco da Catraia	Rua do Arsenal	Rua Ewbank
Beco do Carmo	Rua 16 de Julho	Rua Benjamin Constant
Beco do Capitão M.	-	Travessa do Afonso
Beco do Joaquim Mez	Andrade Neves	Rua Fernando Duprat da Silva
Rua do Cunha	-	Rua Coronel Sampaio
-	-	Rua Almirante Barroso
Rua da Praia	Rua D. Pedro II	Rua Marechal Floriano Peixoto
Rua Direita	Rua dos Príncipes	Rua General Bacelar
Rua do Pito	Rua Paysandú	Rua República do Líbano
Praça da Alfândega	Praça Municipal	Praça Xavier Ferreira

Apêndice B – Modelo de ficha com roteiro para as entrevistas semiestruturadas realizadas

ENTREVISTA	
Tema:	
Modo:	**Data**:
Pesquisa:	
Entrevistador:	
Entrevistado:	**Data de nascimento**:
CPF/RG:	**Telefone:**
Envolvimento do entrevistado com o tema:	

- Em qual período o(a) senhor(a) trabalhou ou residiu na Rua Riachuelo?
- Que memórias guarda da rua? Era movimentada?
- Quais casas de comércio existiam?
- Havia outros usos, como agências de navegação, boates, residências? Os usos conviviam bem?
- O(a) senhor(a) gostava de trabalhar/residir lá? Como se sentia?
- Qual era a localização do seu trabalho/moradia? Como era a edificação?
- O(a) senhor(a) tem fotografias ou cartões-postais da rua ou da edificação?
- Como o(a) senhor(a) se sente quando vê a rua, os sobrados, casas térreas e o próprio Porto Velho atualmente?
- Foram demolidas muitas edificações? As que restaram lembram o período no qual o(a) senhor(a) trabalhava/residia na rua?
- O(a) senhor(a) tem indicação de outras pessoas que possam falar a respeito das suas memórias sobre rua?

Apêndice C - Termo de Cessão Gratuita de Direitos de Depoimento Oral

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL

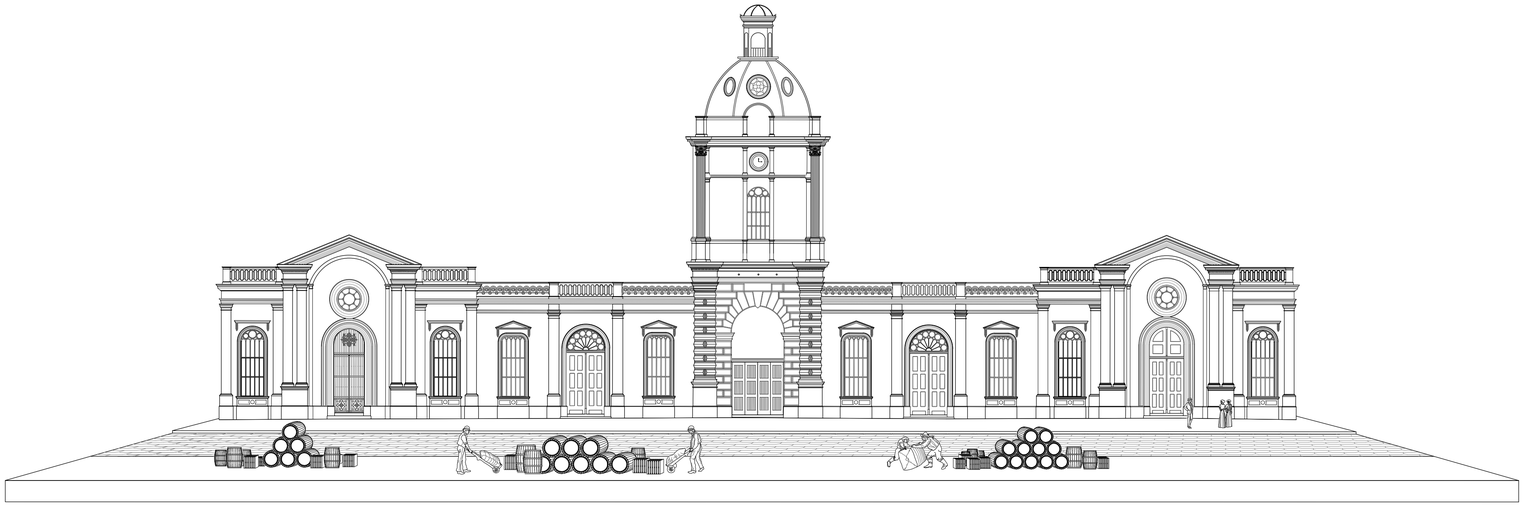
Pelo presente documento, **eu Entrevistado(a)**:_____, RG:_____, emitido pelo(a):_____, domiciliado/residente em (Av./Rua/n°/complemento/Cidade/Estado/CEP) _____ _____,
declaro ceder ao (à) Pesquisador(a):_____, CPF:_____, RG:_____, emitido pelo(a): _____, domiciliado(a)/residente em (Av./Rua/n°/complemento/Cidade/Estado/CEP): _____ _____,
sem quaisquer restrições quanto aos seus efeitos patrimoniais e financeiros, a plena propriedade e os direitos autorais do depoimento de caráter histórico e documental que prestei ao(à) pesquisador(a) aqui referido(a), na cidade de _____, Estado _____, em ____/____/_____, que teve a transcrição por mim verificada e autorizada, **como subsídio à construção de sua pesquisa de Doutorado na Universidade Federal de Pelotas.** O(a) pesquisador(a) acima citado(a) fica consequentemente autorizado(a) a utilizar, divulgar e publicar, para fins acadêmicos e culturais, o mencionado depoimento, no todo ou em parte, com a ressalva da garantia da integridade de seu conteúdo e identificação de fonte e autor.

Local e Data:

_____, _____ de _____ de _____

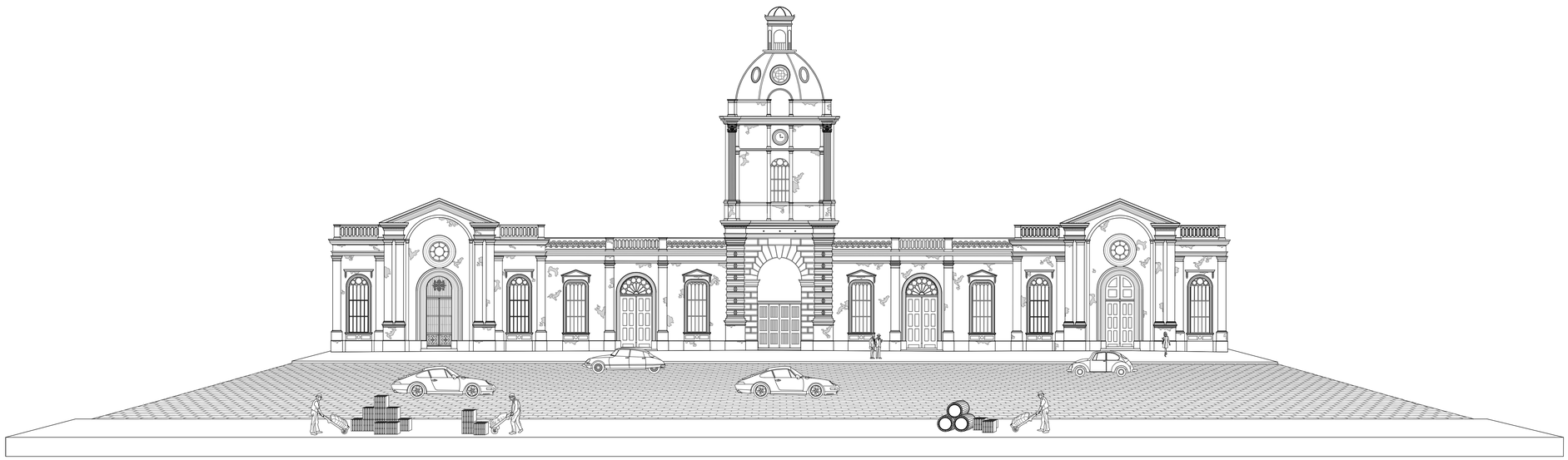
_____
(assinatura do entrevistado/depoente)

*Com base no modelo fornecido pelo curso Pesquisando em Fontes Históricas, desenvolvido pelas Historiadoras Doutoras Olivia Silva Nery e Amanda Both.



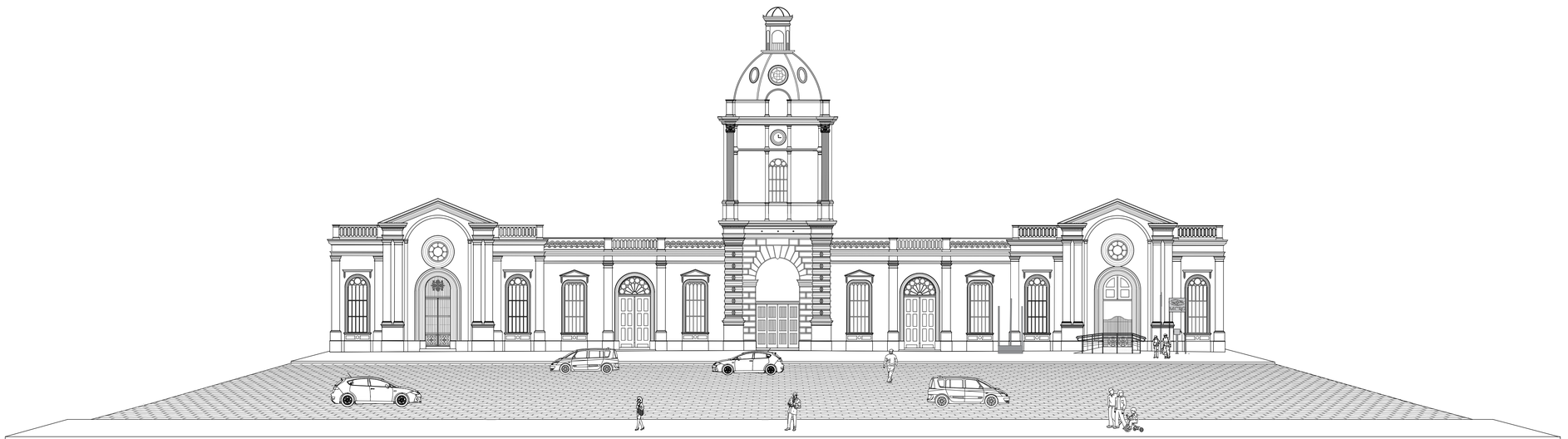
01 ELEVAÇÃO HUMANIZADA Q3 - PRIMEIRO TEMPO - DÉCADA DE 1900

1/200



02 ELEVAÇÃO HUMANIZADA Q3 - SEGUNDO TEMPO - DÉCADA DE 1970

1/200



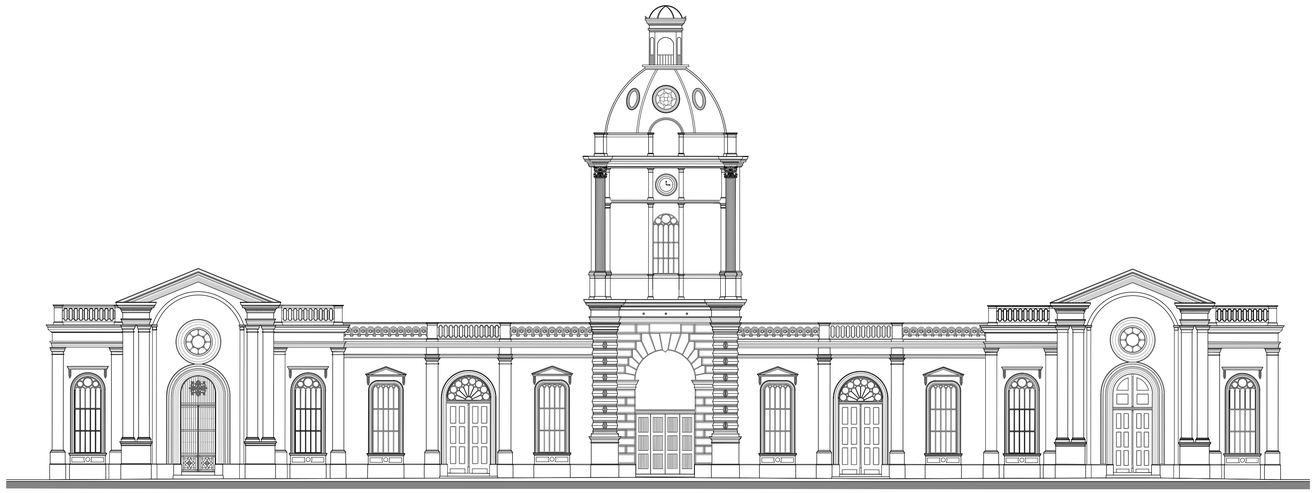
03 ELEVAÇÃO HUMANIZADA Q3 - TERCEIRO TEMPO - 2023

1/200

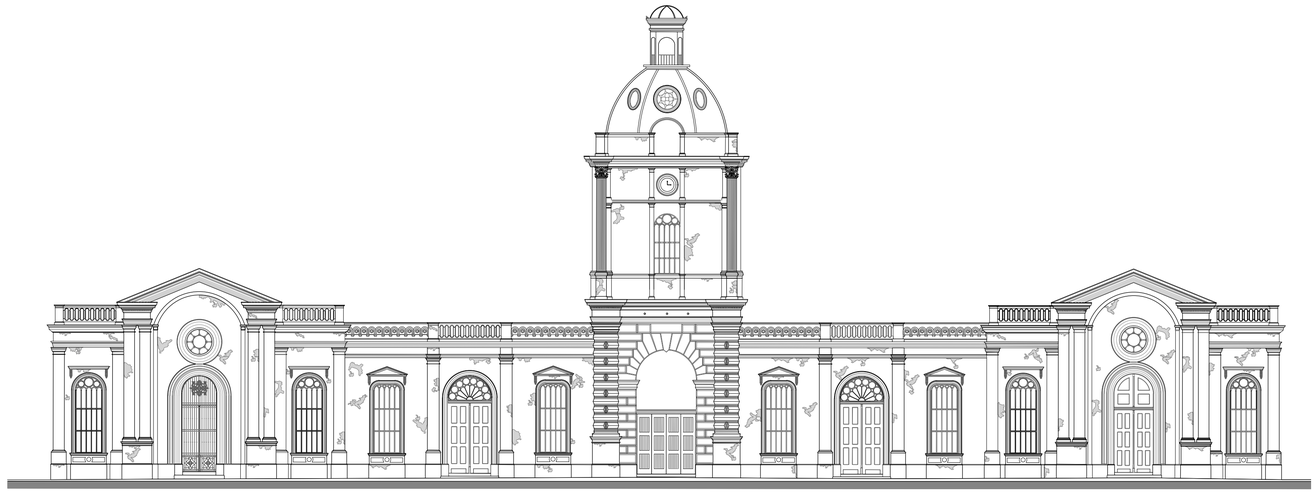
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL

Programa de Pós-graduação Memória Social e Patrimônio Cultural

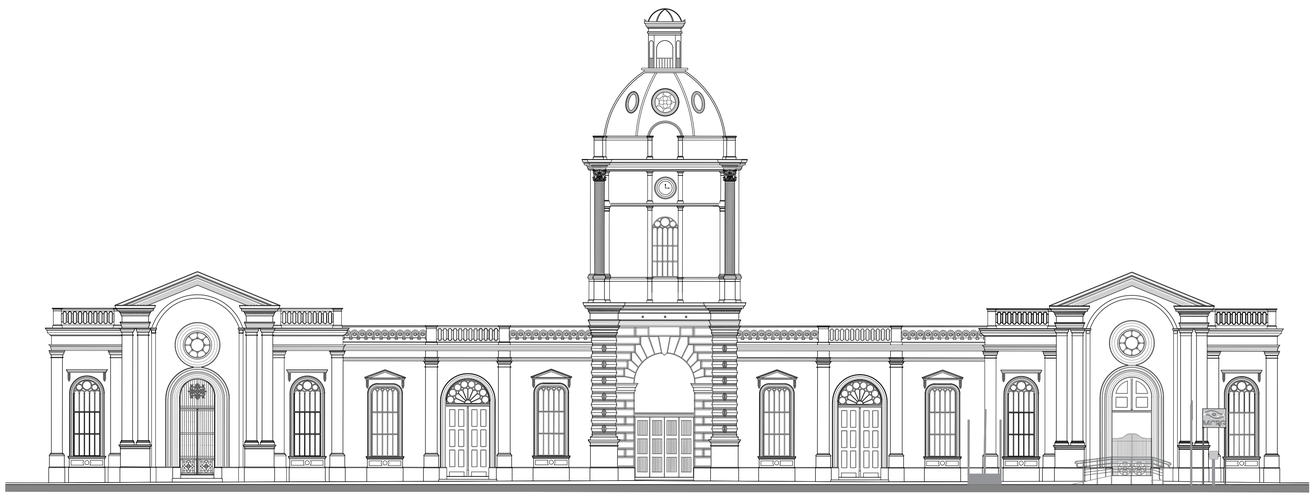
Curso: Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural	Data: 7/8/24
Etapa: Defesa de Tese	Escala: 1/200
Desenhistas: Arq.ª e Urb.ª Eliza F. Antochevis; Arq.ª e Urb.ª Fernanda Melati Brasil	Prancha: 1/11
Conteúdo: Elevações Humanizadas Rua Riachuelo Q3 - Apêndice D	



01 ELEVAÇÃO Q3 - PRIMEIRO TEMPO - DÉCADA DE 1900
1/175



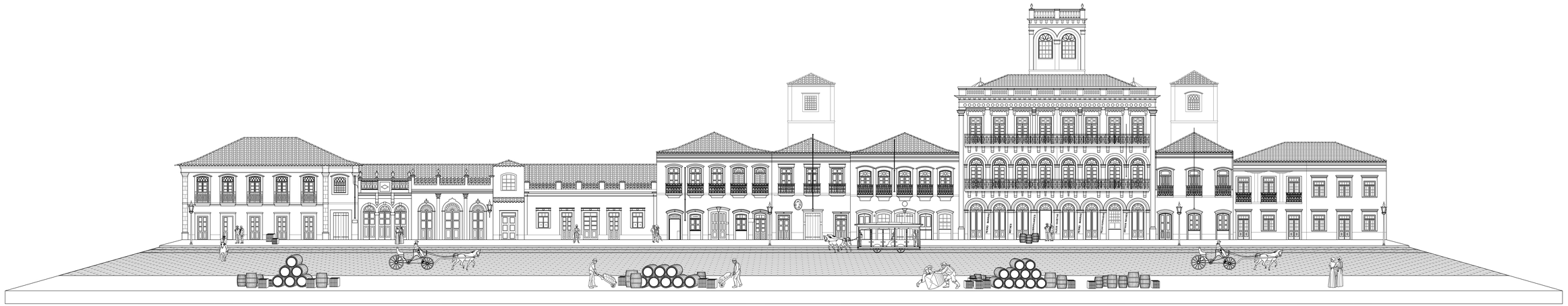
02 ELEVAÇÃO Q3 - SEGUNDO TEMPO - DÉCADA DE 1970
1/175



03 ELEVAÇÃO Q3 - TERCEIRO TEMPO - 2023
1/175

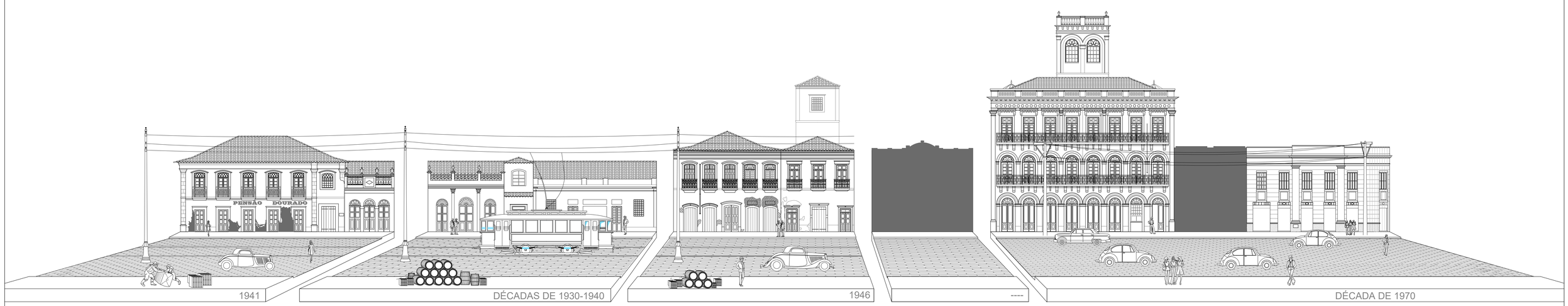
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL

	Curso: Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural	Data: 7/8/24
	Etapa: Defesa de Tese	Escala: 1/175
	Desenhistas: Arq.ª e Urb.ª Eliza F. Antochevis Arq.ª e Urb.ª Fernanda Melati Brasil	Prancha: 2/11
	Conteúdo: Elevações Rua Riachuelo Q3 - Apêndice E	



01 ELEVAÇÃO Q4 HUMANIZADA - PRIMEIRO TEMPO - DÉCADA DE 1900

1/200



02 ELEVAÇÃO Q4 HUMANIZADA - SEGUNDO TEMPO - DÉCADAS DE 1930/40/70

1/200



03 ELEVAÇÃO Q4 HUMANIZADA - TERCEIRO TEMPO - 2023

1/200

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL

Curso: Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural		Data: 18/9/24
Etapa: Defesa de Tese		Escala: 1/200
Desenhistas: Arq.ª e Urb.ª Eliza F. Antochevis Acad. de Arq. e Urb. João Pedro Medina		Prancha: 3/11
Conteúdo: Elevações Humanizadas Rua Riachuelo Q4 - Apêndice F		



N°	55	57	60	63	64	66	68-70	72	76	79

01 ELEVAÇÃO Q4 - PRIMEIRO TEMPO - DÉCADA DE 1900
1/175



N°	14 (Rua Benjamin Constant)	259	261	263	265	267 - 269	273	279	281-283	285	289	1-3-9 (Rua Ewbank)

02 ELEVAÇÃO Q4 - SEGUNDO TEMPO - DÉCADAS DE 1930/40/70
1/175

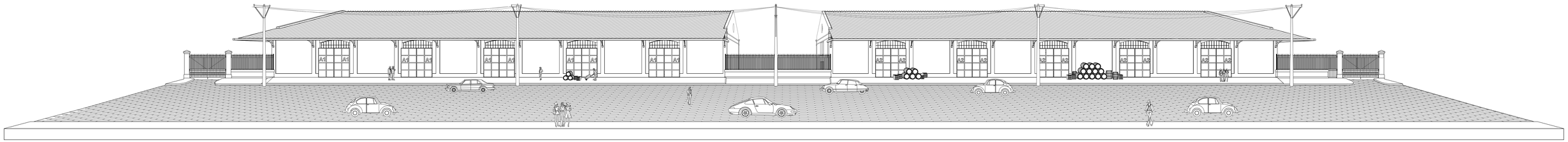


N°	14 (Rua Benjamin Constant)	259	261	263	265	267 - 269	273	279	281-283	285	289	1-3-9 (Rua Ewbank)

03 ELEVAÇÃO Q4 - TERCEIRO TEMPO - 2023
1/175

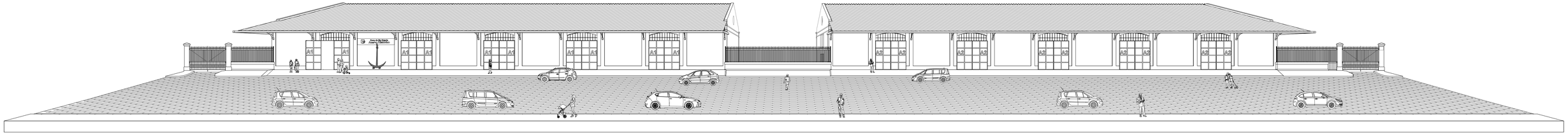
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL

Curso: Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural		Data: 18/9/24
Etapa: Defesa de Tese		Escala: 1/175
Desenhistas: Arq.ª e Urb.ª Eliza F. Antochevis Acad. de Arq. e Urb. João Pedro Medina		Prancha: 4/11
Conteúdo: Elevações Rua Riachuelo Q4 - Apêndice G		



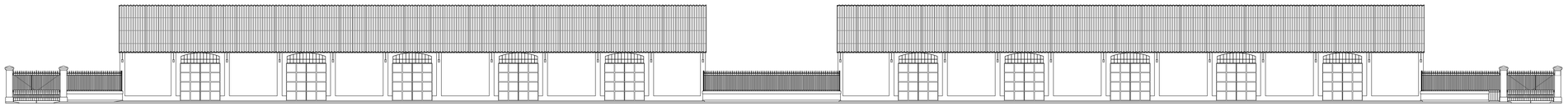
01 ELEVAÇÃO A1 E A2 HUMANIZADA - SEGUNDO TEMPO - DÉCADA DE 1970

1/200



02 ELEVAÇÃO A1 E A2 HUMANIZADA - TERCEIRO TEMPO - 2023

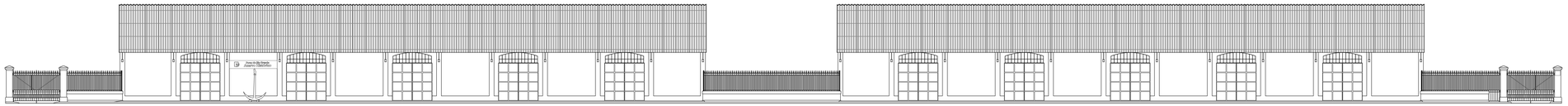
1/200



N°	Armazém A1		Armazém A2	

01 ELEVAÇÃO ARMAZÉNS A1 E A2 - SEGUNDO TEMPO - DÉCADA DE 1970

1/175



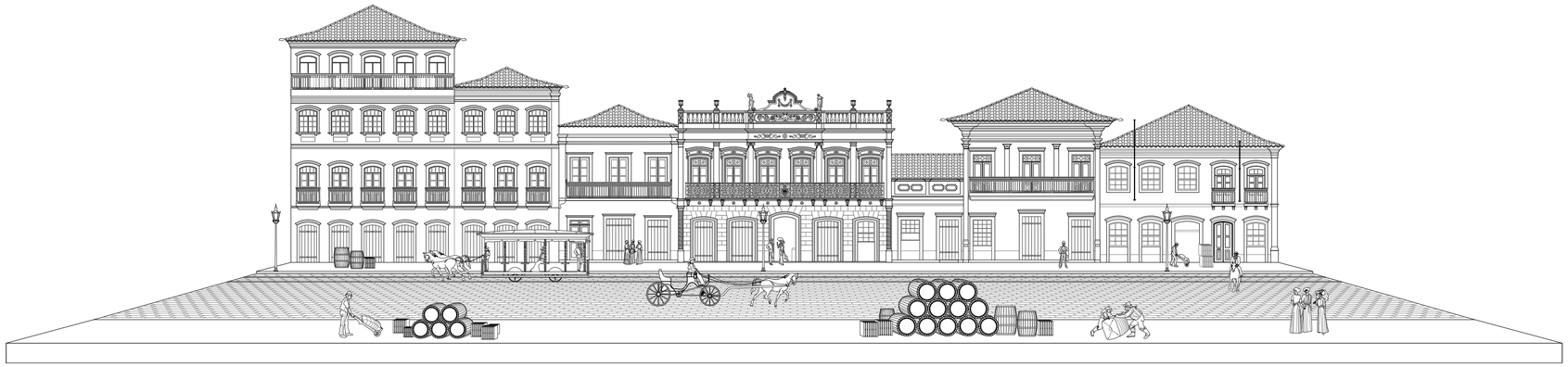
N°	Armazém A1		Armazém A2	

02 ELEVAÇÃO ARMAZÉNS A1 E A2 - TERCEIRO TEMPO - 2023

1/175

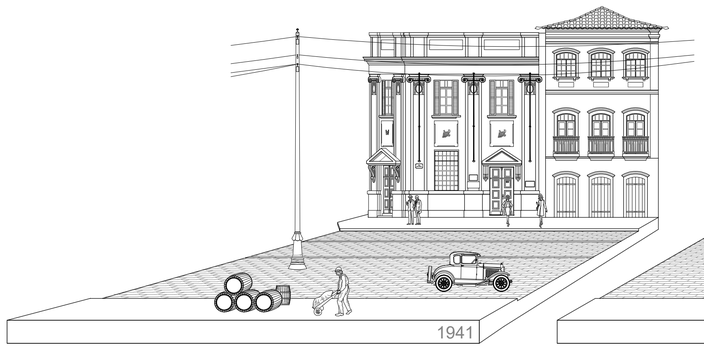
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL

Curso: Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural	Data: 18/9/24
Etapa: Defesa de Tese	Escala: 1/200
Desenhistas: Arq.ª e Urb.ª Eliza F. Antochevis Acad. de Arq. e Urb. Lineker Ferreira Franco	Prancha: 5/11
Conteúdo: Elevações Armazéns A1 e A2 - Apêndice H	

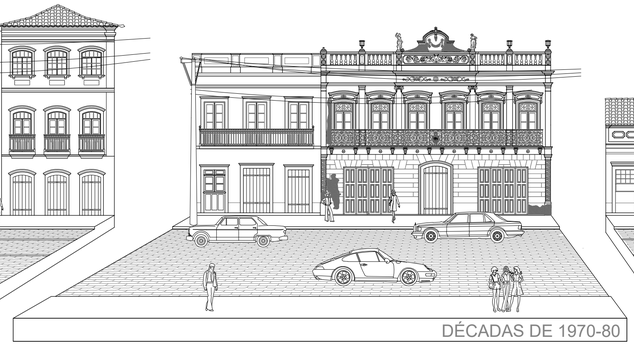


01 ELEVAÇÃO Q5 HUMANIZADA - PRIMEIRO TEMPO - DÉCADA DE 1900

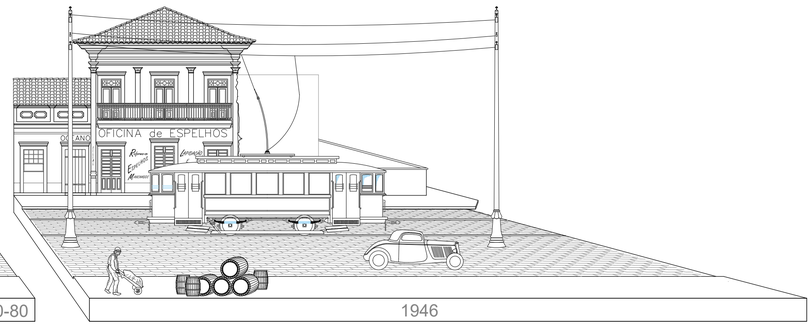
1/200



1941



DÉCADAS DE 1970-80



1946

02 ELEVAÇÃO Q5 HUMANIZADA - SEGUNDO TEMPO - DÉCADAS DE 1930/40/70

1/200

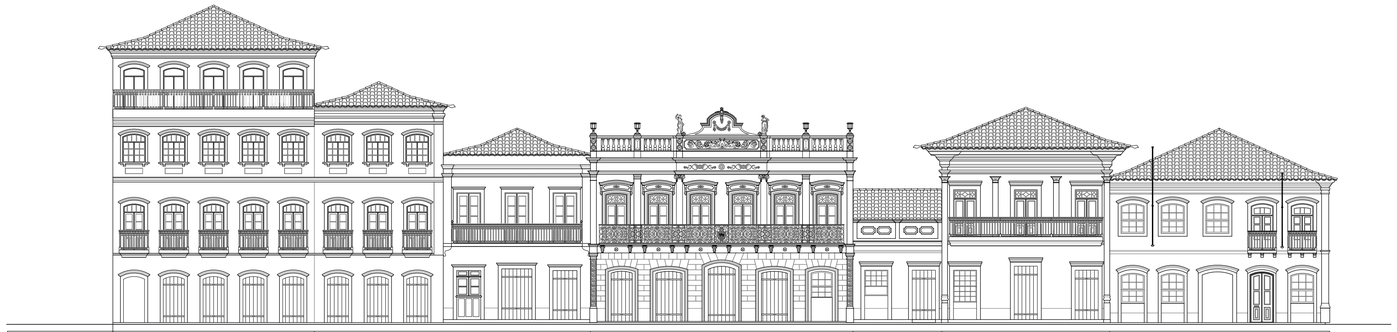


03 ELEVAÇÃO Q5 HUMANIZADA - TERCEIRO TEMPO - 2023

1/200

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL

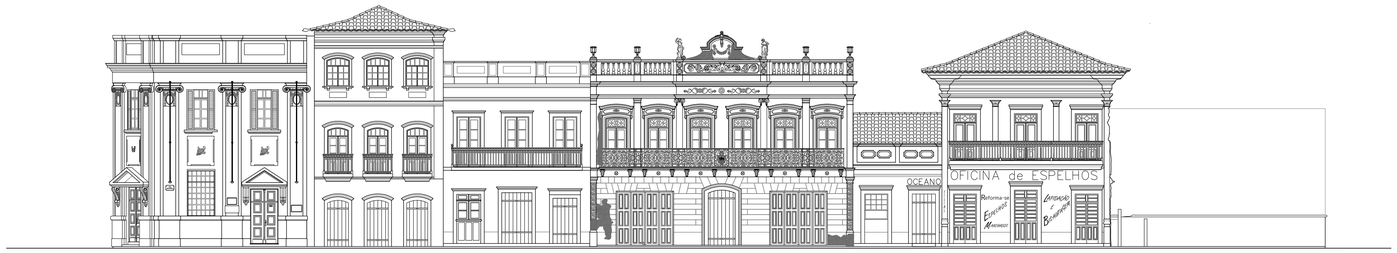
	Curso: Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural	Data: 11/9/24
	Etapa: Defesa de Tese	Escala: 1/200
	Desenhistas: Arq.ª e Urb.ª Eliza F. Antochevis Acad. de Arq. e Urb. João Pedro Medina	Prancha: 6/11
	Conteúdo: Elevações Humanizadas Rua Riachuelo Q5 - Apêndice I	



N°	44	46	48	50-51	52-53	54

01 ELEVAÇÃO Q5 - PRIMEIRO TEMPO - DÉCADA DE 1900

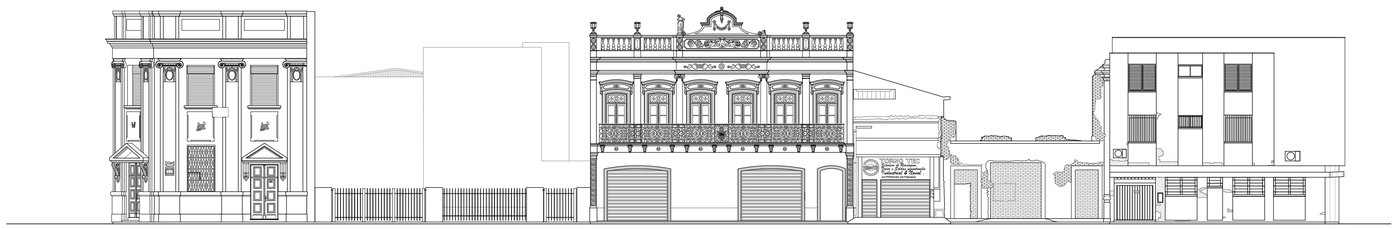
1/175



N°	205	221	227	229	235	237

02 ELEVAÇÃO Q5 - SEGUNDO TEMPO - DÉCADAS DE 1930/40/70

1/175



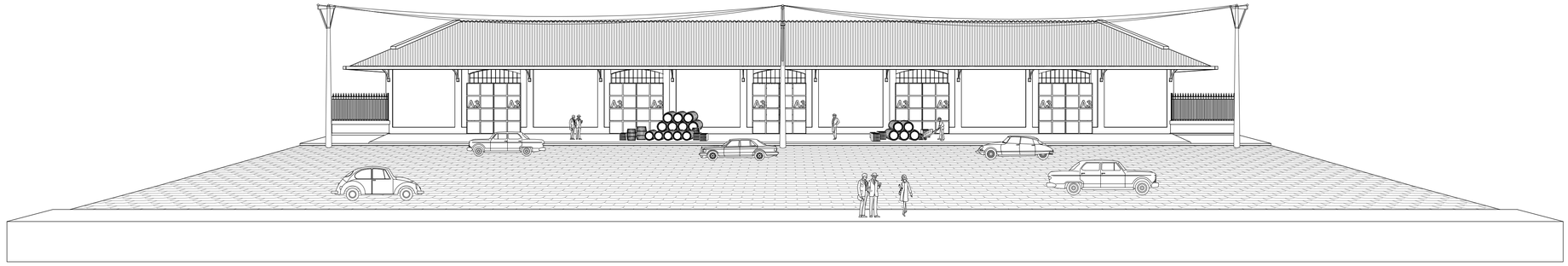
N°	205	221	227	229	235	237

03 ELEVAÇÃO Q5 - TERCEIRO TEMPO - 2023

1/175

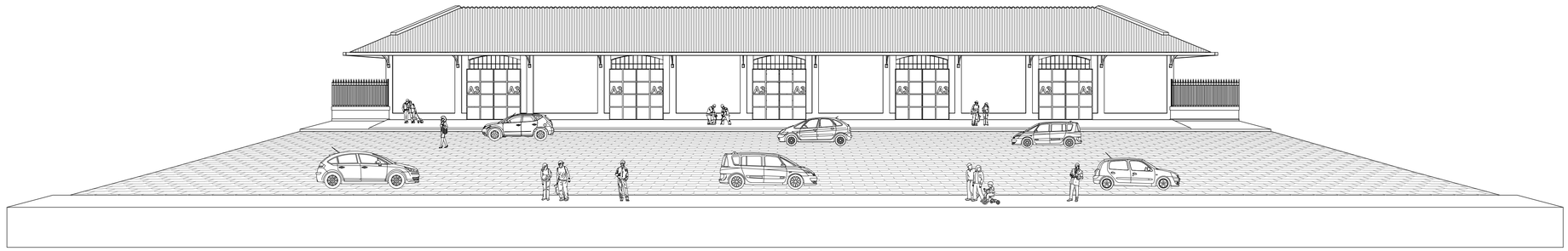
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL

Curso: Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural	Data: 11/9/24
Etapa: Defesa de Tese	Escala: 1/175
Desenhistas: Arq.ª e Urb.ª Eliza F. Antochevis Acad. de Arq. e Urb. João Pedro Medina	Prancha: 7/11
Conteúdo: Elevações Rua Riachuelo Q5 - Apêndice J	



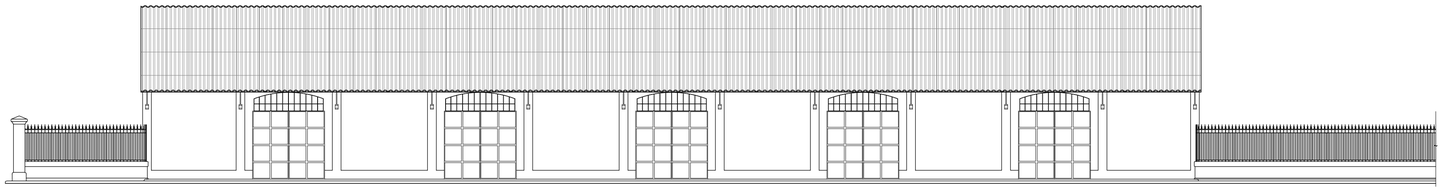
01 ELEVAÇÃO HUMANIZADA ARMAZÉM A3 - SEGUNDO TEMPO - DÉCADAS DE 1970

1/200



02 ELEVAÇÃO HUMANIZADA ARMAZÉM A3 - TERCEIRO TEMPO - 2023

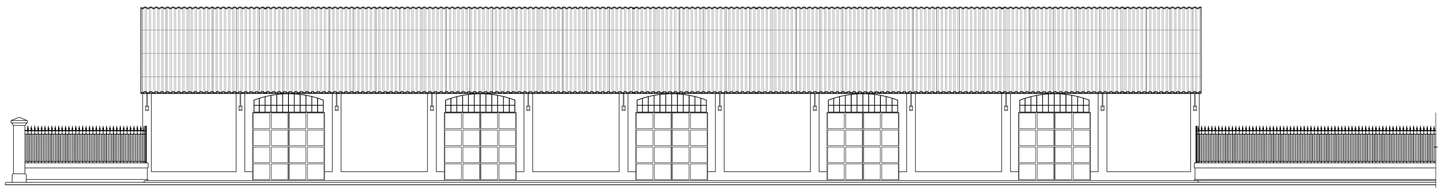
1/200



N°	Armazém A3

01 ELEVAÇÃO ARMAZÉM A3 - SEGUNDO TEMPO - DÉCADAS DE 1940 E 1970

1/175



N°	Armazém A3

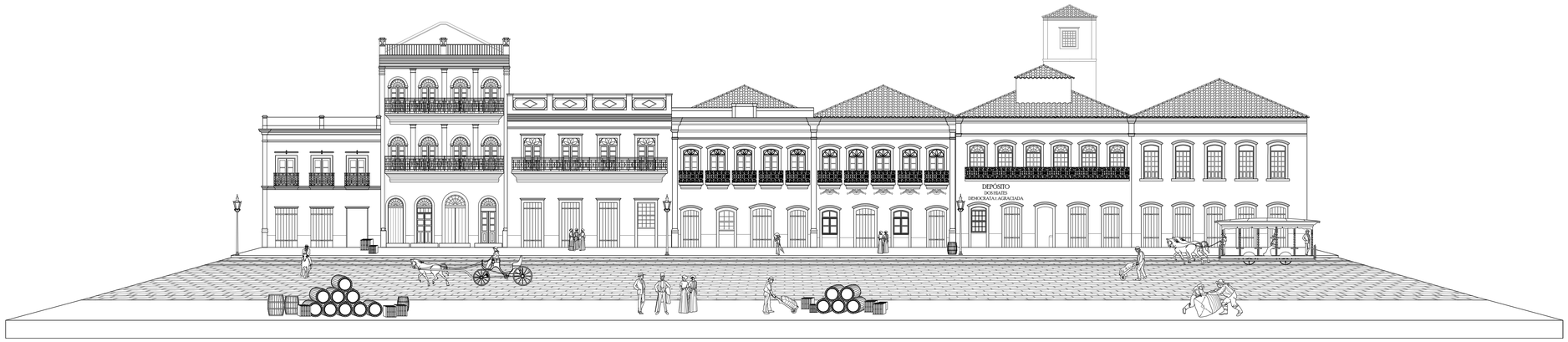
02 ELEVAÇÃO ARMAZÉM A3 - TERCEIRO TEMPO - 2023

1/175

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL

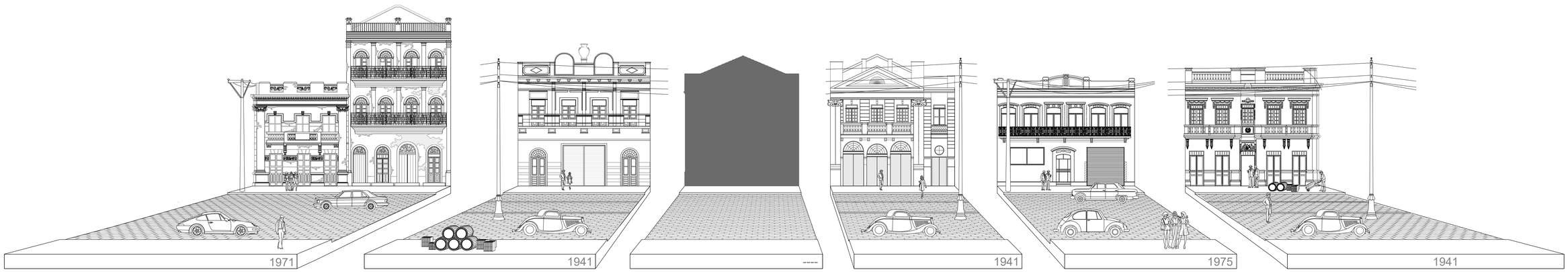
Programa de Pós-graduação Memória Social e Patrimônio Cultural

Curso: Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural	Data: 11/9/24
Etapa: Defesa de Tese	Escala: 1/175 e 1/200
Desenhistas: Arq.ª e Urb.ª Eliza F. Antochevis Acad. de Arq. e Urb. João Pedro Medina	Prancha: 8/11
Conteúdo: Elevações Armazém A3 - Apêndice K	



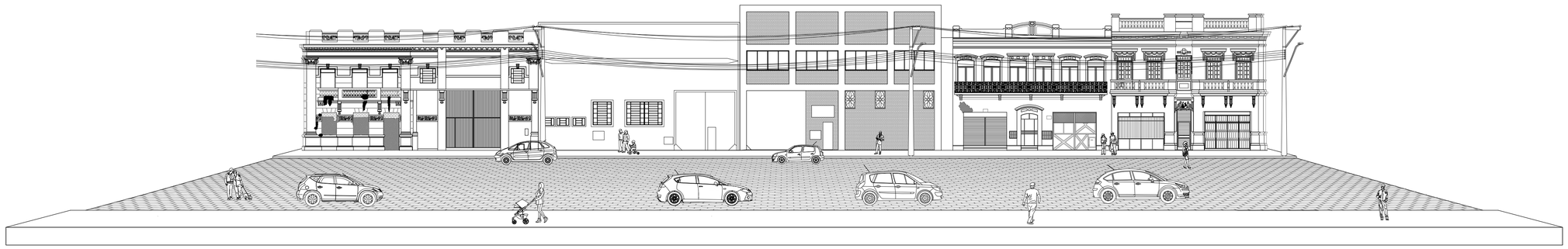
01 ELEVAÇÃO Q6 HUMANIZADA - PRIMEIRO TEMPO - DÉCADA DE 1900

1/200



02 ELEVAÇÃO Q6 HUMANIZADA - SEGUNDO TEMPO - DÉCADAS DE 1940 E 1970

1/200



03 ELEVAÇÃO Q6 HUMANIZADA - TERCEIRO TEMPO - 2023

1/200

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL

Curso: Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural	Data: 18/9/24
Etapa: Defesa de Tese	Escala: 1/200
Desenhistas: Arq.ª e Urb.ª Eliza F. Antochevis Acad. de Arq. e Urb. Lineker Ferreira Franco	Prancha: 9/11
Conteúdo: Elevações humanizadas Rua Riachuelo Q6 - Apêndice L	



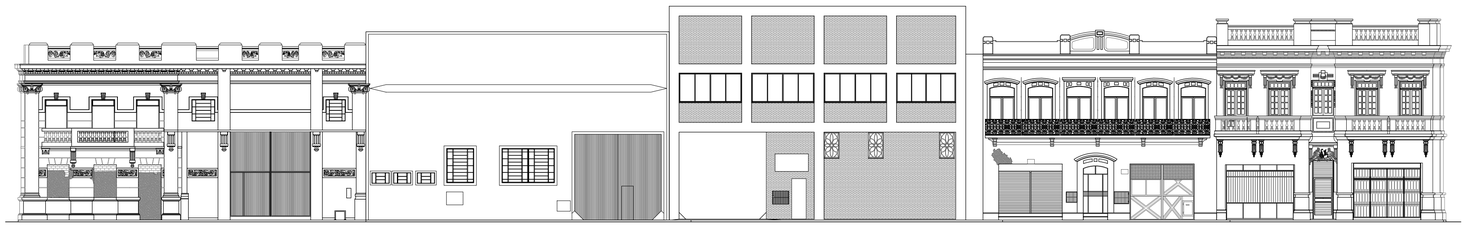
N°	151	175	179	183 185 187	195 197

01 ELEVAÇÃO Q6 - PRIMEIRO TEMPO - DÉCADA DE 1900
1/200



N°	151	175	179	183 185 187	195 197

02 ELEVAÇÃO Q6 - SEGUNDO TEMPO - DÉCADAS DE 1940 E 1970
1/200

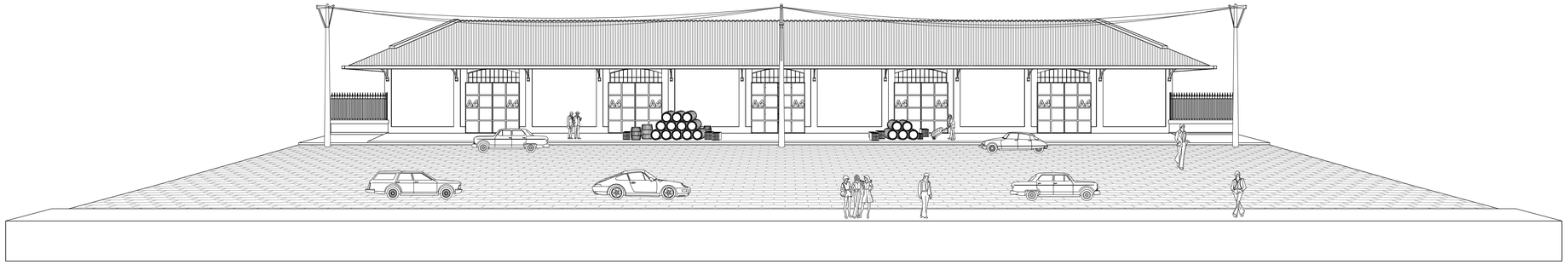


N°	151	175	179	183 185 187	195 197

03 ELEVAÇÃO Q6 - TERCEIRO TEMPO - 2023
1/200

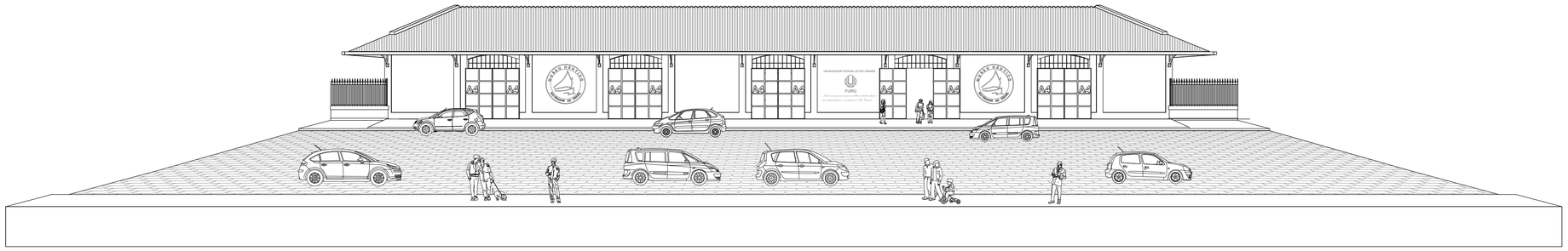
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL

	Curso: Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural	Data: 18/9/24
	Etapa: Defesa de Tese	Escala: 1/175
	Desenhistas: Arq.ª e Urb.ª Eliza F. Antochevis Acad. de Arq. e Urb. Lineker Ferreira Franco	Prancha: 10/11
	Conteúdo: Elevações Rua Riachuelo Q6 - Apêndice M	



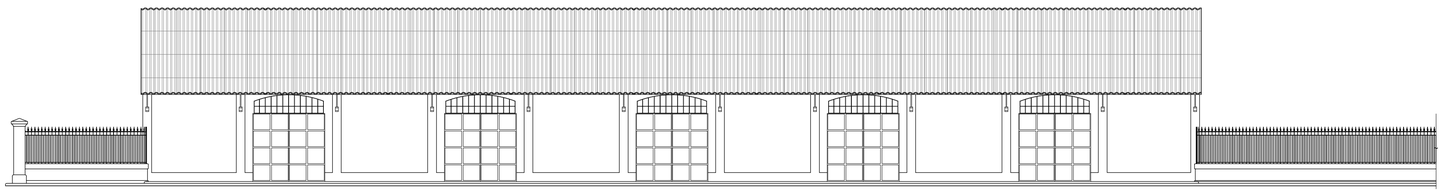
01 ELEVAÇÃO HUMANIZADA ARMAZÉM A4 - SEGUNDO TEMPO - DÉCADA DE 1970

1/200



02 ELEVAÇÃO HUMANIZADA ARMAZÉM A4 - TERCEIRO TEMPO - 2023

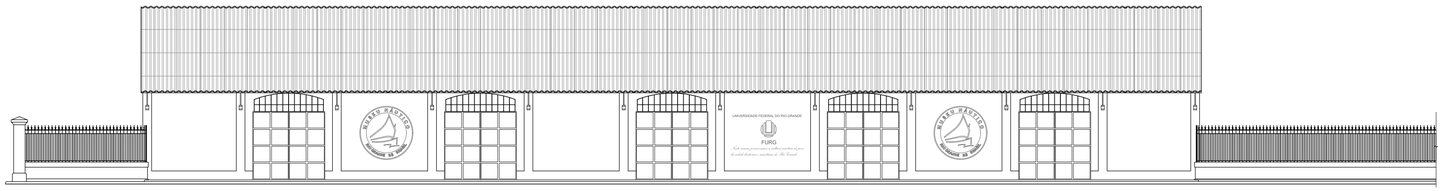
1/200



N°	Armazém 04	

01 ELEVAÇÃO ARMAZÉM A4 - SEGUNDO TEMPO - DÉCADA DE 1970

1/175



N°	Armazém 04	

02 ELEVAÇÃO ARMAZÉM A4 - TERCEIRO TEMPO - 2023

1/175

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL E PATRIMÔNIO CULTURAL

Programa de Pós-graduação Memória Social e Patrimônio Cultural

Curso: Doutorado em Memória Social e Patrimônio Cultural	Data: 18/9/24
Etapa: Defesa de Tese	Escala: 1/175 e 1/200
Desenhistas: Arq.ª e Urb.ª Eliza F. Antochevis Acad. de Arq. e Urb. Lineker Ferreira Franco	Prancha: 11/11
Conteúdo: Elevações Armazém A3 - Apêndice N	